

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES E DE COTAS SUBORDINADAS DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

CNPJ/MF nº 12.987.060/0001-29

Código ISIN das Cotas Seniores da 1ª Série nº: BRCPMNCTF000

Código ISIN das Cotas Subordinadas nº: BRCPMNCTF018

Tipo ANBIMA: FIDC Outros

Atributo Foco de Atuação: FIDC Multicarteira Outros

Classificação de Risco Preliminar da Fitch Ratings para as Cotas Seniores da 1ª Série: "AA-"

Classificação de Risco Preliminar da Fitch Ratings para as Cotas Subordinadas: "BBB"

Distribuição pública de até 10.000 (dez mil) Cotas Seniores da 1ª Série, com valor unitário de emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante total para as Cotas Seniores da 1ª Série de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e 1.000 (uma mil) Cotas Subordinadas, com valor unitário de emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante total para as Cotas Subordinadas de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS ("Fundo")** perfazendo um valor total de até **R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais)**. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03, a quantidade total de cotas poderá ser acrescida de um lote suplementar correspondente a até 15% (quinze por cento) das cotas inicialmente ofertadas. A **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, bloco 7, 2º andar, salas 201 à 207 e 208 (parte), Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.332.886/0001-04 ("**Coordenador Líder**") realizará a oferta pública de distribuição sob o regime de melhores esforços, adotando o procedimento de coleta de intenções (*Bookbuilding*), nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03, não havendo reservas antecipadas, por meio do qual foi definida a rentabilidade alvo das Cotas Seniores da 1ª Série.

O Fundo está constituído sob a forma de condomínio fechado de acordo com a resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29.11.2001 e a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 356, de 17.12.2001, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 356**"). O Fundo foi constituído por ato do Administrador datado de 24.11.2010, sendo que o ato de constituição e o regulamento do Fundo ("**Regulamento**") encontram-se registrados no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 25.11.2010, sob o nº 1933914. Todas as alterações posteriores ao Regulamento encontram-se devidamente registradas à margem do registro inicial no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Fundo é administrado pela **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), Bela Vista, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 1.223, de 08.01.1990 ("**Administrador**").

Somente poderão adquirir cotas do Fundo, Investidores Qualificados ou outros investidores que nos termos da regulamentação em vigor a eles pertinente, possam adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios. As Cotas Seniores da 1ª Série e as Cotas Subordinadas serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores da 1ª Série e das Cotas Subordinadas. As Cotas Seniores da 1ª Série e as Cotas Subordinadas poderão ser registradas futuramente para negociação secundária no mercado de bolsa de valores administrado pela BM&FBOVESPA denominado BOVESPA FIX, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores da 1ª Série e das Cotas Subordinadas.

A distribuição pública das Cotas Seniores da 1ª Série foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/2011/014, em 29 de agosto de 2011 e a distribuição pública das Cotas Subordinadas foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/2011/013, em 29 de agosto de 2011.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo e/ou das Cotas a serem distribuídas.

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 37 a 41.



Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do código ANBIMA de regulação e melhores práticas para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu Administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.

COORDENADOR LÍDER

ESTRUTURADORES E CONSULTORES ESPECIALIZADOS

1º SACADO CADASTRADO



ADMINISTRADOR,
CUSTODIANTE
E ESCRITURADOR

AUDITORIA

AGÊNCIA CLASSIFICADORA
DE RISCOS

AGENTE DE MONITORAMENTO

ASSESSOR JURÍDICO



A data deste Prospecto Definitivo é de 29 de agosto de 2011

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AVISOS IMPORTANTES – ANBIMA

Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.

O investimento do Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas nesse Prospecto estão em consonância com o Regulamento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	7
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO	13
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS SENIORES E DAS COTAS SUBORDINADAS DO FUNDO	14
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS SENIORES	14
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS SUBORDINADAS	15
CARACTERÍSTICA DA DISTRIBUIÇÃO	17
IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO.....	21
IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	21
OUTROS SERVIÇOS	22
GESTOR.....	26
COORDENADOR LÍDER	27
CONSULTOR ESPECIALIZADO XP.....	28
CONSULTOR ESPECIALIZADO BDMG.....	28
AGENTE DE MONITORAMENTO.....	29
CONFLITO DE INTERESSE	30
RELACIONAMENTO ENTRE OS PRINCIPAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	30
ATENDIMENTO AOS COTISTAS	31
REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS	31
SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR E DOS CONSULTORES ESPECIALIZADOS	35
FATORES DE RISCO E GERENCIAMENTO DE RISCOS	37
FATORES DE RISCO	37
GERENCIAMENTO DE RISCO	41
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS DO FUNDO.....	42
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS.....	42
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA	42
CONTRATO DE ESTRUTURAÇÃO DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E DISTRIBUIÇÃO	42
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO AGENTE DE MONITORAMENTO E OUTRAS AVENÇAS.....	43
ACORDO OPERACIONAL	43
CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS	44
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	46
BASE LEGAL	46
PÚBLICO ALVO	46
DATA DE CONSTITUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO.....	46
PRAZO DE DURAÇÃO.....	46
FORO	46
PRESTADORES DE SERVIÇOS	47
OBJETIVO DO FUNDO	47
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS.....	47
COMUNICAÇÕES.....	52
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	52
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	52
RESERVA DE PAGAMENTO	52
POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	54
PREMISSAS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.....	54
OPERAÇÕES COM DIREITOS DE CRÉDITO	54
RECURSOS LIVRES	56

OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO	58
CADASTRAMENTO DO SACADO	59
CADASTRAMENTO DO CEDENTE.....	60
PROCEDIMENTOS PARA A CESSÃO	63
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	65
POSSIBILIDADE DE RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	66
POLÍTICA DE COBRANÇA.....	67
ESTRUTURA OPERACIONAL – WEBSITE PARA CESSÕES	69
CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO.....	71
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	71
CONDIÇÕES DA CESSÃO.....	72
CONTAS RESERVA.....	73
ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.....	75
COMPETÊNCIA.....	75
CONVOCAÇÃO	75
INSTALAÇÃO E DIREITO DE VOTO.....	76
DELIBERAÇÃO	76
CONSELHO CONSULTIVO DE CRÉDITO	78
COMPOSIÇÃO.....	78
REUNIÃO, CONVOCAÇÃO E INSTALAÇÃO	78
COMPETÊNCIA.....	79
RESOLUÇÃO DE IMPASSE	79
RESULTADO DAS REUNIÕES	79
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS E PROCEDIMENTO DE CÁLCULO DE PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	80
EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	82
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	82
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	84
ÍNDICES DE PERFORMANCE.....	86
ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS	89
CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL	90
CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL – BRASIL NO MUNDO	90
FINANCIAMENTO AO CAPITAL DE GIRO – OPÇÕES EXISTENTE E POSICIONAMENTO FUNDO	91
ESTADO DE MINAS GERAIS: CENÁRIO ECONÔMICO REGIONAL	92
INFORMAÇÕES SOBRE O PRIMEIRO SACADO CADASTRADO	93
BREVE APRESENTAÇÃO.....	93
POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS	113
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO	114
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO.....	114
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS	114

ANEXO I – INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	119
ANEXO II – REGULAMENTO DO FUNDO	123
ANEXO III – SUPLEMENTO DE COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE.....	209
ANEXO IV – SUPLEMENTO DE COTAS SUBORDINADAS	215
ANEXO V – MODELO DE CONTRATO DE CESSÃO.....	221
ANEXO VI – DECLARAÇÕES NOS TERMOS DO ART.56, INSTRUÇÃO CVM N° 400	245
ANEXO VII – SÚMULA E RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	249

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles a seguir atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto:

Acordo Operacional	significa o acordo operacional celebrado com cada um dos potenciais Sacados, no qual os potenciais Sacados disponibilizam sua base de dados de fornecedores e prestadores de serviços para que o Fundo possa acioná-los, cadastrá-los como Cedentes e adquirir Direitos de Crédito;
Administrador	significa a Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.111, 2º andar (parte), Bela Vista, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 1.223, de 08.01.1990;
Agência Classificadora de Risco	significa a Fitch Ratings Brasil Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro nº 20, Sala 401 B, Centro, CEP 20010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33;
Agente de Cobrança	significa a(s) pessoa(s) contratada(s) pelo Fundo para a prestação dos serviços de cobrança ativa dos Direitos de Crédito vencidos e não adimplidos (inclusive extrajudicial e/ou judicial, se for o caso);
Agente de Depósito	significa a(s) pessoa(s) contratada(s) pelo Administrador para prestar os serviços de armazenamento, conservação e guarda física dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo, podendo ser inclusive os próprios Cedentes;
Agente de Monitoramento	significa a BRL Trust Serviços Fiduciários e Participações Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã nº 1.123, 4º andar, conjuntos 44 à 48, Itaim Bibi, CEP 04533-014, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.669.414/0001-57, a qual terá poderes para movimentar as Contas Reserva, exclusivamente em conjunto com o Gestor, conforme descrito no Regulamento;
Assembleia Geral de Cotistas	significa a assembleia geral de Cotistas do Fundo;
Ativos Financeiros	significa os ativos financeiros nos quais os Recursos Livres podem ser investidos;
Auditor	significa a KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, Itaim Bibi, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29;
BACEN	significa o Banco Central do Brasil;
BM&FBOVESPA	significa a Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros – BM&FBOVESPA S.A.;
Carteira	significa a carteira de investimentos do Fundo;
CDI	significa o Certificado de Depósito Interbancário;

Cedente	significam as pessoas jurídicas que cedam Direitos de Crédito ao Fundo, conforme Acordo Operacional celebrado com o respectivo potencial Sacado, e que tenham celebrado Contrato de Cessão para a cessão de Direitos de Crédito ao Fundo;
CETIP	significa a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
CMN	significa o Conselho Monetário Nacional;
CNPJ/MF	significa o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
Código Civil	significa a Lei nº 10.406, de 10.01. 2002, conforme alterada;
Condições de Cessão	significa as condições mínimas e obrigatórias adicionais aos Critérios de Elegibilidade a serem verificadas e validadas pelo Gestor para que os Direitos de Crédito possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme estabelecidas no Regulamento;
Conselho Consultivo de Crédito	significa o conselho consultivo de crédito, composto por 1 (um) representante do Consultor Especializado BDMG, 1 (um) representante do Consultor Especializado XP e 1 (um) representante do Gestor, o qual terá as atribuições que lhe são atribuídas no Regulamento;
Consultor Especializado BDMG	significa o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Bahia nº 1.600, Lourdes, CEP 30160-907, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 38.486.817/0001-94;
Consultor Especializado XP	significa a XP Finance Desenvolvimento de Negócios Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.179, 7º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.077.338/0001-68;
Consultores Especializados	significa conjuntamente o Consultor Especializado BDMG e o Consultor Especializado XP;
Contas Reserva	significa as contas correntes de titularidade do Fundo vinculadas aos Contratos de Cessão, com movimentação pelo do Agente de Monitoramento, exclusivamente em conjunto com o Gestor, as quais poderão ser movimentadas nos termos do Regulamento para praticar atos que garantam o Fundo face ao risco Sacado;
Contrato de Cessão	significa o contrato de promessa de cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças, celebrado entre o Fundo, devidamente representado pelo Administrador, e pelo Cedente, com a interveniência e anuência do Gestor e do Agente de Monitoramento;
Contrato de Consultoria Especializada	significa cada um dos contratos de prestação de serviços de consultoria especializada, celebrado entre o Administrador e cada um dos Consultores Especializados, para a prestação dos serviços de consultoria especializada objetivando a análise e seleção de Direitos de Crédito que comporão e integrarão a Carteira;
Contrato de Gestão	significa o contrato de prestação de serviços de administração de investimentos celebrado entre o Administrador e o Gestor, com a interveniência e anuência do Fundo, por meio do qual o Gestor é contratado para realizar a gestão da Carteira;

Coordenador Líder	significa a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, bloco 7, 2º andar, salas 201 à 208 (parte), Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.332.886/0001-04;
COSIF	significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;
Cotas	significa as cotas de emissão do Fundo, as quais correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, incluindo as Cotas de classe sênior e as Cotas de classe subordinada;
Cotas Seniores	significa as Cotas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Carteira;
Cotas Subordinadas	significa as Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Carteira;
Cotistas	significa os investidores que venham a adquirir Cotas de emissão do Fundo, ou seja, os titulares das Cotas do Fundo, sem distinção, tanto de Cotas Seniores quanto de Cotas Subordinadas;
Critérios de Elegibilidade	significa os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito que comporão a Carteira, estabelecidos no Regulamento, os quais serão verificados em cada cessão pelo Administrador;
CVM	significa a Comissão de Valores Mobiliários;
Data de Amortização	significa cada uma das datas para realização do pagamento das amortizações periódicas das Cotas Seniores de cada Série ou das Cotas Subordinadas, conforme fixado no Suplemento de cada Série ou classe de Cotas;
Data de Resgate	significa a data em que as Cotas Seniores ou as Cotas Subordinadas devem ser resgatadas por ocasião da liquidação da respectiva Série ou classe de Cotas, do término do prazo da respectiva Série ou classe, conforme fixado no Suplemento de cada Série ou classe de Cotas, ou ainda por decisão da Assembleia Geral de Cotistas;
Data de Subscrição Inicial	significa a data em que ocorrer a 1ª (primeira) subscrição de Cotas representativas do patrimônio do Fundo;
Dia Útil	significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito federal no Brasil, e caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos do Regulamento não forem Dia Útil, conforme esta definição, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente subsequente;
Direitos de Crédito	significa os direitos de crédito performados e com pagamento a prazo, expressos em moeda corrente nacional, originados de operações realizadas em quaisquer segmentos da economia, incluindo, mas não se limitando, os segmentos industrial, comercial, agropecuário, financeiro, imobiliário e de prestação de serviços, desde que o Cedente ou o Sacado da operação tenham estabelecimento no Estado de Minas Gerais, nos termos dos Acordos Operacionais celebrados com cada um dos Sacados;
Documentos Comprobatórios	significa os documentos suficientes à comprovação da existência, validade e cobrança dos Direitos de Crédito;

Estruturadores	significa a XP Finance Desenvolvimento de Negócios Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.179, 7º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.077.338/0001-68, em conjunto com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Bahia nº 1.600, Lourdes, CEP 30160-907, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.486.817/0001-94;
Eventos de Avaliação	significa os eventos estabelecidos no Regulamento que, caso ocorram ensejarão a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a (i) declaração de um Evento de Liquidação, ou (ii) alteração do Regulamento;
Eventos de Liquidação	significa os eventos estabelecidos no Regulamento que caso ocorram, ensejarão a liquidação antecipada do Fundo;
Fundo	significa o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Cadeias Produtivas de Minas Gerais, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.987.060/0001-29;
Gestor	significa a XP Gestão de Recursos Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, bloco 7, salas 201 à 208 parte, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.625.200/0001-89, devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 8.650, de 03.02.2006;
Instituições Financeiras Autorizadas	significa as seguintes instituições financeiras nas quais o Fundo poderá investir a parcela do seu Patrimônio Líquido que não estiver aplicada em Direitos de Crédito, de acordo com o Regulamento, a saber: Banco do Brasil, Banco Bradesco, Itaú Unibanco, Banco Santander, Caixa Econômica Federal, HSBC, Citibank, BTG Pactual e Credit Suisse;
Instrução CVM nº 356/01	significa a Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, conforme alterada, a qual regulamenta a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;
Instrução CVM nº 400/03	significa a Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003, conforme alterada, a qual dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário;
Instrução CVM nº 409/04	significa a Instrução CVM nº 409, de 18.08.2004, conforme alterada, a qual dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento;
Instrução CVM nº 476/09	significa a Instrução CVM nº 476, de 16.01.2009, conforme alterada, a qual dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados;
Instrução CVM nº 489/11	significa a Instrução CVM nº 489, de 14.01.2011, a qual dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras dos fundos de investimento em direitos creditórios e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, regidos pela Instrução CVM nº 356/01, dos fundos de investimento em direitos creditórios no âmbito do programa de incentivo à implementação de projetos de interesse social, regidos pela Instrução

	CVM nº 399, de 21.11.2003, conforme alterada, e dos fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados, regidos pela Instrução CVM nº 444, de 08.12.2006;
Internet	significa a rede mundial de computadores;
Investidores Qualificados	significa os investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04;
Leis das Sociedades por Ações	significa a Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada, a qual dispõe sobre as sociedades por ações;
Patrimônio Líquido	significa a soma dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, subtraídas as exigibilidades do Fundo;
Período de Carência	significa o prazo de carência para início do pagamento das amortizações de cada Série de Cotas Seniores ou classe de Cotas Subordinadas, conforme definido no respectivo Suplemento;
Recursos Livres	significa a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver investida em Direitos de Crédito;
Regime de Caixa	significa a metodologia de pagamento adotada no Regulamento quando da amortização ou resgate de Cotas, por meio da qual a base de cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Cotistas será definida, levando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo, quando do pagamento dos Direitos de Crédito e/ou na hipótese de alienação dos Direitos de Crédito pelo Fundo;
Regulamento	significa o regulamento que rege o Fundo em conjunto com seus respectivos anexos;
Relação Mínima	significa a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores, a qual deve ser calculada pelo Administrador;
Rentabilidade Alvo	significa o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Seniores, correspondente a um percentual da taxa do CDI, o qual será indicado no respectivo Suplemento;
Reserva de Amortização	significa a reserva para o pagamento das amortizações e resgates das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, constituída de acordo com o Regulamento;
Reserva de Pagamento	significa a reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo, constituída de acordo com o Regulamento e que será calculada pelo Administrador;
Resolução CMN nº 2.692	significa a Resolução do CMN nº 2.682, de 21.12.1999, conforme alterada;
Sacados	significa as pessoas jurídicas que sejam devedoras dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
SELIC	significa o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
Série	significa qualquer série de Cotas Seniores emitidas nos termos do Regulamento;
Suplemento	significa os suplementos de cada classe de Cotas, que conterão as informações relativas à classe de Cotas a qual se refere, características da emissão, de amortização, de remuneração e de resgate, elaborados para as Séries de Cotas Seniores e as classes

de Cotas Subordinadas, respectivamente nos termos dos modelos que constam como anexo I e anexo II ao Regulamento, e uma vez que o Suplemento for assinado pelo Administrador e averbado em cartório de registro de títulos e documentos, constituirá parte integrante do Regulamento;

Taxa CDI

significa a taxa diária do CDI de 1 (um) dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP;

Taxa de Administração

significa a taxa devida pelo Fundo ao Administrador, a título de remuneração pelos serviços prestados, sendo certo que o Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada no Regulamento;

Taxa de Performance

significa a remuneração a ser paga pelo Fundo para o Gestor e para os Consultores Especializados, conforme estabelecido no Regulamento;

Taxa Mínima de Desconto

significa a taxa de desconto mínima para aquisição dos Direitos de Crédito;

Termo de Adesão

significa o termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco que será celebrado por todos os Cotistas quando de seu ingresso no Fundo, por meio do qual os Cotistas declaram estar cientes e concordes com o disposto no Regulamento; e

Termo de Cessão

significa o instrumento pelo qual é formalizada a cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente ao Fundo, nos termos do respectivo anexo ao Contrato de Cessão.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

Denominação:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Cadeias Produtivas de Minas Gerais.
CNPJ/MF:	12.987.060/0001-29.
Forma de Constituição:	Condomínio fechado.
Prazo de Duração:	Indeterminado.
Base Legal:	Este Fundo é regido pela Instrução CVM nº 356/01 e pela Resolução do CMN nº 2.907, de 29.11.2001, e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.
Classificação ANBIMA:	Para os fins do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento” o Fundo é caracterizado como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
Tipo ANBIMA:	Em atendimento a Deliberação nº 44 da ANBIMA, este Fundo é classificado no Tipo ANBIMA como FIDC Outros.
Atributo Foco de Atuação ANBIMA:	Em atendimento a Deliberação nº 44 da ANBIMA, este Fundo é classificado no Atributo Foco ANBIMA como FIDC Multicarteira Outros.
Classe de Cotas:	Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.
Administrador, Custodiante e Escriturador:	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Gestor:	XP Gestão de Recursos Ltda.
Auditor do Fundo:	KMPG Auditores Independentes.
Agência Classificadora de Risco:	Fitch Ratings Brasil Ltda.
Assessor Legal:	Velloza & Giroto Advogados Associados.
Coordenador Líder:	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Estruturadores:	XP Finance Desenvolvimento de Negócios Ltda. e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG.
Taxa de Administração, Taxa de Performance e demais Encargos	As despesas e encargos previstos no Regulamento, bem como a Taxa de Administração e a Taxa de Performance serão suportados pelo Fundo. Não será cobrada taxa de ingresso ou saída de Cotistas.
Publicidade de Informações sobre o Fundo:	A divulgação das informações relevantes do Fundo aos Cotistas será realizada mediante publicação no jornal Diário Comércio, Indústria & Serviços – DCI, por carta, com aviso de recebimento, <i>fac-símile</i> ou correio eletrônico.
Declarações:	As declarações do Administrador e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03, encontram-se anexas a este Prospecto.
Informações Complementares:	Quaisquer informações complementares a respeito do Fundo e da emissão das cotas poderão ser obtidas junto ao Administrador, ao Gestor e/ou ao Coordenador Líder, nos endereços e sites constantes da seção “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo e Outros”, ou com a CVM na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo/SP (www.cvm.gov.br). As informações constantes dos sites do Administrador e do Gestor não são parte integrante e não se encontram incorporadas neste Prospecto.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS SENIORES E DAS COTAS SUBORDINADAS DO FUNDO

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS SENIORES

Quantidade Máxima de Emissão das Cotas Seniores da 1ª Série:	10.000 (dez mil) cotas.
Quantidade Mínima de Emissão das Cotas Seniores da 1ª Série:	6.000 (seis mil) cotas.
Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores da 1ª Série:	R\$10.000,00 (dez mil reais).
Valor Máximo da Emissão das Cotas Seniores da 1ª Série:	O valor da total da emissão das Cotas Seniores da 1ª Série será de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
Lote Suplementar:	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03, a quantidade total de Cotas Seniores da 1ª Série poderá ser acrescida de um lote suplementar correspondente a até 15% (quinze por cento) das Cotas Seniores da 1ª Série inicialmente ofertadas, ou seja, até 1.500 (mil e quinhentas) Cotas Seniores da 1ª Série.
Colocação:	O Coordenador Líder realizará, em regime de melhores esforços, a distribuição pública de Cotas Seniores da 1ª Série e das Cotas Subordinadas no valor total de até R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais).
Rentabilidade Alvo:	A Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores da 1ª Série é a Taxa CDI acrescida de 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento).
Valor Mínimo para Aplicação:	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Data de Integralização das Cotas Seniores da 1ª Série:	Data em que os recursos para a integralização das Cotas Seniores da 1ª Série forem disponibilizados pelos investidores, ou seja, data da liquidação financeira das Cotas Seniores da 1ª Série.
Datas de Amortização:	Datas para realização do pagamento das amortizações periódicas das Cotas Seniores da 1ª Série, conforme fixado no respectivo Suplemento, a partir do 49º (quadragésimo nono) mês após a integralização das Cotas Seniores da 1ª Série, serão realizadas amortizações constantes em 12 (doze) parcelas mensais, as quais serão pagas no dia 10 (dez) de cada mês. Decorrido o período de carência de 6 (seis) meses após a integralização das Cotas Seniores da 1ª Série, no dia 10 (dez) do 7º (sétimo) mês será realizada a 1ª (primeira) amortização constante dos juros que excederem o principal desta Série de Cotas, sendo que as demais amortizações constantes dos juros serão realizadas semestralmente, sempre no dia 10 (dez) do mês em que a amortização for devida.
Data de Resgate:	Data em que as Cotas Seniores da 1ª Série devem ser resgatadas por ocasião da liquidação da respectiva Série, conforme fixado no respectivo Suplemento. As Cotas Seniores da 1ª Série tem prazo de duração de 5 (cinco) anos contados da respectiva integralização das Cotas Seniores da 1ª Série.
Classificação de Risco das Cotas Seniores da 1ª Série:	Fitch – “AA-”.

Público Alvo:	O Fundo é destinado a Investidores Qualificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 e outros investidores que, nos termos da regulamentação em vigor a eles pertinente, possam adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento disposta no Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.
Inadequação da Oferta:	A Oferta não é destinada a investidores que: (i) não sejam Investidores Qualificados ou outros investidores que, nos termos da regulamentação em vigor a eles pertinente, possam adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios; (ii) necessitem de ampla liquidez em seus títulos, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado secundário brasileiro; (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Sacados; e/ou (iv) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Cotas do Fundo. Recomenda-se aos investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Cotas do Fundo. Os potenciais investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, neste Prospecto, antes de aceitar a oferta.
Distribuição e Negociação das Cotas Seniores da 1ª Série:	As Cotas Seniores da 1ª Série serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas. Adicionalmente, as Cotas Seniores da 1ª Série poderão ser registradas futuramente para negociação secundária no mercado de bolsa de valores administrado pela BM&FBOVESPA denominado BOVESPA FIX, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS SUBORDINADAS

Quantidade Máxima de Emissão de Cotas Subordinadas:	1.000 (mil) cotas.
Quantidade Mínima de Emissão de Cotas Subordinadas:	600 (seiscentas) cotas.
Valor Unitário de Emissão das Cotas Subordinadas:	R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Valor Máximo da Emissão das Cotas Subordinadas:	O valor total de emissão das Cotas Subordinadas será de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
Lote Suplementar:	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03, a quantidade total de Cotas Subordinadas poderá ser acrescida de um lote suplementar correspondente a até 15% (quinze por cento) das Cotas Subordinadas inicialmente ofertadas, ou seja, até 150 (cento e cinquenta) Cotas Subordinadas.
Colocação:	O Coordenador Líder realizará, em regime de melhores esforços, a distribuição pública de Cotas Seniores da 1ª Série e das Cotas Subordinadas no valor total de até R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais).

Procedimento de Distribuição:	A distribuição será realizada pelo Coordenador Líder, utilizando o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03, não havendo reservas antecipadas, e obedecerá o cronograma disposto neste Prospecto.
Valor Mínimo para Aplicação:	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Data de Integralização das Cotas Subordinadas:	Data em que os recursos para a integralização das Cotas Subordinadas forem disponibilizados pelos investidores, ou seja, data da liquidação financeira das Cotas Subordinadas.
Datas de Amortização:	Não há período de carência-desta classe de Cotas, observado que a amortização, tanto dos juros como do principal, e o resgate de Cotas Subordinadas ocorrerá de forma <i>pro rata</i> quando da amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observada sempre a Relação Mínima definida no Regulamento e os itens 9, 18, 19 e 20 do Suplemento de Cotas Subordinadas. O cronograma de amortização das Cotas Subordinadas desta classe é variável de acordo com os cronogramas de cada Série de Cotas Seniores emitidas.
Data de Resgate:	Data em que as Cotas Subordinadas devem ser resgatadas por ocasião da liquidação da respectiva Classe, conforme fixado no respectivo Suplemento.
Classificação de Risco das Cotas Subordinadas:	Fitch – “BBB”.
Público Alvo:	O Fundo é destinado a Investidores Qualificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 e outros investidores que, nos termos da regulamentação em vigor a eles pertinente, possam adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento disposta no Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.
Inadequação da Oferta:	A Oferta não é destinada a investidores que: (i) não sejam Investidores Qualificados ou outros investidores que, nos termos da regulamentação em vigor a eles pertinente, possam adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios; (ii) necessitem de ampla liquidez em seus títulos, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado secundário brasileiro; (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Sacados; e/ou (iv) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Cotas do Fundo. Recomenda-se aos investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Cotas do Fundo. Os potenciais investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, neste Prospecto, antes de aceitar a oferta.
Distribuição e Negociação das Cotas Subordinadas:	As Cotas Subordinadas serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas. Adicionalmente, as Cotas Subordinadas poderão ser registradas futuramente para negociação secundária no mercado de bolsa de valores administrado pela BM&FBOVESPA denominado BOVESPA FIX, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

CARACTERÍSTICA DA DISTRIBUIÇÃO

Distribuição Pública e Público Alvo

As Cotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no Brasil. A distribuição pública será conduzida pelo Coordenador Líder e por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, especialmente contratadas pelo Administrador e/ou pelo Coordenador Líder, sob regime de melhores esforços.

O público-alvo da distribuição pública é formado por Investidores Qualificados nos termos do artigo 109, da Instrução CVM nº 409/04 e por outros investidores que, nos termos da regulamentação em vigor a eles pertinente, possam adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Quantidade, Espécie e Valor das Cotas

No âmbito da distribuição pública, serão emitidas entre 6.000 (seis mil) e 10.000 (dez mil) Cotas Seniores da 1ª Série e entre 500 (quinhentas) e 1.000 (mil) Cotas Subordinadas, correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo.

O preço de emissão inicial das Cotas foi fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por Cota, independente da Classe, perfazendo um valor máximo de patrimônio inicial do Fundo de até R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais).

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03, a quantidade total de Cotas Seniores da 1ª Série e de Cotas Subordinadas poderá ser acrescida de um lote suplementar correspondente a até 15% (quinze por cento) respectivamente das Cotas Seniores da 1ª Série e das Cotas Subordinadas inicialmente ofertadas, ou seja, até 1.500 (mil e quinhentas) Cotas Seniores da 1ª Série e até 150 (cento e cinquenta) Cotas Subordinadas.

Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas

Cada classe de Cotas garante igualmente a seus titulares os direitos, vantagens e restrições a elas atribuídos no Regulamento, no Suplemento e na regulamentação aplicável, principalmente o direito de participar das Assembleias Gerais de Cotistas e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às Cotas.

Registro da Distribuição Pública das Cotas

A distribuição pública das Cotas Seniores da 1ª Série foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/2011/014, em 29 de agosto de 2011 e a distribuição pública das Cotas Subordinadas foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/2011/013, em 29 de agosto de 2011.

Classificação de Risco das Cotas

As Cotas do Fundo serão avaliadas, a cada trimestre, sob a coordenação do Gestor, pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas em periodicidade inferior.

Quando da potencial celebração pelo Fundo de um Acordo Operacional com um potencial sacado, as Cotas em circulação serão avaliadas pela Agência Classificadora de Risco, de modo que caso tal avaliação ocorra menos de 3 (três) meses após a última avaliação, a próxima avaliação das Cotas somente deverá ocorrer contado da mais recente avaliação pela Agência Classificadora de Risco.

A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco atribuída às Cotas deverá ser informada pelo Administrador a cada um dos Cotistas, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for informado o rebaixamento pela Agência Classificadora de Risco, por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou por meio de correio eletrônico.

Sempre que houver rebaixamento da classificação de risco das Cotas de emissão do Fundo, o Gestor deverá apresentar ao Administrador, em 03 (três) Dias Úteis da data em que ocorrer o rebaixamento, esclarecimentos sobre as razões do referido rebaixamento, bem como discutir eventuais ações que pretendam tomar.

Integralização de Cotas

A integralização das Cotas deverá ser realizada na data indicada para a liquidação financeira, conforme datas estimativas constantes no “Cronograma da Oferta” disposto neste Prospecto.

Após a distribuição da totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série e das Cotas Subordinadas ou após o término do prazo de distribuição, aquele que ocorrer antes, a distribuição será encerrada e deverá ser publicado Anúncio de Encerramento da Oferta.

As importâncias recebidas pelo Fundo a título de integralização das Cotas subscritas deverão ser efetuadas em moeda corrente nacional, por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador ou pelo Coordenador Líder.

A integralização das Cotas do Fundo poderá ser efetuada em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, sendo a confirmação da integralização condicionada à efetiva disponibilidade pelos Cotistas dos recursos confiados por eles ao Administrador.

O Cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (i) assinará o boletim de subscrição e receberá o recibo de integralização que será autenticado pelo Administrador, (ii) receberá exemplar do Regulamento, (iii) declarará sua qualidade de Investidor Qualificado nos termos da Instrução CVM nº 409/04, e (iv) assinará o Termo de Adesão, declarando estar ciente, dentre outras informações: (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à Taxa de Administração e à Taxa de Performance; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento; e (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a Carteira.

Na integralização de Cotas em data diversa da data de subscrição inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências.

Valor Mínimo de Investimento

O valor mínimo individual de subscrição é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Cronograma Estimado da Oferta

Evento	Data de Realização/Data Prevista(*)
Protocolo da Documentação na CVM	03.06.2011
Disponibilização do Prospecto Preliminar da Oferta	13.06.2011
Publicação do Aviso ao Mercado	13.06.2011
Início das apresentações sobre a Oferta (<i>road show</i>)	20.06.2011
Encerramento das apresentações sobre a Oferta	15.07.2011
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	27.07.2011
Obtenção do Registro da Oferta na CVM	19.08.2011
Publicação do Anúncio de Início da Oferta	22.08.2011
Disponibilização de Prospecto Definitivo	22.08.2011
Liquidação Financeira	24.08.2011
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	26.08.2011

(*) Tais datas são meramente estimativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério do Administrador e do Gestor.

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Distribuição Pública

O Administrador pode requerer à CVM a modificação ou revogação da distribuição pública, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos por ela assumidos e inerentes à própria distribuição pública.

Adicionalmente, o Administrador pode modificar, a qualquer tempo, a distribuição pública, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 400/03.

A revogação ou qualquer modificação da distribuição pública será imediatamente divulgada por meio de “Anúncio de Retificação”, a ser publicado no jornal Diário Comércio, Indústria & Serviços - DCI, veículo também utilizado para a divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM nº 400/03.

Em se tratando de modificação da distribuição pública após a publicação do Anúncio de Início, o Administrador deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Termos de Adesão ao Regulamento, de que o subscritor está ciente que a distribuição pública original foi alterada e que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à distribuição pública antes de sua modificação, por meio da celebração do boletim de subscrição e da entrega ao Administrador do respectivo Termo de Adesão, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no Fundo, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio.

Suspensão e Cancelamento da Distribuição Pública

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM nº 400/03, a CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a distribuição pública que: (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM nº 400/03 ou do seu registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro. A CVM deverá suspender qualquer distribuição pública quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da distribuição pública não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida distribuição pública e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da distribuição pública será informado aos investidores que já tenham aderido à distribuição pública, por meio da celebração do boletim de subscrição e da entrega ao Administrador do respectivo Termo de Adesão, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar o respectivo boletim de subscrição e o Termo de Adesão já assinados até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao recebimento da referida comunicação. Na hipótese de cancelamento da distribuição pública todos os investidores que já tenham celebrado o boletim de subscrição e entregue ao Administrador o Termo de Adesão, e na hipótese de suspensão da distribuição pública somente os investidores que tenham revogado o boletim de subscrição e o Termo de Adesão, terão direito à restituição integral dos valores integralizados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados (i) no caso de suspensão da distribuição pública, do recebimento da revogação do boletim de subscrição e do Termo de Adesão; ou (ii) no caso de cancelamento da distribuição pública, da comunicação sobre tal cancelamento.

Negociação de Cotas

As Cotas Seniores da 1ª Série e as Cotas Subordinadas serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores da 1ª Série e das Cotas Subordinadas. Adicionalmente, as Cotas Seniores da 1ª Série e as Cotas Subordinadas poderão ser registradas futuramente para negociação secundária no mercado de bolsa de valores administrado pela BM&FBOVESPA denominado BOVESPA FIX, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores da 1ª Série e das Cotas Subordinadas.

Custos Estimados da Distribuição

Os custos estimados da distribuição que serão suportados pelo Fundo são:

Custos da Distribuição	Valor (R\$)	Custo unitário da emissão (R\$)*	% em Relação ao Valor da Oferta**
Comissão de Coordenação	0,00	0,00	0,0%
Comissão de Colocação	0,00	0,00	0,0%
Comissão de Garantia de Subscrição	0,00	0,00	0,0%
Despesas de Registro na CVM – Cota Sênior ¹	82.870,00	9,42	0,09%
Despesas de Registro na CVM – Cota Subordinada ¹	64.000,00	7,27	0,07%
Despesas com Cartório	22.700,00	2,58	0,03%
Despesas de Registro na ANBIMA	2.695,00	0,31	0,00%
Despesas de Registro CETIP	9.000,00	1,02	0,01%
Despesas com Advogados	110.000,00	12,50	0,13%
Despesas com <i>Road-show</i> ²	69.735,00	7,92	0,08%
Despesas com Publicações	100.000,00	11,36	0,11%
Despesas com <i>Agência de Rating</i>	53.000,00	6,02	0,06%
Despesas Diversas ³	136.000,00	15,45	0,15%
Total	650.000,00	73,86	0,74%

¹ Despesas estimadas com prospectos, apresentações, *conference calls*, *video calls*, viagens, hotéis, etc.

² Despesas estimadas com estruturação, entre elas: viagens, hotéis, *website*, aluguel de equipamentos etc.

* Custos unitário por Cota calculado com base no volume médio estimado para a presente oferta considerando-se as Cotas Seniores da 1ª Série e as Cotas Subordinadas. Não inclui os lotes suplementares.

** % em relação a oferta calculada base no volume médio estimado para a presente oferta considerando-se as Cotas Seniores da 1ª Série e as Cotas Subordinadas. Não inclui os lotes suplementares.

Os custos da distribuição acima estimados serão reembolsados aos Estruturadores e demais prestadores de serviço do Fundo que incorrem em referidos mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de pagamento e conforme orientação do Gestor, sendo que o pagamento pelo Fundo poderá ser parcelado e os Estruturadores e demais prestadores de serviços do Fundo não farão jus ao recebimento de quaisquer encargos financeiros de qualquer natureza sobre os valores a serem reembolsados pelo Fundo.

Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da presente distribuição pública e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, ao Coordenador Líder, ao Administrador ou ao Gestor, nos endereços indicados nas seções “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo”, sendo certo que este Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM apenas para consulta e reprodução.

IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Administrador

CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), Bela Vista, CEP 01311-920 - São Paulo/SP
At.: Sr.(a) Erick Warner Carvalho Telefone: (11) 4009-2189 Website: www.citibank.com.br
Acesso para obtenção do Prospecto:
https://www.brasil.citibank.com/JPS/content/pdf/ICMS_20110610_FIDCCPMGPREL.pdf

Gestor

XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA.
Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, 2º andar, Barra da Tijuca, CEP 22640-102 - Rio de Janeiro/RJ
At.: Sr. André Vainer Telefone: (21) 3526-3672 Website: www.xpgestão.com.br

Consultores Especializados

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG
Rua Bahia, nº 1.600, Lourdes, CEP 30160-907 - Belo Horizonte/MG
At.: Sr. Walter Elias Furtado Telefone: (31) 3219-8815 Website: www.bdmg.mg.gov.br
Acesso para obtenção deste Prospecto:
<http://www.bdmg.mg.gov.br/Documents/noticias/2011/FIDCCPMGPREL.pdf>

XP FINANCE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS LTDA.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, 7º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-002 - São Paulo/SP
At.: Sr. Gustavo Muller Medeiros Telefone: (11) 3526-1316
Website: www.xpi.com.br

Coordenador Líder

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.
Av. das Américas nº 3.434, bloco 7, 2º andar, salas 201 à 207 e 208 (parte), Barra da Tijuca, CEP 22640-102 - Rio de Janeiro/RJ
At.: Sr. Henrique de Loyola R. Alves Telefone: (11) 3526-1300 Website: www.xpi.com.br
Acesso para obtenção deste Prospecto: www.xpi.com.br/ipo.aspx - Opção FIDC CPMG

Agente de Monitoramento

BRL TRUST SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Rua Tabapuã, nº 1.123, 4º andar, conjuntos 44 à 48, CEP 04533-014 - São Paulo/SP
At.: Sr. Maurício Ribeiro/ Rodrigo Gomes Telefone: (11) 3313-0350
Website: www.brltrust.com.br

Auditores Contratados

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, Itaim Bibi, CEP 04530-904 - São Paulo/SP
At.: Sr. Ricardo Anhesini Souza Telefone: (11) 2183-3141 Website: www.kpmg.com.br

Agência de Classificação de Risco

FITCH RATINGS BRASIL LTDA.
Praça XV de Novembro, nº 20, 4º andar, Centro, CEP 20010-010 - Rio de Janeiro/RJ
At.: Sr. Jayme Bartling Telefone: (11) 4504-2602 Website: www.fitchratings.com.br

Consultores Jurídicos

VELLOZA & GIOTTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
Avenida Paulista, nº 901, 17º e 18º andares, Bela Vista, CEP 01311-100 - São Paulo/SP
At.: Sr. Ricardo Genis Mourão Telefone: (11) 3145-0055 Website: www.vgladv.com.br

OUTROS SERVIÇOS

O Administrador poderá contratar a prestação de outros serviços, inclusive para realizar os serviços de custódia física, armazenamento, conservação e guarda dos Documentos Comprobatórios, bem como contratar Agentes de Cobrança para realizar a cobrança ativa judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento.

ADMINISTRADOR, CUSTODIANTE E ESCRITURADOR

Breve Histórico

O Administrador, que exerce também a atividade de custodiante do Fundo, é a Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., o qual representará o Fundo em todos os seus negócios sempre de acordo com os termos do Regulamento e no melhor interesse dos Cotistas.

O Grupo Citibank vem escrevendo no Brasil uma produtiva história, iniciada em 1915, quando foi aberta sua primeira sucursal no país. O resultado de quase um século de atuação no Brasil traduz-se hoje num portfólio de mais de 400 mil correntistas, R\$ 1,9 bilhão de lucro líquido, R\$ 42,5 bilhões em ativos totais, R\$ 5 bilhões de patrimônio líquido e mais de 6,5 mil funcionários.

- Segmento corporativo: atendimento a empresas de médio e grande portes e instituições financeiras. Oferece desde soluções para o dia-a-dia a mais de 8,5 mil empresas, até operações estruturadas e *know-how* internacional em produtos de banco de investimento;
- Citibank: atendimento bancário à pessoas físicas, pequenas e médias empresas, com mais de 100 agências e mais de 400 mil clientes, que contam com uma gama variada de produtos e serviços;
- Citigold Private Client: atendimento exclusivo às pessoas físicas, proporcionando acesso a um amplo portfólio de produtos e serviços, com tratamento e benefícios especializados;
- Citi Private Bank: com estrutura internacional de atendimento, o Citi Private Bank oferece soluções personalizadas para a preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares;
- Citi Corretora: Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários líder em operações eletrônicas na BM&FBovespa, atuando no mercado há mais de 30 anos. Foi pioneira no desenvolvimento do *home broker* e conta, atualmente, com 15 mil clientes ativos nos últimos 12 meses e volume médio mensal negociado de R\$ 2,2 milhões por mês;
- Credicard: uma das empresas líderes no mercado de cartões de crédito, que emite e faz a gestão do portfólio de cartões do Citi, com aproximadamente 6 milhões de cartões emitidos. A Credicard oferece ainda produtos de crédito pessoal e financiamentos, atendendo a uma base de 113,6 mil clientes, por meio de 100 pontos de venda, em 21 Estados brasileiros, formando uma completa solução de produtos de crédito.

O segmento corporativo organiza seu atendimento por indústria. O Citi está presente tanto no dia-a-dia da empresa como em seus momentos decisivos. Para isso, provê serviços relacionados ao gerenciamento de fluxo de caixa, custódia, comércio exterior, gerenciamento de riscos de mercado, câmbio, investimentos, cartões de crédito, seguros, empréstimos e financiamentos em moeda local e internacional, além de disponibilizar sofisticadas operações financeiras.

O Administrador é uma empresa integralmente detida pelo Grupo Citibank. O Administrador opera independentemente e é totalmente segregado de outros segmentos do Grupo Citibank em sua capacidade de administrador de fundos geridos por terceiros. O Administrador também prestará os serviços de custódia, controladoria e escrituração do Fundo.

As informações sobre o Fundo são divulgadas e disponibilizadas nos endereços citados neste Prospecto, onde tais informações poderão ser solicitadas.

O Administrador mantém serviço de atendimento ao Cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, à disposição dos Cotistas, nas referidas dependências.

Descrição das Funções

O Administrador prestará, além dos serviços de administração do Fundo, o serviço de custódia, que consiste na guarda, liquidação financeira e administração dos proventos do Fundo junto aos depositários e sistemas de liquidação (CBLIC, CETIP e SELIC). Adicionalmente, o Administrador será responsável pela atualização diária das cotas, precificação dos títulos e valores mobiliários, elaboração do balanço e relatórios legais, atendimento aos órgãos governamentais reguladores (CVM, BACEN, Receita Federal do Brasil e etc.) e auditoria externa, controle dos limites legais e os estabelecidos no Regulamento para concentração do Fundo, recolhimento dos tributos, amortização das Cotas, registro de Cotas em instituições depositárias para negociação no mercado secundário e etc.

O Administrador, o Gestor e os terceiros contratados respondem solidariamente, no exercício de suas respectivas atribuições, pelos prejuízos que causarem aos Cotistas, quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e do Regulamento.

Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e, juntamente com o Gestor, tem poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira e exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) Manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a. A documentação relativa às operações do Fundo;
 - b. O registro dos Cotistas;
 - c. O livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
 - d. O livro de presença de Cotistas;
 - e. Os demonstrativos trimestrais;
 - f. O registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - g. Os relatórios do Auditor;
- (ii) Receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição custodiante contratada;
- (iii) Entregar aos Cotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-los do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração e da Taxa de Performance praticada;
- (iv) Divulgar, na periodicidade prevista no Regulamento, no periódico referido no inciso anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas desse Fundo, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco contratadas pelo Fundo;
- (v) Custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (vi) Fornecer anualmente aos Cotistas, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (vii) Sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas no Regulamento e na regulamentação vigente, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- (viii) Providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da Carteira; e

- (ix) Enviar a notificação da cessão dos Direitos de Crédito para o Sacado, notificação esta que deverá conter a linha digitável com os dados para pagamento pelo Sacado dos Direitos de Crédito diretamente na Conta Reserva.

A divulgação das informações previstas no inciso (iv) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada no periódico determinado para divulgação de informações do Fundo, observada a responsabilidade do Administrador pela regularidade na prestação dessas informações.

Tendo em vista que o Fundo terá significativa quantidade de Direitos de Créditos cedidos e expressiva diversificação de Cedentes, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito será realizada pelo Administrador, na qualidade de custodiante, ou por terceiro contratado pelo Administrador, sob sua responsabilidade, trimestralmente, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Administrador deverá considerar a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada.

Tendo em vista que o Sacado confirmará a existência, validade e o pagamento da totalidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, será verificado o lastro da totalidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo no determinado período, conforme estabelecido no parágrafo anterior.

As verificações serão realizadas por meio dos seguintes procedimentos:

- (i) obtenção de arquivo com os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, na data base da revisão;
- (ii) apuração da quantidade de Direitos de Crédito a serem verificados;
- (iii) seleção dos Direitos de Crédito; e
- (iv) conferência física dos Direitos de Crédito com os registros eletrônicos do Administrador.

Para atendimento ao disposto no parágrafo 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, o Administrador considerará as informações que dispuser após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos 3 (três) meses, se houver.

O Administrador contratará, às suas expensas, por meio de contratos de depósito, os Agentes de Depósito, os quais poderão ser os próprios Cedentes para realizar a guarda física dos originais dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios.

O diretor responsável indicado pelo Administrador deverá elaborar demonstrativo trimestral que evidencie, em relação ao trimestre a que se refere as informações abaixo indicadas, observado que mencionados demonstrativos devem ser enviados à CVM no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Cotistas, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente, sendo que o itens (v) a (xvi) somente serão incluídos no demonstrativo trimestral, a partir de 01.01.2011:

- (i) Que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- (ii) Que as negociações foram realizadas a taxa de mercado;
- (iii) Os procedimentos de verificação de lastro adotados pelo Administrador, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso;
- (iv) Os resultados da verificação do lastro, realizada pelo Administrador, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados;

- (v) As informações sobre (1) a natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos do crédito, ou (2) descrição dos mecanismos e procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito, inclusive inadimplentes, coleta e pagamento/rateio destas despesas entre os Cotistas, caso assim seja determinado pelo Regulamento, caso tais informações:
 - a. Não fossem conhecidas pelo Administrador no momento de registro do Fundo; ou
 - b. Tenham sofrido alterações ou aditamentos;
- (vi) Possíveis efeitos das alterações apontadas no inciso (v) acima sobre a rentabilidade da Carteira;
- (vii) Em relação aos Cedentes que representem individualmente 10% (dez por cento) ou mais da Carteira no trimestre:
 - a. Eventuais alterações nos critérios para a concessão de crédito adotados por tais Cedentes, caso os critérios adotados já tenham sido descritos no Regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; e
 - b. Critérios para a concessão de crédito adotados pelos Cedentes, caso tais critérios não tenham sido descritos no Regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais;
- (viii) Eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos;
- (ix) Forma como se operou a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, incluindo:
 - a. Descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e
 - b. Indicação do caráter definitivo, ou não, da cessão;
- (x) Impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da Carteira dos eventos de pré-pagamento;
- (xi) Análise do impacto dos eventos de pré-pagamento descrito no inciso (x) acima;
- (xii) Condições de alienação, a qualquer título, inclusive por venda ou permuta, de Direitos de Crédito, incluindo:
 - a. Momento da alienação (antes ou depois do vencimento); e
 - b. Motivação da alienação;
- (xiii) Impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da Carteira de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de Direitos de Crédito realizadas:
 - a. Pelo Cedente;
 - b. Por instituições que, direta ou indiretamente, prestam serviços para o Fundo; ou
 - c. Por pessoas a eles ligadas;
- (xiv) Análise do impacto da descontinuidade das alienações descrito no inciso (xiii) acima;
- (xv) Quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar a operação que acarretaram a amortização antecipada dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo; e
- (xvi) Informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.

É vedado ao Administrador:

- (i) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) Utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (iii) Efetuar aporte de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

As vedações de que tratam os incisos (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- (i) Emitir quaisquer Séries ou classes de Cotas não expressamente aprovadas no Regulamento;
- (ii) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (iii) Realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- (iv) Aplicar recursos direta ou indiretamente no exterior;
- (v) Adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (vi) Pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão de descumprimento de normas previstas no Regulamento;
- (vii) Vender Cotas do Fundo a prestação;
- (viii) Prometer rendimento pré-determinado aos Cotistas;
- (ix) Vender Cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil que sejam Cedentes de Direitos de Crédito;
- (x) Fazer, em materiais de propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (xi) Obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- (xii) Delegar poderes de gestão da Carteira, ressalvada delegação dos poderes de gestão do Gestor, nos termos do Regulamento e do disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM nº 356/01; e
- (xiii) Efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, no todo ou em parte.

O Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, será responsável por quaisquer penalidades decorrentes da violação dos termos do Regulamento ou da regulamentação aplicável.

GESTOR

Breve Histórico

A XP Gestão de Recursos originou-se do Clube de Investimento XP Investor, idealizado pelos sócios da XP Investimentos com o propósito de alocar seus próprios recursos e com estratégia de alocação de longo prazo em ações.

Com o tempo, pessoas ligadas aos sócios demonstraram interesse por também participar deste projeto, o que levou a empresa a montar uma estrutura profissional para gestão de recursos de terceiros.

Em 2006, a XP Gestão constituiu seu primeiro Fundo, o XP Investor FIA, administrado pela Mellon Serviços Financeiros, contando atualmente com mais de 3.000 (três mil) cotistas, em 20 (vinte) fundos, com aproximadamente R\$ 450 milhões de patrimônio sob gestão.

Em 2010, seus fundos obtiveram 5 estrelas pela revista Exame, com destaque para seu fundo de renda fixa, que ficou entre os 5 melhores da categoria e FIA com melhor rentabilidade (dados Revista Exame: 10.02.2010).

A XP Gestão oferece uma ampla gama de fundos, exclusivos ou não, com grande variedade de portfólio. Em dezembro de 2010, a XP Gestão encerrou a captação de mais R\$ 500 milhões junto a um investidor institucional, em um Fundo de Investimento Imobiliário – FII para incorporação de projetos residenciais. A XP Gestão possui ainda mais R\$ 560 milhões sob gestão (Mar/2011) e um fundo imobiliário para incorporações de empreendimentos residenciais com R\$ 500 milhões comprometidos e a integralizar junto a um investidor institucional com início em abril/2011.

Breve Descrição das Funções

Incluem-se nas atividades do Gestor, dentre outras: (i) participar do Conselho Consultivo de Crédito; (ii) gerir a Carteira; (iii) efetuar todos os procedimentos para a liquidação do Fundo; (iv) gerir os Ativos Financeiros, conforme disposições do Regulamento; (v) executar as diretrizes apontadas pelo Conselho Consultivo de Crédito sempre que adequado; (vi) verificar e validar se os Direitos de Crédito atendem às Condições da Cessão e aprovar a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo; (vii) assistir e orientar o Administrador quanto à avaliação e ao registro dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira de acordo com as suas respectivas naturezas; (viii) validar e aprovar a análise de crédito dos Cedentes e os limites de aquisição de Direitos de Crédito dos Cedentes que serão sugeridos pelo Conselho Consultivo de Crédito; (ix) informar para a Agência Classificadora de Risco, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após a ciência pelo Administrador, caso haja o bloqueio judicial de qualquer conta corrente ou conta investimento do Fundo; e (x) praticar todos os demais atos de gestão da Carteira, observadas as atribuições do Administrador, dos Consultores Especializados e do Conselho Consultivo de Crédito.

COORDENADOR LÍDER

Breve Histórico

Fundada em 2001, a XP proporciona o acesso dos seus clientes a uma gama de produtos e serviços financeiros em um único provedor, por meio das suas principais divisões de negócio: Trading, Asset Management, Corporate Finance, Seguros e Educação Financeira.

A XP sustenta seu crescimento com base na educação financeira, capacitando pessoas no acesso facilitado do investidor ao mercado, por meio de seus escritórios afiliados e assessores de investimentos.

A XP está entre as 25 (vinte e cinco) companhias vencedoras do prêmio “As Empresas Mais Inovadoras do Brasil em 2009”, promovido pela revista Época Negócios, em parceria com o Fórum de Inovação da FGV-Eaes, sendo a única corretora premiada.

Em março de 2009, a XP foi certificada como a marca mais lembrada e umas das preferidas, na categoria Corretora de Valores, no Estudo Marcas de Quem Decide, edição 11 anos, realizado pelo Jornal do Comércio e Instituto Qualidata.

A XP, ainda, integra o ranking das 25 melhores empresas para se trabalhar no estado do Rio de Janeiro, segundo pesquisa realizada em 2009 e 2010 pelo Great Place to Work Institute (GTW), em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RJ).

A XP participa ativamente do mercado de renda variável. Entre as últimas ofertas em que atuou como corretora consorciada, destacam-se: CETIP, Direcional, Marfrig, Energias do Brasil, Iguatemi, Cyrela, CCR, Santander, Brookfield e Tivit.

A XP também possui um papel de destaque no mercado secundário, ativando a demanda por meio de operações de derivativos e trading. Vale destacar, também, o Programa XP Empresas, pelo qual atinge investidores institucionais e de varejo, proporcionando a elevação da negociação dos ativos trabalhados pelo Programa no mercado secundário.

Breve Descrição das Funções

Ao Coordenador Líder compete prestar os serviços de distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série e das Cotas Subordinadas, em regime de melhores esforços, de acordo com o presente Prospecto, com o Contrato de Distribuição e com a legislação e regulamentação vigente.

CONSULTOR ESPECIALIZADO XP

Breve Histórico

A XP Finance foi constituída em 2009, a partir da associação da XP Investimentos com executivos do Credit Suisse e Citibank, com intuito de explorar oportunidades de negócio no segmento de finanças corporativas, com foco na assessoria para captação de recursos financeiros por meio de instrumentos de dívida, capital ou híbrido.

Sua atuação independente permite assessorar companhias devedoras, bem como credores e investidores de forma isenta e livre de conflitos de interesses na negociação, podendo ainda atuar na formulação de planos de recuperação, recapitalização, refinanciamento e alienação de ativos.

A XP Finance atua ainda em reestruturação de empresas, objetivando a reorganização da estrutura societária de controle e de governança corporativa, com intuito de gerar valor e atrair possíveis investidores.

A XP Finance atua ativamente na originação de novas oportunidades, com a busca e identificação de oportunidades de investimento, discussões estratégicas com potenciais vendedores/compradores e na viabilização de novos negócios.

Breve Descrição das Funções

Incluem-se nas atividades do Consultor Especializado XP, dentre outras: (i) participar do Conselho Consultivo de Crédito; (ii) identificar as empresas estratégicas que poderão ser cadastradas pelo Fundo como Sacados e seus fornecedores e prestadores de serviços que estejam aptos a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão; (iii) orientar e coordenar os Cedentes acerca do credenciamento deles junto ao Fundo e a celebração dos Contratos de Cessão e Termos de Cessão, incluindo a verificação da existência, validade e eficácia das autorizações societárias e poderes de representação dos representantes legais dos Cedentes signatários dos respectivos documentos; (iv) definir, em conjunto com o Gestor, a política de aquisição de Direitos de Crédito a ser adotada pelo Gestor quando da aquisição dos Direitos de Crédito; (v) definir, em conjunto com o Gestor, os limites de concentração a serem adotados e observados pelo Gestor quando da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo; e (vi) sugerir ao Gestor e ao Administrador novas emissões de Cotas do Fundo.

CONSULTOR ESPECIALIZADO BDMG

Breve Histórico

Fundado em 1962, o BDMG é uma sólida instituição financeira vinculada ao Sistema Operacional de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais. Sua atuação se reflete no incentivo à economia de forma sustentável, com geração de emprego e renda.

Como agente financeiro do Governo Estadual de Minas Gerais, o BDMG vem, ao longo de sua história, apoiando empreendimentos que contribuem para a dinâmica da economia de Minas Gerais. O Banco promove o desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, por meio da modernização e diversificação do setor produtivo mineiro, da interiorização do desenvolvimento e da redução das desigualdades regionais.

Vinculado ao Sistema Operacional de Desenvolvimento Econômico do Estado, o BDMG investe em setores vitais para Minas Gerais, apoiando desde os grandes empreendimentos até os de micro, pequeno e médio portes, tanto do setor público quanto do setor privado.

Presente em todas as regiões do território mineiro, o BDMG fomenta atividades dos mais variados setores, a saber: indústria, agricultura e agronegócio, comércio e prestação de serviços, infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Breve Descrição das Funções

Incluem-se nas atividades do Consultor Especializado BDMG, dentre outras: (i) participar do Conselho Consultivo de Crédito; (ii) identificar as empresas estratégicas que poderão ser cadastradas pelo Fundo como Sacados e seus fornecedores e prestadores de serviços que estejam aptos a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão; (iii) orientar e coordenar os Cedentes acerca do credenciamento deles junto ao Fundo e a celebração dos Contratos de Cessão e Termos de Cessão, incluindo a verificação da existência, validade e eficácia das autorizações societárias e poderes de representação dos representantes legais dos Cedentes signatários dos respectivos documentos; (iv) definir, em conjunto com o Gestor, a política de aquisição de Direitos de Crédito a ser adotada pelo Gestor quando da aquisição dos Direitos de Crédito; (v) definir, em conjunto com o Gestor, os limites de concentração a serem adotados e observados pelo Gestor quando da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo; (vi) sugerir ao Gestor e ao Administrador novas emissões de Cotas do Fundo; e (vii) receber a documentação de potenciais Cedentes e Sacados, revisando se atende ao solicitado pelo Gestor e/ou pelo Administrador.

AGENTE DE MONITORAMENTO

Breve Histórico

Originalmente denominada Pentágono Trust, a BRL Trust surgiu em 2005 voltada exclusivamente para a prestação de serviços fiduciários. É uma instituição independente, não sendo ligada a nenhum grupo financeiro. A inexistência de conflitos de interesse permite o desenvolvimento de suas atividades com isenção e flexibilidade.

Seus acionistas possuem mais de 15 (quinze) anos de experiência na prestação de serviços fiduciários para os principais investidores nacionais e internacionais.

Atuou como *trust-holder* (administrador societário) de um dos maiores projetos hidroelétricos em desenvolvimento no Brasil – UHE Foz do Chapecó (R\$ 2,5 bilhões) e com pouco tempo de existência já havia sido contratada para atuar como interveniente fiduciário em mais de 100 (cem) operações de crédito, consubstanciadas em cédulas de crédito bancário – CCBs, cédulas de crédito imobiliário – CCLs, cédulas do produto rural – CPRs e certificados de direitos creditórios do agronegócio – CDCAs.

A BRL Trust desenvolveu Sistema de Controle de Ativos – SCA para acompanhamento, monitoramento, controle e cobrança de operações de crédito em diversos setores da economia, inclusive no monitoramento de carteira de duplicatas cedidas, a fim de promover maior segurança aos investidores em relação aos créditos securitizados.

Breve Descrição das Funções

Incluem-se nas atividades do Agente de Monitoramento, dentre outras: (i) realizar o controle e a movimentação das Contas Reserva do Fundo; (ii) fazer diariamente um controle gerencial e interno das movimentações por Cedente na Conta Reserva de seus respectivos Sacados; (iii) realizar, exclusivamente em conjunto com o Gestor, a transferência dos recursos disponíveis nas Contas Reserva para a conta-corrente de titularidade do Fundo movimentada pelo Administrador e para a conta-corrente informada pelo respectivo Cedente, no mesmo dia em que os recursos forem recebidos na respectiva Conta Reserva; (iv) notificar o Cedente, no caso de mora do Sacado no pagamento de algum Direito de Crédito cedido ao Fundo, e realizar a transferência automática ao Fundo da propriedade de parte do percentual do Direito de Crédito que havia permanecido sob a propriedade do Cedente, conforme disposto no Regulamento; e (v) informar ao Administrador e ao Gestor sobre a mora do Sacado quanto ao pagamento de determinado Direito de Crédito, para que sejam tomadas as medidas pertinentes.

CONFLITO DE INTERESSE

O Administrador acumula, na mesma pessoa jurídica, as funções de prestação de serviços de administração, custódia qualificada, controladoria e escrituração de cotas do Fundo. Ainda assim, o Administrador possui mecanismos apropriados de segregação de suas atividades, assim como independência das atividades por ele desempenhadas. Não obstante, tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções fiduciárias são exercidas por entidades distintas.

O Gestor, o Consultor Especializado XP e o Coordenador Líder são instituições pertencentes ao mesmo grupo econômico, mas tratam-se de entidades distintas as quais possuem segregação de atividades entre elas. Cada uma delas desempenha sua prestação de serviços ao Fundo com total independência com relação uma à outra, com políticas de confidencialidade e segurança das informações. Não obstante, tal situação poderá ensejar conflitos de interesses.

RELACIONAMENTO ENTRE OS PRINCIPAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Relacionamento entre o Administrador e o Gestor

Além dos serviços de gestão do Fundo, na data deste Prospecto, o Gestor presta serviços de gestão da carteira de um Fundo de Investimento Imobiliário administrado pelo Administrador, o qual foi captado recentemente junto a um investidor institucional. Além deste serviço, e ressalvado o atual relacionamento existente em razão do Fundo, na data deste Prospecto o Administrador e o Gestor não mantêm nenhum outro relacionamento comercial.

Relacionamento entre o Gestor, o Coordenador Líder e o Consultor Especializado XP

O Gestor, o Coordenador Líder e o Consultor Especializado XP fazem parte do mesmo grupo econômico, tendo, assim, participações cruzadas em afiliadas, controladas e subsidiárias.

Relacionamento entre o Agente de Monitoramento e o Administrador

Na data deste Prospecto, o Agente de Monitoramento presta serviços de gestão da carteira de fundos de investimento registrados na CVM, cuja instituição administradora é o Administrador. Além deste serviço, e ressalvado o atual relacionamento existente em razão da estruturação do Fundo, o Administrador é o custodiante de alguns dos fundos dos quais o Agente de Monitoramento é o administrador mantendo, dessa forma, outros relacionamentos comerciais em comum.

Relacionamento entre o Consultor Especializado BDMG e o Primeiro Sacado do Fundo

O Grupo Fiat e o Consultor Especializado BDMG mantém relacionamento em operações de crédito desde a instalação da Fiat Automóveis em Minas Gerais no ano de 1973.

ATENDIMENTO AOS COTISTAS

O Administrador coloca à disposição dos Cotistas um Serviço de Atendimento responsável pelo esclarecimento de dúvidas e recebimento de sugestões e reclamações através do Citiphone Banking nos telefones 4004-2484 (São Paulo e Rio de Janeiro) e (DDG) 0800-701-2484 (demais localidades).

Ouvidoria Citi - Caso o Cotista já tenha recorrido aos Canais de Atendimento e não tenha se sentido satisfeito com a solução apresentada, com o número do protocolo de atendimento em mãos, o mesmo poderá acessar o endereço eletrônico www.citibank.com.br ou ligar para 0800-970-2484. O Administrador possui atendimento exclusivo para deficientes.

O correio eletrônico poderá ser utilizado como uma forma de correspondência válida entre o Administrador e os Cotistas do Fundo, inclusive para fins de convocação de assembleias gerais e envio de informações referentes ao Fundo, desde que o Cotista concorde, expressamente, com tal procedimento.

REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS

Taxa de Administração

Será devido pelo Fundo a título de Taxa de Administração o percentual anual calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente, sendo que a Taxa de Administração compreende a remuneração do Administrador, do Gestor, dos Consultores Especializados e do Agente de Monitoramento pela prestação de serviços ao Fundo. A Taxa de Administração será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Taxa de Administração} = \% \text{ PL Fundo} \times \frac{1}{252} \times \text{PL Fundo (D - 1)}$$

onde:

“% PL Fundo” é o percentual definido no Regulamento; e

“PL Fundo (D-1)” é o Patrimônio Líquido do Fundo no Dia Útil anterior.

O percentual da Taxa de Administração variará de acordo com as faixas do Patrimônio Líquido do Fundo e em conformidade com a tabela abaixo, observada a remuneração mínima devida ao Administrador e a remuneração adicional devida ao Agente de Monitoramento no primeiro ano contado da data do primeiro aporte de recursos no Fundo, conforme descrito nesta seção.

Faixas do Patrimônio Líquido do Fundo (em milhões de reais)	Taxa de Administração cobrada por faixa
$0 \leq \text{PL} < 100$	1,35%
$100 \leq \text{PL} < 150$	1,32%
$150 \leq \text{PL} < 200$	1,29%
$\text{PL} \geq 200$	1,26%

O percentual acima será aplicável de forma escalonada por faixa do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que para a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que superar cada faixa acima estabelecida será aplicado o percentual aplicável para a respectiva faixa.

A Taxa de Administração será provisionada diariamente, por Dia Útil, e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A Taxa de Administração não inclui as despesas e encargos do Fundo previstos no Regulamento, as quais serão debitadas do Fundo pelo Administrador.

O Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

O Administrador, pela prestação de serviços de administração, custódia, controladoria e escrituração das Cotas, fará jus à remuneração calculada de forma escalonada de acordo com a tabela abaixo, a qual será descontada da Taxa de Administração:

Faixas do Patrimônio Líquido do Fundo (em milhões de reais)	Remuneração do Administrador cobrada por faixa
$0 \leq PL < 100$	0,32%
$100 \leq PL < 150$	0,30%
$150 \leq PL < 200$	0,28%
$PL \geq 200$	0,26%

Não obstante a remuneração do Administrador estabelecida acima, será devida uma remuneração mínima mensal ao Administrador no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), somente caso os percentuais indicados acima resultarem em uma remuneração menor do que a remuneração mensal mínima. Esta regra não será aplicável no período pré-operacional do Fundo, ou seja, o Fundo não será considerado em sua fase pré-operacional na média para cálculo da remuneração mínima, sendo pré-operacional o período compreendido entre o registro de funcionamento do Fundo pela CVM e a data em que ocorra a primeira integralização de Cotas no Fundo. O valor da remuneração mínima mensal do Administrador será reajustado anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M/FGV no período.

O Gestor, pela prestação de serviços de gestão do Fundo, fará jus à remuneração calculada em 0,37% (trinta e sete décimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, a ser descontado da Taxa de Administração.

O Consultor Especializado XP, pela prestação de serviços de consultoria especializada, fará jus à remuneração calculada em 0,28% (vinte e oito décimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, a ser descontado da Taxa de Administração.

O Consultor Especializado BDMG, pela prestação de serviços de consultoria especializada, fará jus à remuneração calculada em 0,28% (vinte e oito décimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, a ser descontado da Taxa de Administração.

O Agente de Monitoramento, pela prestação dos serviços descritos no Regulamento, fará jus à remuneração calculada de forma escalonada de acordo com as faixas do Patrimônio Líquido do Fundo em conformidade com a tabela abaixo, a ser descontado da Taxa de Administração.

Faixas do Patrimônio Líquido do Fundo (em milhões de reais)	Remuneração do Agente de Monitoramento cobrada por faixa
$0 \leq PL < 100$	0,10%
$100 \leq PL < 150$	0,09%
$150 \leq PL < 200$	0,08%
$PL \geq 200$	0,07%

Adicionalmente, exclusivamente no 1º ano contado da data do primeiro aporte de recursos no Fundo, o Agente de Monitoramento fará jus a uma remuneração adicional no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), sendo mencionado valor pago em 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) cada. As parcelas ora mencionadas serão pagas ao Agente de Monitoramento mensalmente na mesma data de pagamento do restante da Taxa de Administração que será paga pelo Fundo para cada um dos prestadores de serviços.

Na eventualidade de o Agente de Monitoramento ser destituído em período inferior a 1 (um) ano contado da data do primeiro aporte de recursos no Fundo, o Fundo deverá efetuar o pagamento das parcelas remanescentes do montante adicional ao qual faz jus o Agente de Monitoramento, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da formalização da destituição do Agente de Monitoramento.

Taxa de Performance

A Taxa de Performance é a remuneração do Gestor e dos Consultores Especializados e está atrelada à valorização das classes de Cotas Subordinadas. A Taxa de Performance será correspondente à 20% (vinte por cento) do valor que exceder à variação de 100% (cem por cento) da Taxa CDI no período de apuração das classes de cotas Subordinadas, conforme disposto abaixo, a qual deverá ser provisionada a título de Reserva de Pagamento.

O valor devido pelo Fundo a título de Taxa de Performance será repartido entre o Gestor e os Consultores Especializados da seguinte forma:

Prestador de Serviços do Fundo	Percentual da Taxa de Performance
Gestor	30%
Consultor Especializado BDMG	35%
Consultor Especializado XP	35%

A Taxa de Performance será provisionada diariamente, por Dia Útil, e paga semestralmente a partir da data da primeira integralização das respectivas classes de Cotas Subordinadas, por período vencido, até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao período a que se referir.

O valor de cada classe de Cotas-Subordinadas, para efeito do cálculo da Taxa de Performance, será marcado a cada início do período de apuração da Taxa de Performance e será o valor correspondente a: (i) no primeiro período de apuração, o valor da classe de Cotas Subordinadas na data da respectiva primeira integralização; e (ii) nos períodos subsequentes, ao maior valor entre o valor marcado no final do período de apuração imediatamente anterior e o valor da respectiva classe de Cotas Subordinadas no final do período de apuração referido. Caso a valorização das classes de Cotas Subordinadas não ultrapasse a remuneração de 100% (cem por cento) da Taxa CDI calculada sobre o valor de cada classe de Cotas Subordinadas marcado de

cada período imediatamente anterior, não haverá remuneração referente à Taxa de Performance para o período em referência.

Ressalvada a Taxa de Performance a ser paga ao Gestor e aos Consultores Especializados nos termos deste Regulamento, não serão cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso e/ou saída.

Taxa de Ingresso e Saída

Não será cobrada qualquer taxa de ingresso ou de saída dos Cotistas.

Outros Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da remuneração prevista na seção “Taxa de Administração” e “Taxa de Performance”, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pelo Administrador:

- (i) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (ii) Despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) Despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (iv) Honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) Emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo, bem como despesas referentes à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito;
- (vi) Honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) Quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- (viii) Taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- (ix) Contribuição anual devida às bolsas de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- (x) Despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco, se houver; e
- (xi) Despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria para a seleção de ativos que comporão a Carteira, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira, bem como quaisquer outras não previstas no Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo e correrão por conta do Administrador, podendo ser deduzidas da parcela da Taxa de Administração, nos termos do Contrato de Gestão e dos Contratos de Consultoria Especializada.

O pagamento das despesas de que trata o parágrafo anterior pode ser efetuado diretamente pelo Fundo, por conta e ordem do Administrador, à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da Taxa de Administração.

Quaisquer outras despesas, que não estejam expressamente previstas no Regulamento como encargos do Fundo, correrão por conta do Administrador.

Considerando que todos os encargos previstos acima serão suportados pelo Fundo, quaisquer valores eventualmente adiantados pelo Administrador, pelo Gestor ou pelos Consultores Especializados para cobrir tais encargos, tornar-se-ão automaticamente créditos deles contra o Fundo, os quais deverão ser prontamente reembolsados pelo Fundo, mediante apresentação da respectiva nota fiscal ao Administrador, sempre e assim que houver disponibilidade de caixa.

SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR E DOS CONSULTORES ESPECIALIZADOS

A Assembleia Geral de Cotistas poderá a qualquer tempo: (i) deliberar pela substituição do Administrador, do Gestor ou de qualquer dos Consultores Especializados; e (ii) indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração da instituição que assumirá, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações respectivamente do Administrador, do Gestor ou de qualquer dos Consultores Especializados a ser substituído, nos termos da legislação aplicável e do Regulamento.

Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral de Cotistas da substituição do Administrador, do Gestor e/ou de qualquer dos Consultores Especializados, o Administrador, o Gestor e/ou qualquer dos Consultores Especializados a ser substituído, deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre: (i) 60 (sessenta) dias; ou (ii) até que seja contratado outro administrador, gestor e/ou consultor especializado substituto.

O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo: (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da realização da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que deliberou pela sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações do Administrador; e (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-lo.

O Gestor e/ou qualquer dos Consultores Especializado que venham a ser substituídos deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo: (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que deliberou pela sua substituição, toda a documentação que tenha em seu poder que seja relativa ao Fundo, aos Cedentes, aos Sacados ou aos Direitos de Crédito, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações do Gestor e/ou do Consultor Especializado a ser substituído; e (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre suas funções para com o Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-lo.

A contratação de novo administrador, novo gestor e/ou novo consultor especializado estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas do Fundo pela Agência Classificadora de Risco.

Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

O Administrador, por meio de correio eletrônico ou por meio de publicação no periódico indicado para divulgação das informações do Fundo, pode renunciar à administração do Fundo, desde que o Administrador convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quórum de deliberação estabelecido no Regulamento.

O Gestor e/ou qualquer dos Consultores Especializados, por meio de correio eletrônico ou por meio de publicação no periódico indicado para divulgação das informações do Fundo, pode renunciar à gestão ou prestação dos serviços de consultoria especializada do Fundo, desde que informe ao Administrador para que este convoque a Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre referida substituição, devendo ser observado o quórum de deliberação estabelecido no Regulamento.

Na hipótese de renúncia do Administrador, do Gestor e/ou de qualquer dos Consultores Especializados, e nomeação de nova instituição que venha a substituir a parte renunciante em Assembleia Geral de Cotistas, o renunciante continuará obrigado a prestar os serviços de sua responsabilidade ao Fundo por prazo a ser definido na referida Assembleia Geral de Cotistas, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias corridos.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos descritos acima, não substitua o Administrador dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data em que se realizar a Assembleia Geral de Cotistas referida acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 70º (septuagésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral de Cotistas que nomear a nova instituição administradora.

Na hipótese do Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de Cotistas referida acima não nomear administrador habilitado para substituir o Administrador, ou não tiver quórum suficiente para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos.

Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

FATORES DE RISCO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Carteira e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos fatores de risco, dentre os quais destacamos os abaixo relacionados. Caso algum destes riscos ocorra, o Fundo poderá sofrer prejuízos, inclusive com perda de patrimônio para o Cotista. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente esta seção. O Administrador, o Gestor, os Consultores Especializados, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, eventual perda do valor de principal de suas aplicações em decorrência dos riscos indicados abaixo e de outros aplicáveis às Cotas, aos Direitos de Crédito e ao Fundo.

O Fundo e as aplicações realizadas pelos Cotistas no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Gestor, dos Cedentes, do Agente de Cobrança, dos Consultores Especializados, se for o caso, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

FATORES DE RISCO

- a) **Risco decorrente dos fatores macroeconômicos.** O Fundo aplicará seus recursos em Direitos de Crédito devidos por Sacados cadastrados pelo Fundo que atuem, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva do Estado de Minas Gerais. A solvência destes Sacados pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira: (i) taxas de juros, (ii) inflação, (iii) crescimento econômico e etc. Na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência do Fundo, afetando os resultados do Fundo e a rentabilidade das Cotas.
- b) **Risco decorrente da variação dos valores dos ativos.** Os ativos que compõem a Carteira poderão ter seus preços e a sua rentabilidade afetada em razão de diversos fatores, tais como alterações no nível de liquidez e nos procedimentos de concessão de crédito, de conjuntura econômica e fiscal, e também em função de eventuais alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos. Eventuais oscilações nos preços poderão fazer com que parte ou a totalidade dos ativos que compõem a Carteira seja marcada a valores menores aos da emissão ou contabilização inicial, resultando na redução do Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas Seniores e dos Cotistas Subordinados.
- c) **Risco decorrente das oscilações no patrimônio do Fundo.** O Gestor possui a prerrogativa de contratar operações de derivativos para evitar o risco de descasamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de o Gestor não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. A realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido do Fundo que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e consequentemente aos seus Cotistas.
- d) **Risco decorrente do descasamento de taxas.** Os Direitos de Crédito são descontados pelo Fundo a taxas prefixadas, enquanto a distribuição dos rendimentos da Carteira para as Cotas tem como parâmetro a Taxa CDI. Na hipótese de um aumento relevante na Taxa CDI e na impossibilidade de se realizar operações de mercado que protejam as posições mantidas pelo Fundo no mercado à vista, pode ocorrer de o Fundo não ter recursos o bastante para arcar com parte ou a totalidade dos rendimentos.

- e) **Risco decorrente da constituição do Fundo e negociação das Cotas.** O Fundo está constituído na forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas Seniores somente poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração da respectiva Série, e as Cotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas quando da liquidação do Fundo. Assim, caso o Cotista Sênior ou o Cotista Subordinado, decida alienar suas Cotas, em período inferior ao do referido prazo, terá que realizá-lo via mercado secundário. O mercado secundário no Brasil apresenta baixa liquidez para cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, fator este que pode dificultar a venda de cotas e/ou resultar na obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.
- f) **Risco decorrente da negociação de Direitos de Crédito.** O Fundo aplicará seus recursos principalmente em Direitos de Crédito. De todo modo, este tipo de investimento apresenta particularidades em relação aos ativos da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Por exemplo, nacionalmente não existe um mercado organizado para a compra e venda de Direitos de Crédito. Na eventualidade de necessidade de venda dos Direitos de Crédito da Carteira, inclusive na hipótese de liquidação do Fundo prevista neste Prospecto e no Regulamento, existe o risco de ausência de compradores ou o preço de negociação poderá ser consideravelmente baixo, causando perdas ao Fundo e afetando adversamente a rentabilidade das Cotas.
- g) **Risco decorrente das falhas na cobrança.** A cobrança dos Direitos de Crédito depende da atuação diligente do Administrador, quando se tratar de cobrança passiva, e do Agente de Cobrança, quando se tratar de cobrança ativa. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e realizar a conciliação dos valores devidos ao Fundo e aos Cedentes. Assim, qualquer falha de procedimento do Administrador e/ou do Agente de Cobrança poderá acarretar menor recebimento dos recursos pelo Fundo e, em última instância, a perda patrimonial do Fundo e a queda da rentabilidade das Cotas.
- h) **Risco decorrente da verificação do lastro dos Direitos de Crédito.** O Administrador fará a verificação trimestral do lastro dos Direitos de Crédito, que estarão sob a guarda do(s) Agente(s) de Depósito. Contudo, até que tal verificação seja realizada, o Fundo poderá ter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, obstando ao Fundo o exercício de seus direitos em relação aos Direitos de Crédito, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas. Ademais, a utilização de cópias autenticadas dos Documentos Comprobatórios para a verificação do lastro dos Direitos de Crédito não confere o mesmo grau de certeza proporcionado pela análise de documentação original, aumentando o risco de ocorrência de erros na verificação do lastro dos Direitos de Crédito. Mesmo que o(s) Agente(s) de Depósito terá(ão) a obrigação de permitir ao Administrador, ou terceiro por ele indicado, o livre acesso à referida documentação, a guarda dos Documentos Comprobatórios por terceiro(s) contratado(s) pelo Administrador pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos de Crédito.
- i) **Risco decorrente da liquidação antecipada.** A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus Cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas. Neste caso, o Fundo pode ter de negociar os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em valor inferior a seu valor de mercado, sendo que o preço praticado poderia ocasionar prejuízos aos Cotistas.
- j) **Risco decorrente da insuficiência de originação de Direitos de Crédito.** Não há garantias de que o Fundo conseguirá adquirir Direitos de Crédito suficientes para manter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão pelos Cedentes de Direitos de Crédito suficientes para o enquadramento do Fundo na condição acima disposta. O desenquadramento em relação à referida disposição poderá gerar um Evento de Avaliação do Fundo.

- k) **Risco decorrente da intervenção ou liquidação do Administrador.** O Fundo terá conta corrente no Administrador. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados pelo Fundo, o que afetaria seu Patrimônio Líquido, sua rentabilidade e poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.
- l) **Risco decorrente do monitoramento e da movimentação de recursos das Contas Reserva pelo Agente de Monitoramento.** Os Direitos de Crédito serão pagos pelos Sacados diretamente nas Contas Reserva de titularidade do Fundo, as quais serão monitoradas e movimentadas pelo Agente de Monitoramento, exclusivamente em conjunto com o Gestor, e o Agente de Monitoramento repassará ao Fundo e aos Cedentes, na mesma data de recebimento, observado o disposto neste Prospecto e no Regulamento, os recursos provenientes aos Direitos de Crédito pagos pelos Sacados. Na hipótese de os valores pagos pelos Sacados nas Contas Reserva serem recebidos nas Contas Reserva em prazo inferior à 1 (uma) hora de antecedência do horário de fechamento para transferências da instituição financeira na qual a conta será mantida, referido valor poderá ser contabilizado integralmente no Fundo e sua transferência para o Sacado no primeiro Dia Útil subsequente poderá afetar negativamente a rentabilidade do Fundo na data em que os valores forem efetivamente devolvidos aos respectivos Cedentes.
- m) **Risco decorrente da redução das Cotas Subordinadas.** O Fundo terá Relação Mínima admitida entre o seu Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores de 108,7% (cento e oito inteiros e sete décimos por cento). A diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas que arcarão com as despesas e prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência do Sacado e problemas de pagamento de indenizações ou repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.
- n) **Risco de concentração.** Apesar de o Fundo ser um fundo multicedente e multisacado, durante seu período inicial e em alguns casos especiais, poderá haver concentração do Fundo superior a 20% (vinte por cento) e de no máximo 100% (cem por cento) em Direitos de Crédito de um mesmo Sacado. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da Carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, inclusive de Cedentes, maior será a chance de o Fundo comprometer o fluxo de caixa esperado, bem como de sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.
- o) **Risco decorrente da alteração do Prospecto e do Regulamento.** O presente Prospecto e o Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, podem ser alterados independentemente da realização de Assembleia Geral de Cotistas. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.
- p) **Risco decorrente da invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos de Crédito.** A cessão de Direitos de Crédito poderá ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o Patrimônio Líquido, caso haja: (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passar ao estado de insolvência; (ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente for sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito pendesse demanda judicial fundada em direito real; e (iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

- q) **Risco decorrente do inadimplemento dos contratos.** Nos termos do artigo 476 do Código Civil, em contratos que estabeleçam obrigações para ambos os contratantes, nenhuma das partes poderá exigir da outra parte o cumprimento de sua obrigação antes de cumprida a sua própria obrigação. Nesse sentido, o Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito performados mediante o reconhecimento e a confirmação do pagamento pelo Sacado, garantindo, assim, que as obrigações do Cedente contraídas no contrato foram devidamente cumpridas. Não obstante, caso haja qualquer problema nas obrigações do Cedente contraídas no contrato, o Sacado poderá deixar de transferir ao Fundo os recursos destinados ao adimplemento dos Direitos de Crédito, comprometendo o fluxo de caixa esperado do Fundo, prejudicando, assim, a rentabilidade do investimento realizado pelos Cotistas, podendo inclusive resultar em perda de patrimônio para o Cotista.
- r) **Risco decorrente do processo de originação de Cedentes/Sacados.** O Fundo possui a prerrogativa de incluir novos Sacados e novos Cedentes, definindo a cada caso o processo que considera mais adequado para aquisição dos Direitos de Crédito. O correto julgamento do Gestor e dos Consultores Especializados na seleção dos novos Sacados e novos Cedentes, bem como na definição dos procedimentos adequados garantirá que o Fundo manterá níveis de risco compatíveis àqueles determinados quando da emissão da primeira Série de Cotas e a manutenção de sua classificação de risco mínima em “AA-”. A eventual seleção de Sacados e Cedentes que não condigam com os riscos do Fundo e/ou a definição de processos de aquisição de Direitos de Crédito insuficientes ou falhos poderá representar aumento no risco de crédito do Fundo e, eventualmente, representar um rebaixamento na classificação de risco mínima do Fundo.
- s) **Risco decorrente dos sistemas.** O Administrador e o Gestor utilizarão e sistemas para a realização das operações, rotinas e procedimentos operacionais do Fundo. Na hipótese de ocorrer erros ou falhas nos sistemas utilizados, que possam dar ensejo ao inadimplemento ou determinar a antecipação, liquidação ou amortização dos pagamentos dos Direitos de Crédito ao Fundo ou ao Cedente, tais eventos poderão afetar o modo de operação do Fundo e poderão acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.
- t) **Risco decorrente da guarda dos Documentos Comprobatórios.** A guarda dos Documentos Comprobatórios será realizada pelo(s) Agente(s) de Depósito, na qualidade de fiel(is) depositário(s), podendo representar uma limitação em uma eventual necessidade de o Fundo ter que realizar a cobrança dos Direitos de Crédito, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Sacados.
- u) **Risco decorrente da manutenção de Reserva de Pagamento.** Nos termos deste Prospecto e do Regulamento, o Fundo constituirá Reserva de Pagamento, destinada ao pagamento das despesas e encargos do Fundo. Independentemente da devida constituição e manutenção desta Reserva de Pagamento, é possível que o Fundo não disponha, na data de vencimento de suas despesas e encargos, de recursos suficientes para realizar os pagamentos respectivos. Desse modo, a existência de Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das despesas e encargos do Fundo.
- v) **Risco decorrente de eventual ausência de registro nos Termos de Cessão.** O Gestor, ao seu exclusivo critério, de acordo com o Regulamento, poderá não levar os Termos de Cessão a registro perante o cartório de títulos e documentos. A ausência de registro poderá fazer com que a eficácia da cessão dos Direitos de Crédito seja questionada, podendo ocasionar atraso no pagamento ou não-pagamento dos respectivos Direitos de Crédito ao Fundo e, por sua vez, poderá impactar a rentabilidade das Cotas. Ademais, as obrigações do Cedente ou o eventual início de qualquer procedimento de falência, insolvência, renegociação ampla de dívidas, dissolução, liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou benefício legal similar, em qualquer jurisdição, a qualquer tempo, poderão eventualmente atingir os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo cuja cessão não tenha sido registrada nos cartórios competentes, por não caracterizarem uma cessão perfeita e acabada.

- w) **Risco da Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser Alcançados por Obrigações do Cedente ou de Terceiros.** Todos e quaisquer valores relativos ao pagamento de Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, eventualmente recebidos pelos Cedentes ou pelos prestadores de serviços do Fundo (i.e. Agente de Cobrança), podem, enquanto não transferidos ao Fundo, vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de "penhora online" de suas contas-correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Administrador, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos. Caso qualquer Cedente se encontre na posse de valores de titularidade do Fundo quando ou após a ocorrência de sua falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Administrador, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- x) **Risco Decorrente da Possibilidade de Recompra.** Tendo em vista a possibilidade de recompra dos Direitos de Crédito do Fundo após sua data de vencimento pelo respectivo Cedente, conforme disposto no Regulamento e neste Prospecto, a recompra pode resultar em distorção no desempenho do patrimônio do Fundo, afetando os resultados do Fundo e a rentabilidade das Cotas.
- y) **Risco de conflitos de interesse.** O Administrador executará tanto as atividades de administração do Fundo quanto as atividades de custódia qualificada, controladoria e escrituração de Cotas do Fundo, sendo que há um risco de existência de conflitos de interesse entre os serviços prestados pelo Administrador ao Fundo. Ainda, o Gestor, o Consultor Especializado XP e o Coordenador Líder são instituições pertencentes ao mesmo grupo econômico, mas tratam-se de entidades distintas as quais possuem segregação de atividades entre elas, de modo que cada uma delas desempenha sua prestação de serviços ao Fundo com total independência com relação uma à outra, com políticas de confidencialidade e segurança das informações. Não obstante, mencionada situação entre o Gestor, o Consultor Especializado XP e o Coordenador Líder poderá ensejar conflitos de interesses.

GERENCIAMENTO DE RISCO

- a) O Administrador e o Gestor utilizam, no gerenciamento de riscos, análises que levam em consideração os fundamentos econômicos e de mercado com influência no desempenho dos ativos que compõem a Carteira e modelos de gestão de ativos que se traduzem em cuidadosos processos de investimento, apoiados por sistemas informatizados de última geração e de extrema confiabilidade.

Não obstante a diligência do Administrador e do Gestor em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, apesar de o Administrador e o Gestor manterem sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS DO FUNDO

Esta seção contém uma breve descrição dos principais contratos que foram e que serão celebrados pelo Fundo e/ou pelo Administrador com os principais prestadores de serviços do Fundo, com os Sacados e com os Cedentes.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

O Administrador e o Gestor celebraram o Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Investimentos, por meio do qual o Gestor é contratado para prestar os serviços de gestão da carteira de fundos de investimento em direitos creditório, sendo o Fundo, representado pelo Administrador, aderente ao Contrato na qualidade de interveniente anuente, com a celebração de um Termo de Adesão ao acima citado contrato.

Mencionado contrato estabelece a remuneração do Administrador e do Gestor, de acordo com o Regulamento do Fundo, bem como as obrigações de cada parte e a forma de comunicação entre as partes.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA

O Administrador celebrou um Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada com cada um dos Consultores Especializados, de modo a contratá-los para a prestação dos serviços de consultoria especializada ao Fundo. O contrato celebrado com cada um dos Consultores Especializados estabelece, dentre outras coisas, as respectivas obrigações perante o Fundo, a remuneração prevista no Regulamento do Fundo.

Ambos os contratos em referência estabelecem que no caso de descumprimento devidamente comprovado de qualquer obrigação prevista no contrato, desde que não se trate de obrigação pecuniária, obrigará a parte infratora a responder por eventuais perdas e/ou danos resultantes de dolo, fraude e/ou culpa, responsabilizando-se também pelo pagamento de uma multa convencional, não compensatória, no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

CONTRATO DE ESTRUTURAÇÃO DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E DISTRIBUIÇÃO

O Administrador, os Estruturadores e o Coordenador Líder celebraram o contrato em referência, por meio do qual acordaram na estruturação do Fundo, com a respectiva assunção de responsabilidades dos Estruturadores pela estruturação do Fundo.

No mesmo contrato o Coordenador Líder foi contratado, em regime de melhores esforços, para prestar os serviços de distribuição pública das Cotas Seniores de 1ª Série e das Cotas Subordinadas.

Os Estruturadores e o Coordenador Líder não receberão qualquer remuneração pelos serviços prestados no âmbito do Contrato em referência, sendo estabelecido que os Estruturadores e o Coordenador Líder serão reembolsados pelo Fundo pelas despesas por eles incorridas para o completo cumprimento do Contrato, incluindo, mas não limitado: deslocamentos e viagens, honorários de advogados, operacionalização da página do Fundo na rede mundial de computadores (domínio, softwares de comunicação, prestadores de serviço de desenvolvimento, etc), materiais publicitários e/ou agências de publicidade, rating, conferências telefônicas, correspondências, registros em cartórios e registros na CVM e ANBIMA.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO AGENTE DE MONITORAMENTO E OUTRAS AVENÇAS

O contrato em referência, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, o Gestor e o Agente de Monitoramento, tem por objeto estabelecer as condições da prestação do serviço de monitoramento das Contas Reserva, realizando o controle e a movimentação dos valores pagos por cada Sacado na respectiva Conta Reserva referente aos Direitos de Crédito cedidos pelos Cedentes ao Fundo, bem como a manutenção e o funcionamento do *website* do Fundo na Internet.

Mencionado contrato estabelece a remuneração do Agente de Monitoramento de acordo com o Regulamento do Fundo, bem como as obrigações de cada parte.

O contrato estabelece que no caso de descumprimento devidamente comprovado de qualquer obrigação nele prevista, desde que não se trate de obrigação pecuniária, obrigará a parte infratora a responder por eventuais perdas e/ou danos resultantes de dolo, fraude e/ou culpa, responsabilizando-se também pelo pagamento de uma multa convencional, não compensatória, no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

O Agente de Monitoramento, nos casos especificados no Contrato em referência, responderá por eventuais perdas e/ou danos a que der causa, além de estar sujeito ao pagamento de uma multa convencional, não compensatória, no valor equivalente a última remuneração recebida pelo Agente de Monitoramento, nos termos do Contrato em referência, devendo referido valor ser multiplicado por 12 (doze).

ACORDO OPERACIONAL

O Fundo, representado pelo Administrador, e o Gestor celebrarão Acordos Operacionais com cada um dos Sacados do Fundo, o qual deverá estabelecer: (i) a realização dos melhores esforços por parte do Sacado na originação de Direitos de Crédito para o Fundo; (ii) a divulgação do Fundo pelo Sacado perante seus fornecedores e prestadores de serviços; (iii) a disponibilização em local visível no *website* do Sacado na rede mundial de computadores ("internet") de um ícone que direcionará diretamente para o *website* do Fundo na internet, criada sob a responsabilidade do Gestor, que conterá informações sobre o Fundo; (iv) a confirmação pelo Sacado dos dados dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo dos fornecedores e prestadores de serviços do Sacado; e (v) o pagamento pontual ao Fundo pelo Sacado dos valores referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo dos fornecedores e prestadores de serviços do Sacado e confirmados pelo Sacado, sem quaisquer descontos e/ou quaisquer abatimentos.

No Acordo Operacional celebrado com cada Sacado será definido o percentual dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo. O Acordo Operacional não estabelece nenhuma remuneração para qualquer das partes.

Acordo Operacional com a Fiat Automóveis S.A.

Até a data do presente Prospecto já foi celebrado um Acordo Operacional com a **FIAT AUTOMÓVEIS S.A.**, com sede na Cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, na Avenida Contorno nº 3.455, Paulo Camilo, CEP 32669-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.701.716/0001-56 (Fiat Automóveis).

Assim, a Fiat Automóveis é o primeiro Sacado cadastrado no Fundo, de modo que o Fundo inicia suas atividades com apenas um Sacado formalmente cadastrado.

Em 01.06.2011 o Fundo e a Fiat Automóveis assinaram um Acordo Operacional contendo os principais dispositivos que regerão esta parceria. A seguir, apresentamos os pontos mais relevantes referentes a este Acordo Operacional, além das características acima mencionadas:

Objeto:

O Acordo Operacional especifica os principais termos, direitos e obrigações da Fiat Automóveis e do Fundo, no que se refere ao ensejo de ambas de promoverem o financiamento da Cadeia de Fornecedores da Fiat Automóveis, por meio da aquisição de Direitos de Crédito, nos quais a Fiat Automóveis atua como Sacado da operação.

Percentual da Conta Reserva para os Cedentes da Fiat Automóveis:

No momento da cessão, 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do valor nominal de todo o Direito de Crédito cedido ao Fundo pelos fornecedores e prestadores de serviços da Fiat Automóveis deverão ser mantidos como garantia da operação, podendo o Agente de Monitoramento transferir automaticamente a propriedade ao Fundo, conforme explicado na seção “Contas Reserva” deste Prospecto.

Taxas de Desconto Indicativas para os Fornecedores da Fiat Automóveis:

A taxa de desconto a ser aplicada para cada aquisição de Direitos de Crédito será definida pelo Conselho Consultivo de Crédito do Fundo quando da aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito e vigorará por determinados períodos, de modo que constará em cada Termo de Cessão a ser celebrado com cada Cedente, de acordo com o disposto no Regulamento do Fundo.

Tendo em vista o Acordo Operacional celebrado com a Fiat Automóveis, o Conselho Consultivo de Crédito fixou que o percentual a ser aplicado para a taxa de desconto utilizada na aquisição de Direitos de Crédito dos Cedentes onde a Fiat figurará como Sacado, será de 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI, o que representa na data deste Prospecto 18,38% (dezoito inteiros e trinta e oito centésimos por cento) ao ano.

Prazo:

O Acordo Operacional celebrado entre o Fundo e a Fiat Automóveis vigorará até a liquidação e/ou encerramento do Fundo, podendo ser resilido a qualquer momento por qualquer das partes, mediante notificação por escrito à outra parte com 180 (cento e oitenta) dias corridos de antecedência. Para eventual resilição em prazo inferior ao acima estabelecido, Acordo Operacional estabelece uma multa a ser paga pela parte infratora à parte prejudicada.

Remuneração:

O Acordo Operacional não estabelece nenhuma remuneração para qualquer das partes.

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

O Fundo, representado pelo Administrador, com a interveniência e anuência do Gestor e do Agente de Monitoramento, celebrará Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças com cada um dos Cedentes.

O Contrato de Cessão tem por objeto regular a cessão para o Fundo de parte ou da totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Cedente e que tenham como devedor Sacado que tenha celebrado Acordo Operacional com o Fundo, sendo que os Direitos de Crédito serão cedidos ao Fundo definitivamente e sem qualquer coobrigação.

O Fundo somente efetuará a aquisição de parcela de Direitos de Crédito que forem confirmados pelos respectivos Sacados, desde que possua recursos para mencionada aquisição e desde que a parcela de Direitos de Crédito atenda, cumulativamente, na data de aquisição: (i) a

política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo e a política de aquisição de Direitos de Crédito do Fundo, conforme disposto no Regulamento; (ii) aos critérios de elegibilidade definidos no Regulamento; e (iii) as condições de cessão, previstos no Regulamento vigente na data de cada cessão dos Direitos de Crédito.

O Contrato de Cessão estabelece os procedimentos para a cessão, sendo que o Cedente acordará que, até que seja efetuado o pagamento pelo Fundo dos Direitos de Crédito constantes em cada Termo de Cessão e confirmados pelo respectivo Sacado, o Fundo poderá, a seu exclusivo critério, recusar quaisquer Direitos de Crédito constante no Termo de Cessão. Assim, quando do pagamento pelo Fundo dos Direitos de Crédito, o Cedente assinará um recibo, no qual constará a parcela dos Direitos de Crédito que foram efetivamente cedidos ao Fundo.

De acordo com o Contrato de Cessão, os Cedentes atuarão como fieis depositários das vias originais dos Documentos Comprobatórios relativos ao Direito de Crédito de titularidade do Fundo cedido por cada Cedente, para que guarde, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma do depósito voluntário, conforme previsto no artigo 627 do Código Civil, e realize a custódia física, armazenagem e organização dos Documentos Comprobatórios. Nos casos em que os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo cedidos por determinado Cedente não devam ficar sob a guarda do Cedente na qualidade de fiel depositário, o Administrador informará tal fato para o Cedente no momento de cada cessão, para que o Cedente entregue a via original de tais Documentos Comprobatórios para o Administrador no momento da cessão.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

BASE LEGAL

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regido pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Resolução do CMN nº 2.907, de 29.11.2001, e pela Instrução CVM nº 356/01.

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, nos termos do artigo 109, da Instrução CVM nº 409/04, e outros investidores que, nos termos da regulamentação em vigor a eles pertinente, possam adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista neste Prospecto e no Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

O investimento neste Fundo não é adequado a investidores que: (i) não sejam Investidores Qualificados ou outros investidores que, nos termos da regulamentação em vigor a eles pertinente, possam adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios; (ii) necessitem de ampla liquidez em seus títulos, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado secundário brasileiro; (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Sacados; e/ou (iv) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Cotas do Fundo. Recomenda-se aos investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Cotas do Fundo. Para maiores informações, veja a secção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

DATA DE CONSTITUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO

O Fundo foi constituído por ato do Administrador datado de 24.11.2010, sendo que o ato de constituição e o regulamento do Fundo (“Regulamento”), encontram-se registrados no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 25.11.2010, sob o nº 1933914. As alterações posteriores do Regulamento estão devidamente registradas à margem do registro inicial 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A autorização da CVM para o funcionamento do Fundo foi obtida em 02.06.2011, por meio do ofício OFÍCIO/CVM/SIN/GIE/Nº 1637/2011. O código do Fundo perante a CVM é 492-8.

PRAZO DE DURAÇÃO

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, sendo que cada Série de Cotas Seniores e as classes de Cotas Subordinadas terão o prazo de duração especificado em seu respectivo Suplemento.

FORO

O foro competente para dirimir controvérsias relativas ao Fundo ou questões decorrentes do Regulamento é o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Para informações sobre os prestadores de serviços do Fundo, ver seção “Identificação e Informações sobre os Prestadores de Serviços do Fundo”.

OBJETIVO DO FUNDO

O objetivo do Fundo é proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, com rendimentos de longo prazo aos Cotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo: (i) preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito; e (ii) subsidiariamente na aplicação dos Recursos Livres em Ativos Financeiros, em estrita observância à política de investimento e aos critérios de seleção, composição e diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS

As Cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

A qualidade de Cotista do Fundo caracterizar-se-á pela abertura de conta de depósito em nome do Cotista.

As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio.

As Cotas terão direito de voto, correspondendo cada Cota a um voto nas Assembleias Gerais de Cotistas do Fundo.

Classes

O patrimônio do Fundo é formado por 02 (duas) classes de Cotas, sendo que as características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração e amortização aplicáveis às classes de Cotas estão descritas no Regulamento e nos respectivos Suplementos.

As Cotas serão Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries e as Cotas Subordinadas poderão ser divididas em classes, a critério do Administrador e de acordo com o disposto no Regulamento e nos respectivos Suplementos.

Emissão inicial e demais Emissões

Serão emitidas inicialmente Cotas no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, independentemente da classe. Fica a critério do Administrador a quantidade de Cotas a ser emitida, desde que: (i) seja observada a proporção mínima de 8% (oito por cento) de Cotas Subordinadas sobre o total emitido; e (ii) seja mantida a classificação de risco das Cotas Seniores em circulação, se houver.

Poderão ser emitidas novas Cotas, nos termos do respectivo Suplemento que rege a referida emissão, ou Séries ou classes de Cotas do Fundo, mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas.

Caso haja uma ou mais Séries ou classes de Cotas em curso, a data final de duração da nova Série ou classe de Cotas do Fundo a ser emitida, nos termos do parágrafo acima, deverá ser igual ou inferior à data mais longínqua dentre as datas finais de duração das Séries ou classes de Cotas em vigor.

Novas Séries ou classes de Cotas poderão ser emitidas pelo Fundo com qualquer prazo de duração, caso não haja outras Séries ou classes de Cotas em vigor.

Relação Mínima

A Relação Mínima admitida é de 108,7% (cento e oito inteiros e sete décimos por cento), a qual deverá ser apurada pelo Administrador todo Dia Útil.

Caso a Relação Mínima seja reduzida abaixo de 108,7% (cento e oito inteiros e sete décimos por cento), o Administrador deverá interromper todo e qualquer pagamento ou amortização às Cotas Subordinadas, bem como interromper qualquer aquisição de Direitos de Crédito, até que a relação seja restabelecida.

Subscrição e Integralização

As Cotas serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial.

Na integralização de Cotas em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências.

O Cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (i) assinará o boletim de subscrição e receberá o recibo de integralização que será autenticado pelo Administrador, (ii) receberá exemplar do Regulamento, (iii) declarará sua qualidade de Investidor Qualificado nos termos da Instrução CVM nº 409/04, e (iv) assinará o Termo de Adesão, declarando estar ciente, dentre outras informações: (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à Taxa de Administração e à Taxa de Performance; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento; e (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a Carteira.

Quando da subscrição de Cotas do Fundo, o investidor celebrará com o Administrador um boletim de subscrição, o qual definirá as regras para chamadas de capital, às quais o Cotista estará obrigado, sob as penas expressamente previstas no referido boletim de subscrição, de modo que Cotas do Fundo serão integralizadas de acordo com o estabelecido no respectivo boletim de subscrição.

A integralização das Cotas do Fundo será efetuada em moeda corrente nacional, por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador.

A integralização de Cotas do Fundo pode ser efetuada em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

A confirmação da integralização de Cotas do Fundo está condicionada à efetiva disponibilidade pelos Cotistas dos recursos confiados por eles ao Administrador.

Classificação de Risco

Observado o disposto abaixo, as Cotas em circulação serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas em periodicidade inferior.

Quando da potencial celebração pelo Fundo de um Acordo Operacional com um potencial sacado, as Cotas em circulação serão avaliadas pela Agência Classificadora de Risco, de modo que caso tal avaliação ocorra menos de 3 (três) meses após a última avaliação, a próxima avaliação das Cotas somente deverá ocorrer contado da mais recente avaliação pela Agência Classificadora de Risco.

A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco atribuída às Cotas deverá ser informada pelo Administrador a cada um dos Cotistas, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for informado o rebaixamento pela Agência Classificadora de Risco, por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou por meio de correio eletrônico.

Sempre que houver rebaixamento da classificação de risco das Cotas de emissão do Fundo, o Gestor deverá apresentar ao Administrador, em 03 (três) Dias Úteis da data em que ocorrer o rebaixamento, esclarecimentos sobre as razões do referido rebaixamento, bem como discutir eventuais ações que pretendam tomar.

Negociação das Cotas

As Cotas poderão ser registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, operacionalizado pela CETIP e no BOVESPA FIX administrado pela BM&FBOVESPA, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

As Cotas Seniores também poderão ser registradas para negociação secundária no Mercado de Balcão Organizado administrado pela BM&FBOVESPA denominado SOMA FIX, no mercado de bolsa de valores administrado pela BM&FBOVESPA denominado BOVESPA FIX e/ou no Módulo de Fundos – SF, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores.

Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Cotas de sua titularidade.

As Cotas Subordinadas serão objeto de negociação pública, podendo ser registradas para negociação secundária no Mercado de Balcão Organizado administrado pela BM&FBOVESPA denominado SOMA FIX, no mercado de bolsa de valores administrado pela BM&FBOVESPA denominado BOVESPA FIX e/ou no Módulo de Fundos – SF, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

Prazo de Duração

Cada Série de Cotas Seniores e as classes de Cotas Subordinadas terão o prazo de duração especificado em seu respectivo Suplemento.

Amortização e Resgate

As Cotas poderão ser amortizadas de acordo com os termos e condições descritos no Regulamento e nos respectivos Suplementos.

Decorrido o Período de Carência fixado no respectivo Suplemento, as Cotas Seniores de cada Série serão amortizadas em parcelas periodicamente, pelo Regime de Caixa, nas Datas de Amortização conforme cronograma previsto no respectivo Suplemento. As Cotas serão resgatadas quando do pagamento da última parcela de amortização da respectiva Série ou classe, ou ao final do prazo de duração da respectiva Série ou classe, ou ainda em virtude da liquidação antecipada do Fundo, de acordo com as condições previstas nos respectivos Suplementos, observado o disposto no Regulamento.

Durante o Período de Carência, nenhum valor será acumulado na conta Reserva de Amortização ou será pago aos Cotistas da referida Série de Cotas Seniores ou classe de Cotas Subordinadas, a título de amortização ou resgate.

Durante o Período de Carência, será constituída a Reserva de Pagamento para o pagamento das despesas e encargos do Fundo. Todo o valor remanescente deverá ser utilizado para adquirir Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros, conforme política de investimento do Fundo.

As amortizações de cada Série ou classe de Cotas serão iniciadas na data imediatamente posterior ao término do Período de Carência e encerradas na data em que ocorrer o resgate da respectiva Série ou classe de Cotas, quando ocorrer um Evento de Liquidação.

A amortização periódica pelo Regime de Caixa das Cotas Seniores de cada Série e das classes de Cotas Subordinadas será limitada, em cada Data de Amortização, ao recebimento da taxa de retorno acumulada pelas suas Cotas, até a respectiva Rentabilidade Alvo, conforme aplicável.

A Rentabilidade Alvo de cada Série de Cotas Seniores corresponderá ao valor descrito em cada Suplemento.

Havendo mais de uma Série de Cotas Seniores emitidas e ainda não resgatadas, o pagamento das amortizações periódicas será feito de forma proporcional à participação de cada série de Cotas Seniores no Patrimônio Líquido, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

Observada a distribuição dos rendimentos da Carteira prevista no Regulamento, o Administrador deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo aos titulares de Cotas correspondentes à amortização e/ou resgate de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas, conforme o respectivo Suplemento.

A amortização e o resgate de Cotas Subordinadas ocorrerá de forma *pro rata* quando da amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observada sempre a Relação Mínima definida no Regulamento.

Sem prejuízo do acima disposto, as Cotas Subordinadas poderão solicitar a amortização das respectivas Cotas Subordinadas antes da amortização das Cotas Seniores, desde que a Relação Mínima seja mantida e desde que não tenha ocorrido nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação.

Por se tratar de condomínio fechado, as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou classe de Cotas ou em virtude de sua liquidação, ou ainda por decisão da Assembléia Geral de Cotistas.

O Administrador, atuando por conta e ordem do Fundo, efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas, mediante instrução do Gestor.

A amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, sendo certo que os pagamentos serão sempre efetuados em moeda corrente nacional.

Os recursos deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade informados pelo Administrador, nas respectivas datas de pagamento de amortização e/ou resgate.

Quando o dia do pagamento da amortização e/ou resgate das Cotas ocorrer em dia não considerado Dia Útil, o Administrador efetuará o pagamento devido no primeiro Dia Útil subsequente.

O Gestor deverá constituir uma Reserva de Amortização para amortizações e regastes das Cotas Seniores de cada Série e para as Cotas Subordinadas. Para tanto o Gestor deverá condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma que constará em cada Suplemento de emissão de Série de Cotas Seniores.

O Gestor calculará os valores que serão devidos aos Cotistas de cada Série ou classe de Cotas, para que posteriormente seja constituída a respectiva Reserva de Amortização.

A Reserva de Amortização será constituída conforme abaixo definido:

- (i) 50% (cinquenta por cento) do valor devido a título de amortização para determinada Série ou classe de Cotas deverá ser segregado na Reserva de Amortização 60 (sessenta) dias antes da data em que o pagamento deverá ser realizado; e
- (ii) Os 50% (cinquenta por cento) remanescentes do valor devido a título de amortização para determinada Série ou classe de Cotas deverá ser segregado na Reserva de Amortização 30 (trinta) dias antes da data em que o pagamento deverá ser realizado.

Havendo mais de uma Série de Cotas Seniores emitida e ainda não resgatada, os recursos alocados na Reserva de Amortização serão segregados proporcionalmente à participação de cada Série de Cotas Seniores no Patrimônio Líquido, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

O Administrador somente descontinuará os procedimentos descritos acima quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos Ativos Financeiros que integram a Reserva de Amortização, for equivalente ao montante a ser distribuído aos Cotistas Seniores na próxima Data de Amortização.

Quando da execução dos procedimentos definidos nesta seção, o Gestor deverá investir os recursos disponíveis na Reserva de Amortização exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a política de investimentos definida no Regulamento.

Os procedimentos descritos nesta seção não constituem promessa ou garantia, por parte do Administrador, do Gestor e dos Consultores Especializados, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Amortização, representando apenas um objetivo a ser perseguido pelo Administrador e pelo Gestor.

Caso os montantes disponíveis na Reserva de Amortização deixem de atender ao disposto nos parágrafos acima, o Administrador deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito, destinar todas as disponibilidades do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização, informando este fato ao Administrador.

Caso, por qualquer motivo, não seja realizado o pagamento da amortização na data programada, este fato não ensejará um Evento de Liquidação, e não será considerado um inadimplemento do Fundo, do Administrador e/ou do Gestor. Desta forma, somente no evento de não pagamento do resgate na data programada, este fato ensejará um Evento de Liquidação.

Observada a distribuição dos rendimentos da Carteira prevista no Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido do Fundo permita e haja disponibilidade para tanto, a Assembleia Geral de Cotistas poderá determinar alterações nas condições para amortizações e resgate de uma ou mais Séries de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, em datas e nos valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral de Cotistas.

Caso o Regulamento preveja a ocorrência de pagamento de rendimentos, amortizações, ou outros eventos aos Cotistas do Fundo, em desacordo com as normas e procedimentos adotados pela CETIP ou pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, conforme aplicável: a) a CETIP ou a CBLC ficará isenta de qualquer responsabilidade; e b) o pagamento de rendimentos e/ou amortizações, ou outros eventos aos Cotistas deverá ocorrer fora do ambiente da CETIP ou da CBLC e será realizado pelo Administrador.

Na hipótese de ocorrer um Evento de Liquidação, durante o período de amortização de determinada(s) Série(s) de Cotas Seniores, os recursos do Fundo deverão ser utilizados para o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas em circulação, nesta ordem.

COMUNICAÇÕES

O correio eletrônico, para fins do disposto no Regulamento, é considerado como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor, os Consultores Especializados, os Cedentes e os Cotistas.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Cotistas quanto à permanência dos Cotistas ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas do Fundo.

A divulgação de informações acima mencionada será realizada mediante publicação no jornal Diário Comércio, Indústria & Serviços - DCI, utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, e serão disponibilizadas aos Cotistas nas sedes e agências do Administrador, do Coordenador Líder e das instituições intermediárias que venham a ser contratadas pelo Administrador para participar das distribuições de Cotas do Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Cotistas.

O Administrador colocará à disposição dos Cotistas, em sua sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos: (i) 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

O exercício social do Fundo terá duração de 01 (um) ano, começando em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano, ficando ressalvado que apenas o primeiro exercício iniciará na data de sua constituição e terminará em 31 de dezembro de 2011.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 489/01 e do COSIF, quando aplicável, sendo auditadas por auditor independente registrado na CVM.

RESERVA DE PAGAMENTO

O Administrador deverá manter a Reserva de Pagamento para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo, onde Ativos Financeiros deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo.

A Reserva de Pagamento destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

O Administrador, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Ativos Financeiros na Reserva de Pagamento observando que, até o 30º (trigésimo) Dia Útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos referidos Ativos Financeiros segregados na Reserva de Pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pelo Administrador para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a Reserva de Pagamento deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item anterior, o Gestor, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e comunicar ao Administrador para que esta destine todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Pagamento. O Administrador somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Ativos Financeiros segregados na Reserva de Pagamento, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pelo Administrador para a referida despesa ou encargo.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

PREMISSAS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira referidos nesta seção serão verificados e cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

O Fundo e as aplicações realizadas pelo Cotista no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Gestor, dos Cedentes, do Agente de Cobrança, dos Consultores Especializados, se for o caso, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, os investimentos da Carteira estão sujeitos aos fatores de risco descritos neste Prospecto e no Regulamento.

Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com a Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira disposta no Regulamento, por meio de celebração do Termo de Adesão.

Não obstante a diligência do Administrador, do Gestor e dos Consultores Especializados em colocar em prática a política de investimento delineada no Regulamento, o Fundo, o Administrador, o Gestor, os Consultores Especializados ou o Agente de Cobrança, não serão responsáveis, em nenhuma hipótese, pela existência e/ou pela solvência dos Direitos de Crédito, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da Carteira, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Cotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento.

Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Os percentuais referidos nesta seção devem ser cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

Caberá ao Administrador a verificação dos limites de concentração estabelecidos no Regulamento, por se tratar de Critério de Elegibilidade.

OPERAÇÕES COM DIREITOS DE CRÉDITO

Para a consecução do objetivo do Fundo, o Fundo aplicará suas disponibilidades na aquisição de Direitos de Crédito performados que atendam cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade e as Condições da Cessão previstas no Regulamento e na seção “Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão” deste Prospecto.

Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros, garantias e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira.

Os Direitos de Crédito devem ser individualmente representados por duplicatas, contratos de fornecimento de produtos, contratos de prestação de serviços e notas fiscais/faturas de produtos e/ou serviços ou documento equivalente que garanta ao titular o direito de: (a) receber do Sacado o valor do crédito respectivo; e (b) cobrar do Sacado o pagamento do crédito não honrado - desde que atendam aos requisitos previstos no Regulamento e na regulamentação vigente.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverão: (i) ser expressos em moeda corrente nacional, (ii) ser originados de operações realizadas em quaisquer segmentos da economia, incluindo, mas não se limitando, os segmentos industrial, comercial, agropecuário, financeiro, imobiliário e de prestação de serviços, desde que um dos envolvidos na operação, o Cedente ou o Sacado, tenha estabelecimento no Estado de Minas Gerais, (iii) ser performados, e (iv) observar os Critérios de Elegibilidade, as Condições de Cessão e as demais disposições do Regulamento e dos Acordos Operacionais.

A natureza e as características descritas no parágrafo acima não consubstanciam Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito, podendo ser alteradas, a qualquer tempo, mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas.

Após decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, o Fundo deverá manter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito, não havendo um limite máximo para mencionada alocação. A não observância deste prazo ocasionará um Evento de Avaliação do Fundo.

Decorridos 180 (cento e oitenta) dias do início das atividades do Fundo, o Fundo deverá manter, no mínimo, 70% (setenta por cento) do seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito, não havendo um limite máximo para mencionada alocação.

Caso, em qualquer momento após o período de 180 (cento e oitenta) dias mencionado no parágrafo acima, o Fundo mantiver menos de 70% (setenta por cento) do seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito por um período de 3 (três) meses consecutivos, deverá ser convocada uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar pela amortização parcial das Cotas do Fundo, de modo a enquadrar a Carteira em 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito com base no Patrimônio Líquido do Fundo do dia imediatamente anterior à data de realização da Assembleia Geral de Cotistas.

A custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira será de responsabilidade do Administrador, sendo que os Ativos Financeiros serão registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN, ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN e/ou pela CVM.

Com relação aos Sacados, o total de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Sacado poderá corresponder a até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo desde que o Sacado:

- (i) Tenha registro de companhia aberta;
- (ii) Seja instituição financeira ou equiparada, autorizada a funcionar pelo BACEN; ou
- (iii) Seja sociedade empresarial que tenha suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de constituição do Fundo elaboradas em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM, observado que o arquivamento na CVM das demonstrações financeiras e do parecer do auditor independente acima referidos deverá se dar no prazo máximo de até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social, ou no mesmo dia de sua colocação à disposição dos sócios, se esta ocorrer em data anterior.

Na hipótese do inciso (iii) acima, as demonstrações financeiras dos Sacados, e o respectivo parecer do auditor independente, deverão ser arquivados na CVM pelo Administrador, devendo ser atualizadas anualmente:

- (i) Até a data do encerramento do Fundo; ou
- (ii) Até o exercício financeiro em que os Direitos de Crédito de responsabilidade dos Sacados deixarem de representar mais de 20% (vinte por cento) dos Direitos de Crédito que integram o patrimônio do Fundo.

O arquivamento na CVM das demonstrações financeiras e do parecer do auditor independente referidos no inciso (iii) acima mencionado deverá se dar no prazo máximo de até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social, ou no mesmo dia de sua colocação à disposição dos sócios, se esta ocorrer em data anterior.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Sacado até o limite de 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido, desde que 1 (um) mesmo Cedente não represente mais do que 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo nos primeiros 6 (seis) meses contados do registro de funcionamento do Fundo e, após tal data, desde que 1 (um) mesmo Cedente não represente mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Observado o disposto nos parágrafos anteriores, os limites de concentração por Cedente serão estabelecidos pelo Conselho Consultivo de Crédito, os quais, se forem menores dos acima estabelecidos, deverão constar no Acordo Operacional celebrado com cada Sacado e no Contrato de Cessão celebrado com cada Cedente.

Para efeito do limite de concentração e diversificação da Carteira, equiparam-se ao Sacado o seu acionista controlador, as sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas e sociedades sob controle comum, além de qualquer sociedade integrante do mesmo grupo de sociedades de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Para efeito do limite de concentração e diversificação da Carteira, equiparam-se ao Cedente o seu acionista controlador, as sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas e sociedades sob controle comum, além de qualquer sociedade integrante do mesmo grupo de sociedades de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito cujos respectivos pagamentos por parte de seus Sacados possam ser realizados ao Fundo anteriormente às suas respectivas datas de vencimento, sendo certo que na hipótese de o Sacado pagar o Direito de Crédito antecipadamente não será concedido ao Sacado qualquer abatimento para este pagamento antecipado de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos nos Documentos Comprobatórios do respectivo Direito de Crédito quando de sua aquisição pelo Fundo.

Caso haja pelo Fundo de Direito de Crédito que contenha previsão explícita de abatimento do preço em caso de pagamento antecipado, o Gestor será responsável pelas tratativas com o respectivo Sacado, para definir a data do pagamento antecipado e o montante a ser recebido pelo Fundo.

RECURSOS LIVRES

Os Recursos Livres serão necessariamente alocados pelo Gestor, segundo seu critério e desde que obedecendo a ordem de alocação dos recursos, conforme disposta no Regulamento, nos Ativos Financeiros abaixo listados:

- (i) Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) Títulos de emissão do BACEN; e
- (iii) Certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de Instituições Financeiras Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) da parcela do seu Patrimônio Líquido que não estiver aplicada em Direitos de Crédito, em certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de Instituições Financeiras Autorizadas de emissão e/ou coobrigação de uma mesma Instituição Financeira Autorizada.

O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) da parcela do seu Patrimônio Líquido que não estiver aplicada em Direitos de Crédito, em um único fundo de investimento de renda fixa, administrado por Instituições Financeiras Autorizadas.

Observado o disposto nos parágrafos acima, o Fundo poderá realizar operações com certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, nas quais o Administrador atue como contraparte do Fundo.

O Fundo não realizará operações de: (i) aquisição de ativos ou de aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; e (ii) *daytrade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

Excluídos os Direitos de Crédito que não entram no cálculo do prazo médio da Carteira deste Fundo, o Gestor envidará seus melhores esforços para que o Fundo mantenha o prazo médio de sua Carteira de Ativos Financeiros em níveis que possibilitem o enquadramento do Fundo, para fins tributários, como um fundo de investimento de longo prazo, conforme o disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda nº 1.022, de 05 de abril de 2010, e alterações posteriores, ou conforme a regulamentação que venha a substituí-la, durante o prazo de duração do Fundo.

Operações com Derivativos

O Gestor, por conta e ordem do Fundo, poderá realizar operações com instrumentos derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

Para o efeito do disposto no parágrafo anterior, as operações de derivativos do Fundo serão realizadas apenas nos mercados administrados por bolsas de valores ou bolsas de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade “com garantia”.

O limite máximo de exposição do Fundo no mercado de derivativos é de até 20% (vinte por cento) do seu Patrimônio Líquido.

OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo deverá ser realizada em estrita observância ao disposto no Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, a serem celebrados por cada um dos Cedentes.

Por meio da celebração de cada Termo de Cessão, o Cedente estará obrigado a praticar todos os atos necessários para a efetivação daquela cessão e para que o Fundo possa notificar os Sacados quanto à cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo.

O Fundo buscará adquirir continuamente Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos. Cada carteira de Direitos de Crédito será objeto de processos de origem e de políticas de aquisição distintos em função dos respectivos Sacados, sempre observada a descrição dos processos de origem e das políticas de aquisição dos Direitos de Crédito descritas no Regulamento.

Para o processo de concessão de crédito o Fundo ativamente originará, selecionará, analisará e aprovará apenas Sacados e Cedentes que possuam riscos compatíveis ao Fundo.

Para tanto, o processo de concessão de crédito pelo Fundo contará com dois procedimentos críticos: (i) a originação de novos Sacados e (ii) a originação de novos Cedentes.

Ambos os procedimentos serão conduzidos pelos Consultores Especializados e deverão ser aprovados no Conselho Consultivo de Crédito, o qual contará com a participação dos Consultores Especializados e do Gestor.

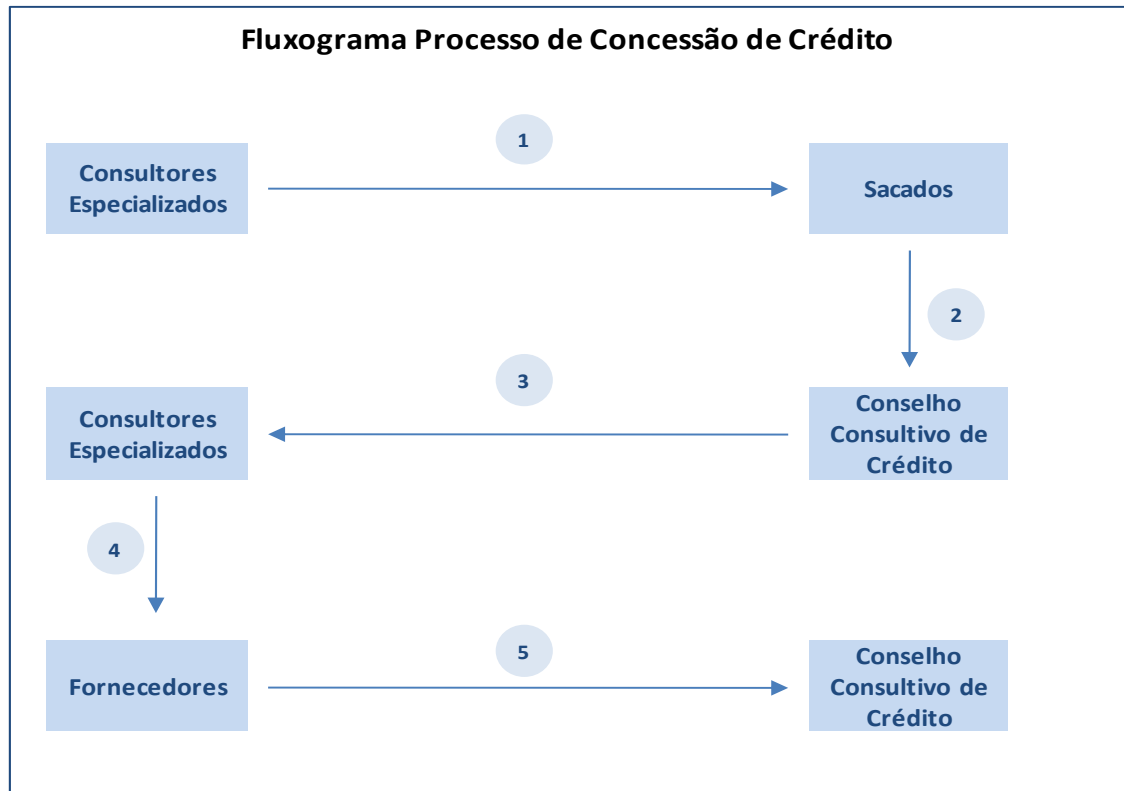
A deliberação do Conselho Consultivo de Crédito sobre a originação de novos Sacados e de novos Cedentes, tem como objetivo garantir o máximo de critério na seleção, negociação e aprovação de novos Sacados e Cedentes para o Fundo.

Os Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo terão processos de origem, políticas de aquisição e estratégias para cobrança, sempre buscando sucesso no pagamento de tais Direitos de Crédito em benefício do Fundo.

Durante o prazo de duração do Fundo, os Consultores Especializados manterão contato com os Cedentes para identificar Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo em conformidade com a política de investimento do Fundo.

Para que possam ofertar Direitos de Crédito ao Fundo, os Sacados e os titulares dos Direitos de Crédito deverão estar aprovados pelo Conselho Consultivo de Crédito e ser, previamente à cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, cadastrados pelo Gestor e/ou pelo Administrador, conforme processo de cadastramento de Sacado e de cadastramento de Cedentes, detalhados nos tópicos abaixo.

O quadro a seguir apresenta uma imagem sobre o processo de concessão de crédito pelo Fundo, detalhados nos tópicos abaixo.



CADASTRAMENTO DO SACADO

Para a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, os Sacados deverão ser cadastrados mediante o seguinte processo:

- (i) Os Consultores Especializados atuarão junto aos potenciais sacados, identificando pessoas jurídicas renomadas que:
 - a) Possuam interesse em participar do Fundo na qualidade de Sacado;
 - b) Tenham estabelecimento no Estado de Minas Gerais ou realizem relevante quantidade de operações em quaisquer segmentos da economia, incluindo, mas não se limitando, os segmentos industrial, comercial, agropecuário, financeiro, imobiliário e de prestação de serviços com pessoas jurídicas que tenham estabelecimento no Estado de Minas Gerais;
 - c) Possuam capacidade operacional e tecnológica para participar do Fundo, ou seja, possuam sistema compatível com o Administrador para envio e recebimento de informações com Fundo; e
 - d) Apresentem riscos compatíveis com os definidos para o Fundo, ou seja, sua inclusão como Sacado não poderá reduzir a classificação de risco das Séries de Cotas Seniores, bem como, quando houver, dos demais ativos integrantes da Carteira, pela Agência Classificadora de Risco abaixo de “AA-”;

- (ii) Os Consultores Especializados negociarão com os potenciais sacados a celebração de um Acordo Operacional, no qual o potencial sacado se comprometerá, no mínimo, a:
 - a) Autorizar a realização de contato pelo Fundo, por meio de seus prestadores de serviços, junto aos fornecedores e prestadores de serviços do Sacado;
 - b) Divulgar o Fundo junto a seu setor de compras e aos seus fornecedores e prestadores de serviços;
 - c) Auxiliar a abordagem, prospecção, originação de fornecedores e prestadores de serviços que sejam potenciais cedentes de Direitos de Crédito para o Fundo;
 - d) Disponibilizar em local visível em sua página na Internet um ícone que direcionará diretamente para a página do Fundo na Internet;
 - e) Efetuar aceite via sistema dos Direitos de Crédito cedidos por seus fornecedores e prestadores de serviços ao Fundo;
 - f) Divulgar suas informações corporativas, bem como informações estatísticas dos 03 (três) últimos anos acerca de inadimplementos, perdas ou pré-pagamentos de créditos de mesma natureza dos Direitos de Crédito que serão cedidos ao Fundo, conforme definido no Acordo Operacional; e
 - g) Autorizar o uso de sua marca registrada, logomarca e/ou nome comercial, na divulgação do Fundo, nos termos previstos no Acordo Operacional;
- (iii) Após a negociação do Acordo Operacional e antes de sua análise pelo Conselho Consultivo de Crédito, será realizado pela Agência Classificadora de Risco uma análise do potencial sacado, para avaliar o perfil corporativo e o histórico do setor de contas a pagar do potencial sacado e mensurar seu risco;
- (iv) As informações obtidas sobre o potencial sacado, o parecer da Agência Classificadora de Risco e os termos indicativos do Acordo Operacional serão submetidos ao Conselho Consultivo de Crédito;
- (v) Caso o Conselho Consultivo de Crédito entenda que todas as informações do potencial sacado submetidas à sua aprovação estejam em conformidade com o Regulamento, e desde que a nova percepção de risco das Cotas Seniores emitidas pelo Fundo e medida pela Agência Classificadora de Risco não seja reduzida a um patamar inferior de “AA-”, o Conselho Consultivo de Crédito deliberará sobre a aprovação do novo Sacado, conforme procedimento definido no Regulamento; e
- (vi) Caso o Conselho Consultivo de Crédito aprove o novo Sacado, os termos do Acordo Operacional serão repassados ao Gestor para que este providencie a celebração do Acordo Operacional pelas respectivas partes.

Uma vez que um Sacado seja cadastrado junto ao Fundo, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito em que este Sacado figure como devedor.

CADASTRAMENTO DO CEDENTE

Após o cadastro de um Sacado, os Consultores Especializados atuarão na originação, no cadastro e na aprovação pelo Conselho Consultivo dos potenciais cedentes mediante o seguinte processo:

- (i) Os Consultores Especializados realizarão visitas e manterão contato com os fornecedores e prestadores de serviços dos Sacados cadastrados junto ao Fundo, buscando potenciais cedentes de Direitos de Crédito para o Fundo;
- (ii) Os fornecedores e prestadores de serviços dos Sacados que manifestarem interesse em ceder Direitos de Crédito ao Fundo, deverão apresentar toda a documentação e as

informações que vierem a ser solicitadas pelo Consultor Especializado BDMG, Gestor e/ou pelo Administrador, incluindo, dentre outros:

- a) O formulário cadastral do Cedente conforme modelo disponibilizado pelo Administrador ou Gestor, acompanhado do cartão de assinaturas com firma reconhecida;
 - b) A cópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto Social consolidado, conforme o caso, devidamente registrado em órgão competente, acompanhado de cópia simples do cartão de inscrição no CNPJ/MF; e
 - c) Indicar as pessoas capazes de representar o titular dos Direitos de Crédito em operações de cessão de Direitos de Crédito, e fornecer cópia autenticada dos documentos que comprovem tais poderes, bem como cópia autenticada do Documento de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF de cada uma dessas pessoas;
- (iii) O Consultor Especializado BDMG consultará as informações dos potenciais cedentes no Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN e no SERASA, a fim de verificar a situação dos fornecedores e prestadores de serviços dos Sacados que sejam potenciais cedentes de Direitos de Crédito ao Fundo. Além da hipótese prevista neste item, a consulta de que trata este item poderá ser realizada a qualquer tempo, enquanto perdurar a relação entre o Cedente e o Fundo;
- (iv) Os fornecedores e prestadores de serviços dos Sacados deverão entregar toda a documentação na sede do Consultor Especializado BDMG, via carta registrada com aviso de recebimento ou pessoalmente, conforme endereço constante no Regulamento;
- (v) O Consultor Especializado BDMG terá o prazo de 1 (um) Dia Útil para conferir a documentação recebida pelo potencial cedente e caso haja pendências na documentação, deverá o Consultor Especializado BDMG comunicar ao potencial cedente sobre as pendências verificadas e acompanhar para que tais pendências sejam brevemente sanadas;
- (vi) Quando a documentação recebida pelo potencial cedente estiver completa, o Consultor Especializado BDMG deverá, no prazo de 1 (um) Dia Útil, comunicar ao Administrador e ao Gestor que recebeu a documentação do potencial cedente e o Gestor convocará uma reunião do Conselho Consultivo de Crédito;
- (vii) O Conselho Consultivo de Crédito se reunirá para realizar a análise das informações enviadas pelo fornecedor ou prestador de serviços do Sacado, com a recomendação acerca da aprovação do potencial cedente;
- (viii) O Conselho Consultivo de Crédito enviará a ata contendo suas deliberações ao Gestor e ao Administrador, para que o Gestor aprecie e decida sobre as recomendações do Conselho Consultivo de Crédito, informando ao Administrador sobre sua decisão por carta ou correio eletrônico;
- (ix) No caso de aprovação do potencial cedente, o Gestor informará ao Consultor Especializado BDMG sobre sua decisão por carta ou correio eletrônico, para que o Consultor Especializado BDMG envie a documentação do potencial cedente ao Administrador no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- (x) No caso de aprovação do potencial cedente, o Gestor providenciará o Contrato de Cessão contendo os termos e cláusulas sugeridos pelo Conselho Consultivo de Crédito e ratificado pelo Gestor, sendo certo que o Contrato de Cessão deverá prever, no mínimo:
- a) Que o Cedente responde pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que serão cedidos ao Fundo, nos termos do artigo 295 do Código Civil;

- b) Que a celebração do Contrato de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão, e a consequente cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo não acarretará o descumprimento total ou parcial de quaisquer obrigações do Cedente com terceiros; e
 - c) Que é vedado o recebimento pelo Cedente de quaisquer quantias que por força da cessão passarão a ser de titularidade do Fundo e que, no caso de eventual recebimento de valores de titularidade do Fundo pelo Cedente, o Cedente receberá tais valores na condição de fiel depositário e deverá informar imediatamente ao Gestor, para que o Gestor possa instruí-lo quanto à transferência dos recursos ao Fundo em até 01 (um) Dia Útil;
- (xi) Os termos e condições do Contrato de Cessão deverão ser acordados de forma irrevogável e irretroatável e vincularão o Cedente e o Fundo, bem como seus sucessores a qualquer título;
- (xii) Para a celebração do Contrato de Cessão será observado o seguinte fluxo:
- a) O Cedente assina o Contrato de Cessão em 4 (quatro) vias e envia ao Gestor;
 - b) O Gestor assina o Contrato de Cessão e envia ao Agente de Monitoramento;
 - c) O Agente de Monitoramento assina o Contrato de Cessão e envia ao Administrador;
 - d) O Administrador abona as assinaturas dos representantes legais do Cedente, do Gestor e do Agente de Monitoramento e providencia o registro do Contrato de Cessão em cartório de títulos e documentos na praça de sua sede, e caso a sede do Cedente não seja na mesma praça da sede do Administrador, o Administrador encaminha o Contrato de Cessão ao Cedente para que o Cedente providencie o registro no cartório de títulos e documentos na praça de sua sede, mantenha consigo 1 (uma) via original do Contrato de Cessão e envie imediatamente ao Administrador 3 (três) vias originais do Contrato de Cessão. Os custos para registro do Contrato de Cessão na sede do Administrador correrão por conta do Fundo e quando o Cedente estiver localizado em outra localidade que não a mesma localidade da sede do Administrador, os custos para registro de Contrato de Cessão na sede do Cedente serão arcados pelo próprio Cedente; e
 - e) O Administrador manterá consigo 1 (uma) via original do Contrato de Cessão e enviará 1 (uma) via original do Contrato de Cessão para o Gestor e 1 (uma) via original do Contrato de Cessão para o Agente de Monitoramento;
- (xiii) Após a celebração do Contrato de Cessão, o Cedente estará apto a alienar Direitos de Crédito ao Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão.

A critério do Conselho Consultivo de Crédito, do Gestor e do Administrador outros documentos poderão ser solicitados aos titulares dos Direitos de Crédito para a aprovação de seu cadastro.

O Cedente cadastrado deverá manter sempre atualizada perante o Gestor e o Administrador a documentação mencionada acima, devendo referida documentação ser sempre entregue pelo Cedente ao Consultor Especializado BDMG, para que o Consultor Especializado BDMG envie tal documentação ao Administrador no prazo de 1 (um) Dia Útil contado de seu recebimento.

O cadastro de cada Cedente deverá ser atualizado pelo Gestor e pelo Administrador anualmente, ao final de cada exercício social do Fundo. Adicionalmente à atualização anual, o Gestor e o Administrador poderão solicitar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a substituição de quaisquer documentos ou ainda a entrega de documentos adicionais que julguem necessários para a aprovação ou atualização do cadastro do Cedente. Também nestas hipóteses a documentação deverá ser sempre entregue pelo Cedente ao Consultor Especializado BDMG, para que o Consultor Especializado BDMG envie tal documentação ao Administrador no prazo de 1 (um) Dia Útil contado de seu recebimento.

Compete ao Gestor verificar o cumprimento dos requisitos aplicáveis aos potenciais cedentes para que sejam credenciados junto ao Fundo, competindo também ao Gestor identificar o não cumprimento de qualquer dos requisitos e descredenciar o Cedente, fato que impedirá que o Cedente realize novas cessões de Direitos de Crédito ao Fundo enquanto perdurarem as irregularidades, devendo o Gestor comunicar imediatamente, por escrito, ao Administrador sobre o descredenciamento.

PROCEDIMENTOS PARA A CESSÃO

Com a celebração do Contrato de Cessão, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito do Cedente, sendo certo que as cessões de Direitos de Crédito observarão os procedimentos básicos descritos abaixo, além dos procedimentos mais específicos estabelecidos no Contrato de Cessão:

- (i) Será disponibilizado ao Cedente uma página do Fundo na Internet com acesso restrito;
- (ii) O Cedente acessará a página do Fundo na Internet, a qual conterá a taxa de desconto aplicável naquela data. Neste ambiente o Cedente terá acesso aos dados da potencial cessão, tais como o valor que o Cedente receberá pela cessão de mencionados Direitos de Crédito e o percentual dos Direitos de Crédito que permanecerão na propriedade do Cedente remetidos para a Conta Reserva, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento. O Cedente selecionará na página do Fundo na Internet os Direitos de Crédito que tem interesse em alienar ao Fundo, bem como indicará a conta corrente de sua titularidade para recebimento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito que o Fundo optar por efetivamente adquirir;
- (iii) O Administrador e o Gestor receberão por meio eletrônico as informações dos Direitos de Crédito selecionados pelo Cedente para que sejam cedidos ao Fundo e analisarão, respectivamente, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, de modo a selecionar os Direitos de Crédito que possam ser adquiridos pelo Fundo, nos termos do Regulamento e do Acordo Operacional. O Fundo somente efetuará a aquisição de parcela de Direitos de Crédito se possuir recursos para mencionada aquisição e desde que a parcela de Direitos de Crédito atenda na data de aquisição, além do acima disposto, a política de investimento, a composição, a diversificação da Carteira do Fundo, os limites de concentração e a política de aquisição de Direitos de Crédito do Fundo, conforme disposto no Regulamento;
- (iv) Uma vez selecionados os Direitos de Crédito que o Cedente pretende ceder ao Fundo, será formalizada a sua cessão, incluindo todos os acessórios do respectivo Direito de Crédito, por meio da celebração do Termo de Cessão, que preverá, dentre outras disposições que o Cedente atesta a inexistência de ônus, gravames ou restrições sobre os Direitos de Crédito cedidos. Para tanto, será disponibilizado para o Cedente na página do Fundo na Internet o Termo de Cessão para assinatura do Cedente;
- (v) O Cedente assinará o Termo de Cessão e enviará cópia digitalizada do Termo de Cessão ao Administrador;
- (vi) O Administrador abonará a assinatura do Cedente no Termo de Cessão de acordo com o cartão de assinaturas do Cedente e conferirá os Direitos de Crédito adquiridos na cópia digitalizada do Termo de Cessão por ele recebido. Após a conferência acima mencionada o Fundo enviará ao Sacado a linha digitável com os novos dados para pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, os quais deverão ser integralmente pagos pelo Sacado na Conta Reserva indicada pelo Fundo;
- (vii) O Sacado validará a existência do Direito de Crédito ao Fundo, de modo a se comprometer de forma irrevogável e irretratável com a liquidação dos Direitos de Crédito junto ao Fundo confirmando a cessão e descartando os dados para pagamento enviados anteriormente

pelo Cedente. Desta forma o Sacado dará ciência da cessão e confirmará os valores e prazos dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;

- (viii) O Administrador confrontará os Direitos de Crédito constantes na cópia digitalizada do Termo de Cessão, com os Direitos de Crédito confirmados pelo Sacado e efetuará o pagamento do preço de aquisição ao Cedente dos Direitos de Crédito confirmados pelo Sacado; e
- (ix) Quando do pagamento pelo Fundo dos Direitos de Crédito, o Cedente assinará um recibo que será disponibilizado na página do Fundo, informando quais os Direitos de Crédito e as respectivas parcelas que foram efetivamente cedidos ao Fundo. A via original do Recibo assinada pelo Cedente deverá ser encaminhada para o Fundo, juntamente com o Termo de Cessão original, e caso o Fundo não receba referido Recibo e o Termo de Cessão original assinado pelo Cedente no prazo estabelecido, o Cedente não poderá realizar novas cessões ao Fundo.

Independente dos procedimentos eletrônicos acima descritos, o Fundo poderá, a seu exclusivo critério, realizar os procedimentos de aquisição de parcela de Direitos de Crédito do Cedente de forma manual ou por meio de correio eletrônico.

Os Termos de Cessão poderão ser celebrados por meio eletrônico com o uso de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, o qual garante a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras, observado que o certificado ICP-Brasil de assinatura digital não possui efeito perante terceiros e tão somente entre as partes, salvo se tal documento for objeto de digitalização com fé pública ou registrada no cartório de títulos e documentos competente.

A parcela dos Direitos de Crédito selecionados deverá ser cedida pelo Cedente ao Fundo definitivamente e sem qualquer coobrigação.

O Gestor, ao seu exclusivo critério, poderá informar ao Administrador para que providencie o registro de cada Termo de Cessão em cartório de títulos e documentos na praça da sede do Administrador, bem como para que o Administrador providencie o registro no cartório de títulos e documentos na praça da sede do Cedente e envie imediatamente ao Cedente 1 (uma) via original devidamente registrada. Para os Cedentes que representarem mais de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na data de aquisição de determinados Direitos de Crédito, a totalidade dos Termos de Cessão referentes aos Direitos de Crédito daquele Cedente que ainda não tenham sido pagos pelo Sacado, serão obrigatoriamente registrados em cartório de títulos e documentos na praça da sede do Administrador e na praça da sede do Cedente.

O Administrador deverá informar mensalmente para a Agência Classificadora de Risco o montante de Direitos de Crédito, referente ao último Dia Útil do mês anterior, que tiveram os Termos de Cessão levados para registro em cartório de títulos e documentos.

O Administrador poderá utilizar-se de terceiros contratados pelo Fundo para providenciar o registro na praça da sede do Cedente, sendo que as despesas incorridas, exceto os custos de registro, correrão por conta do Fundo.

Os custos para registro de cada Termo de Cessão na praça da sede do Administrador correrão por conta do Fundo e quando o Cedente estiver localizado em outra praça que não a mesma da sede do Administrador, os custos para registro de cada Termo de Cessão na sede do Cedente serão arcados pelo próprio Cedente.

Nos termos do artigo 295 do Código Civil, os Cedentes responderão pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos de Crédito, bem como pela existência e validade dos Documentos Comprobatórios.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Em contrapartida pela aquisição de Direitos de Crédito, o Fundo pagará a cada Cedente o preço de aquisição, o qual será obtido por meio da aplicação de Taxa Mínima de Desconto em relação ao valor do Direito de Crédito, nos termos da fórmula abaixo:

$$\text{Preço de Aquisição} = \frac{\text{Valor DC Nominal} \times [1 - (\% \text{ Conta Reserva})]}{(1 + \% \text{ Taxa de Desconto})^{\frac{\text{Dias}}{252}}}$$

onde:

“Preço de Aquisição” é o valor nominal de aquisição do Direito de Crédito que será pago pelo Fundo ao Cedente;

“Valor DC Nominal” é o valor nominal do Direito de Crédito que será alienado ao Fundo, conforme condições acordadas entre o Gestor e o Cedente em cada Termo de Cessão;

“% Conta Reserva” é o percentual da cessão que deverá ser cedido e mantido em Conta Reserva para garantir eventuais atrasos e inadimplência de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo pelo Cedente. Este índice será definido pelo Conselho Consultivo de Crédito, de acordo com as características e especificidades de cada Sacado ou carteira de Direitos de Crédito e constará no respectivo Acordo Operacional celebrado com cada Sacado;

“Dias” é o número de Dias Úteis, entre a data de aquisição do Direito de Crédito, exclusive, e sua respectiva data de vencimento, inclusive; e

“Taxa Mínima de Desconto” será composta pela Taxa Mínima de Cessão, a Taxa de Administração e o “Excess Spread”, conforme definidos abaixo, e corresponde a uma taxa de juros pré-fixada a ser aplicada para determinar o valor nominal presente de um Direito de Crédito no vencimento ou de um fluxo futuro, por exemplo, de uma carteira de Direitos de Crédito. A Taxa de Desconto será definida pelo Conselho Consultivo de Crédito e será definida em cada Termo de Cessão, de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão, e obedecerá a fórmula abaixo:

$$\text{Taxa Mínima de Desconto} = \text{Taxa Mínima de Cessão} + \text{Taxa de Administração} + \text{Excess Spread}$$

na qual:

“Taxa Mínima de Cessão” é a Rentabilidade Alvo de maior valor dentre as Séries de Cotas Seniores emitidas e em vigor até aquela data;

“Taxa de Administração” é Taxa de Administração definida no Regulamento; e

“Excess Spread” é a parcela excedente para mitigar eventuais descasamentos de indexadores e atrasos de forma a incrementar o pacote de garantias do Fundo, bem como remunerar os detentores de Cotas Subordinadas, sendo que seu valor será de no mínimo 15% (quinze por cento) do CDI.

Conforme anteriormente mencionado, o Conselho Consultivo de Crédito fixou que o percentual a ser aplicado para a taxa de desconto utilizada na aquisição de Direitos de Crédito dos Cedentes onde a Fiat figurará como Sacado, será de 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI, o

que representa na data deste Prospecto 18,38% (dezoito inteiros e trinta e oito centésimos por cento) ao ano.

Para as aquisições de Direitos de Crédito pelo Fundo no mesmo Dia Útil, será aplicada a mesma taxa de desconto para todos os Cedentes de Direitos de Crédito que tenham como devedor o mesmo Sacado.

POSSIBILIDADE DE RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderão ser recomprados pelo próprio Cedente do respectivo Direitos de Crédito, somente no caso de a transação ser realizada em dinheiro.

A recompra pelo Cedente de parcela de Direitos de Crédito antes da respectiva data de vencimento será realizada pelo valor de face da parcela do referido Direito de Crédito.

A recompra pelo Cedente de parcela de Direitos de Crédito após a respectiva data de vencimento, ou seja, quando houver a mora de mencionado Direito de Crédito, será realizada pelo valor atualizado da parcela do referido Direito de Crédito, de acordo com a variação da Taxa CDI no período, acrescido de multa não compensatória de 2% (dois por cento), e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados sobre o valor devido, tudo conforme autorizam os artigos 389 ao 392 e 394 ao 396 do Código Civil.

Exceto em casos específicos de recompra mencionados nos parágrafos acima, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo não poderão ser acrescidos, removidos ou substituídos após a confirmação do Sacado, disposta na alínea (vii) do item 5.8 do Regulamento, e da efetiva cessão ao Fundo, tendo em vista que com a confirmação do Direito de Crédito pelo Sacado seu sistema será automaticamente travado para pagamento ao Fundo, não sendo permitida qualquer alteração, modificação ou ajuste.

A recompra pelo Cedente do Direito de Crédito após a respectiva data de vencimento, somente ocorrerá em casos raros e específicos a serem analisados pelo Gestor e pelo Conselho Consultivo de Crédito, não possuindo limite ou parâmetro pré-estabelecido, sendo que, caso ocorra, será informado por escrito aos Cotistas para que tenham conhecimento. Para que a cessão seja realizada ao Fundo, é necessária a confirmação do Direito de Crédito pelo Sacado e seu sistema será automaticamente travado para pagamento ao Fundo, de modo que a possibilidade de o Cedente recomprar Direitos de Crédito cedidos ao Fundo é bastante remota.

Na hipótese de recompra de Direitos de Crédito pelo Cedente, os valores que forem pagos pelo Sacado na Conta Reserva referente aqueles Direitos de Crédito, serão transferidos para a conta corrente indicada pelo Cedente.

POLÍTICA DE COBRANÇA

A cobrança passiva e ativa dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo observará os procedimentos descritos abaixo:

- (i) Na data de pagamento do Direito de Crédito o Sacado efetuará o pagamento em uma Conta Reserva;
- (ii) Caso o pagamento total pelo Sacado referente a determinado Direito de Crédito ocorra no prazo acordado, o Agente de Monitoramento repassará ao Fundo o valor do percentual do Direito de Crédito efetivamente adquirido pelo Fundo e ao Cedente o valor do percentual do Direito de Crédito que permaneceu sob a propriedade do Cedente;
- (iii) No caso de mora do Sacado para o pagamento de determinado Direito de Crédito:
 - a) O Fundo, por meio do Gestor ou de seus Consultores Especializados, entrará em contato com o Sacado para informar sobre a mora do Sacado no pagamento de determinado Direito de Crédito com a finalidade de que o Sacado providencie o pagamento da totalidade do Direito de Crédito em atraso;
 - b) O Agente de Monitoramento informará ao Cedente, repassando automaticamente ao Fundo a propriedade de parte do percentual do Direito de Crédito que havia permanecido sob a propriedade do Cedente, sendo que a parcela restante do Direito de Crédito que permanecer sob titularidade do Cedente será devolvida ao Cedente. Para o cálculo do percentual do Direito de Crédito de titularidade do Cedente que será cedido ao Fundo, o Agente de Monitoramento aplicará sobre mencionado percentual a taxa de desconto aplicada quando da aquisição de parcela deste Direito de Crédito pelo Fundo; e
 - c) O procedimento descrito no item acima será aplicado a cada Dia Útil de atraso do Sacado no pagamento de determinado Direito de Crédito e enquanto perdurar o atraso, limitado ao valor total do percentual do Direito de Crédito que havia sido mantido sob titularidade do Cedente;
- (iv) No caso de o percentual do Direito de Crédito mantido sob titularidade do Cedente na Conta Reserva não ser suficiente para saldar as obrigações da operação do Sacado para com o Fundo, o Sacado permanecerá obrigado por quaisquer penalidades contratadas decorrentes do atraso ou do não pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
- (v) Caso a mora persista após 2 (dois) Dias Úteis contados da data de vencimento do Direito de Crédito, o Gestor deverá notificar o Sacado para que este pague o Direito de Crédito em até 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento pelo Sacado da notificação;
- (vi) Na hipótese de o Sacado não efetuar o pagamento do Direito de Crédito conforme estabelecido no item anterior, o Administrador deverá convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que os Cotistas decidam se o Fundo deverá protestar o Sacado e/ou se o Fundo deverá iniciar os procedimentos de cobrança ativa frente ao Sacado, conforme o caso.
 - a) Quando a Assembleia Geral de Cotistas decidir pelo procedimento de cobrança ativa dos Direitos de Crédito vencidos e inadimplidos pelo Sacado, o Gestor, a seu exclusivo critério, poderá contratar o Agente de Cobrança para realizar mencionado procedimento;
- (vii) Adicionalmente, a Assembleia Geral de Cotistas deverá se reunir a fim de analisar se o Fundo deverá ou não rescindir o Acordo Operacional celebrado com o Sacado em mora;
- (viii) Caso a Assembleia Geral de Cotistas decida pela rescisão pelo Fundo do Acordo Operacional celebrado com o Sacado em mora, os Consultores Especializados e o Gestor

realizarão os procedimentos legais cabíveis para a rescisão do Acordo Operacional, devendo conforme o caso, exigir as penalidades cabíveis pelo inadimplemento das obrigações do Sacado; e

- (ix) Os Cedentes que tenham cedido Direitos de Crédito ao Fundo os quais estejam vencidos e inadimplidos, estarão proibidos de realizar novas cessões de Direitos de Crédito ao Fundo, até que os Direitos de Crédito sejam quitados, devendo o Gestor verificar, sempre no momento da cessão, se os Direitos de Crédito cedidos pelo Cedente encontram-se adimplidos.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando o Administrador e/ou o Gestor, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos Direitos de Crédito, sem prejuízo das obrigações assumidas pelos respectivos Cedentes nos Contratos de Cessão.

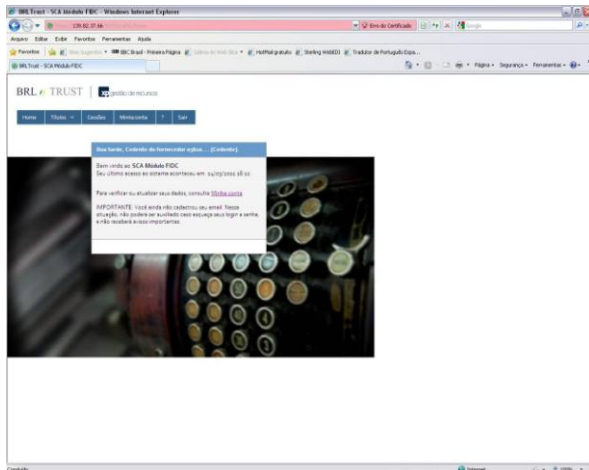
O Administrador e o Gestor não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito, inclusive eventuais custos de condenação, que o Fundo venha a incorrer em face dos Sacados, de terceiros ou dos Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo.

Não obstante o disposto acima, o Administrador, o Gestor e os Consultores Especializados não serão responsáveis pelos resultados obtidos na implementação da política de cobrança ou pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Sacados que estejam inadimplentes com o Fundo.

ESTRUTURA OPERACIONAL – WEBSITE PARA CESSÕES

O Fundo contará, ainda, com um *website*, onde os Cedentes poderão acessar usando *login* e senha para realizar as cessões. Os Cedentes acessarão o domínio www.financiaminas.com.br e terão acesso aos Direitos de Crédito disponíveis para cessão junto ao Fundo.

Tela de Login



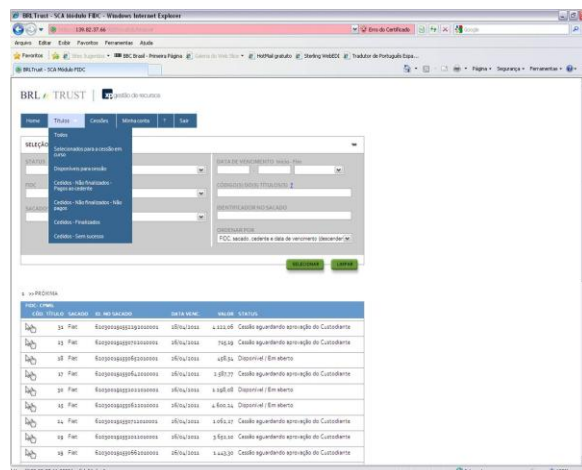
Características website

- Design similar ao de *internet banking*.
- Simplicidade e facilidade na visualização, seleção dos Direitos de Crédito e formalização da cessão.
- Direitos de Crédito a receber por Cedente atualizados diariamente com base no departamento de “contas a pagar” do Sacado.
- Flexibilidade na escolha dos Direitos de Crédito que serão cedidos com base no prazo para vencimento e valor por Direitos de Crédito.

Os usuários cadastrados dos Cedentes terão acesso a todos os Direitos de Crédito enviados pelo Sacado, podendo visualizar o status dos Direitos de Crédito: Disponível, Cessão aguardando aprovação, Cedido, etc.

Os usuários cadastrados dos Cedentes poderão realizar ainda filtros por status do Direito de Crédito, valor nominal, vencimento, etc. para escolher quais os Direitos de Crédito que deseja ceder ao Fundo.

Tela de Filtros dos Direitos de Crédito e Seleção



Características do Website (cont.)

- Termo de Cessão emitido automaticamente, evitando falhas e simplificando o processo administrativo para os Cedentes.
- Liberação de recursos simplificadas, com o envio dos Termos de Cessão via fac-símile ou correio eletrônico. No médio prazo, o Fundo contará com autenticação eletrônica.
- Disponibilização de arquivo retorno (CNAB 400) informando os Direitos de Crédito cedidos para atualização dos sistemas de ERP (*Enterprise Resource Planning*) dos Cedentes, evitando assim o trabalho manual e eventuais falhas no processo.

O usuário cadastrado do Cedente confirmará o valor, selecionará a conta corrente em que deseja receber o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito e confirmará a cessão.

Emissão Termo de Cessão

Relatório de Informações

Nome do FIDC: Fundo de Investimento em Ações

CVM: 003.946.74

Objetivo: Investir em títulos de renda fixa e em valores mobiliários negociados no mercado financeiro brasileiro.

Relatório de Informações Relativas ao FIDC

Nome do FIDC	CVM	Objetivo	Porcentagem de Investimento em Títulos de Renda Fixa	Porcentagem de Investimento em Valores Mobiliários	Valor Total do FIDC
Fundo de Investimento em Ações	003.946.74	Investir em títulos de renda fixa e em valores mobiliários negociados no mercado financeiro brasileiro.	100%	0%	R\$ 1.000.000.000,00

[illegible]

A final do processo de cada nova cessão, será disponibilizado no *website* aos Cedentes o recibo da operação, identificando quais Direitos de Crédito que constavam do Termo de Cessão foram adquiridos pelo Fundo após o processo de validação junto ao Gestor, ao Administrador e ao Sacado. Este recibo deverá ser assinado pelo Cedente e entregue ao Agente de Monitoramento, conforme disposto no Regulamento e no Contrato de Cessão. Por fim, o Cedente poderá ainda realizar o *download* de um arquivo em formato CNAB 400 para importar para seu sistema operacional e “marcar” quais Direitos de Crédito foram cedidos ao Fundo.

CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo devem ser originados de operações, com pagamento a prazo, realizadas em quaisquer segmentos da economia, incluindo, mas não se limitando, os segmentos industrial, comercial, agropecuário, financeiro, imobiliário e de prestação de serviços, desde que o Cedente ou o Sacado tenham estabelecimento no Estado de Minas Gerais.

Para que sejam adquiridos pelo Fundo, os Direitos de Crédito deverão ser confirmados pelo respectivo Sacado, de modo que o Sacado se comprometerá de forma irrevogável e irretroatável com a liquidação dos Direitos de Crédito junto ao Fundo.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que, na data de aquisição e na data de pagamento, atendam cumulativamente: (i) às Condições de Cessão, segundo verificação e validação do Gestor; e (ii) aos Critérios de Elegibilidade, conforme verificação e validação do Administrador.

Na hipótese de os Direitos de Crédito deixarem de observar quaisquer dos Critérios de Elegibilidade ou Condições de Cessão após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra o Administrador, o Gestor ou os Consultores Especializados, salvo na existência de comprovada má-fé ou dolo das partes.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverão atender cumulativamente todos os Critérios de Elegibilidade a seguir descritos, os quais serão verificados pelo Administrador:

- (i) Os Direitos de Crédito devem: (a) ser vencidos; (b) ser devidos por um Sacado cadastrado e aprovado junto ao Fundo, conforme procedimento descrito no Regulamento; (c) ser cedidos por um Cedente cadastrado e aprovado junto ao Fundo, conforme procedimento descrito no Regulamento; e (d) ser oriundos de relação de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens;
- (ii) O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Sacado até o limite de 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido, desde que 1 (um) mesmo Cedente não represente mais do que 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo nos primeiros 6 (seis) meses contados do registro de funcionamento do Fundo e, após tal data, desde que 1 (um) mesmo Cedente não represente mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iii) A data de vencimento dos Direitos de Crédito não poderá: (a) ser superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contados da sua data de aquisição pelo Fundo; (b) ocorrer no período de 30 (trinta) dias anteriores à última data de vencimento dentre as datas de vencimento das Séries de Cotas Seniores em circulação, tampouco após este período; e (c) ser inferior a 10 (dez) dias contados da respectiva aquisição; e
- (iv) Somente poderão ser adquiridos quaisquer Direitos de Crédito se, uma vez computada pro forma a respectiva aquisição, forem mantidos os limites de composição da carteira de Direitos de Crédito do Fundo e os limites de concentração do Fundo estabelecidos no Regulamento e nos respectivos Contratos de Cessão.

CONDIÇÕES DA CESSÃO

Os Direitos de Crédito deverão observar as seguintes Condições de Cessão, que serão verificadas e validadas pelo Gestor:

- (i) Ter rentabilidade mínima, igual ou superior, a Taxa Mínima de Desconto definida no Regulamento;
- (ii) O Cedente deve ter sido previamente cadastrado pelo Fundo;
- (iii) Devem ser representados por duplicatas, contratos de fornecimento de produtos, contratos de prestação de serviços e notas fiscais/faturas de produtos e/ou serviços ou documento equivalente que garanta ao titular o direito de: (i) receber do Sacado o valor do crédito respectivo; e (ii) cobrar do Sacado o pagamento do crédito não honrado, observado o disposto no parágrafo abaixo;
- (iv) O Cedente não ter cedido ao Fundo Direitos de Crédito que estejam inadimplentes ou em atraso com relação ao pagamento pelo respectivo Sacado; e
- (v) Os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos e não pagos na data de sua cessão para o Fundo.

No caso de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito representados por qualquer outro Documento Comprobatório que não aqueles a seguir informados, o Gestor deverá informar previamente e por escrito para a Agência Classificadora de Risco para que esta manifeste, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, eventual impacto no risco que tal aquisição poderá ocasionar ao Fundo. No caso de não manifestação no prazo acima mencionado, o Gestor realizará a aquisição sem que haja configurado impacto no risco do Fundo. Os Direitos de Crédito representados pelos seguintes Documentos Comprobatórios independem do procedimento acima: duplicatas, contratos de fornecimento de produtos, contratos de prestação de serviços e notas fiscais/faturas de produtos e/ou serviços.

CONTAS RESERVA

A Conta Reserva tem por objetivo garantir o Fundo face ao risco de mora ou inadimplência do Sacado referente à parcela dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

O Fundo abrirá e manterá, junto a uma instituição financeira a ser indicada pelo Administrador, uma Conta Reserva por Sacado. As Contas Reserva serão de titularidade do Fundo, com controle e movimentação pelo Agente de Monitoramento, exclusivamente em conjunto com o Gestor, nos termos do Regulamento e do Contrato celebrado com o Agente de Monitoramento.

O Agente de Monitoramento fará diariamente um controle gerencial e interno das movimentações por Cedente na Conta Reserva de seus respectivos Sacados.

O Fundo somente adquirirá dos Cedentes uma parcela dos Direitos de Crédito, sendo que a parcela que não for adquirida pelo Fundo servirá de garantia ao Fundo pelo pagamento pontual do Sacado dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, ressalvada a hipótese de mora do Sacado por caso fortuito ou força maior, conforme abaixo especificado.

O percentual dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo será definido para cada Sacado no respectivo Acordo Operacional e constará no Contrato de Cessão celebrado com cada Cedente, de modo que mencionado percentual será aplicável a todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo cujo devedor seja o Sacado.

Tanto a parcela dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo quanto a parcela dos Direitos de Crédito de titularidade dos Cedentes, serão pagas pelos Sacados diretamente na Conta Reserva, de modo que o Sacado efetuará o pagamento integral dos Direitos de Crédito na Conta Reserva.

Os recursos disponíveis nas Contas Reserva serão transferidos para a conta-corrente de titularidade do Fundo movimentada pelo Administrador e para a conta-corrente informada pelo respectivo Cedente, no mesmo dia em que os recursos forem recebidos na respectiva Conta Reserva.

Tendo em vista que os pagamentos a serem realizados pelos Sacados nas Contas Reserva serão feitos mediante boleto bancário, o fluxo atenderá o disposto abaixo:

- (i) O Sacado realiza o pagamento na Conta Reserva, via boleto bancário, do valor total do Direito de Crédito devido;
- (ii) No primeiro Dia Útil subsequente o valor integral do pagamento realizado pelo Sacado entra na Conta Reserva; e
- (iii) Na mesma data do item (ii) acima, o Agente de Monitoramento destina a parcela do valor devido ao Fundo para outra conta corrente do Fundo indicada pelo Administrador e a parcela devida ao Cedente para a conta corrente indicada pelo Cedente, de modo a não permanecer nenhum valor na Conta Reserva ao final deste dia.

No caso de mora do Sacado no pagamento de determinado Direito de Crédito, a cada dia de atraso, a taxa de desconto aplicada quando da aquisição de referido Direito de Crédito pelo Fundo será aplicada sobre o valor do Direito de Crédito efetivamente adquirido pelo Fundo e o valor resultante será descontado do percentual do Direito de Crédito que havia sido mantido sob titularidade do Cedente, de modo que a titularidade do respectivo percentual do Direito de Crédito passará automaticamente ao Fundo.

A fórmula descrita acima será aplicada a cada Dia Útil de atraso do Sacado no pagamento de determinado Direito de Crédito e enquanto perdurar o atraso, limitado ao valor total do percentual do Direito de Crédito que havia sido mantido sob titularidade do Cedente.

Não obstante o disposto nesta seção e observadas as demais disposições do Regulamento, no caso de mora ou inadimplência do Sacado, o Sacado permanecerá obrigado por eventuais penalidades decorrentes do atraso ou do não pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

O Fundo somente cobrará do Sacado eventuais penalidades decorrentes do atraso ou do não pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo caso o valor total do percentual do Direito de Crédito que havia sido mantido sob titularidade do Cedente na Conta Reserva não seja suficiente para absorver o prejuízo causado pela mora do Sacado, observada a política de cobrança estabelecida no Regulamento e na seção “Política de Cobrança” deste Prospecto.

No caso de mora pelo Sacado no pagamento de algum Direito de Crédito cedido ao Fundo, o Agente de Monitoramento notificará imediatamente ao Cedente mediante correio eletrônico com aviso de recebimento, devendo constar em referida notificação todas as informações sobre mencionado Direito de Crédito em mora. Após a notificação supra mencionada, o Agente de Monitoramento repassará automaticamente ao Fundo a propriedade de parte do percentual do Direito de Crédito que havia permanecido sob a propriedade do Cedente, com a aplicação da fórmula supra descrita.

Não obstante o acima estabelecido, o Agente de Monitoramento informará ao Administrador e ao Gestor, sobre a mora do Sacado quanto ao pagamento de determinado Direito de Crédito, para que o Gestor entre em contato com o Sacado para obter informações sobre o motivo da mora e para que o Sacado providencie o pagamento da totalidade do Direito de Crédito em atraso.

Na hipótese em que os pagamentos a serem realizados pelo Sacado sofrerem eventual atraso causado por comprovada ocorrência de caso fortuito ou força maior que resulte em impossibilidade no pagamento pontual pelo Sacado dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo dos Cedentes e confirmados pelo Sacado, não incidirá multa ou qualquer outra penalidade para o Sacado, nos termos do artigo 393 do Código Civil.

Em nenhuma circunstância, a ocorrência de qualquer dos itens a seguir listados configurará um evento de caso fortuito ou força maior: (i) problemas e/ou dificuldades de ordem econômico-financeira do Sacado; (ii) qualquer ação de qualquer autoridade governamental que o Sacado pudesse ter evitado se tivesse cumprido com a legislação; (iii) insolvência, liquidação, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial do Sacado; e (iv) greve e/ou interrupções trabalhistas ou medidas de efeito semelhante, de empregados e contratados do Sacado e/ou de suas contratadas.

ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

COMPETÊNCIA

É da competência da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (i) Examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) Deliberar sobre a substituição do Administrador, do Gestor, dos Consultores Especializados e/ou da Agência Classificadora de Risco;
- (iii) Deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos Cotistas e eventual emissão de novas Cotas com as respectivas características;
- (iv) Deliberar sobre alterações ao Regulamento;
- (v) Deliberar sobre a alteração dos parâmetros de rentabilidade das Cotas;
- (vi) Deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) Deliberar sobre a cobrança de outras taxas;
- (viii) Deliberar se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação antecipada do Fundo;
- (ix) Deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e liquidação do Fundo; e
- (x) Eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Cotistas.

A Assembleia Geral de Cotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas, nos termos da regulamentação aplicável.

Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas, pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) Ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- (ii) Não exercer cargo ou função no Administrador ou no Gestor, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (iii) Não exercer cargo em Cedentes de Direitos de Crédito integrantes da Carteira.

O Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Cotistas da referida alteração, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do protocolo da referida alteração perante a CVM.

CONVOCAÇÃO

A convocação de Assembleia Geral de Cotistas será feita pelo Administrador, obrigatoriamente por correio eletrônico e, se for o caso, também por meio de publicação no periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, com 10 (dez) dias corridos de antecedência, no mínimo. A convocação indicará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas e os assuntos a serem tratados.

Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembleia Geral de Cotistas, com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, mediante a expedição ao Cotista de correio eletrônico e, se for o caso, por meio de publicação no periódico. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada formalmente regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembleia Geral de Cotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Cotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas poderá reunir-se por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação ao Administrador por titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas, sendo que, nesta hipótese, o Administrador será responsável por convocar a Assembleia Geral de Cotistas solicitada.

INSTALAÇÃO E DIREITO DE VOTO

As Assembleias Gerais de Cotistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas em circulação, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um Cotista.

Os titulares de Cotas de todas as classes de Cotas terão direito a voto em todas as matérias indicadas acima.

Poderão votar nas Assembleias Gerais de Cotistas os procuradores dos Cotistas legalmente constituídos há menos de 01 (um) ano.

Não terão direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas o Administrador e/ou seus empregados.

Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo Administrador antes do início da Assembleia Geral de Cotistas.

DELIBERAÇÃO

As deliberações sobre as matérias indicadas acima poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Cotistas, em primeira convocação, mediante a aprovação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes na respectiva Assembleia Geral de Cotistas, observadas as exceções abaixo.

As deliberações que possam alterar a política de investimento do Fundo, as Condições de Cessão, os Critérios de Elegibilidade e/ou procedimentos a serem observados pelo Gestor e/ou pelo Administrador na prestação de seus serviços ao Fundo, deverão ser submetidos previamente a eles, com antecedência de, no mínimo, 07 (sete) Dias Úteis, para que eles se manifestem sobre a possibilidade de execução.

Estão subordinadas também à aprovação dos Cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas em circulação as deliberações referentes a:

- (i) Substituição do Gestor e/ou dos Consultores Especializados;
- (ii) Alteração:
 - a) Do Regulamento;
 - b) Da política de investimento;

- c) Dos Critérios de Elegibilidade;
- d) Das Condições de Cessão;
- e) Dos parâmetros de rentabilidade das Cotas e/ou critérios de distribuição dos rendimentos entre as Cotas;
- f) Do cronograma de amortização das Cotas;
- g) Das condições de formação e reenquadramento da Reserva de Pagamento;
- h) Da Taxa de Administração e da Taxa de Performance;
- i) Do prazo de duração do Fundo; ou
- j) Da metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe;
- (iii) Cobrança de outras taxas;
- (iv) Resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação antecipada do Fundo; e
- (v) Nomeação de representantes dos Cotistas.

Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral de Cotistas serão divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados de sua realização.

As modificações no Regulamento aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data de protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- (i) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral de Cotistas;
- (ii) cópia da ata da Assembleia Geral de Cotistas;
- (iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- (iv) modificações procedidas no prospecto, quando aplicável.

CONSELHO CONSULTIVO DE CRÉDITO

COMPOSIÇÃO

O Fundo terá um Conselho Consultivo de Crédito, composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes, sendo 2 (dois) membros e respectivos suplentes nomeados por cada um dos Consultores Especializados e 1 (um) membro e respectivo suplente nomeado pelo Gestor.

Somente serão elegíveis para cargos do Conselho Consultivo de Crédito pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, que exercerão suas funções pelo prazo de duração do Fundo.

Os membros do Conselho Consultivo de Crédito poderão ser substituídos a qualquer tempo por determinação de quem os indicou.

Na hipótese de vaga de cargo por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão, esta será preenchida automaticamente, por seu suplente até nova indicação pela parte responsável pela indicação de um novo membro.

REUNIÃO, CONVOCAÇÃO E INSTALAÇÃO

O Conselho Consultivo de Crédito poderá se reunir sempre que os interesses do Fundo assim o exigirem.

As convocações deverão ser feitas pelo Gestor ou por qualquer membro do Conselho Consultivo de Crédito, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis, por escrito, via carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico com aviso de recebimento, podendo ser dispensada a convocação quando estiverem presentes todos os membros do Conselho Consultivo de Crédito.

A segunda convocação da reunião do Conselho Consultivo de Crédito será providenciada juntamente com a primeira convocação, sendo desde já estabelecido que a segunda convocação será realizada para o primeiro dia útil subsequente à data da primeira convocação.

Para o bom desempenho do Conselho Consultivo de Crédito, os Consultores Especializados enviarão aos membros por eles indicados o material necessário à avaliação da ordem do dia de cada reunião do Conselho Consultivo de Crédito, juntamente com a convocação da referida reunião.

Previamente à reunião do Conselho Consultivo de Crédito para deliberação sobre qualquer investimento pelo Fundo, os Consultores Especializados deverão encaminhar juntamente com a convocação da reunião do Conselho Consultivo de Crédito, para aprovação todas as informações necessárias para deliberação da matéria objeto da ordem do dia.

Sempre que necessário, as reuniões do Conselho Consultivo de Crédito poderão ser realizadas por meio de teleconferências ou audioconferências.

As reuniões do Conselho Consultivo de Crédito serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da totalidade dos membros do Conselho Consultivo de Crédito e suas deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos membros presentes.

Caso qualquer dos membros do Conselho Consultivo de Crédito não esteja presente na reunião, seja ela presencial, por teleconferências ou por audioconferências, e desde que a convocação tenha ocorrido conforme disposto acima, será instalada a reunião em segunda convocação no primeiro Dia Útil subsequente à data da primeira convocação.

As reuniões do Conselho Consultivo de Crédito serão instaladas, em segunda convocação, com a presença de ao menos 1 (um) dos membros do Conselho Consultivo de Crédito e suas deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos membros presentes.

COMPETÊNCIA

Compete ao Conselho Consultivo de Crédito deliberar sobre:

- (i) A aprovação de todos os investimentos a serem realizados pelo Fundo, incluindo a definição das taxas de desconto, limite de concentração, limites de crédito e análises de risco;
- (ii) A aprovação de novos Sacados;
- (iii) A aprovação de novos Cedentes;
- (iv) A adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;
- (v) A emissão de novas Cotas do Fundo;
- (vi) A contratação de serviços especializados de consultoria ou assessoria, quando julgar necessário;
- (vii) Os eventuais desenquadramentos do Fundo;
- (viii) A liquidação ou baixa contábil de um investimento do Fundo quando o Auditor ou o Gestor manifestarem entendimento que tal investimento não gerará mais retorno ao Fundo, com anuência do Administrador; e
- (ix) Todos os demais assuntos relacionados ao Fundo que o Gestor, a seu exclusivo critério, entenda que poderá ser matéria de deliberação pelo Conselho Consultivo de Crédito.

Os Consultores Especializados poderão encaminhar ao Conselho Consultivo de Crédito sugestões de propostas de investimento e resgate de Ativos Financeiros detidos pelo Fundo.

O Conselho Consultivo de Crédito somente poderá deliberar a respeito de oportunidades de investimentos pelo Fundo que tenham sido submetidas pelos Consultores Especializados ou pelo Gestor, e na forma apresentada pelos Consultores Especializados.

Os investimentos do Fundo somente poderão ser realizados nos exatos termos aprovados pelo Conselho Consultivo de Crédito, sendo certo que qualquer alteração em tais documentos possibilitará a reavaliação da oportunidade de investimento pelo Conselho Consultivo de Crédito.

RESOLUÇÃO DE IMPASSE

Na hipótese de impasse quanto à aprovação de quaisquer das matérias propostas ao Conselho Consultivo de Crédito, nos termos do Regulamento, os membros do Conselho Consultivo de Crédito exercerão seus melhores esforços para buscar, amigavelmente e de boa fé, um consenso para a matéria em questão.

Caso os membros do Conselho Consultivo de Crédito não superem o impasse no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data de realização da reunião do Conselho Consultivo de Crédito em que o impasse tenha ocorrido, o voto do membro eleito pelo Gestor prevalecerá.

RESULTADO DAS REUNIÕES

Das reuniões do Conselho Consultivo de Crédito será lavrada ata, a qual deverá ser assinada pelos membros a elas presentes ou, quando realizada via teleconferências ou audioconferências, a ata será enviada via correio eletrônico com aviso de recebimento e cada parte deverá enviar sua concordância sobre a ata por meio de correio eletrônico com aviso de recebimento em até 1 (um) Dia Útil contado do envio da ata via correio eletrônico.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS E PROCEDIMENTO DE CÁLCULO DE PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O valor do Patrimônio Líquido será apurado de acordo com o disposto a seguir.

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização de metodologia de apuração do seu valor de mercado, abaixo referida.

Os Ativos Financeiros terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de marcação a mercado do Administrador, cujo teor está disponível a qualquer Cotista na sede do Administrador.

Os Direitos de Crédito integrantes da Carteira terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, ajustado *pro rata temporis* pela respectiva taxa de desconto aplicada sobre seu valor de face por ocasião de sua aquisição e deduzidas as provisões relativas às despesas e encargos do Fundo e provisões para perdas com a inadimplência dos pagamentos devidos no âmbito dos Direitos de Crédito.

O Administrador constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos serão suportadas única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos no artigo 6º da Resolução CMN nº 2.682, ou seja, os percentuais de provisão somente serão aplicados após constatado o atraso no pagamento do Direito de Crédito em cada Dia Útil, de acordo com a tabela abaixo:

Faixa	Período de Atraso	Percentual de Provisão
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	atraso superior a 180 dias	100%

O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Administrador deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos sejam de alguma forma recuperados após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os referidos créditos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Administrador deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso.

Caso os valores vencidos e não pagos, acrescidos de multa e juros, relativos aos Direitos de Crédito sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização das perdas referidas acima, tais Direitos de Crédito serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo e: (i) o Administrador deverá reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso; e (ii) o Gestor deverá providenciar a reabilitação do Sacado ou do Cedente junto aos serviços de proteção ao crédito.

Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do Fundo em que ocorra o resgate de Cotas mediante dação de Direitos de Crédito em pagamento, observado que o resgate de Cotas mediante dação de Direitos de Crédito em pagamento somente poderá ocorrer caso nenhum Cotista tenha qualquer restrição legal, regulamentar ou de qualquer outra natureza para realizar este tipo de operação, para fins contábeis e de cálculo do Patrimônio Líquido, todos os Direitos de Crédito inadimplidos terão os respectivos valores contábeis calculados com base nesta seção.

A metodologia de avaliação dos Direitos de Crédito especificada acima é justificada pelos seguintes fatores:

- (i) A inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos de Crédito nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 356/01;
- (ii) A intenção de se manter os Direitos de Crédito na Carteira até suas respectivas datas de vencimento;
- (iii) O fato de o Fundo ser destinado exclusivamente a Investidores Qualificados; e
- (iv) O fato de todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordarem que os Direitos de Crédito possam ser mantidos na Carteira até suas datas de vencimento, conforme os respectivos Termos de Adesão.

Independentemente da classe, as Cotas serão valoradas todo Dia Útil, conforme distribuição de rendimentos descrita abaixo. A primeira distribuição ocorrerá no primeiro Dia Útil seguinte a Data de Subscrição Inicial e a última na data de liquidação do Fundo e pagamento dos respectivos resgates.

Todo Dia Útil, uma parcela da variação positiva (rentabilidade) ou negativa do Patrimônio Líquido, com relação ao Dia Útil imediatamente anterior (ou seja, após o pagamento ou provisionamento das reservas, despesas e encargos do Fundo), será adicionada ou subtraída, conforme a variação seja respectivamente positiva ou negativa, ao valor de cada uma das Cotas, a título de alocação dos resultados do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, limitado aos valores previstos no(s) Suplemento(s) ou no Regulamento.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- (i) O resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores em circulação, proporcional a participação de cada Série em relação ao Patrimônio Líquido do Dia Útil anterior; ou
- (ii) Percentual de variação da Taxa CDI, definido no respectivo Suplemento da Série, incidente sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores da respectiva Série.

Após a incorporação do resultado descrito no item acima para as Cotas Seniores e observado o procedimento para o cálculo da Taxa de Performance estabelecido no Regulamento, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas, a título de distribuição dos resultados da Carteira relativos ao Dia Útil imediatamente anterior incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Subordinadas.

A presente seção não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios para distribuição de rendimentos entre os Cotistas das diferentes classes de Cotas existentes.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas no Regulamento ou sempre que os Cotistas assim deliberarem em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal finalidade.

Será convocada Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre (a) a declaração de um Evento de Liquidação, ou (b) a alteração do Regulamento, bem como adoção das demais medidas entendidas necessárias pela Assembleia Geral de Cotistas, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados Eventos de Avaliação para fins do disposto no Regulamento:

- (i) Renúncia do Administrador à administração do Fundo, nos termos do Regulamento;
- (ii) Inobservância pelo Administrador de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Gestor ou pelo representante dos Cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, o Administrador não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (iii) Inobservância pelo Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações previstos no contrato celebrado com o Fundo com relação à cobrança dos Direitos de Crédito, desde que, se notificado pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Agente de Cobrança não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (iv) Inobservância pelo Agente de Monitoramento dos deveres e das obrigações previstos nos respectivos contratos celebrados com ele, cujo objeto será a Conta Reserva nos termos do Regulamento, desde que, se notificado pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Agente de Monitoramento não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (v) Aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com as Condições de Cessão e/ou os Critérios de Elegibilidade descritos no Regulamento;
- (vi) Não constituição ou desenquadramento dos montantes a serem depositados em Conta Reserva nos termos do Regulamento;
- (vii) Inobservância da ordem de pagamentos ou aplicação dos recursos do Fundo, conforme estabelecido no Regulamento;
- (viii) Comprovação de que qualquer Cedente tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo, Direitos de Crédito inexistentes, ou que já haviam sido cedidos ou onerados a terceiros;
- (ix) Caso o Sacado que represente mais de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo:
 - a) Inicie qualquer procedimento de falência, insolvência, renegociação ampla de dívidas, dissolução, liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou benefício legal similar, em qualquer jurisdição, a qualquer tempo;
 - b) Tenha qualquer petição ou pedido relacionado aos eventos e circunstâncias descritos na alínea (a) acima ajuizados contra si, ou qualquer dos procedimentos lá descritos tenham sido iniciados;
 - c) Tenha proposto plano de recuperação extrajudicial ou similar, independente de confirmação do juízo competente;

- d) Por qualquer ato ou omissão, indique seu consentimento, aprovação ou anuência a qualquer cessão, petição, solicitação ou procedimento ou ordem de dispensa ou indicação de liquidante ou administrador judicial para toda ou parte substancial de seus bens ou propriedades;
- e) Tenha cessado ou descontinuado suas operações; ou
- f) Rescinda o Acordo Operacional;
- (x) Não restabelecimento da Relação Mínima no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da verificação do seu desenquadramento;
- (xi) Rebaixamento da classificação de risco de qualquer Série de Cota Sênior em circulação abaixo de “AA-”;
- (xii) Caso o Administrador seja informado pelo Gestor de que o próprio Gestor verificou que os índices de performance definidos no Regulamento sejam superiores aos limites ali estabelecidos;
- (xiii) Amortização de Cotas em desacordo com o disposto no Regulamento e no respectivo Suplemento;
- (xiv) Caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas em circulação por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias, se aplicável, observado eventual prazo menor disposto no Regulamento;
- (xv) Caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Pagamento e (a) tal evento não seja sanado em 5 (cinco) Dias Úteis, ou (b) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos no Regulamento no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- (xvi) Renúncia, falência ou pedido de recuperação judicial de qualquer dos Consultores Especializados;
- (xvii) Constatação, pelo Administrador ou pelo Gestor, de que algum Cedente cedeu ao Fundo Direitos de Crédito onerados ou gravados, que representem mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (xviii) Caso o Administrador deixe de convocar Assembleia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses de Eventos de Avaliação previstas nesta seção;
- (xix) Na ocorrência de quaisquer outros eventos que, a exclusivo critério do Administrador, devam constituir um Evento de Avaliação;
- (xx) Se após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo não tiver 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos de Crédito, a fim de deliberar se há motivos que justifiquem o pleito de prorrogação de mencionado prazo por igual período, para, nesta hipótese, autorizar o Administrador a apresentar a solicitação para apreciação da CVM;
- (xxi) Se durante 3 (três) meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), a fim de deliberar se há motivos que justifiquem o pleito de prorrogação de mencionado prazo por igual período, para, nesta hipótese, autorizar o Administrador a apresentar a solicitação para apreciação da CVM; ou
- (xxii) Se, em qualquer momento após o período de 180 (cento e oitenta) dias do início das atividades do Fundo, o Fundo mantiver menos de 70% (setenta por cento) do seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito por um período de 3 (três) meses consecutivos e a Assembleia Geral de Cotistas não delibere pela amortização parcial das Cotas do Fundo, de modo a enquadrar a Carteira em 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito.

Na hipótese de ocorrência e continuidade de um Evento de Avaliação, e até a eventual decisão de liquidação do Fundo ou de retomada de suas atividades regulares, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador deverá suspender imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e as amortizações programadas de Cotas Seniores.

Caso a Assembleia Geral de Cotistas decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, o Administrador deverá implementar os procedimentos de liquidação do Fundo previstos no Regulamento.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

São considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) Impossibilidade de aquisição de Direitos de Crédito que preencham as Condições da Cessão e os Critérios de Elegibilidade especificados no Regulamento;
- (ii) Ausência de potenciais Sacados interessados em manter Acordo Operacional com o Fundo;
- (iii) Se for deliberado em Assembleia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- (iv) Na hipótese de inexistência de Direitos de Crédito na Carteira ou na hipótese de inexigibilidade, por qualquer meio judicial, dos Direitos de Crédito porventura existentes, por período superior a 60 (sessenta) dias;
- (v) Intervenção ou liquidação extrajudicial do Administrador ou do Gestor sem a sua efetiva substituição nos termos do Regulamento;
- (vi) Sempre que assim for decidido pelos Cotistas em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal fim;
- (vii) Se após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo não tiver 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos de Crédito, e for deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas a inexistência de motivos que justifiquem o pedido de prorrogação de tal prazo;
- (viii) Se durante 3 (três) meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e for deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas a inexistência de motivos que justifiquem o pedido de prorrogação de tal prazo;
- (ix) Por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- (x) Caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa CDI e impossibilidade de substituição da Taxa CDI pela taxa SELIC; ou
- (xi) Renúncia do Administrador ou do Gestor com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos no Regulamento.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá: (i) interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito; (ii) notificar os Cotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos no Regulamento.

O Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil e criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas.

Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos de Crédito, observado que este tipo de operação somente poderá ocorrer caso nenhum Cotista tenha qualquer restrição legal, regulamentar ou de qualquer outra natureza para realizar este tipo de operação, pelo valor apurado nos termos do Regulamento, desde que assim deliberado em Assembleia Geral de Cotistas convocada para este fim, observados os procedimentos descritos no Regulamento.

A cada Cota de determinada classe ou Série será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe ou Série.

A liquidação do Fundo será gerida pelo Administrador, observando as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral de Cotistas, se for o caso.

ÍNDICES DE PERFORMANCE

Compete ao Gestor calcular mensalmente os seguintes índices: a) índice de atraso; b) índice de perda acumulada; c) índice de pagamento do Cedente ao Fundo; e d) índice de recompra.

O índice de atraso, o índice de perda acumulada, o índice de pagamento do Cedente ao Fundo e o índice de recompra, deverão ser calculados pelo Gestor mensalmente, com base nos parâmetros do Administrador, e a respectiva memória de cálculo destes índices deverá ser guardada pelo Gestor.

O índice de atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da Carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Atraso_{F;D} = \frac{PNP_{F;D}}{PT_D}$$

PTD: Somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes do Fundo na data referencial de cálculo, sendo Direitos de Crédito a vencer e vencidos e não pagos por até 180 (cento e oitenta) dias, exclui-se o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integralmente provisionados, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, integrantes da Carteira do Fundo;

PNPF;D: Somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito de Cedentes, que contenham, na respectiva data referencial de cálculo, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior a D, vencido e não pago conforme a respectiva faixa de atraso F;

D: Data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro Dia Útil de cada mês.

F: Faixa de dias de atraso. As faixas de atraso F variam no seguinte conjunto:

F30: Faixa de atraso acima de 30 (trinta) dias (segundo a Resolução CMN nº 2.682, somatório dos Direitos de Crédito provisionados nas faixas de atraso C, D, E, F, e G);

F60: Faixa de atraso acima de 60 (sessenta) dias (segundo a Resolução do CMN nº 2.682, somatório dos Direitos de Crédito provisionados nas faixas de atraso D, E, F e G);

F90: Faixa de atraso acima de 90 (noventa) dias (segundo a Resolução do CMN nº 2.682, somatório dos Direitos de Crédito provisionados nas faixas de atraso E, F e G);

F120: Faixa de atraso acima de 120 (cento e vinte) dias (segundo a Resolução do CMN nº 2.682, somatório dos Direitos de Crédito provisionados nas faixas de atraso F e G);

AtrasoF;D: índice de atraso calculado para a faixa de atraso F na data D.

Será considerado Evento de Avaliação caso o Gestor verifique que o índice de atraso:

- (i) referente à faixa de atraso F30 represente percentual superior a 9%;
- (ii) referente à faixa de atraso F60 represente percentual superior a 6,75%;
- (iii) referente à faixa de atraso F90 represente percentual superior a 4,5%; e
- (iv) referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 2,75%.

O índice de perda acumulada utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da Carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Perda_D = \frac{PA_D}{P_D}$$

- PD: Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo;
- PAD: Somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes aos Cedentes que contenham, na respectiva data referencial de cálculo, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior a D, vencido e não pago por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, incluindo aqueles Direitos de Crédito passíveis de baixa e os Direitos de Crédito cedidos pelo Fundo a um 3º (terceiro), que estavam em atraso acima de 180 (cento e oitenta) dias;
- D: Data referencial de cálculo, correspondente ao 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês; e
- Perda D: Índice de perda acumulada calculado na data D.

Será considerado Evento de Avaliação caso o Gestor verifique que o índice de perda acumulada represente percentual superior a 4,5%.

O índice de pagamento do Cedente, representa os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e pagos pelo Sacado em contas que não são de propriedade do Fundo e será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IPGC_D = \frac{PGC_D}{PG_D}$$

- PGD: Somatório do valor de liquidações dos Direitos de Crédito que tenham sido realizadas no mês anterior a data referencial de cálculo;
- PGCD: Somatório do valor de recursos pagos pelos Cedentes, para liquidações dos Direitos de Crédito que tenham sido realizadas no mês anterior a data referencial de cálculo;
- D: Data referencial de cálculo, correspondente ao 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês;
- IPGCD: Índice de pagamentos do cedente ao Fundo calculado na data D.

Será considerado Evento de Avaliação caso o Gestor verifique que o índice de pagamentos do Cedente ao Fundo represente percentual superior a 4,5%.

O índice de recompra, a ser utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da Carteira do Fundo, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$REcompra_D = \frac{CM_D}{P_D}$$

- PD: Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo;

CMD: Somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito cedidos a um terceiro, desde o início do Fundo, que no momento da recompra, estavam vencidos e não pagos na faixa de atraso de 1 (um) a 180 (cento e oitenta) dias;

D: Data referencial de cálculo, correspondente a 5 (cinco) Dias Úteis antes da data de verificação;

REcompraD: Índice de recompra acumulada calculada na data D.

Será considerado Evento de Avaliação caso o Gestor verifique que o índice de recompra represente percentual superior a 4,5%.

ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, o Administrador alocará os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da Carteira, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, na seguinte ordem:

- (i) Para o pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- (ii) Amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observados os termos e condições do Regulamento;
- (iii) Formação da Reserva de Pagamento e da Reserva de Amortização;
- (iv) Amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento; e
- (v) Pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito, em moeda corrente nacional.

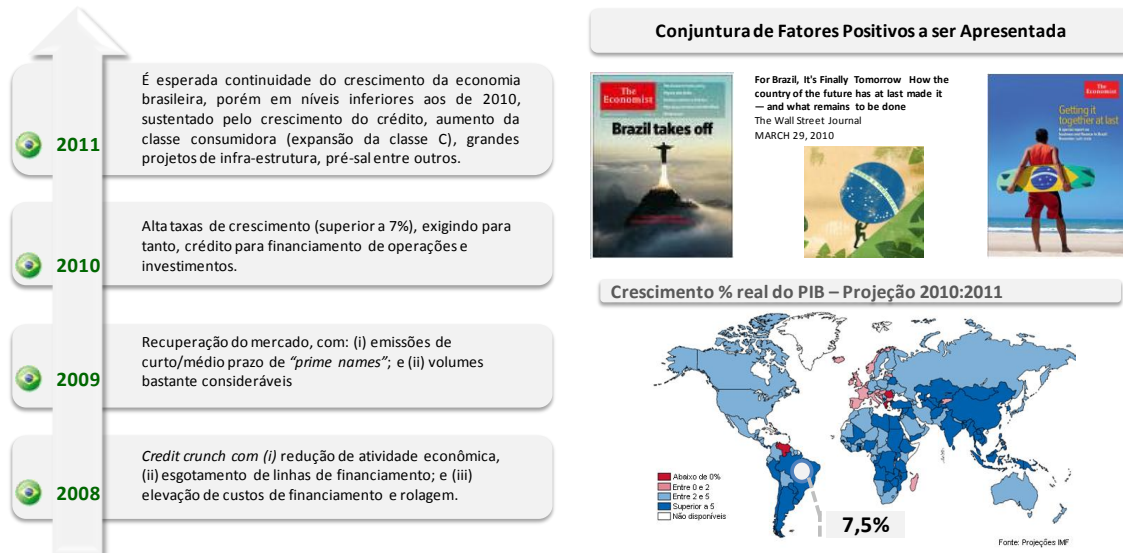
Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da Carteira serão alocados na seguinte ordem:

- (i) No pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- (ii) Resgate das Cotas Seniores, observados os termos e condições do Regulamento;
- (iii) Resgate de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL

A evolução recente do cenário internacional alçou o Brasil a um dos líderes do crescimento global, com grandes perspectivas de crescimento para os próximos anos. O país apresenta boas perspectivas de crescimento e boa cobertura da mídia internacional.

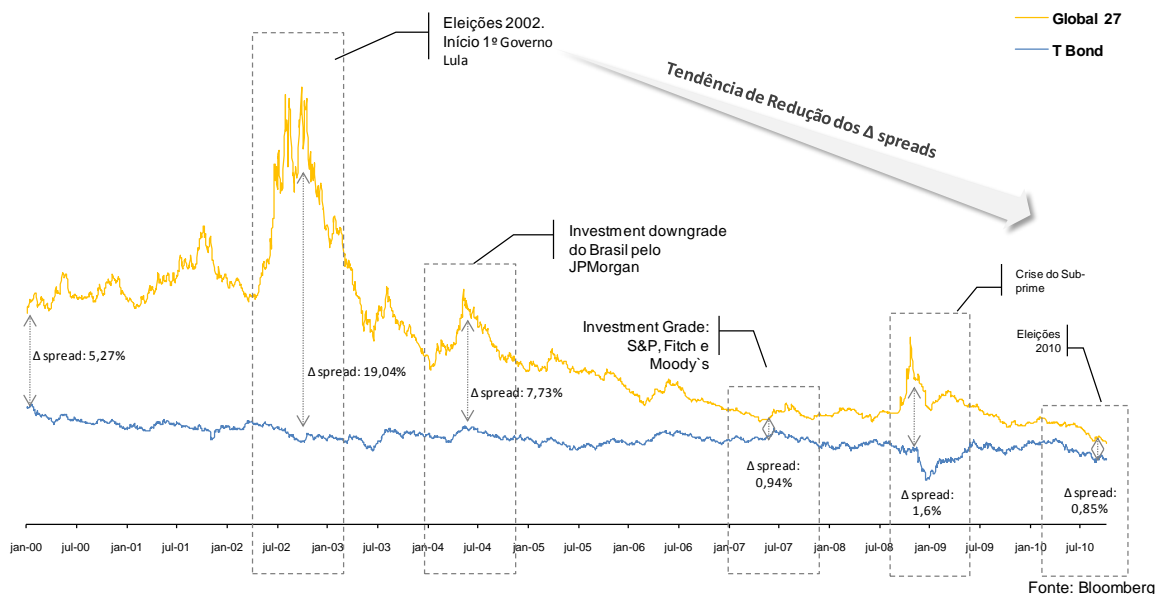
CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL – BRASIL NO MUNDO



Fonte: IMF, The Economist e XP Research

Em linha com esta boa perspectiva do país, destacamos a série histórica dos spreads entre o título do governo brasileiro (Global 27) e o título do governo americano (T Bond 30), que indicam diminuição sensível do "risco Brasil". Este cenário de baixa percepção de risco deve contribuir para a manutenção de um ambiente favorável à retomada da atividade econômica no Brasil, com consequências por toda a economia.

Comparação Yield Global 27 versus T-Bond 30 - 2000:2010

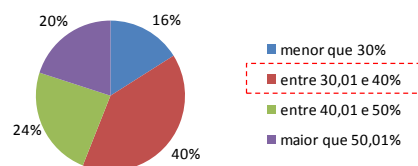


FINANCIAMENTO AO CAPITAL DE GIRO – OPÇÕES EXISTENTE E POSICIONAMENTO FUNDO

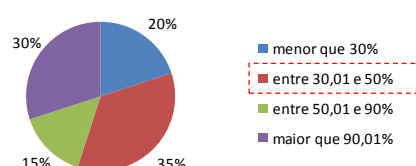
Apesar do menor custo de captação brasileiro, as taxas de juros praticadas em operações de capital de giro tradicionais ainda são bastante caras, oferecendo um grande mercado potencial para o Fundo, conforme pode-se ver a seguir:

Comparação Opções de Financiamento de Curto Prazo

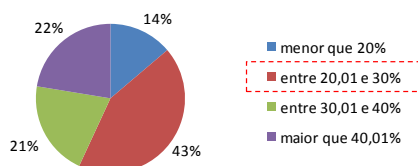
Desconto de duplicatas prefixado (% a.a.)



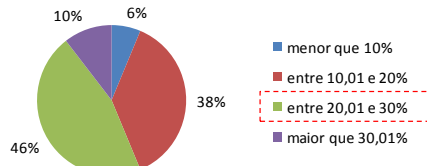
Conta garantida prefixado (% a.a.)



Capital de giro prefixado (% a.a.)



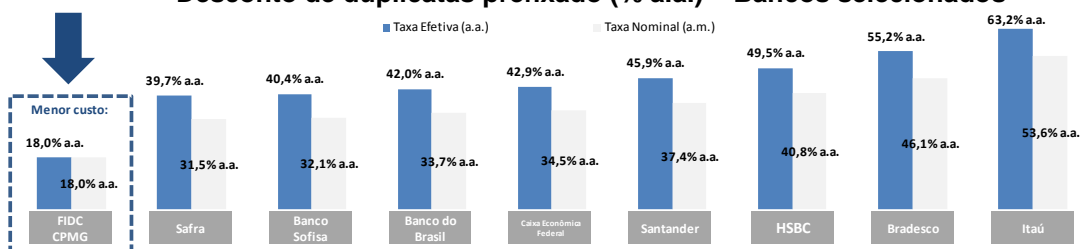
Capital de giro flutuante (% a.a.)



Fonte: Banco Central - Taxas efetivas ao ano (%) referentes ao período de 13/01/2011 a 19/01/2011, publicados em 01/02/2011.

O Fundo atuará em Minas Gerais provendo crédito para as empresas fornecedoras dos Sacados aprovados. A seguir, apresentamos um comparativo entre a taxa de desconto prevista pelo Fundo, conforme custo estimado de 160% (cento e sessenta por cento) do CDI, e operações de desconto de duplicatas em alguns bancos selecionados, conforme dados do Banco Central.

Desconto de duplicatas prefixado (% a.a.) – Bancos selecionados



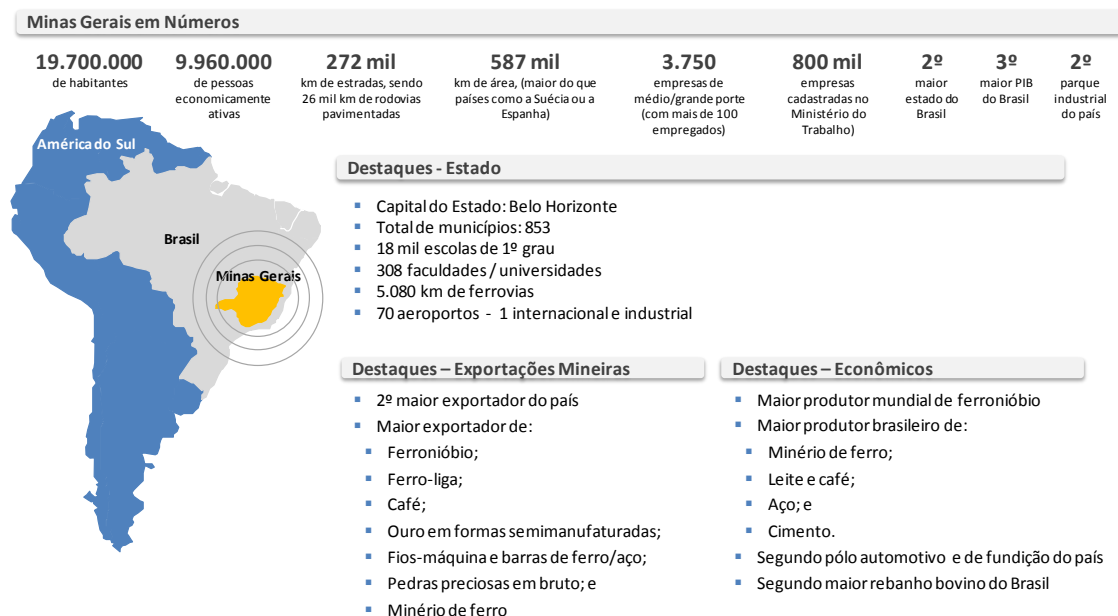
Taxas Efetivas dos Maiores Bancos em relação ao CDI:

FIDC CPMG	160% do CDI ou CDI + 6,75%	Banco do Brasil	373,73% do CDI ou CDI + 30,79%	Banco Sofisa	359,12 do CDI ou CDI + 29,14%
Bradesco	490,82% do CDI ou CDI + 43,97%	Caixa Econômica Federal	381,14% do CDI ou CDI + 31,63%	HSBC	440,36% do CDI ou CDI + 38,29%
Itaú	561,41% do CDI ou CDI + 51,91%	Safra	353,18% do CDI ou CDI + 28,48%	Santander	408,16% do CDI ou CDI + 34,67%

Fonte: Banco Central - Taxas efetivas consideram IOF inicial (0,38%) + IOF (0,0041% a.d.c. Taxas nominais ao ano (%) referentes ao período de 13/01/2011 a 19/01/2011, publicados em 01/02/2011.

ESTADO DE MINAS GERAIS: CENÁRIO ECONÔMICO REGIONAL

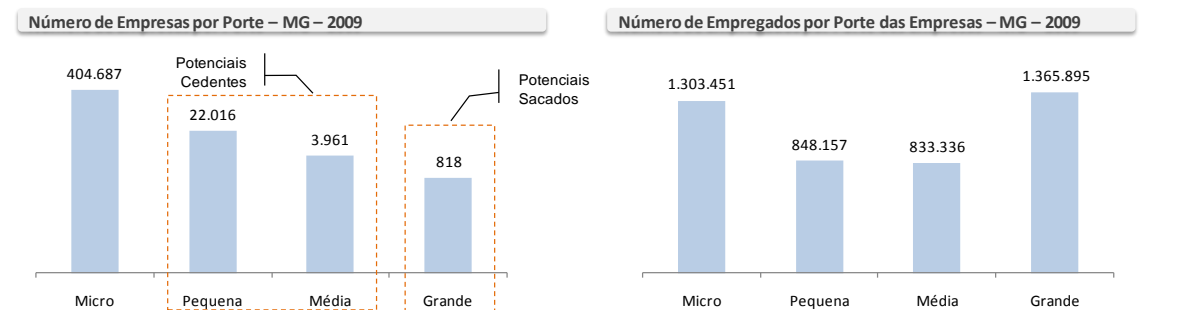
O Estado de Minas Gerais possui uma economia vibrante, entre as mais desenvolvidas do país e diversificada base econômica, incluindo mineração, siderurgia, agricultura e setor de serviços. Destaca-se em especial:



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

O Estado de Minas Gerais tem apresentado desempenho econômico notável em relação a outros Estados. Em 16.03.2011, a Fundação João Pinheiro anunciou que o Produto Interno Bruto – PIB do estado apresentou um crescimento de 10,9% em relação ao ano de 2009, superando em 3,4 pontos percentuais o resultado nacional, que foi de 7,5%, segundo divulgado pelo IBGE.

O crescimento da indústria exigirá aumento na demanda por crédito para financiamento de capital de giro, manutenção e expansão da capacidade produtiva. O estado de Minas Gerais possui diversas empresas que serão abordadas para atuarem como Sacado ou Cedente do Fundo, conforme o respectivo porte e interesse.



Fonte: FIEMG, CAGED (2009) IBGE e SECEX/ MDIC

INFORMAÇÕES SOBRE O PRIMEIRO SACADO CADASTRADO

(Fonte: Fiat Automóveis S.A.)

BREVE APRESENTAÇÃO

O Fundo, na data do presente Prospecto e para o início de suas atividades, possuiu um único Sacado cadastrado, a **FIAT AUTOMÓVEIS S.A.** ("Fiat Automóveis"), a qual, de acordo com as informações constantes na seção "Sumário dos Principais Contratos do Fundo" deste Prospecto, já celebrou Acordo Operacional com o Fundo. A Fiat Automóveis atuará na divulgação do Fundo, origem de Direitos de Crédito, confirmação dos dados dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e pagamento pontual, sem descontos e/ou abatimentos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo. A Fiat Automóveis acredita no Fundo como uma forma de fidelizar seus fornecedores e prestadores de serviços e melhorar ainda mais a relação comercial de longo prazo existente entre as partes.

Breve Descrição do Grupo Fiat

Fiat SpA e Fiat Industrial SpA, neste contexto ainda consideradas como Grupo Fiat ("Grupo")¹, são as empresas controladoras dos 2 (dois) dos maiores grupos industriais da Itália e um dos maiores do mundo, com operações industriais em mais de 50 (cinquenta) países espalhados pelos 5 (cinco) continentes do planeta. O Grupo possui aproximadamente 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) empregados, distribuídos em 178 (cento e setenta e oito) fábricas, sendo 56 (cinquenta e seis) na Itália, 54 (cinquenta e quatro) no restante da Europa, 24 (vinte e quatro) na América do Sul, 22 (vinte e duas) na América do Norte, 22 (vinte e duas) no restante do mundo, e 114 (cento e quatorze) centros de Pesquisa&Desenvolvimento ("P&D").

O nome FIAT é um acrônimo de Fabbrica Italiana Automobili Torino ("Fábrica Italiana de Automóveis Turim" em português). As atividades do Grupo eram inicialmente centralizadas na fabricação de automóveis e de veículos industriais e agrícolas. Na primeira década do século XX já fabricava também locomotivas, e, com o início da Primeira Guerra Mundial, passou a fabricar ambulâncias, metralhadoras e até motores para submarinos.

Focalizado no setor automotivo, o Grupo Fiat projeta e produz automóveis, caminhões, tratores, colheitadeiras, máquinas agrícolas, motores, transmissões, peças fundidas, autopeças e sistemas de automação industrial, entre outros.

¹ Até 31.12.2010, as atividades da Iveco e da CNH (produção e comercialização de caminhões, tratores, colheitadeiras, máquinas agrícolas e de construção) faziam parte da Fiat SpA. Desde 01.01.2011, a Fiat SpA sofreu um "spin-off" com a criação da Fiat Industrial SpA, que passou a ser a controladora das empresas do Grupo responsáveis por estas atividades.

O Grupo é um conglomerado empresarial fabricante de automóveis e com atuação em outros ramos industriais e também financeiros que desenvolve suas atividades industriais e de serviços por meio de sociedades localizadas em 50 (cinquenta) países e mantém relações comerciais com clientes em mais de 190 (cento e noventa) países, por meio de suas diversas marcas:

Marcas Fiat SpA e Fiat Industrial SpA



Fonte: Fiat

A seguir, apresentamos os principais marcos na história do Grupo desde a sua fundação:

- 1899:** A marca italiana FIAT (Fabbrica Italiana Automobili Torino) foi fundada por Giovanni Agnelli e um grupo de investidores.
- 1903:** Produz o seu primeiro caminhão.
- 1908:** Aventura-se no mercado americano. Por essa altura, começa a tornar-se popular na Europa, devido à utilização dos seus automóveis como táxis.
- 1910:** Passa a ser a maior marca automóvel da Itália, nunca mais perdendo essa posição até aos dias de hoje.
- 1917:** Com o início da Segunda Guerra Mundial a FIAT passou a produzir armamento para o exército italiano e mais tarde para o exército alemão. Nesta época produziu desde aviões a metralhadoras.
- 1945:** Giovanni Agnelli morre e a sua família é afastada do controle da FIAT, devido às ligações com o governo de Mussolini. O controle da FIAT só regressaria à família em 1966 quando Gianni Agnelli, neto de Giovanni Agnelli, passaria a ser o presidente da FIAT. Com a chegada do novo presidente, a FIAT viu a sua estrutura ser completamente reestruturada. Gianni Agnelli dividiu a empresa em áreas distintas, sendo as principais áreas: a produção de automóveis e a de produção de caminhões e tratores.
- 1969:** Adquire parte das marcas italianas: Ferrari e Lancia.
- 1979:** Atinge ápice histórico de vendas nos Estados Unidos, devido à crise petróleo.
- 1981:** Preço do petróleo cai, os americanos voltam a optar por carros de grande porte, as vendas da FIAT caem.
- 1984:** Decide abandonar o mercado americano em 1984.
- 1986:** Adquire a marca Alfa Romeo junto ao governo italiano.
- 1993:** Adquire a Maserati.
- 1997:** Vende 50% da Maserati à Ferrari.
- 2000:** Faz um acordo com a General Motors, em que a GM adquiriu parte da FIAT.
- 2005:** Desfaz o acordo com a GM, que desistiu da compra.
- 2009:** Fecha parceria estratégica com a norte-americana Chrysler.

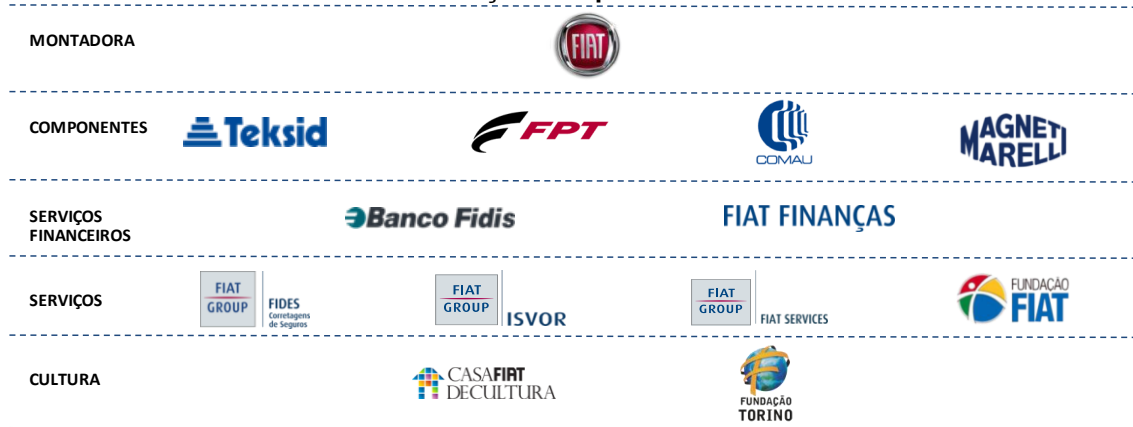
Em 2010, o Grupo² obteve receita líquida de € 56,3 bilhões e resultado operacional de € 2,2 bilhões, tendo comercializado 2,1 milhões de automóveis e veículos comerciais. Maior mercado para o Grupo depois da Itália, o Brasil ocupa hoje um lugar de destaque na estratégia global da empresa e é um dos principais grupos industriais do país.

Fiat Automóveis

A Fiat Automóveis estreou no Brasil em 1976 com a inauguração da fábrica em Betim (MG) e a produção do Fiat 147. O Brasil é o maior mercado para o Grupo depois da Itália e ocupa hoje um lugar de destaque na estratégia global da empresa.

² Inclui Fiat SpA e Fiat Industrial SpA.

Presença Fiat SpA no Brasil



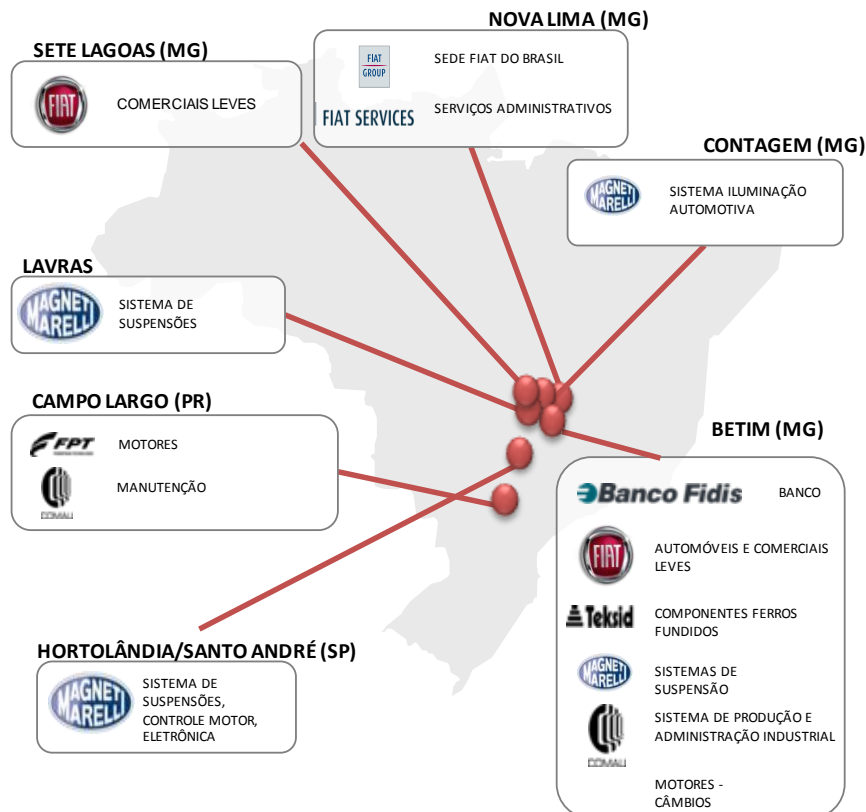
Fonte: Fiat

Em 2003, a empresa reuniu as diversas áreas de pesquisa e desenvolvimento do produto para criar o Pólo de Desenvolvimento Giovanni Agnelli. A área assegura à Fiat Automóveis a plena capacidade para desenvolvimento integral de um novo veículo, desde o conceito de *design* até a fabricação dos protótipos e testes para validação de soluções técnicas.

O Pólo tem aproximadamente 800 (oitocentos) engenheiros e técnicos dedicados à inovação, desenvolvimento de novas tecnologias e conceitos de *design*. As diversas áreas foram dotadas de laboratórios com recursos de última geração, capazes de realizar simulações e testes dinâmicos em escala real que permitem desenvolver veículos com qualidade, sustentabilidade, inovação e segurança.

A seguir, apresentamos as principais localidades da Fiat SpA, segregados por segmento/marca de atuação:

Presença Nacional – Fábricas e sede



Fonte: Fiat

A Fiat Automóveis está localizada em Betim (MG), no 2º maior pólo industrial automotivo do país, em um parque industrial com 2.250.000m² (dois milhões, duzentos e cinquenta mil metros quadrados) de área total, sendo 675.700m² (seiscentos e setenta e cinco mil e setecentos metros quadrados) de área coberta, e com capacidade de produção de 800.000 (oitocentos mil) veículos por ano ou um carro a cada 20 (vinte) segundos. A unidade industrial de Betim concentra a fabricação de 30% (trinta por cento) de todos os veículos do Grupo em todo o mundo e a fábrica de maior capacidade de produção instalada em uma única planta da Fiat Automóveis.

Vista aérea da Fábrica Betim

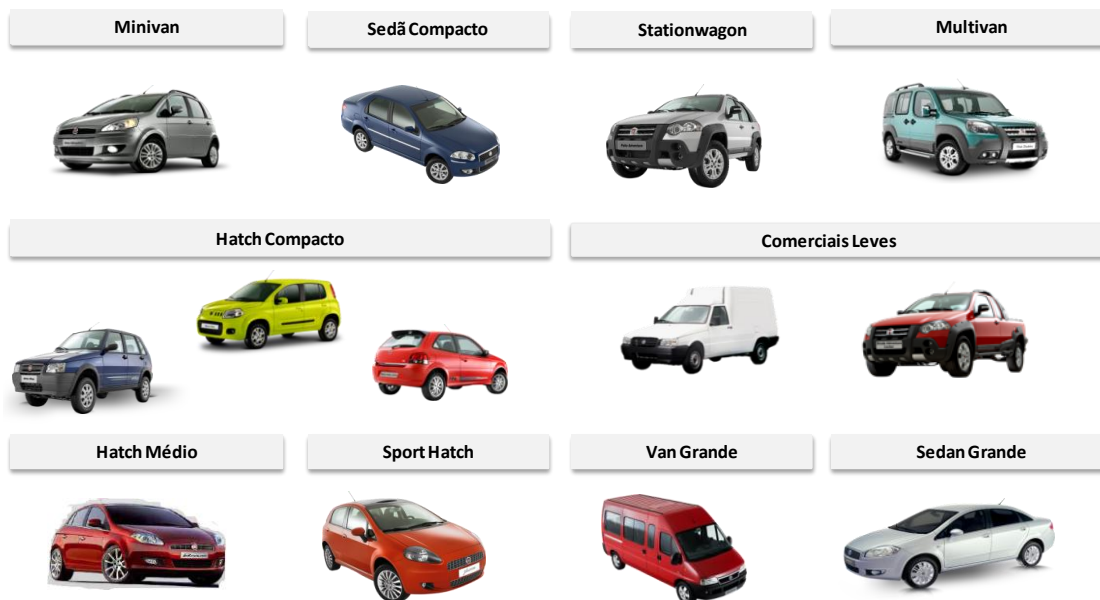


Fonte: Fiat

A Fiat Automóveis possui no Brasil portfólio de produtos com 13 (treze) modelos e mais de 350 (trezentas e cinquenta) versões. No ranking Maiores e Melhores da Exame, em 2009, a Fiat Automóveis ficou em 6º lugar no ranking geral e em 1º lugar no ranking do setor automobilístico. Naquele ano, a Fiat Automóveis teve receita bruta de R\$ 24,8 bilhões, com um lucro líquido de R\$ 2,1 bilhões, tendo comercializado 749.528 (setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e oito) veículos no mercado interno.

A Fiat Automóveis conta com amplo portfólio de produtos para os mais variados segmentos, contando atualmente com 13 (treze) modelos e mais de 350 (trezentas e cinquenta) versões.

Portfólio de Produtos



Fonte: Fiat

A empresa está estrategicamente na região Sudeste, maior centro consumidor de veículos do país, e próxima aos seus principais fornecedores. Neste sentido, vale destacar o esforço da Fiat Automóveis em adquirir produtos do estado de Minas Gerais. No 1º semestre de 2010, aproximadamente 70% (setenta por cento) das compras da Fiat Automóveis foram de fornecedores localizados no Estado, contra 20% (vinte por cento) das compras realizadas no ano de 1990.

Em 31.12.2010, com o *spin-off* das operações de produção e comercialização de caminhões, tratores, colheitadeiras, máquinas agrícolas e de construção do Grupo Fiat, a Fiat Automóveis no Brasil se manteve ligada à Fiat SpA.

Características dos Fornecedores

O parque de fornecedores de material direto possui em torno de 300 (trezentos) fornecedores, sendo que 65% (sessenta e cinco por cento) estão localizados em Minas Gerais. 20% (vinte por cento) representam 75% (setenta e cinco por cento) do volume de compras de material direto e têm acima de 500 (quinhentos) empregados. Destes fornecedores, 65% (sessenta e cinco por cento) são globais e 35% (trinta e cinco por cento) locais.



Fonte: Fiat

Processo Sourcing – Seleção de Novos Fornecedores

O Processo de *Sourcing* consiste das análises realizadas para a escolha de um fornecedor para um componente. Neste sentido, são analisados diversos quesitos para se qualificar um fornecedor, incluindo:

- **Exigências técnicas do produto:** todos os requisitos técnicos, funcionais, garantia, vida útil, dispositivos de fabricação, montagem e dimensionais devem ser atendidos pelo fornecedor;
- **Qualidade:** o fornecedor, de acordo com as suas linhas de produção, deve ter uma performance qualitativa que atenda ou supere os objetivos de qualidade pré-estabelecidos, além de atender aos quesitos de repetibilidade e capacidade para garantir que o produto seja fornecido conforme as exigências técnicas. A empresa deve ter seu Sistema da Qualidade certificado e a Licença Operacional aprovada;
- **Competitividade:** o fornecedor deve ter preços competitivos em consonância com o mercado e as análises de custos realizada pela Fiat;
- **Análise Econômica/Financeira:** é feito um monitoramento usando níveis de análise diferenciadas em função da criticidade e ou importância estratégica. A análise parte desde consultas ao Serasa/SCI onde são observados dados negativos de mercado até análise de balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício ("DRE"), perfil de dívida e estudos de viabilidade econômica. Estas informações são submetidas ao comitê de risco de fornecedores para tomada de decisão e definição de plano de ação.

Universidade Fornecedores Fiat

A Universidade Fornecedores Fiat foi criada em 2007, com o objetivo estratégico de otimizar a cadeia de valor para, através do esforço conjunto, elevar a competitividade dos parceiros e fornecedores da Fiat Automóveis, valorizando o capital humano como diferencial competitivo.

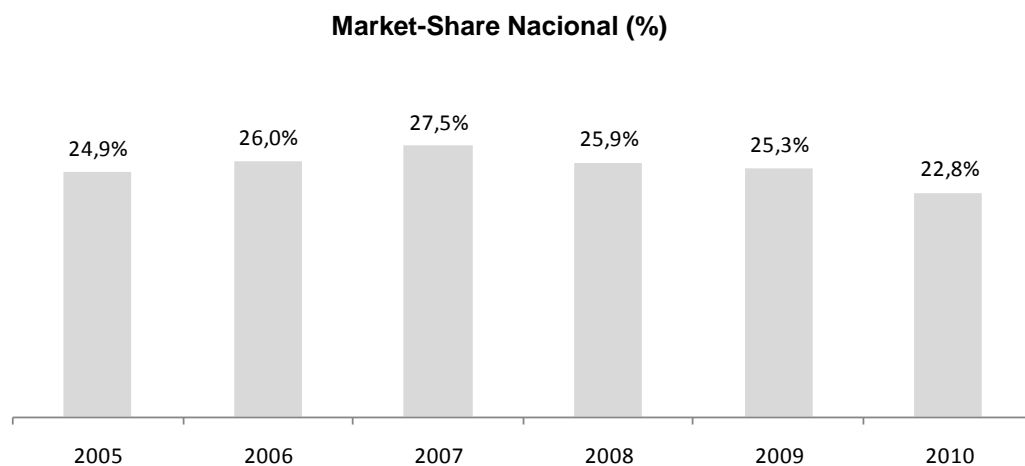
As ações da Universidade Fornecedores Fiat alcançam os fornecedores das empresas do Grupo, uma vez que desde dezembro de 2007 as atividades de compras globais das empresas Fiat, Iveco, CNH e FPT-Powertrain Technologies foram reunidas em uma única organização, a Fiat Group Purchasing, a fim de elevar a capacidade empresarial da cadeia, colaborando na melhoria dos índices de qualidade e produtividade e na capacitação tecnológica e profissional das empresas do setor automotivo.

O resultado pretendido desta iniciativa é um maior nivelamento de conhecimentos e habilidade entre a Fiat Automóveis e outras empresas do Grupo e seus fornecedores, a partir de uma visão integrada das funções e dos processos empresariais.

Desde sua criação, foram desenvolvidos 27 (vinte e sete) programas de especialização, no âmbito da Universidade Fornecedores Fiat, envolvendo mais de 700 (setecentos) fornecedores nas áreas de gestão e de engenharia automotiva.

Resultados Financeiros e Operacionais³

A Fiat Automóveis é maior fabricante de veículos automotores no Brasil em volume segundo dados da Anfavea, tendo no período de 2005-2009, mantido aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do mercado.

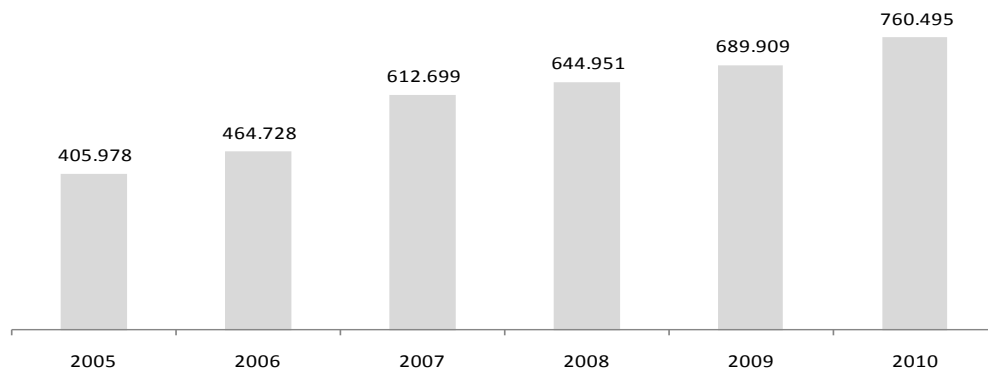


Fonte: ANFAVEA

Neste mesmo período, a Fiat Automóveis obteve um crescimento composto de 14,2% a.a. (quatorze por cento ao ano) em suas vendas, tendo saído do patamar de 400.000 (quatrocentas mil) unidades por ano para aproximadamente 690.000 (seiscentos e noventa mil) veículos por ano. A seguir, apresentamos evolução da Fiat Automóveis para o período mencionado.

³ Inclui os resultados apenas da Fiat Automóveis S.A. que será o Primeiro Sacado do Fundo.

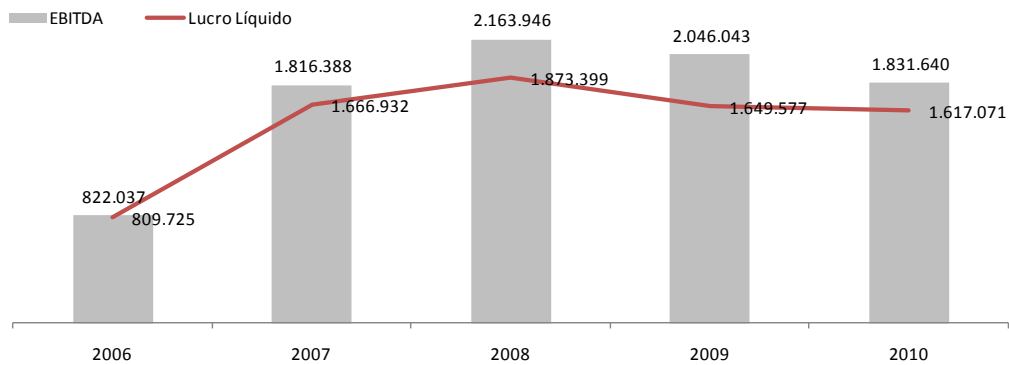
Veículos Vendidos (unidades)



Fonte: ANFAVEA

O bom desempenho em vendas da empresa tem refletido nos resultados da companhia, que tem observado crescimento constante em seu EBITDA e lucro líquido nos últimos anos. A seguir, apresentamos evolução dos resultados da Fiat Automóveis nos últimos 4 (quatro) anos:

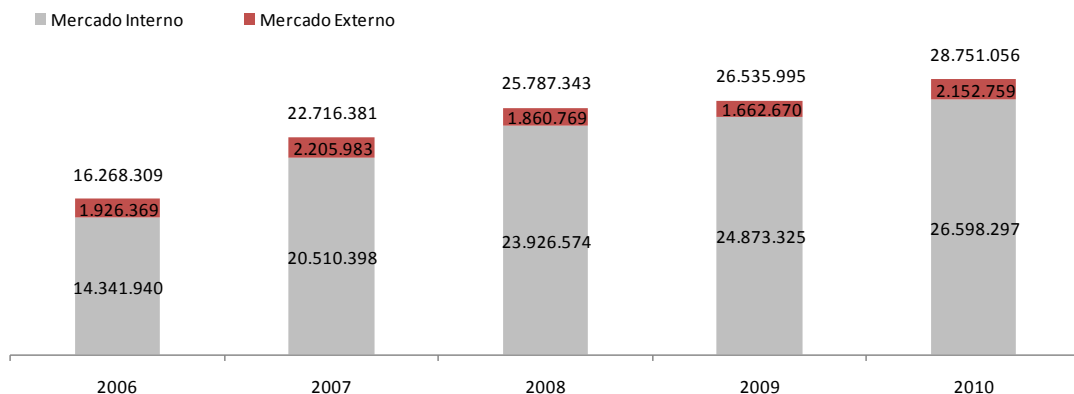
EBITDA e Lucro Líquido (em milhares de Reais)



Fonte: Fiat

Os resultados da companhia são alavancados quase que em sua totalidade pelas vendas do mercado interno, onde se concentram quase 95% (noventa e cinco por cento) das vendas da empresa. A seguir, apresentamos o *breakdown* de receita bruta para companhia nos últimos 4 (quatro) anos:

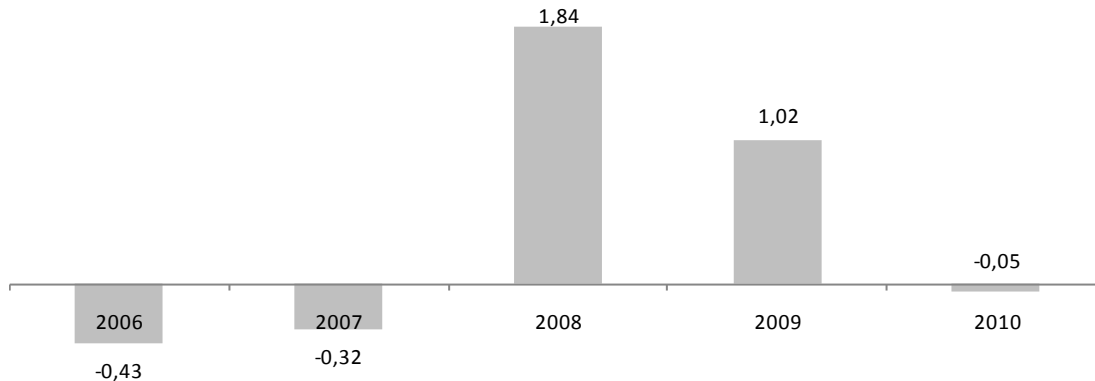
Breakdown Receita Bruta (em milhares de Reais)



Fonte: Fiat

O perfil de endividamento da Fiat é caracterizado como de longo prazo, amparado em linhas de fomento. A seguir, apresentamos o endividamento líquido nos últimos 4 (quatro) anos:

Dívida Bancária Líquida (em bilhões de Reais)



Fonte: Fiat

Por fim, apenas com o cadastramento da Fiat Automóveis, o Fundo cria um mercado potencial de mais de 1.000 (mil) fornecedores com vendas anuais totais superiores a R\$ 14 bilhões em produtos e serviços. Para os próximos anos, com o crescimento do mercado automotivo e o avanço da produção da Fiat Automóveis, espera-se que este mercado cresça ainda mais.

A seguir, apresentamos o Demonstrativo de Resultado e o Balanço Patrimonial da Fiat Automóveis S.A nos últimos 4 (quatro) anos:

Demonstrativo de Resultados (em milhares de Reais)

DRE - Fiat Automóveis S.A - R\$ `000	2010	2009	2008	2007	2006
RECEITA BRUTA DE VENDAS	28.751.056	26.535.995	25.787.343	22.716.381	16.268.309
Mercado interno	26.598.297	24.873.325	23.926.574	20.510.398	14.341.940
Mercado externo	2.152.759	1.662.670	1.860.769	2.205.983	1.926.369
Impostos sobre vendas e outras deduções	(8.083.509)	(5.960.765)	(7.329.991)	(5.601.204)	(3.998.699)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	20.667.547	20.575.230	18.457.352	17.115.177	12.269.610
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(16.289.883)	(14.161.063)	(12.312.829)	(11.652.105)	(8.500.564)
LUCRO BRUTO	4.377.664	6.414.167	6.144.523	5.463.072	3.769.046
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(2.079.435)	(4.015.137)	(3.569.287)	(3.214.188)	(2.636.350)
Despesas de vendas	(1.130.537)	(3.266.224)	(2.850.152)	(2.509.292)	(1.883.399)
Despesas gerais e administrativas	(803.076)	(608.050)	(696.566)	(570.309)	(497.668)
Equivalência patrimonial	78.546	53.797	32.540	(25.222)	11.423
Resultado na venda do ativo imobilizado	1.773	3.617	11.693	25.247	(27.537)
Ganho na venda do ativos destinados a venda	-	-	37.331	-	-
Outras despesas operacionais líquidas	(226.141)	(198.277)	(104.133)	(134.612)	(239.169)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.298.229	2.399.030	2.575.236	2.248.884	1.132.696
RESULTADO FINANCEIRO	(47.315)	(69.740)	59.930	270.452	35.953
Receitas financeiras	392.654	291.652	337.187	606.767	391.374
Despesas financeiras	(436.244)	(331.704)	(258.943)	(336.315)	(355.421)
Variação Cambial Líquida	(3.725)	(29.688)	(18.314)	-	-
LUCRO ANTES DO IR e CSLL	2.250.914	2.329.290	2.635.166	2.519.336	1.168.649
IR/CSLL - Correntes	(809.613)	(783.029)	(867.624)	(997.809)	(384.161)
IR/CSLL - Diferidos	175.770	103.316	105.857	145.405	25.237
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.617.071	1.649.577	1.873.399	1.666.932	809.725

Balanco Patrimonial (em milhares de Reais)

Balanco Patrimonial - Fiat Automóveis S.A. - R\$ '000											
	Ativo	2010	2009	2008	2007	2006	Passivo e PL				
CIRCULANTE							CIRCULANTE				
Disponibilidades	3.390.694	18.680	17.005	132.792	175.904	175.904	Fornecedores	2.207.641	2.037.609	1.160.568	1.820.532
Aplicações financeiras	-	2.012.179	817.993	1.565.109	1.287.981	1.287.981	Empréstimos e financiamentos	432.335	217.844	538.761	606.212
Instrumentos financeiros ativos	5.466	4.278	99.613	87.031	31.767	31.767	Instrumentos financeiros passivos	39.721	74.566	54.925	12.116
Clientes	676.514	463.750	615.302	765.511	608.933	608.933	Obrigações tributárias, sociais e salários	622.104	431.008	389.193	411.082
Estoque	938.279	789.232	784.005	783.637	498.015	498.015	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	4.903	34.137	-
Impostos a recuperar	230.604	334.083	331.129	167.358	88.721	88.721	Provisão para garantia	230.138	187.649	102.084	286.168
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	286.110	223.399	253.704	211.604	211.604	Provisão para comissões e bônus	220.802	172.538	153.519	81.639
Dividendos a receber	24.570	-	-	-	-	-	Debitos com partes relacionadas	13.756	10.219	12.330	2.761
Créditos com partes relacionadas	8.681	6.456	12.914	-	-	-	Dividendos a pagar	732.041	947.269	738.506	96.205
Outros ativos circulantes	187.267	99.494	25.214	64.706	25.037	25.037	Outros passivos circulantes	237.532	84.916	95.764	121.991
Total do ativo circulante	5.437.505	4.038.832	2.926.574	3.819.848	2.927.962	2.927.962	Total do passivo circulante	4.736.070	4.168.521	3.279.787	3.438.706
NÃO CIRCULANTE							NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:							Exigível a longo prazo:				
Ativos financeiros - SCP	1.329.795	1.142.245	1.014.511	-	-	-	Passivos financeiros - SCP	1.329.795	1.142.245	1.053.581	-
Ativos financeiros de longo prazo	2.766	2.623	2.385	-	-	-	Empréstimos a financiamentos	1.541.335	1.623.081	1.127.594	842.151
Depósitos judiciais e garantias	103.123	47.476	63.849	115.168	122.999	122.999	Tributos a pagar do longo prazo	1.257.146	871.852	565.932	327.639
Imposto de renda e contribuição social diferidos	963.798	463.478	413.053	272.310	170.944	170.944	Provisão para garantia	214.734	179.785	131.969	-
Impostos a recuperar	102.410	98.748	87.427	80.744	68.295	68.295	Provisões para contingências	411.049	347.056	309.475	356.132
Créditos com partes relacionadas	305.075	578.399	704.950	293.197	384.081	384.081	Imposto de renda e contribuição social diferidos	62.123	19.199	2.778	3.968
Ativos destinados a venda	-	145.258	-	-	40.989	40.989	Outros passivos a longo prazo	117.429	136.097	137.412	9.078
Outros ativos realizáveis a longo prazo	15.298	28.878	40.075	30.769	-	-	Total do passivo não circulante	4.933.611	4.319.315	3.328.741	1.538.968
Total do realizável a longo prazo	2.822.265	2.507.105	2.326.250	792.188	787.308	787.308	Total do passivo não circulante	4.933.611	4.319.315	3.328.741	1.538.968
Permanente:							PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Investimentos	785.721	708.986	871.796	158.591	78.036	78.036	Capital social	1.069.493	1.069.493	1.069.493	1.233.506
Imobilizado	2.582.383	2.411.176	1.885.003	1.589.190	1.503.974	1.503.974	Reserva de lucros	1.022.434	213.899	213.899	149.095
Intangível	-	6.635	6.635	458	1.319	1.319	Ajuste da avaliação patrimonial	(133.734)	(98.494)	124.338	-
Total do ativo não circulante	3.368.104	3.126.797	2.763.434	1.748.239	1.583.329	1.583.329	Total do patrimônio líquido	1.958.193	1.184.898	1.407.730	1.382.601
TOTAL DO ATIVO	11.627.874	9.672.734	8.016.258	6.360.275	5.298.599	5.298.599	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.627.874	9.672.734	8.016.258	6.360.275

Perfil da Carteira de Recebíveis da Fiat Automóveis S.A.

O Fundo ainda não possui um histórico de operação que possibilite uma análise de sua carteira de recebíveis. De todo modo, considerando-se o levantamento realizado pela Fiat Automóveis junto ao seu departamento de contas a pagar, identificou-se as seguintes características básicas das obrigações da empresa:

Perfil Contas a pagar – Fiat Automóveis

Títulos mensais:	280.000
Prazo Médio:	30 dias
Valor total:	R\$ 1,25 bilhões ao mês
Localização:	70% em MG
Ticket Médio:	R\$ 4.464,29
Número de Fornecedores:	350

Fonte: Fiat – Set/2010

Adicionalmente, foi realizada uma análise do volume total do departamento de contas a pagar, àqueles que pudessem ser potenciais cedentes do Fundo. Para tal, analisou-se o perfil de fornecedores da Fiat Automóveis que já se utilizam de desconto de duplicatas junto a outros bancos.

Em um levantamento superficial e preliminar, a Fiat Automóveis identificou 22 (vinte e dois) fornecedores como possíveis cedentes do Fundo. Analisando-se a carteira apenas destes fornecedores, obtém-se o seguinte perfil de recebíveis para o Fundo:

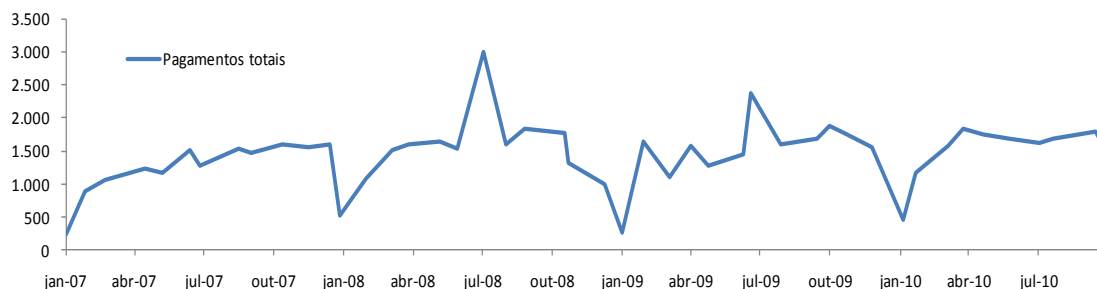
Perfil Potencial Cedentes do Fundo

Títulos mensais:	30.000
Prazo Médio:	20 dias
Valor total:	R\$ 115,8 milhões
Localização:	73% em MG
Ticket Médio:	R\$ 3.858,53
Número de Fornecedores:	22

Fonte: Fiat – Set/2010

Adicionalmente, analisou-se os dados do contas a pagar da Fiat Automóveis e o perfil do sistema de Adiantamento a Fornecedores – ADF da empresa. A Fiat realiza em média R\$ 1,25 bilhão em pagamentos mensais (dados de 2010) e apresenta sazonalidades nos meses de dezembro e janeiro, devido a férias coletivas realizadas no período. A seguir, apresentamos o perfil dos pagamentos da Fiat até set/2010.

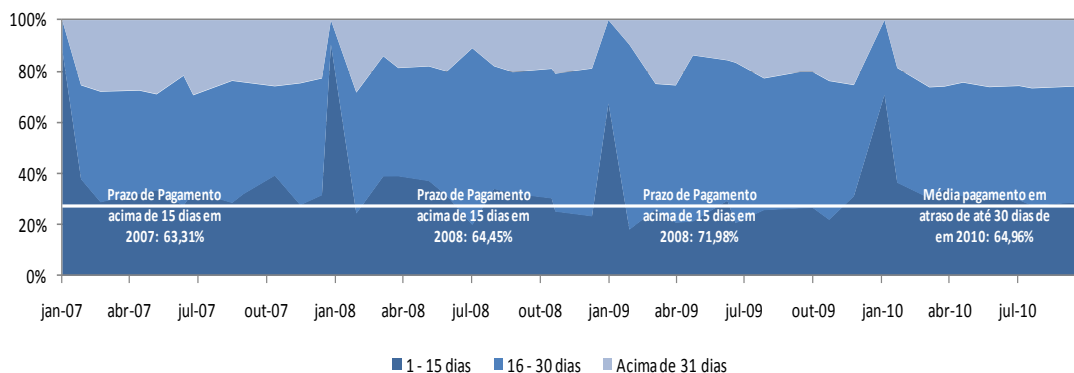
Pagamentos totais mensais (R\$ Milhões)



Fonte: Fiat

O Fundo comprará direitos de crédito com no mínimo 10 (dez) dias para o vencimento, o que lhe confere um grande mercado potencial, haja vista que mais de 60% (sessenta por cento) dos títulos pagos mensalmente pela Fiat Automóveis possuem prazo superior a 15 (quinze) dias.

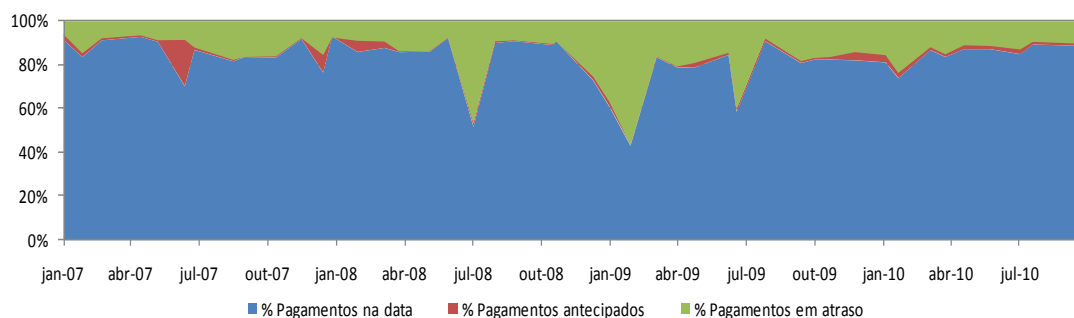
Prazo médio de pagamento (% por faixa)



Fonte: Fiat

Os pagamentos da Fiat Automóveis são impactados por renegociações com os fornecedores devido a problemas na entrega e na qualidade dos produtos. Entretanto, em média, apenas 5% (cinco por cento) dos direitos de crédito pagos pela Fiat Automóveis mensalmente se encontram atrasados.

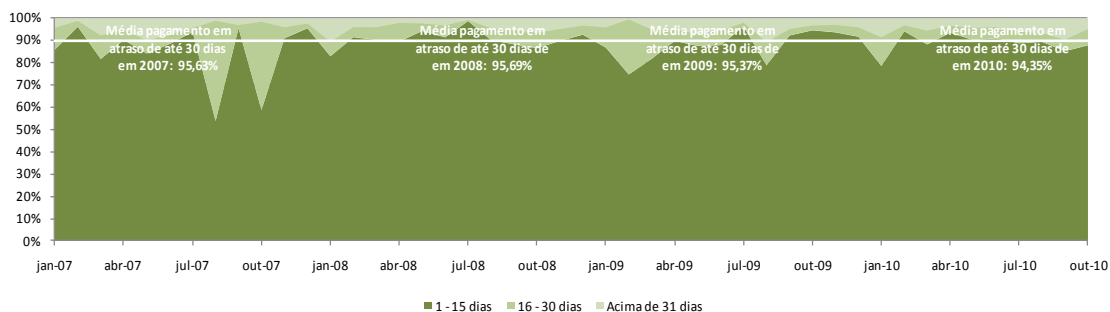
Perfil dos Pagamentos totais realizados (% por tipo)



Fonte: Fiat

Apesar do baixo nível de pagamentos em atraso, mesmo quando estes ocorrem, são pontuais e resolvidos rapidamente. Em média, apenas 1% (um por cento) dos direitos de crédito são pagos com atraso superior a 30 (trinta) dias (média de 2010), conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Perfil dos Pagamentos em atraso (% por faixa)



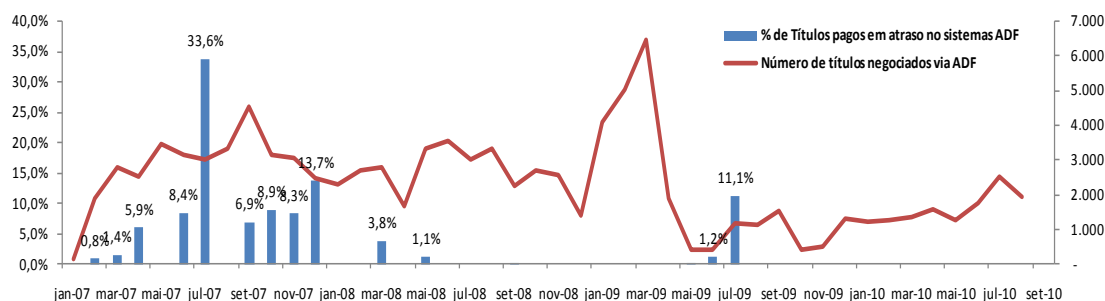
Fonte: Fiat

Adicionalmente, desde 2007, em acordo com um banco parceiro, a Fiat Automóveis oferece o aceite eletrônico ao desconto de direitos de crédito de seus fornecedores, realizando a trava de domicílio em favor do banco.

Este procedimento visa garantir ao banco que o pagamento será efetuado na data acordada e no valor de face do direito de crédito. Deste modo, a Fiat Automóveis se compromete a não realizar abatimentos e ou descontos posteriores em um direito de crédito, caso este tenha sido cedido ao banco e ela tenha aceitado eletronicamente a transação. Na eventualidade de algum acerto com os fornecedores, este será realizado em outros direitos de crédito, que não àqueles cedidos ao banco parceiro.

No Fundo, ocorrerá uma operação bastante similar a realizada atualmente entre a Fiat Automóveis e o banco parceiro. Conforme pode-se observar no quadro abaixo, há um baixíssimo nível de atraso (nos últimos 12 meses foi zero) do perfil da carteira participante do programa junto ao banco parceiro desde o seu início:

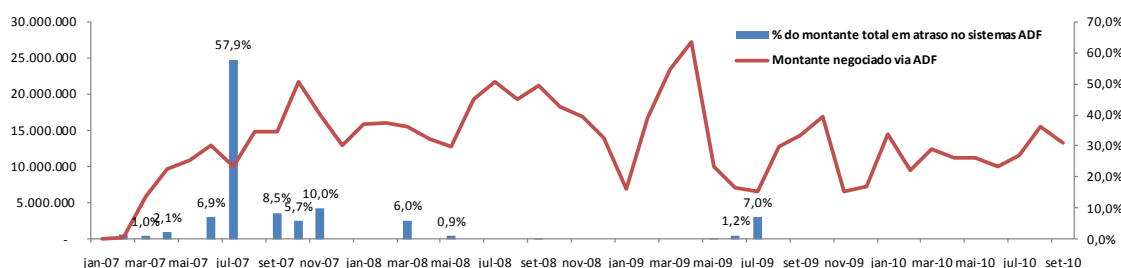
Títulos Negociados via Programa ADF versus Índice de Pagamento em Atraso (%)



Fonte: Fiat

Vale destacar que os montantes em atraso observado ao início da operação se deram devido a ajustes de sistema, mas que uma vez estabilizados, ocorreram de maneira esporádica e irrelevante.

Montante Negociado via Programa ADF (R\$) versus Índice de Montante Prorrogado (%)



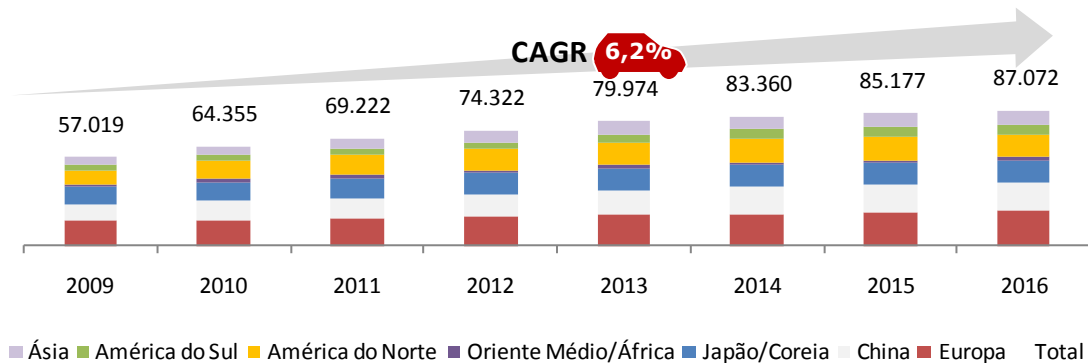
Fonte: Fiat

Mercado Automotivo Nacional e Mundial

As perspectivas para a Fiat Automóveis no Brasil (e consequentemente para o Fundo) são excelentes quando analisado as perspectivas do mercado automotivo nacional.

O Brasil tem um dos maiores potenciais de crescimento no segmento de veículos motorizados no mundo, devido ao seu bom momento econômico que permitirá um aumento no mercado consumidor potencial.

Produção mundial de carro - Projeção (mil unidades)



Fonte: CSM Worldwide

Perfil do Setor

O setor no Brasil reúne as principais marcas mundiais de automóveis, comerciais leves, ônibus, caminhões e máquinas agrícolas. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as 25 (vinte e cinco) montadoras que compõem a indústria automobilística brasileira são: AGCO (Massey Ferguson), Agrale, Caterpillar, CNH (Case e New Holland), Fiat, Ford, General Motors, Honda, Hyundai, International, Iveco, John Deere, Karmann-Ghia, Komatsu, Man (Volkswagen Caminhões e Ônibus), Mercedes-Benz, Mitsubishi, Nissan, Peugeot Citroën, Renault, Scania, Toyota, Valtra, Volkswagen e Volvo.

A indústria conta ainda com uma infra-estrutura de vendas ao consumidor final espalhada por todo o território nacional. Atualmente, são mais de 4,2 mil revendas autorizadas, com suas respectivas lojas de prestação de serviços.

De acordo com a Anfavea, a indústria automobilística brasileira dispõe de um parque industrial disperso por 8 (oito) Estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás e Ceará. No total são 49 (quarenta e nove) fábricas responsáveis pela produção de 3,18 milhões de autoveículos e 66 mil máquinas agrícolas, em 2009.

Em São Paulo, há a maior concentração de fábricas, com 19 (dezenove) plantas industriais situadas em 11 (onze) Cidades: Campinas (Mercedes-Benz), Indaiatuba (Toyota), Mogi das Cruzes (Valtra e General Motors), Piracicaba (Caterpillar e CNH), São Bernardo do Campo (Ford, Karmann-Ghia, Mercedes-Benz, Scania, Toyota e Volkswagen), São Caetano do Sul (General Motors), São Carlos (Volkswagen), São José dos Campos (General Motors), Suzano (Komatsu), Sumaré (Honda), Taubaté (Ford e Volkswagen).

O Rio Grande do Sul é o segundo Estado brasileiro em concentração de fábricas de autoveículos e máquinas agrícolas. As 9 (nove) unidades industriais estão espalhadas por 7 (sete) Cidades: Canoas (AGCO/Massey), Caxias do Sul (Agrale e International), Gravataí (General Motors), Horizontina (John Deere), Ibirubá (AGCO/Massey), Montenegro (John Deere) e Santa Rosa (AGCO/Massey).

No Paraná, 2 (duas) Cidades concentram 5 (cinco) plantas industriais: Curitiba (CNH Case/New Holland e Volvo) e São José dos Pinhais (Nissan, Renault e Volkswagen).

Em Minas Gerais são 4 (quatro) fábricas localizadas nas Cidades de Betim (Fiat), Contagem (CNH Case/New Holland), Juiz de Fora (Mercedes-Benz) e Sete Lagoas (Iveco).

O Estado de Goiás tem em seu território 3 (três) fábricas em 2 (duas) Cidades: Anápolis (Hyundai) e Catalão (John Deere e Mitsubishi). O Rio de Janeiro possui 2 (duas) unidades de produção: uma em Porto Real (Peugeot Citroën) e a outra em Resende, MAN (Volkswagen Caminhões e Ônibus). A Bahia e o Ceará fecham a lista de estados produtores de veículos com 2 (duas) fábricas da Ford. No território baiano, a unidade de produção fica em Camaçari, enquanto a planta industrial do Ceará está localizada em Horizonte (Troller).

Condições de mercado:

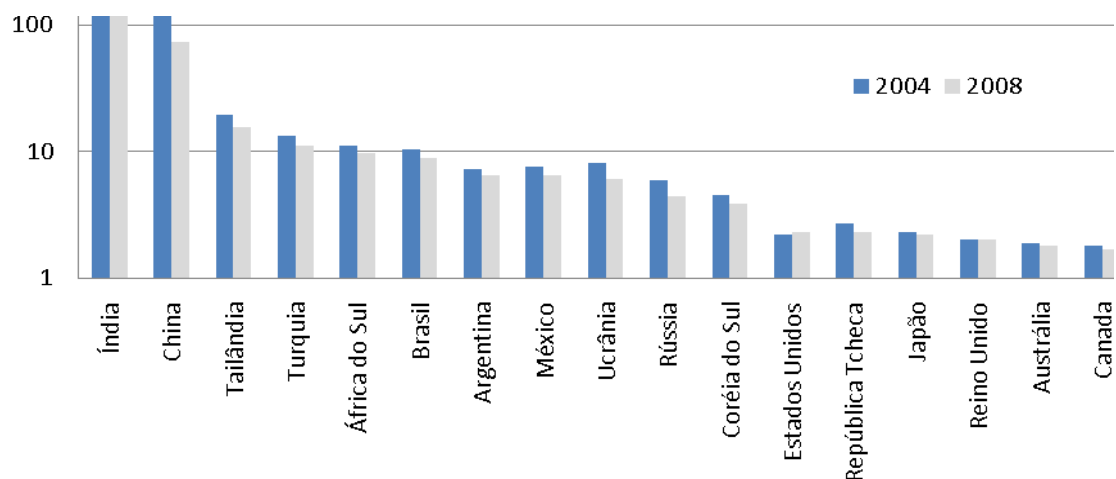
Dentre estes fatores que alavancarão o mercado automotivo nos próximos anos, vale destacar, entre outros, os seguintes fatores:

- PAC – Plano de Aceleração do Crescimento;
- Investimentos em infra-estrutura;
- Aumento no oferecimento de crédito;
- Redução da taxa de juros;
- Aumento na força de trabalho formal;
- Redução nas taxas de desemprego;
- Jogos Olímpicos; e
- Copa do Mundo.

Adicionalmente, outro fator bastante importante tem haver com baixa densidade por automóvel verificada no Brasil, conforme se verifica por dados da ANFAVEA. No país há cerca de 10 (dez) habitantes para cada veículo, enquanto nos EUA, apenas para fins comparativos, existe 1 (um) veículo para cada 2 (dois) habitantes.

Neste quesito, mesmo quando comparado com outros países em desenvolvimento, como Argentina, México ou Rússia, o Brasil ainda possui relação mais elevada, o que indica baixo nível de maturidade deste setor na economia nacional como um todo. Com o fortalecimento da economia nacional, espera-se que em poucos anos tenhamos uma redução na relação habitantes/veículo.

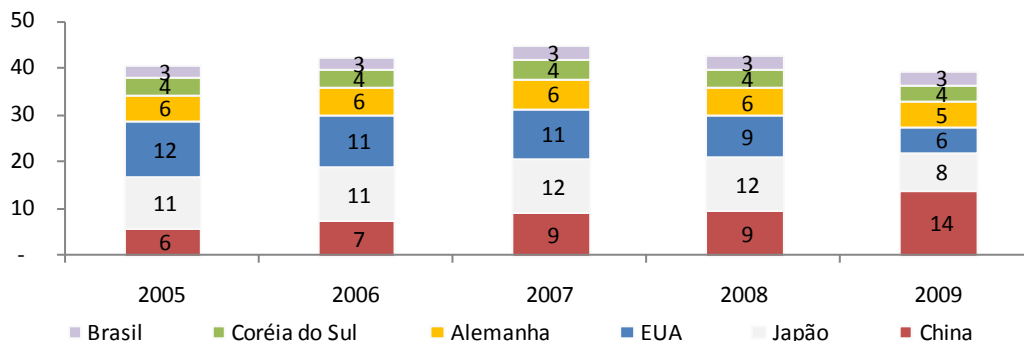
Densidade Automotiva (habitantes/ veículos)



Fonte: ANFAVEA

A indústria automobilística no Brasil, ao longo do tempo, com o aumento da produção e do mercado interno tornou-se o 6º maior produtor e o 5º maior mercado consumidor de veículos, representando algo como cerca de 1/5 (um quinto) do PIB brasileiro.

Maiores Produtores automobilísticos (em milhões de unidades)



Fonte: CSM Worldwide

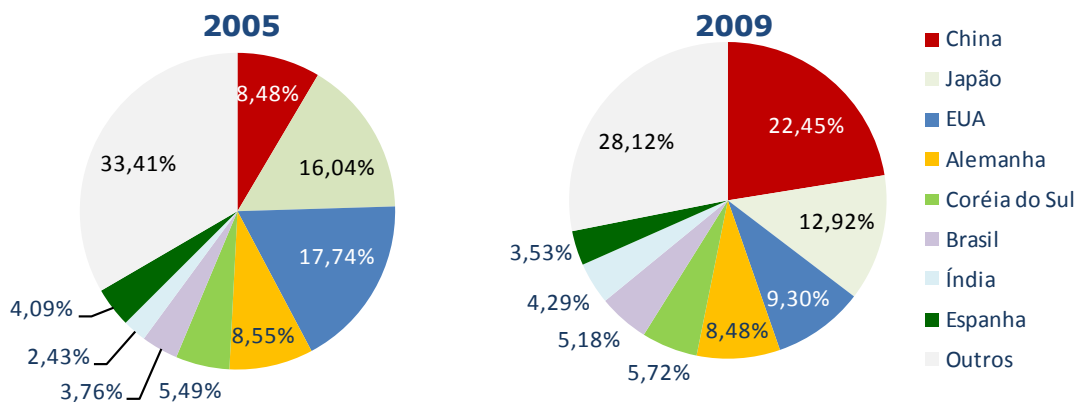
Em 2009, a crise que afetou os mercados automotivos no mundo inteiro, tendo sido bem administrada no Brasil, com uma série de medidas tomadas pelo governo federal com objetivo de assegurar a manutenção de produção e do consumo.

Entre as medidas destacam-se a redução de juros, a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), bem como os programas de incentivos para aquisição de ônibus e caminhões.

Essas medidas resultaram em crescimento no volume de venda de veículos no mercado interno de 11,4% (onze inteiros e quatro décimos por cento). De janeiro a dezembro de 2009 foram entregues 3.141 milhões de unidades, contra 2,82 milhões de 2008.

Em 2009, ainda conforme a ANFAVEA, o faturamento líquido da indústria automobilística nacional foi de US\$ 68,179 bilhões, representando impressionantes 19,8% (dezenove inteiros e oito décimos por cento) do PIB do país. O país ocupa o 6º lugar na produção mundial de veículos, segundo dados da CSM Worldwide, atrás apenas de China, Japão, EUA, Alemanha e Coréia do Sul.

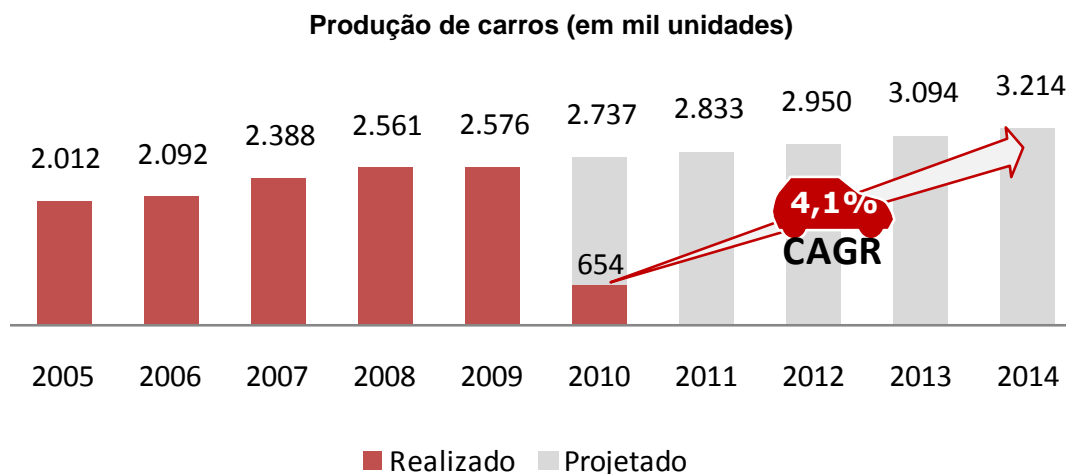
Market-share automobilístico mundial (2005-2009)



Fonte: CSM Worldwide

Mesmo assim, vale destacar que no período 2005-2009 a produção brasileira de veículos cresceu de forma consistente, aumentando a participação de mercado do Brasil em nível mundial.

Para os próximos anos, as projeções do Sindipeças corroboram para o sentimento de aumento constante do setor no país, com um crescimento médio composto de 4,3% a.a. (quatro inteiros e três décimos por cento ao ano) para o setor.



Fonte: Sindipeças

Já segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a previsão de produção para 2010 é de 3,39 milhões de autoveículos e, que possivelmente, garantirá ao Brasil a posição de quarto maior mercado de veículos do mundo, superando a Alemanha, tendo à frente apenas a China, os Estados Unidos e o Japão, nesta ordem. Em 2011, a entidade estima ainda o crescimento adicional de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento).

A partir de 2010 as empresas do setor destinarão mais recursos para suas operações brasileiras. Nos próximos quatro anos, espera-se importante volume de investimentos no setor automotivo. Esses recursos serão usados em ampliação da capacidade produtiva, em engenharia e em novos produtos.

Ainda conforme previsões da Anfavea, para 2015 existe a expectativa de 6 milhões de unidades vendidas, número que vai ser sustentado pelo aumento da renda, do crédito e pelo investimento das montadoras em novas fábricas, bem como ampliação de capacidade.

Investimentos Previstos no Setor

As 4 (quatro) grandes montadoras (Fiat, Ford, General Motors e Volkswagen) vem anunciando vultosos investimentos no mercado brasileiro, conforme tabela abaixo, investimentos esses já em andamento e realizados até 2015, somando mais de R\$ 20 bilhões.

Fabricante	Quanto investiu/investirá
Fiat	R\$ 5 bilhões entre 2005 e 2010 e R\$ 10 bilhões entre 2011 e 2015
Ford	R\$ 4,5 bilhões entre 2011 e 2015
General Motors	R\$ 5,37 bilhões
Honda	US\$ 1 bilhão até 2011
Hyundai (Grupo Caa)	R\$ 1,2 bilhão até 2011
Hyundai	US\$ 600 milhões
Iveco	R\$ 570 milhões entre 2007 e 2011
Mercedes-Benz	R\$ 1,2 bilhão até 2011
Mitsubishi	R\$ 800 milhões até 2015
PSA Peugeot Citroën	R\$ 1,4 bilhão entre 2010 e 2012
Renault-Nissan	Não divulgado
Toyota	US\$ 600 milhões
Volkswagen	R\$ 6,2 bilhões até 2014

Fonte: Anfavea

Além do bom momento econômico do País, o aumento do poder aquisitivo e a ascensão de classes econômicas são apontados como razões para os sucessivos recordes do setor. E também para as projeções futuras.

POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS

O Gestor, por delegação do Administrador, ao representar o Fundo nas assembleias gerais dos fundos de investimento nos quais o Fundo detenha participação, adotará os termos e condições estabelecidos na “Política de Voto” do Gestor, registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – atual denominação da ANBID, e disponível para consulta no endereço eletrônico www.xpgestao.com.br

O GESTOR ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, O PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DO GESTOR EM ASSEMBLEIAS DE DETENTORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS QUE CONFIRAM AOS SEUS TITULARES O DIREITO DE VOTO.

O Gestor exercerá seu poder de voto sempre no melhor interesse do Fundo, buscando sempre a valorização dos ativos que integrem a Carteira, empregando o zelo e diligência exigidos pelas circunstâncias.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi elaborada com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) de Direitos Creditórios, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes do Regulamento e da legislação em vigor.

Alguns Cotistas podem estar sujeitos à tributação específica, dependendo de sua qualificação ou localização. Os potenciais investidores devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação específica a que estarão sujeitos enquanto Cotistas.

Pode haver tratamento tributário diferente do descrito de acordo com a natureza jurídica do Cotista podendo ser alterado a qualquer tempo, pela instituição de novos tributos, pela majoração de alíquotas vigentes e/ou pela alteração da legislação vigente.

Excluídos os Direitos de Crédito que não entram no cálculo do prazo médio da carteira deste Fundo, o Gestor envidará seus melhores esforços para que o Fundo mantenha o prazo médio de sua carteira de Ativos Financeiros em níveis que possibilitem o enquadramento do Fundo, para fins tributários, como um fundo de investimento de longo prazo, conforme o disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda nº 1.022, de 05.04. 2010, conforme alterada, ou conforme a regulamentação que venha a substituí-la, durante o prazo de duração do Fundo.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do imposto de renda.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS

IOF/Títulos

As operações com as Cotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor de resgate, cessão ou repactuação das Cotas, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14.12.2007, conforme alterada, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda

O imposto de renda aplicável ao Cotista do Fundo fechado tomará por base um evento financeiro que caracteriza o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação, qual seja, o resgate de Cotas decorrente do término do prazo de duração do Fundo ou da sua liquidação, na amortização ou na alienação das Cotas.

Os rendimentos serão constituídos pela diferença positiva entre o valor de resgate ou o valor amortizado e o custo de aquisição das Cotas, e sobre estes o imposto de renda na fonte incidirá, sob a responsabilidade do Administrador, às seguintes alíquotas regressivas, de acordo com o prazo de aplicação:

- a) 22,5% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias;
- b) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias a 360 (trezentos e sessenta) dias;
- c) 17,5% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias a 720 (setecentos e vinte) dias; e
- d) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Se a Carteira se desenquadrar do perfil de longo prazo o Cotista passará a ser tributado pelo imposto de renda na fonte de acordo com as alíquotas previstas para as aplicações em fundos de curto prazo, quais sejam:

- a) 22,5% (vinte e dois e meio por cento) para aplicações de até 180 (cento e oitenta) dias; e
- b) 20% (vinte por cento) para aplicações acima de 180 (cento e oitenta) dias.

Os ganhos auferidos na alienação de cotas de fundos fechados são tributados:

- (i) pela sistemática de ganhos líquidos, quando auferidos por:
 - a) por pessoa física em operações realizadas em bolsa, desde que a carteira do fundo esteja constituída como fundo de ações (não é o caso);
 - b) por pessoa jurídica em operações realizadas dentro ou fora de bolsa;
- (ii) de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens ou direitos de qualquer natureza, quando auferidos por pessoa física em operações realizadas fora de bolsa.

Cotista Estrangeiro

Os Cotistas caracterizados como investidores estrangeiros qualificados que realizem suas operações no Brasil nos termos da Resolução do CMN nº 2.689/2000 ("Investidor 2689"), estão sujeitos ao seguinte tratamento tributário com relação ao imposto de renda na fonte:

- a) Os investidores provenientes de países de tributação favorecida, sujeitam-se às mesmas regras aplicáveis aos residentes para fins fiscais no Brasil; e
- b) Os investidores que não sejam provenientes de países de tributação favorecida, sujeitam-se ao regime especial de tributação, segundo o qual o imposto de renda na fonte incide à alíquota de 15% (quinze por cento), exclusivamente no resgate das cotas (ou seja, quando ocorrer pagamento dos rendimentos).

Com relação ao IOF/Títulos, as operações com as Cotas podem estar sujeitas à sua incidência, cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor de resgate, cessão ou repactuação das Cotas, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14.12.2007, conforme alterada, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Já com relação ao IOF/Câmbio, em eventual celebração de operação de câmbio para ingresso de recursos pelo Investidor 2689 para aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, haverá incidência do IOF/Câmbio, a alíquota de 6% (seis por cento).

A alíquota do IOF/Câmbio também pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

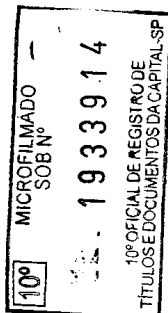
- ANEXO I** - Instrumento de Constituição do Fundo
- ANEXO II** - Regulamento do Fundo
- ANEXO III** - Suplemento de Cotas Seniores da 1ª Série
- ANEXO IV** - Suplemento de Cotas Subordinadas
- ANEXO V** - Modelo de Contrato de Cessão
- ANEXO VI** - Declarações nos Termos do Art. 56, Instrução CVM nº 400
- ANEXO VII** - Súmula e Relatório da Agência Classificadora de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

- Instrumento de Constituição do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



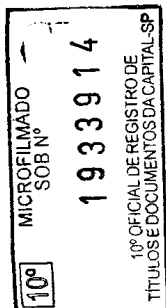
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS**

Pelo presente Instrumento Particular de Constituição, a **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), Bela Vista, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 1.223, expedido em 08.01.1990, na qualidade de instituição prestadora dos serviços de administração, custódia qualificada, controladoria, escrituração de cotas ("Administrador"), constitui um fundo de investimento em direitos creditórios, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, conforme alterada, em regime de condomínio fechado, com a denominação de **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS** ("Fundo").

Resolve, ainda, o Administrador:

- a) assumir as funções de administração, custódia qualificada, controladoria e escrituração de cotas do Fundo;
- b) designar o diretor estatutário, Sr. Erick Warner de Carvalho, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.820.894-0 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 277.646.538-61, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1111, 2º andar (parte), para ser o diretor do Administrador responsável, civil e criminalmente, pela administração, gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, com as características aqui deliberadas;
- c) contratar a XP Gestão de Recursos Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, salas 201 à 208 parte, Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.625.200/0001-89, devidamente autorizada pela CVM à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 8.650, expedido em 03.02.2006, para realizar as atividades de gestão da carteira de investimentos do Fundo;
- d) contratar o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, instituição financeira com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Bahia, nº 1.600, Lourdes, CEP 30160-907, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.232.422/0001-95, para realizar as atividades de consultoria especializada do Fundo;
- e) contratar a XP Finance Desenvolvimento de Negócios Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro





REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

Faria Lima, nº 2.179, 7º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.077.338/0001-68, para realizar as atividades de consultoria especializada do Fundo;

- f) contratar a BRL Trust Serviços Fiduciários e Participações Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1.123, 4º andar, conjuntos 44 à 48, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.669.414/0001-57, para realizar as atividades de agente de monitoramento das Contas Reserva do Fundo;
- g) contratar a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, 7º andar, conjunto 71, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.332.886/0011-78, para realizar as atividades de distribuição das cotas do Fundo, sendo que o início de referida prestação de serviços se dará posteriormente a concessão do registro de funcionamento do Fundo, quando da solicitação do registro de ofertas públicas de distribuição das cotas do Fundo que será submetida à apreciação pela CVM em momento oportuno;
- h) contratar a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar, Itaim Bibi, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, para realizar as atividades de auditoria independente do Fundo;
- i) contratar a Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, sala 401 B, Centro, CEP 20010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33, na qualidade de empresa classificadora de risco (*rating*) do Fundo;
- j) aprovar o Regulamento do Fundo, cujo teor segue anexo ao presente Instrumento Particular de Constituição; e
- k) submeter à CVM o presente Instrumento Particular de Constituição, bem como quaisquer outros documentos exigidos pela regulamentação em vigor, para fins de obtenção do registro de funcionamento do Fundo.

Estando assim deliberado, assina o Administrador o presente Instrumento Particular de Constituição Fundo em 3 (três) vias de igual teor e forma

Rudnei Varjão
CPF: 250.766.168-21

São Paulo, 24 de novembro de 2010.

CARLOS ALBERTO PEREIRA
CPF: 04.055.128-42

CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

645142v15

ANEXO II

- Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



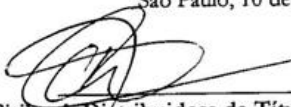
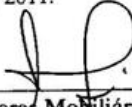
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DELIBERAÇÃO DO
ADMINISTRADOR DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS**

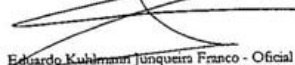
Pelo presente Instrumento Particular de Deliberação do Administrador, a **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), Bela Vista, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 1.223, expedido em 08.01.1990, na qualidade de instituição prestadora dos serviços de administração, custódia qualificada, controladoria, escrituração de cotas ("Administrador"), do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS** ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.987.060/0001-29, considerando que até o presente momento o Fundo não possui cotistas e não iniciou suas atividades, delibera:

- a) Ajustar o Regulamento do Fundo, conforme Anexo I ao presente Instrumento Particular de Deliberação do Administrador; e
- b) Submeter à CVM o presente Instrumento Particular de Deliberação do Administrador, bem como quaisquer outros documentos exigidos pela regulamentação em vigor.

Estando assim deliberado, assina o Administrador o presente Instrumento Particular de Deliberação do Administrador em 3 (três) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 10 de agosto de 2011.



Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Administrador **Alessandra da Rocha**
Camila Cunha de Paula
CPF: 268.644.298-06
CPF: 282.557.768-50

10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 67.976.787/0001-00
Rua XV de Novembro, 244 - 6º andar - Centro - CEP. 01013-001 - São Paulo/SP
Emol. R\$ 280,11 Protocolado e prenotado sob o n. **1.957.287** em
Estado R\$ 79,79 **11/08/2011** e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp R\$ 59,01 sob o n. **1.957.287**, em títulos e documentos.
R. Civil R\$ 14,95 Averbado à margem do registro n. **1933914 -**
T. Justiça R\$ 14,95 **1956538**
São Paulo, 11 de agosto de 2011
Total R\$ 448,81
Selos e taxas
Recolhidos
n/verbo

Eduardo Kuhlmann Junqueira Franco - Oficial
Exercício de Oliveira Rodrigues - Escrevente Autorizado



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ANEXO I

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS – CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS
GERAIS



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DEFINIÇÕES.....	2
CAPÍTULO II - FUNDO E PRAZO DE DURAÇÃO	8
CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO E OBJETIVO.....	9
CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	9
CAPÍTULO V - OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO.....	14
CAPÍTULO VI - CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO.....	24
CAPÍTULO VII - CONTAS RESERVA.....	26
CAPÍTULO VIII - EMISSÃO, NEGOCIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS.....	28
Características de Emissão das Cotas	28
Negociação das Cotas	31
Amortização e Resgate das Cotas.....	31
CAPÍTULO IX - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.....	35
Competência	35
Convocação.....	36
Instalação e Direito de Voto	36
Deliberação.....	37
CAPÍTULO X - PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	38
Administração.....	38
Gestão.....	42
Consultores Especializados	43
CAPÍTULO XI - REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	44
CAPÍTULO XII - SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR E DOS CONSULTORES ESPECIALIZADOS	47
CAPÍTULO XIII - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA.....	49
CAPÍTULO XIV - CONSELHO CONSULTIVO DE CRÉDITO.....	52
CAPÍTULO XV - ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS.....	54
CAPÍTULO XVI - ÍNDICES DE PERFORMANCE	55
CAPÍTULO XVII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO.....	58
CAPÍTULO XVIII - ENCARGOS DO FUNDO	61
CAPÍTULO XIX - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	63
CAPÍTULO XX - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	63
CAPÍTULO XXI - FATORES DE RISCO E POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCO	64
CAPÍTULO XXII - POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO	70
CAPÍTULO XXIII - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	70
ANEXO I - MODELO DE SUPLEMENTO DE SÉRIE DE COTAS SENIORES	71
ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO DE COTAS SUBORDINADAS	75

1ª OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL S.

1957287

100 MICROFILMADO
SOB Nº



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

CAPÍTULO I - DEFINIÇÕES

1.1. Para fins do disposto no presente regulamento e em seus respectivos anexos, as palavras e expressões indicadas em letra maiúscula, tanto no singular quanto no plural, terão os significados a elas atribuídos neste Capítulo I, exceto se de outra forma definidas neste regulamento ou em seus respectivos anexos:

Acordo Operacional – significa o acordo operacional celebrado com cada um dos potenciais Sacados, no qual os potenciais Sacados disponibilizam sua base de dados de fornecedores e prestadores de serviços para que o Fundo possa acioná-los, cadastrá-los como Cedentes e adquirir Direitos de Crédito;

Administrador – significa a **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.111, 2º andar (parte), Bela Vista, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 1.223, de 08 de janeiro de 1990;

Agência Classificadora de Risco - significa a Fitch Ratings Brasil Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro nº 20, Sala 401 B, Centro, CEP 20010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33;

Agente de Cobrança – significa a(s) pessoa(s) contratada(s) pelo Fundo para a prestação dos serviços de cobrança ativa dos Direitos de Crédito vencidos e não adimplidos (inclusive extrajudicial e/ou judicial, se for o caso);

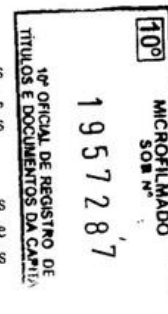
Agente de Depósito – significa a(s) pessoa(s) contratada(s) pelo Administrador para prestar os serviços de armazenamento, conservação e guarda física dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo, podendo ser inclusive os próprios Cedentes;

Agente de Monitoramento – significa a BRL Trust Serviços Fiduciários e Participações Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã nº 1.123, 4º andar, conjuntos 44 à 48, Itaim Bibi, CEP 04533-014, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.669.414/0001-57, a qual terá poderes para movimentar as Contas Reserva exclusivamente em conjunto com o Gestor, conforme descrito neste Regulamento;

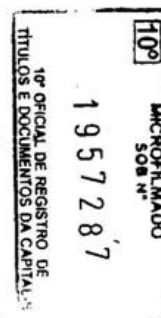
Assembleia Geral de Cotistas – significa a assembleia geral de Cotistas do Fundo;

Ativos Financeiros – significa os ativos financeiros nos quais os Recursos Livres podem ser investidos;

Auditor – significa a KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, Itaim Bibi, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29;



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29



BACEN – significa o Banco Central do Brasil;

BM&FBOVESPA – significa a Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros – BM&FBOVESPA S.A.;

Carteira – significa a carteira de investimentos do Fundo;

CDI – significa o Certificado de Depósito Interbancário;

Cedente – significam as pessoas jurídicas que cedam Direitos de Crédito ao Fundo, conforme Acordo Operacional celebrado com o respectivo potencial Sacado, e que tenham celebrado Contrato de Cessão para a cessão de Direitos de Crédito ao Fundo;

CETIP – significa a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

CMN – significa o Conselho Monetário Nacional;

CNPJ/MF – significa o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;

Código Civil – significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;

Condições de Cessão – significa as condições mínimas e obrigatórias adicionais aos Critérios de Elegibilidade a serem verificadas e validadas pelo Gestor para que os Direitos de Crédito possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme estabelecidas neste Regulamento;

Conselho Consultivo de Crédito – significa o conselho consultivo de crédito, composto por 1 (um) representante do Consultor Especializado BDMG, 1 (um) representante do Consultor Especializado XP e 1 (um) representante do Gestor, o qual terá as atribuições que lhe são atribuídas neste Regulamento;

Consultor Especializado BDMG – significa o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Bahia nº 1.600, Lourdes, CEP 30160-907, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 38.486.817/0001-94;

Consultor Especializado XP – significa a XP Finance Desenvolvimento de Negócios Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.179, 7º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.077.338/0001-68;

Consultores Especializados – significa conjuntamente o Consultor Especializado BDMG e o Consultor Especializado XP;



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

Contas Reserva - significa as contas correntes de titularidade do Fundo vinculadas aos Contratos de Cessão, com movimentação pelo Agente de Monitoramento, exclusivamente em conjunto com o Gestor, as quais poderão ser movimentadas nos termos deste Regulamento para praticar atos que garantam o Fundo face ao risco Sacado;

Contrato de Cessão – significa o contrato de promessa de cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças, celebrado entre o Fundo, devidamente representado pelo Administrador, e pelo Cedente, com a interveniência e anuência do Gestor e do Agente de Monitoramento;

Contrato de Consultoria Especializada – significa cada um dos contratos de prestação de serviços de consultoria especializada, celebrado entre o Administrador e cada um dos Consultores Especializados, para a prestação dos serviços de consultoria especializada objetivando a análise e seleção de Direitos de Crédito que comporão e integrarão a Carteira;

Contrato de Gestão – significa o contrato de prestação de serviços de administração de investimentos celebrado entre o Administrador e o Gestor, com a interveniência e anuência do Fundo, por meio do qual o Gestor é contratado para realizar a gestão da Carteira;

Coordenador Líder – significa a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, bloco 7, 2º andar, salas 201 a 207 e 208 (parte), Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.332.886/0001-04;

COSIF – significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

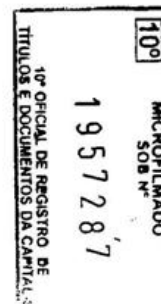
Cotas – significa as cotas de emissão do Fundo, as quais correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, incluindo as Cotas de classe sênior e as Cotas de classe subordinada;

Cotas Seniores – significa as Cotas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Carteira;

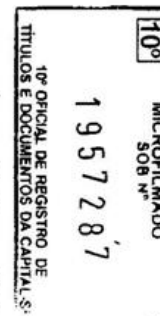
Cotas Subordinadas – significa as Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Carteira;

Cotistas – significa os investidores que venham a adquirir Cotas de emissão do Fundo, ou seja, os titulares das Cotas do Fundo, sem distinção, tanto de Cotas Seniores quanto de Cotas Subordinadas;

Crêditos de Elegibilidade – significa os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito que comporão a Carteira, estabelecidos neste Regulamento, os quais serão verificados em cada cessão pelo Administrador;



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29



CVM – significa a Comissão de Valores Mobiliários;

Data de Amortização – significa cada uma das datas para realização do pagamento das amortizações periódicas das Cotas Seniores de cada Série ou das Cotas Subordinadas, conforme fixado no Suplemento de cada Série ou classe de Cotas;

Data de Resgate – significa a data em que as Cotas Seniores ou as Cotas Subordinadas devem ser resgatadas por ocasião da liquidação da respectiva Série ou classe de Cotas, do término do prazo da respectiva Série ou classe, conforme fixado no Suplemento de cada Série ou classe de Cotas, ou ainda por decisão da Assembleia Geral de Cotistas;

Data de Subscrição Inicial – significa a data em que ocorrer a 1ª (primeira) subscrição de Cotas representativas do patrimônio do Fundo;

Dia Útil - significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito federal no Brasil, e caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem Dia Útil, conforme esta definição, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente subsequente;

Direitos de Crédito – significa os direitos de crédito performados e com pagamento a prazo, expressos em moeda corrente nacional, originados de operações realizadas em quaisquer segmentos da economia, incluindo, mas não se limitando, os segmentos industrial, comercial, agropecuário, financeiro, imobiliário e de prestação de serviços, desde que o Cedente ou o Sacado da operação tenham estabelecimento no Estado de Minas Gerais, nos termos dos Acordos Operacionais celebrados com cada um dos Sacados;

Documentos Comprobatórios – significa os documentos suficientes à comprovação da existência, validade e cobrança dos Direitos de Crédito;

Estruturadores - significa a XP Finance Desenvolvimento de Negócios Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.179, 7º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.077.338/0001-68, em conjunto com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Bahia nº 1.600, Lourdes, CEP 30160-907, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.486.817/0001-94;

Eventos de Avaliação – significa os eventos estabelecidos neste Regulamento que, caso ocorram ensejarão a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a (i) declaração de um Evento de Liquidação, ou (ii) alteração do Regulamento;

Eventos de Liquidação – significa os eventos estabelecidos neste Regulamento que caso ocorram, ensejarão a liquidação antecipada do Fundo;



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

Fundo – significa o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Cadeias Produtivas de Minas Gerais, constituído sob a forma de condomínio fechado;

Gestor – significa a XP Gestão de Recursos Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, bloco 7, salas 201 à 208 parte, Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.625.200/0001-89, devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 8.650, de 03 de fevereiro de 2006;

Instituições Financeiras Autorizadas – significa as seguintes instituições financeiras nas quais o Fundo poderá investir a parcela do seu Patrimônio Líquido que não estiver aplicada em Direitos de Crédito, de acordo com este Regulamento, a saber: Banco do Brasil, Banco Bradesco, Itaú Unibanco, Banco Santander, Caixa Econômica Federal, HSBC, Citibank, BTG Pactual e Credit Suisse;

Instrução CVM nº 356/01 – significa a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, a qual regulamenta a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;

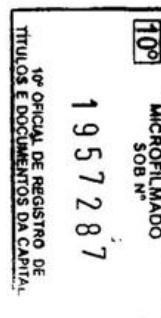
Instrução CVM nº 400/03 – significa a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, a qual dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário;

Instrução CVM nº 409/04 – significa a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, a qual dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento;

Instrução CVM nº 476/09 – significa a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, a qual dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados;

Instrução CVM nº 489/11 – significa a Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011, a qual dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras dos fundos de investimento em direitos creditórios e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, regidos pela Instrução CVM nº 356/01, dos fundos de investimento em direitos creditórios no âmbito do programa de incentivo à implementação de projetos de interesse social, regidos pela Instrução CVM nº 399, de 21 de novembro de 2003, conforme alterada, e dos fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados, regidos pela Instrução CVM nº 444, de 8 de dezembro de 2006;

Internet – significa a rede mundial de computadores;



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

Investidores Qualificados - significa os investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04;

Lei das Sociedades por Ações – significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a qual dispõe sobre as sociedades por ações;

Patrimônio Líquido – significa a soma dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, subtraídas as exigibilidades do Fundo;

Período de Carência – significa o prazo de carência para início do pagamento das amortizações de cada Série de Cotas Seniores ou classe de Cotas Subordinadas, conforme definido no respectivo Suplemento;

Recursos Livres – significa a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver investida em Direitos de Crédito;

Regime de Caixa – significa a metodologia de pagamento adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Cotas, por meio da qual a base de cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Cotistas será definida, levando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo, quando do pagamento dos Direitos de Crédito e/ou na hipótese de alienação dos Direitos de Crédito pelo Fundo;

Regulamento – significa o presente regulamento que rege o Fundo em conjunto com seus respectivos anexos;

Relação Mínima – significa a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores, a qual deve ser calculada pelo Administrador;

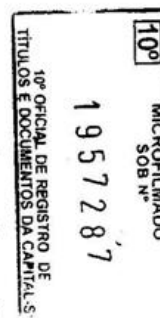
Rentabilidade Alvo – significa o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Seniores, correspondente a um percentual da taxa do CDI, o qual será indicado no respectivo Suplemento;

Reserva de Amortização – significa a reserva para o pagamento das amortizações e resgates das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, constituída de acordo com este Regulamento;

Reserva de Pagamento – significa a reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo, constituída de acordo com este Regulamento e que será calculada pelo Administrador;

Resolução CMN nº 2.682 – significa a Resolução do CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme alterada;

Sacados – significa as pessoas jurídicas que sejam devedoras dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

SELIC – significa o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

Série – significa qualquer série de Cotas Seniores emitidas nos termos deste Regulamento;

Suplemento – significa os suplementos de cada classe de Cotas, que conterão as informações relativas à classe de Cotas a qual se refere, características da emissão, de amortização, de remuneração e de resgate, elaborados para as Séries de Cotas Seniores e as classes de Cotas Subordinadas, respectivamente nos termos dos modelos que constam como anexo I e anexo II a este Regulamento, e uma vez que o Suplemento for assinado pelo Administrador e averbado em cartório de registro de títulos e documentos, constituirá parte integrante deste Regulamento;

Taxa CDI – significa a taxa diária do CDI de 1 (um) dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP;

Taxa de Administração – significa a taxa devida pelo Fundo ao Administrador, a título de remuneração pelos serviços prestados, sendo certo que o Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Regulamento;

Taxa de Performance – significa a remuneração a ser paga pelo Fundo para o Gestor e para os Consultores Especializados, conforme estabelecido neste Regulamento;

Taxa Mínima de Desconto – significa a taxa de desconto mínima para aquisição dos Direitos de Crédito;

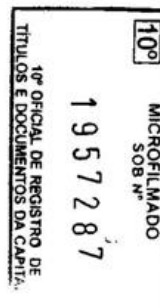
Termo de Adesão – significa o termo de adesão a este Regulamento e ciência de risco que será celebrado por todos os Cotistas quando de seu ingresso no Fundo, por meio do qual os Cotistas declaram estar cientes e concordes com o disposto neste Regulamento; e

Termo de Cessão – significa o instrumento pelo qual é formalizada a cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente ao Fundo, nos termos do respectivo anexo ao Contrato de Cessão.

CAPÍTULO II - FUNDO E PRAZO DE DURAÇÃO

2.1. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, regido por este Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Resolução do CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e pela Instrução CVM nº 356/01, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou classe de Cotas ou em virtude de sua liquidação, ou ainda por decisão da Assembleia Geral de Cotistas.

645142v56



8

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

2.2. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, sendo que suas Cotas poderão ser amortizadas de acordo com os termos e condições descritos neste Regulamento e nos respectivos Suplementos.

2.2.1. Cada Série de Cotas Seniores e as classes de Cotas Subordinadas terão o prazo de duração especificado em seu respectivo Suplemento.

2.3. O Fundo é classificado, nos termos do Anexo II da Deliberação nº 44, de 24 de novembro de 2010, da ANBIMA, no tipo FIDC Outros, com atributo foco de atuação: FIDC Multicarteira Outros.

CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO E OBJETIVO

3.1. O Fundo é destinado a Investidores Qualificados e outros investidores que, nos termos da regulamentação em vigor a eles pertinente, possam adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista neste Regulamento, e que aceitem os riscos associados aos investimentos do Fundo.

3.2. O objetivo do Fundo é proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, com rendimentos de longo prazo aos Cotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo: (i) preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito; e (ii) subsidiariamente na aplicação dos Recursos Livres em Ativos Financeiros, em estrita observância à política de investimento e aos critérios de seleção, composição e diversificação da Carteira estabelecidos neste Regulamento.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

4.1. Para a consecução do objetivo do Fundo, o Fundo aplicará suas disponibilidades na aquisição de Direitos de Crédito performados que atendam cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade e as Condições da Cessão previstas neste Regulamento.

4.1.1. Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros, garantias e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira definida neste Capítulo.

4.2. Os Direitos de Crédito devem ser individualmente representados por duplicatas, contratos de fornecimento de produtos, contratos de prestação de serviços e notas fiscais/faturas de produtos e/ou serviços ou documento equivalente que garanta ao titular o direito de: (a) receber do Sacado o valor do crédito respectivo; e (b) cobrar do

10º
MICROFILMADO
SOB Nº
1957287
1º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL S



645142v56

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

Sacado o pagamento do crédito não honrado - desde que atendam aos requisitos previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente.

4.3. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverão: (i) ser expressos em moeda corrente nacional, (ii) ser originados de operações realizadas em quaisquer segmentos da economia, incluindo, mas não se limitando, os segmentos industrial, comercial, agropecuário, financeiro, imobiliário e de prestação de serviços, desde que um dos envolvidos na operação, o Cedente ou o Sacado, tenha estabelecimento no Estado de Minas Gerais, (iii) ser performados, e (iv) observar os Critérios de Elegibilidade, as Condições de Cessão e as demais disposições deste Regulamento e dos Acordos Operacionais.

4.3.1. A natureza e as características descritas no item acima não consubstanciam Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito, podendo ser alteradas, a qualquer tempo, mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas.

4.4. Após decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, o Fundo deverá manter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito, não havendo um limite máximo para mencionada alocação.

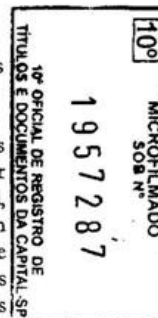
4.4.1. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias do início das atividades do Fundo, o Fundo deverá manter, no mínimo, 70% (setenta por cento) do seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito, não havendo um limite máximo para mencionada alocação.

4.4.2. Caso, em qualquer momento após o período de 180 (cento e oitenta) dias mencionado no item acima, o Fundo mantiver menos de 70% (setenta por cento) do seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito por um período de 3 (três) meses consecutivos, deverá ser convocada uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar, nos termos do item 9.7 deste Regulamento, pela amortização parcial das Cotas do Fundo, de modo a enquadrar a Carteira em 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito com base no Patrimônio Líquido do Fundo do dia imediatamente anterior à data de realização da Assembleia Geral de Cotistas.

4.5. Os Recursos Livres serão necessariamente alocados pelo Gestor, segundo seu critério e desde que obedecendo a ordem de alocação dos recursos, conforme disposta neste Regulamento, nos Ativos Financeiros abaixo listados:

- (i) Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) Títulos de emissão do BACEN; e
- (iii) Certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de Instituições Financeiras Autorizadas, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

4.5.1. O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) da parcela do seu Patrimônio Líquido que não estiver aplicada em Direitos de Crédito, em certificados e



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa de Instituições Financeiras Autorizadas de emissão e/ou coobrigação de uma mesma Instituição Financeira Autorizada.

4.5.2. O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) da parcela do seu Patrimônio Líquido que não estiver aplicada em Direitos de Crédito, em um único fundo de investimento de renda fixa, administrado por Instituições Financeiras Autorizadas.

4.5.3. Observado o disposto nos itens acima, o Fundo poderá realizar operações com certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, nas quais o Administrador atue como contraparte do Fundo.

4.6. O Fundo não realizará operações de: (i) aquisição de ativos ou de aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; e (ii) *daytrade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

4.7. Os percentuais de composição, concentração e diversificação da Carteira referidos neste Capítulo serão verificados e cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

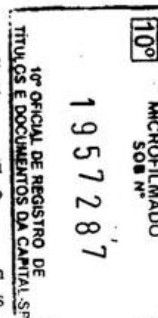
4.8. A custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira será de responsabilidade do Administrador, sendo que os Ativos Financeiros serão registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN, ou (iv) em outras entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN e/ou pela CVM.

4.9. O Fundo e as aplicações realizadas pelo Cotista no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Gestor, dos Cedentes, do Agente de Cobrança, dos Consultores Especializados, se for o caso, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ainda, os investimentos da Carteira estão sujeitos aos fatores de risco descritos neste Regulamento.

4.10. Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste Capítulo, por meio de celebração do Termo de Adesão.

4.11. O Gestor, por conta e ordem do Fundo, poderá realizar operações com instrumentos derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

4.11.1. Para o efeito do disposto no item 4.11 acima, as operações de derivativos do Fundo serão realizadas apenas nos mercados administrados por bolsas de valores ou bolsas de mercadorias e de futuros, exclusivamente na modalidade “com garantia”.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

4.11.2. O limite máximo de exposição do Fundo no mercado de derivativos é de até 20% (vinte por cento) do seu Patrimônio Líquido.

4.12. Excluídos os Direitos de Crédito que não entram no cômputo do cálculo do prazo médio da Carteira deste Fundo, o Gestor envidará seus melhores esforços para que o Fundo mantenha o prazo médio de sua Carteira de Ativos Financeiros em níveis que possibilitem o enquadramento do Fundo, para fins tributários, como um fundo de investimento de longo prazo, conforme o disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda nº 1.022, de 05 de abril de 2010, e alterações posteriores, ou conforme a regulamentação que venha a substituí-la, durante o prazo de duração do Fundo.

4.13. Não obstante a diligência do Administrador, do Gestor e dos Consultores Especializados em colocar em prática a política de investimento delineada neste Regulamento, o Fundo, o Administrador, o Gestor, os Consultores Especializados ou o Agente de Cobrança, não serão responsáveis, em nenhuma hipótese, pela existência e/ou pela solvência dos Direitos de Crédito, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da Carteira, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Cotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento.

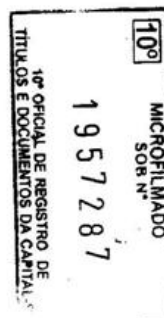
4.14. Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

4.15. Com relação aos Sacados, o total de Direitos de Crédito devidos por um mesmo Sacado poderá corresponder a até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo desde que o Sacado:

- (i) Tenha registro de companhia aberta;
- (ii) Seja instituição financeira ou equiparada, autorizada a funcionar pelo BACEN; ou
- (iii) Seja sociedade empresarial que tenha suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de constituição do Fundo elaboradas em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM, ressalvado o disposto no item 4.15.4 abaixo.

4.15.1. O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Sacado até o limite de 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido, desde que 1 (um) mesmo Cedente não represente mais do que 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo nos primeiros 6 (seis) meses contados do registro de funcionamento do Fundo e, após tal data, desde que 1 (um) mesmo Cedente não represente mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

4.15.2. Observado o disposto no item 4.15.1, os limites de concentração por Cedente serão estabelecidos pelo Conselho Consultivo de Crédito, os quais, se forem menores dos acima estabelecidos, deverão constar no Acordo Operacional celebrado com cada Sacado e no Contrato de Cessão celebrado com cada Cedente.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

4.15.3. Na hipótese do inciso (iii) do item 4.15 acima, as demonstrações financeiras dos Sacados, e o respectivo parecer do auditor independente, deverão ser arquivados na CVM pelo Administrador, devendo ser atualizadas anualmente:

- (i) Até a data do encerramento do Fundo; ou
- (ii) Até o exercício financeiro em que os Direitos de Crédito de responsabilidade dos Sacados deixarem de representar mais de 20% (vinte por cento) dos Direitos de Crédito que integram o patrimônio do Fundo.

4.15.4. O arquivamento na CVM das demonstrações financeiras e do parecer do auditor independente referidos no item 4.15 (iii) acima deverá se dar no prazo máximo de até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social, ou no mesmo dia de sua colocação à disposição dos sócios, se esta ocorrer em data anterior.

4.15.5. Para efeito do disposto neste item 4.15 e subitens, equiparam-se ao Sacado o seu acionista controlador, as sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas e sociedades sob controle comum, além de qualquer sociedade integrante do mesmo grupo de sociedades de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

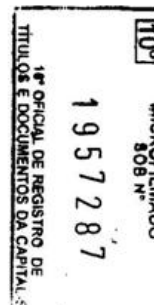
4.15.6. Para efeito do disposto neste item 4.15 e subitens, equiparam-se ao Cedente o seu acionista controlador, as sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas e sociedades sob controle comum, além de qualquer sociedade integrante do mesmo grupo de sociedades de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

4.15.7. Os percentuais referidos neste item 4.15 e subitens devem ser cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

4.16. Caberá ao Administrador a verificação dos limites de concentração estabelecidos neste Regulamento, por se tratar de Critério de Elegibilidade.

4.17. O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito cujos respectivos pagamentos por parte de seus Sacados possam ser realizados ao Fundo anteriormente às suas respectivas datas de vencimento, sendo certo que na hipótese de o Sacado pagar o Direito de Crédito antecipadamente não será concedido ao Sacado qualquer abatimento para este pagamento antecipado de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos nos Documentos Comprobatórios do respectivo Direito de Crédito quando de sua aquisição pelo Fundo.

4.17.1. Caso haja aquisição pelo Fundo de Direito de Crédito que contenha previsão explícita de abatimento do preço em caso de pagamento antecipado, o Gestor será responsável pelas tratativas com o respectivo Sacado, para definir a data do pagamento antecipado e o montante a ser recebido pelo Fundo.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

CAPÍTULO V - OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

5.1. Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo deverá ser realizada em estrita observância ao disposto no Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, a serem celebrados por cada um dos Cedentes.

5.1.1. Por meio da celebração de cada Termo de Cessão, o Cedente estará obrigado a praticar todos os atos necessários para a efetivação daquela cessão e para que o Fundo possa notificar os Sacados quanto à cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo.

5.2. O Fundo buscará adquirir continuamente Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos. Cada carteira de Direitos de Crédito será objeto de processos de origem e de políticas de aquisição distintos em função dos respectivos Sacados, sempre observada a descrição dos processos de origem e das políticas de aquisição dos Direitos de Crédito descritas neste Regulamento.

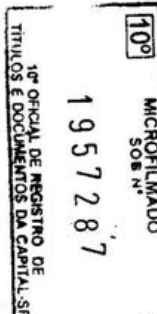
5.3. Os Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo terão processos de origem, políticas de aquisição e estratégias para cobrança, sempre buscando sucesso no pagamento de tais Direitos de Crédito em benefício do Fundo.

5.4. Durante o prazo de duração do Fundo, os Consultores Especializados manterão contato com os Cedentes para identificar Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo em conformidade com a política de investimento do Fundo.

5.5. Para que possam ofertar Direitos de Crédito ao Fundo, os Sacados e os titulares dos Direitos de Crédito deverão estar aprovados pelo Conselho Consultivo de Crédito e ser, previamente à cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, cadastrados pelo Gestor e/ou pelo Administrador, conforme processo de cadastramento de Sacado e de cadastramento de Cedentes, a seguir detalhados.

5.6. Para a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, os Sacados deverão ser cadastrados mediante o seguinte processo:

- (1) Os Consultores Especializados atuarão junto aos potenciais sacados, identificando pessoas jurídicas renomadas que:
 - a. Possuam interesse em participar do Fundo na qualidade de Sacado;
 - b. Tenham estabelecimento no Estado de Minas Gerais ou realizem relevante quantidade de operações em quaisquer segmentos da economia, incluindo, mas não se limitando, os segmentos industrial, comercial, agropecuário, financeiro, imobiliário e de prestação de serviços, com pessoas jurídicas que tenham estabelecimento no Estado de Minas Gerais;
 - c. Possuam capacidade operacional e tecnológica para participar do Fundo, ou seja, possuam sistema compatível com o Administrador para envio e recebimento de informações com o Fundo; e
 - d. Apresentem riscos compatíveis com os definidos para o Fundo, ou seja, sua inclusão como Sacado não poderá reduzir a classificação de risco das Séries de Cotas Seniores, bem como, quando houver, dos demais ativos



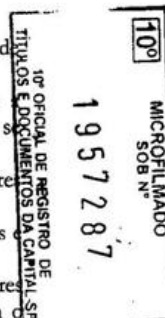
REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

- integrantes da Carteira, pela Agência Classificadora de Risco, abaixo de "AA-";
- (ii) Os Consultores Especializados negociarão com os potenciais sacados celebração de um Acordo Operacional, no qual o potencial sacado não comprometerá, no mínimo, a:
- Autorizar a realização de contato pelo Fundo, por meio de seus prestadores de serviços, junto aos fornecedores e prestadores de serviços do Sacado;
 - Divulgar o Fundo junto a seu setor de compras e aos seus fornecedores prestadores de serviços;
 - Auxiliar a abordagem, prospecção, originação de fornecedores e prestadores de serviços que sejam potenciais cedentes de Direitos de Crédito para o Fundo;
 - Disponibilizar em local visível em sua página na Internet um ícone que direcionará diretamente para a página do Fundo na Internet;
 - Efetuar aceite via sistema dos Direitos de Crédito cedidos por seus fornecedores e prestadores de serviços ao Fundo;
 - Divulgar suas informações corporativas, bem como informações estatísticas dos 03 (três) últimos anos acerca de inadimplementos, perdas ou pre-pagamentos de créditos de mesma natureza dos Direitos de Crédito que serão cedidos ao Fundo, conforme definido no Acordo Operacional; e
 - Autorizar o uso de sua marca registrada, logomarca e/ou nome comercial, na divulgação do Fundo, nos termos previstos no Acordo Operacional;
- (iii) Após a negociação do Acordo Operacional e antes de sua análise pelo Conselho Consultivo de Crédito, será realizado pela Agência Classificadora de Risco uma análise do potencial sacado, para avaliar o perfil corporativo e o histórico do setor de contas a pagar do potencial sacado e mensurar seu risco;
- (iv) As informações obtidas sobre o potencial sacado, o parecer da Agência Classificadora de Risco e os termos indicativos do Acordo Operacional serão submetidos ao Conselho Consultivo de Crédito;
- (v) Caso o Conselho Consultivo de Crédito entenda que todas as informações do potencial sacado submetidas à sua aprovação estejam em conformidade com o Regulamento, e desde que a nova percepção de risco das Cotas Seniores emitidas pelo Fundo e medida pela Agência Classificadora de Risco não seja reduzida a um patamar inferior de "AA-", o Conselho Consultivo de Crédito deliberará sobre a aprovação do novo Sacado, conforme procedimento definido neste Regulamento; e
- (vi) Caso o Conselho Consultivo de Crédito aprove o novo Sacado, os termos do Acordo Operacional serão repassados ao Gestor para que este providencie a celebração do Acordo Operacional pelas respectivas partes.

5.7. Uma vez que um Sacado seja cadastrado junto ao Fundo, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito em que este Sacado figure como devedor. Para a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, os Cedentes deverão ser cadastrados mediante o seguinte processo:

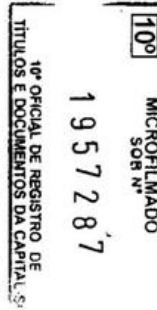
645142x56

15



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

- (i) Os Consultores Especializados realizarão visitas e manterão contato com os fornecedores e prestadores de serviços dos Sacados cadastrados junto ao Fundo, buscando potenciais cedentes de Direitos de Crédito para o Fundo;
- (ii) Os fornecedores e prestadores de serviços dos Sacados que manifestarem interesse em ceder Direitos de Crédito ao Fundo, deverão apresentar toda a documentação e as informações que vierem a ser solicitadas pelo Consultor Especializado BDMG, Gestor e/ou pelo Administrador, incluindo, dentre outros:
 - a. O formulário cadastral do Cedente conforme modelo disponibilizado pelo Administrador ou Gestor, acompanhado do cartão de assinaturas com firma reconhecida;
 - b. A cópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto Social consolidado, conforme o caso, devidamente registrado em órgão competente, acompanhado de cópia simples do cartão de inscrição no CNPJ/MF; e
 - c. Indicar as pessoas capazes de representar o titular dos Direitos de Crédito em operações de cessão de Direitos de Crédito, e fornecer cópia autenticada dos documentos que comprovem tais poderes, bem como cópia autenticada do Documento de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF de cada uma dessas pessoas;
- (iii) O Consultor Especializado BDMG consultará as informações dos potenciais cedentes no Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN e no SERASA, a fim de verificar a situação dos fornecedores e prestadores de serviços dos Sacados que sejam potenciais cedentes de Direitos de Crédito ao Fundo. Além da hipótese prevista neste item, a consulta de que trata este item poderá ser realizada a qualquer tempo, enquanto perdurar a relação entre o Cedente e o Fundo;
- (iv) Os fornecedores e prestadores de serviços dos Sacados deverão entregar toda a documentação na sede do Consultor Especializado BDMG, via carta registrada com aviso de recebimento ou pessoalmente, conforme endereço constante neste Regulamento;
- (v) O Consultor Especializado BDMG terá o prazo de 1 (um) Dia Útil para conferir a documentação recebida pelo potencial cedente e caso haja pendências na documentação, deverá o Consultor Especializado BDMG comunicar ao potencial cedente sobre as pendências verificadas e acompanhar para que tais pendências sejam brevemente sanadas;
- (vi) Quando a documentação recebida pelo potencial cedente estiver completa, o Consultor Especializado BDMG deverá, no prazo de 1 (um) Dia Útil, comunicar ao Administrador e ao Gestor que recebeu a documentação do potencial cedente e o Gestor convocará uma reunião do Conselho Consultivo de Crédito;
- (vii) O Conselho Consultivo de Crédito se reunirá para realizar a análise das informações enviadas pelo fornecedor ou prestador de serviços do Sacado, com a recomendação acerca da aprovação do potencial cedente;
- (viii) O Conselho Consultivo de Crédito enviará a ata contendo suas deliberações ao Gestor e ao Administrador, para que o Gestor aprecie e decida sobre as



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

- recomendações do Conselho Consultivo de Crédito, informando ao Administrador sobre sua decisão por carta ou correio eletrônico;
- (ix) No caso de aprovação do potencial cedente, o Gestor informará ao Consultor Especializado BDMG sobre sua decisão por carta ou correio eletrônico, para que o Consultor Especializado BDMG envie a documentação do potencial cedente ao Administrador no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- (x) No caso de aprovação do potencial cedente, o Gestor providenciará o Contrato de Cessão contendo os termos e cláusulas sugeridos pelo Conselho Consultivo de Crédito e ratificado pelo Gestor, sendo certo que o Contrato de Cessão deverá prever, no mínimo:
- a. Que o Cedente responde pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que serão cedidos ao Fundo, nos termos do artigo 295 do Código Civil;
 - b. Que a celebração do Contrato de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão, e a consequente cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo não acarretará o descumprimento total ou parcial de quaisquer obrigações do Cedente com terceiros; e
 - c. Que é vedado o recebimento pelo Cedente de quaisquer quantias que por força da cessão passarão a ser de titularidade do Fundo e que, no caso de eventual recebimento de valores de titularidade do Fundo pelo Cedente, o Cedente receberá tais valores na condição de fiel depositário e deverá informar imediatamente ao Gestor, para que o Gestor possa instruí-lo quanto à transferência dos recursos ao Fundo em até 01 (um) Dia Útil;
- (xi) Os termos e condições do Contrato de Cessão deverão ser acordados de forma irrevogável e irretroatável e vincularão o Cedente e o Fundo, bem como seus sucessores a qualquer título;
- (xii) Para a celebração do Contrato de Cessão será observado o seguinte fluxo:
- a. O Cedente assina o Contrato de Cessão em 4 (quatro) vias e envia ao Gestor;
 - b. O Gestor assina o Contrato de Cessão e envia ao Agente de Monitoramento;
 - c. O Agente de Monitoramento assina o Contrato de Cessão e envia ao Administrador;
 - d. O Administrador abona as assinaturas dos representantes legais do Cedente, do Gestor e do Agente de Monitoramento e providencia o registro do Contrato de Cessão em cartório de títulos e documentos na praça de sua sede, e caso a sede do Cedente não seja na mesma praça da sede do Administrador, o Administrador encaminha o Contrato de Cessão ao Cedente para que o Cedente providencie o registro no cartório de títulos e documentos na praça de sua sede, mantenha consigo 1 (uma) via original do Contrato de Cessão e envie imediatamente ao Administrador 3 (três) vias originais do Contrato de Cessão. Os custos para registro do Contrato de Cessão na sede do Administrador correrão por conta do Fundo e quando o Cedente estiver localizado em outra localidade que não a mesma localidade

1º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL S.

1957287

100 MICROFILMADO
SOB Nº



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

- da sede do Administrador, os custos para registro de Contrato de Cessão na sede do Cedente serão arcados pelo próprio Cedente; e
- e. O Administrador manterá consigo 1 (uma) via original do Contrato de Cessão e enviará 1 (uma) via original do Contrato de Cessão para o Gestor e 1 (uma) via original do Contrato de Cessão para o Agente de Monitoramento; e
- (xiii) Após a celebração do Contrato de Cessão, o Cedente estará apto a alienar Direitos de Crédito ao Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão.

5.7.1. A critério do Conselho Consultivo de Crédito, do Gestor e do Administrador outros documentos poderão ser solicitados aos titulares dos Direitos de Crédito para a aprovação de seu cadastro.

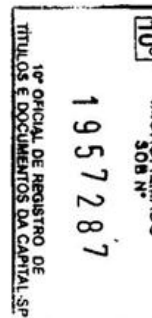
5.7.2. O Cedente cadastrado deverá manter sempre atualizada perante o Gestor e o Administrador a documentação mencionada acima, devendo referida documentação ser sempre entregue pelo Cedente ao Consultor Especializado BDMG, para que o Consultor Especializado BDMG envie tal documentação ao Administrador no prazo de 1 (um) Dia Útil contado de seu recebimento.

5.7.3. O cadastro de cada Cedente deverá ser atualizado pelo Gestor e pelo Administrador anualmente, ao final de cada exercício social do Fundo. Adicionalmente à atualização anual, o Gestor e o Administrador poderão solicitar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a substituição de quaisquer documentos ou ainda a entrega de documentos adicionais que julguem necessários para a aprovação ou atualização do cadastro do Cedente. Também nestas hipóteses a documentação deverá ser sempre entregue pelo Cedente ao Consultor Especializado BDMG, para que o Consultor Especializado BDMG envie tal documentação ao Administrador no prazo de 1 (um) Dia Útil contado de seu recebimento.

5.7.4. Compete ao Gestor verificar o cumprimento dos requisitos aplicáveis aos potenciais cedentes para que sejam credenciados junto ao Fundo, competindo também ao Gestor identificar o não cumprimento de qualquer dos requisitos e descredenciar o Cedente, fato que impedirá que o Cedente realize novas cessões de Direitos de Crédito ao Fundo enquanto perdurarem as irregularidades, devendo o Gestor comunicar imediatamente, por escrito, ao Administrador sobre o descredenciamento.

5.8. Com a celebração do Contrato de Cessão, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito do Cedente, sendo certo que as cessões de Direitos de Crédito observarão os procedimentos básicos descritos abaixo, além dos procedimentos mais específicos estabelecidos no Contrato de Cessão:

- (i) Será disponibilizado ao Cedente uma página do Fundo na Internet com acesso restrito;
- (ii) O Cedente acessará a página do Fundo na Internet, a qual conterá a taxa de desconto aplicável naquela data. Neste ambiente o Cedente terá acesso aos dados da potencial cessão, tais como o valor que o Cedente receberá pela



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

cessão de mencionados Direitos de Crédito e o percentual dos Direitos de Crédito que permanecerão na propriedade do Cedente remetidos para a Conta Reserva, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento. O Cedente selecionará na página do Fundo na Internet os Direitos de Crédito que tem interesse em alienar ao Fundo, bem como indicará a conta corrente de sua titularidade para recebimento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito que o Fundo optar por efetivamente adquirir;

- (iii) O Administrador e o Gestor receberão por meio eletrônico as informações dos Direitos de Crédito selecionados pelo Cedente para que sejam cedidos ao Fundo e analisarão, respectivamente, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, de modo a selecionar os Direitos de Crédito que possam ser adquiridos pelo Fundo, nos termos deste Regulamento e do Acordo Operacional. O Fundo somente efetuará a aquisição de parcela de Direitos de Crédito se possuir recursos para mencionada aquisição e desde que a parcela de Direitos de Crédito atenda na data de aquisição, além do acima disposto, a política de investimento, a composição, a diversificação da carteira do Fundo, os limites de concentração e a política de aquisição de Direitos de Crédito do Fundo, conforme disposto neste Regulamento;
- (iv) Uma vez selecionados os Direitos de Crédito que o Cedente pretende ceder ao Fundo, será formalizada a sua cessão, incluindo todos os acessórios do respectivo Direito de Crédito, por meio da celebração do Termo de Cessão, que preverá, dentre outras disposições que o Cedente atesta a inexistência de ônus, gravames ou restrições sobre os Direitos de Crédito cedidos. Para tanto, será disponibilizado para o Cedente na página do Fundo na Internet o Termo de Cessão para assinatura do Cedente;
- (v) O Cedente assinará o Termo de Cessão e enviará cópia digitalizada do Termo de Cessão ao Administrador;
- (vi) O Administrador abonará a assinatura do Cedente no Termo de Cessão de acordo com o cartão de assinaturas do Cedente e conferirá os Direitos de Crédito adquiridos na cópia digitalizada do Termo de Cessão por ele recebido. Após a conferência acima mencionada o Fundo enviará ao Sacado a linha digitável com os novos dados para pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, os quais deverão ser integralmente pagos pelo Sacado na Conta Reserva indicada pelo Fundo;
- (vii) O Sacado validará a existência do Direito de Crédito ao Fundo, de modo a se comprometer de forma irrevogável e irretroatável com a liquidação dos Direitos de Crédito junto ao Fundo confirmando a cessão e descartando os dados para pagamento enviados anteriormente pelo Cedente. Desta forma o Sacado dará ciência da cessão e confirmará os valores e prazos dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
- (viii) O Administrador confrontará os Direitos de Crédito constantes na cópia digitalizada do Termo de Cessão, com os Direitos de Crédito confirmados pelo Sacado e efetuará o pagamento do preço de aquisição ao Cedente dos Direitos de Crédito confirmados pelo Sacado; e

10º
MICROFILMADO
SOL Nº
1957287
1º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL, SP



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

- (ix) Quando do pagamento pelo Fundo dos Direitos de Crédito, o Cedente assinará um recibo que será disponibilizado na página do Fundo na Internet, informando quais os Direitos de Crédito e as respectivas parcelas que foram efetivamente cedidos ao Fundo. A via original do Recibo assinada pelo Cedente deverá ser encaminhada para o Fundo, juntamente com o Termo de Cessão original, e caso o Fundo não receba referido Recibo e o Termo de Cessão original assinado pelo Cedente no prazo estabelecido, o Cedente não poderá realizar novas cessões ao Fundo.

5.8.1. Independente dos procedimentos eletrônicos acima descritos, o Fundo poderá, a seu exclusivo critério, realizar os procedimentos de aquisição de parcela de Direitos de Crédito do Cedente de forma manual ou por meio de correio eletrônico.

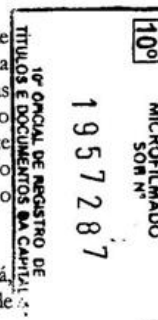
5.8.2. Os Termos de Cessão poderão ser celebrados por meio eletrônico com o uso de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, o qual garante a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras, observado que o certificado ICP-Brasil de assinatura digital não possui efeito perante terceiros e tão somente entre as partes, salvo se tal documento for objeto de digitalização com fé pública ou registrada no cartório de títulos e documentos competente.

5.8.3. A parcela dos Direitos de Crédito selecionados deverá ser cedida pelo Cedente ao Fundo definitivamente e sem qualquer coobrigação.

5.8.4. O Gestor, ao seu exclusivo critério, poderá informar ao Administrador para que providencie o registro de cada Termo de Cessão em cartório de títulos e documentos na praça da sede do Administrador, bem como para que o Administrador providencie o registro no cartório de títulos e documentos na praça da sede do Cedente e envie imediatamente ao Cedente 1 (uma) via original devidamente registrada. Para os Cedentes que representarem mais de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na data de aquisição de determinados Direitos de Crédito, a totalidade dos Termos de Cessão referentes aos Direitos de Crédito daquele Cedente que ainda não tenham sido pagos pelo Sacado, serão obrigatoriamente registrados em cartório de títulos e documentos na praça da sede do Administrador e na praça da sede do Cedente.

5.8.5. O Administrador deverá informar mensalmente para a Agência Classificadora de Risco o montante de Direitos de Crédito, referente ao último Dia Útil do mês anterior, que tiveram os Termos de Cessão levados para registro em cartório de títulos e documentos.

5.8.6. O Administrador poderá utilizar-se de terceiros contratados pelo Fundo para providenciar o registro na praça da sede do Cedente, sendo que as despesas incorridas, exceto os custos de registro, correrão por conta do Fundo.

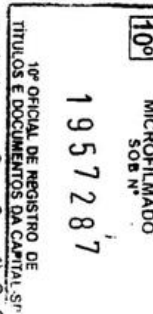


REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

5.8.7. Os custos para registro de cada Termo de Cessão na praça da sede do Administrador correrão por conta do Fundo e quando o Cedente estiver localizado em outra praça que não a mesma da sede do Administrador, os custos para registro de cada Termo de Cessão na sede do Cedente serão arcados pelo próprio Cedente.

5.9. A cobrança passiva e ativa dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo observará os procedimentos descritos abaixo:

- (i) Na data de pagamento do Direito de Crédito o Sacado efetuará o pagamento em uma Conta Reserva;
- (ii) Caso o pagamento total pelo Sacado referente a determinado Direito de Crédito ocorra no prazo acordado, o Agente de Monitoramento repassará ao Fundo o valor do percentual do Direito de Crédito efetivamente adquirido pelo Fundo e ao Cedente o valor do percentual do Direito de Crédito que permaneceu sob a propriedade do Cedente;
- (iii) No caso de mora do Sacado para o pagamento de determinado Direito de Crédito:
 - a. O Fundo, por meio do Gestor ou de seus Consultores Especializados, entrará em contato com o Sacado para informar sobre a mora do Sacado no pagamento de determinado Direito de Crédito com a finalidade de que o Sacado providencie o pagamento da totalidade do Direito de Crédito em atraso; e
 - b. O Agente de Monitoramento informará ao Cedente, repassando automaticamente ao Fundo a propriedade de parte do percentual do Direito de Crédito que havia permanecido sob a propriedade do Cedente, sendo que a parcela restante do Direito de Crédito que permanecer sob titularidade do Cedente será devolvida ao Cedente. Para o cálculo do percentual do Direito de Crédito de titularidade do Cedente que será cedido ao Fundo, o Agente de Monitoramento aplicará sobre mencionado percentual a taxa de desconto aplicada quando da aquisição de parcela deste Direito de Crédito pelo Fundo; e
 - c. O procedimento descrito no item acima será aplicado a cada Dia Útil de atraso do Sacado no pagamento de determinado Direito de Crédito e enquanto perdurar o atraso, limitado ao valor total do percentual do Direito de Crédito que havia sido mantido sob titularidade do Cedente;
- (iv) No caso de o percentual do Direito de Crédito mantido sob titularidade do Cedente na Conta Reserva não ser suficiente para saldar as obrigações da operação do Sacado para com o Fundo, o Sacado permanecerá obrigado por quaisquer penalidades contratadas decorrentes do atraso ou do não pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
- (v) Caso a mora persista após 2 (dois) Dias Úteis contados da data de vencimento do Direito de Crédito, o Gestor deverá notificar o Sacado para que este pague o Direito de Crédito em até 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento pelo Sacado da notificação;
- (vi) Na hipótese de o Sacado não efetuar o pagamento do Direito de Crédito conforme estabelecido no item anterior, o Administrador deverá convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que os Cotistas decidam se o Fundo



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

deverá protestar o Sacado e/ou se o Fundo deverá iniciar os procedimentos de cobrança ativa frente ao Sacado, conforme o caso.

- a. Quando a Assembleia Geral de Cotistas decidir pelo procedimento de cobrança ativa dos Direitos de Crédito vencidos e inadimplidos pelo Sacado, o Gestor, a seu exclusivo critério, poderá contratar o Agente de Cobrança para realizar mencionado procedimento;
- (vii) Adicionalmente, a Assembleia Geral de Cotistas deverá se reunir a fim de analisar se o Fundo deverá ou não rescindir o Acordo Operacional celebrado com o Sacado em mora;
- (viii) Caso a Assembleia Geral de Cotistas decida pela rescisão pelo Fundo do Acordo Operacional celebrado com o Sacado em mora, os Consultores Especializados e o Gestor realizarão os procedimentos legais cabíveis para a rescisão do Acordo Operacional, devendo conforme o caso, exigir as penalidades cabíveis pelo inadimplemento das obrigações do Sacado; e
- (ix) Os Cedentes que tenham cedido Direitos de Crédito ao Fundo os quais estejam vencidos e inadimplidos, estarão proibidos de realizar novas cessões de Direitos de Crédito ao Fundo, até que os Direitos de Crédito sejam quitados, devendo o Gestor verificar, sempre no momento da cessão, se os Direitos de Crédito cedidos pelo Cedente encontram-se adimplidos.

5.9.1. Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando o Administrador e/ou o Gestor, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos Direitos de Crédito, sem prejuízo das obrigações assumidas pelos respectivos Cedentes nos Contratos de Cessão.

5.9.2. O Administrador e o Gestor não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito, inclusive eventuais custos de condenação, que o Fundo venha a incorrer em face dos Sacados, de terceiros ou dos Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo.

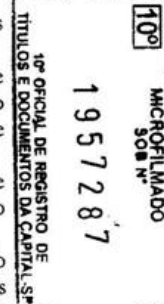
5.9.3. Não obstante o disposto neste Regulamento, o Administrador, o Gestor e os Consultores Especializados não serão responsáveis pelos resultados obtidos na implementação da política de cobrança ou pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Sacados que estejam inadimplentes com o Fundo.

5.10. Em contrapartida pela aquisição de Direitos de Crédito, o Fundo pagará a cada Cedente o preço de aquisição, o qual será obtido por meio da aplicação de Taxa Mínima de Desconto em relação ao valor do Direito de Crédito, nos termos da fórmula abaixo:

$$\text{Preço de Aquisição} = \frac{\text{Valor DC Nominal} \times [1 - (\% \text{ Conta Reserva})]}{(1 + \% \text{ Taxa Mínima de Desconto})^{\frac{\text{Dias}}{360}}}$$

onde:

645142v56



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

“Preço de Aquisição” é o valor nominal de aquisição do Direito de Crédito que será pago pelo Fundo ao Cedente;

“Valor DC Nominal” é o valor nominal do Direito de Crédito que será alienado ao Fundo, conforme condições acordadas entre o Gestor e o Cedente em cada Termo de Cessão;

“% Conta Reserva” é o percentual da cessão que deverá ser cedido e mantido em Conta Reserva para garantir eventuais atrasos e inadimplência de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo pelo Cedente. Este índice será definido pelo Conselho Consultivo de Crédito, de acordo com as características e especificidades de cada Sacado ou carteira de Direitos de Crédito e constará no respectivo Acordo Operacional celebrado com cada Sacado;

“Dias” é o número de Dias Úteis, entre a data de aquisição do Direito de Crédito, exclusive, e sua respectiva data de vencimento, inclusive; e

“Taxa Mínima de Desconto” será composta pela Taxa Mínima de Cessão, a Taxa de Administração e o “Excess Spread”, conforme definidos abaixo, e corresponde a uma taxa de juros pré-fixada a ser aplicada para determinar o valor nominal presente de um Direito de Crédito no vencimento ou de um fluxo futuro, por exemplo, de uma carteira de Direitos de Crédito. A Taxa de Desconto será definida pelo Conselho Consultivo de Crédito e será definida em cada Termo de Cessão, de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão, e obedecerá a fórmula abaixo:

$$\text{Taxa Mínima de Desconto} = \text{Taxa Mínima de Cessão} + \text{Taxa de Administração} + \text{Excess Spread}$$

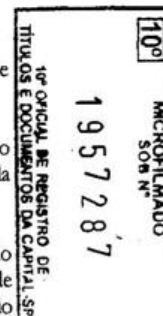
na qual:

“Taxa Mínima de Cessão” é a Rentabilidade Alvo de maior valor dentre as Séries de Cotas Seniores emitidas e em vigor até aquela data;

“Taxa de Administração” é Taxa de Administração definida neste Regulamento; e

“Excess Spread” é a parcela excedente para mitigar eventuais descasamentos de indexadores e atrasos de forma a incrementar o pacote de garantias do Fundo, bem como remunerar os detentores de Cotas Subordinadas, sendo que seu valor será de no mínimo 15% (quinze por cento) do CDI.

5.10.1. Para as aquisições de Direitos de Crédito pelo Fundo no mesmo Dia Útil, será aplicada a mesma taxa de desconto para todos os Cedentes de Direitos de Crédito que tenham como devedor o mesmo Sacado.



23

**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

5.11. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderão ser recomprados pelo próprio Cedente do respectivo Direitos de Crédito, somente no caso de a transação ser realizada em dinheiro.

5.11.1. A recompra pelo Cedente de parcela de Direitos de Crédito antes da respectiva data de vencimento será realizada pelo valor de face da parcela do referido Direito de Crédito.

5.11.2. A recompra pelo Cedente de parcela de Direitos de Crédito após a respectiva data de vencimento, ou seja, quando houver a mora de mencionado Direito de Crédito, será realizada pelo valor atualizado da parcela do referido Direito de Crédito, de acordo com a variação da Taxa CDI no período, acrescido de multa não compensatória de 2% (dois por cento), e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados sobre o valor devido, tudo conforme autorizam os artigos 389 ao 392 e 394 ao 396 do Código Civil.

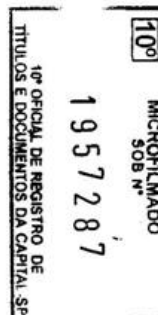
5.11.2.1. Exceto em casos específicos de recompra mencionados no item 5.11 acima, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo não poderão ser acrescidos, removidos ou substituídos após a confirmação do Sacado, disposta na alínea (vii) do item 5.8 acima, e da efetiva cessão ao Fundo, tendo em vista que com a confirmação do Direito de Crédito pelo Sacado seu sistema será automaticamente travado para pagamento ao Fundo, não sendo permitida qualquer alteração, modificação ou ajuste.

5.11.2.2. A recompra pelo Cedente do Direito de Crédito após a respectiva data de vencimento de que trata o subitem 5.11.2 acima, somente ocorrerá em casos raros e específicos a serem analisados pelo Gestor e pelo Conselho Consultivo de Crédito, não possuindo limite ou parâmetro pré-estabelecido, sendo que, caso ocorra, será informado por escrito aos Cotistas para que tenham conhecimento. Para que a cessão seja realizada ao Fundo, é necessária a confirmação do Direito de Crédito pelo Sacado e seu sistema será automaticamente travado para pagamento ao Fundo, de modo que a possibilidade de o Cedente recomprar Direitos de Crédito cedidos ao Fundo é bastante remota.

5.11.3. Na hipótese de recompra de Direitos de Crédito pelo Cedente, os valores que forem pagos pelo Sacado na Conta Reserva referente aqueles Direitos de Crédito, serão transferidos para a conta corrente indicada pelo Cedente, observado o procedimento disposto no item 7.1.3 abaixo.

CAPÍTULO VI - CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO

6.1. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo devem ser originados de operações, com pagamento a prazo, realizadas em quaisquer segmentos da economia, incluindo, mas não se limitando, os segmentos industrial, comercial, agropecuário, financeiro, imobiliário e de prestação de serviços, desde que o Cedente ou o Sacado tenham estabelecimento no Estado de Minas Gerais.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

6.1.1. Para que sejam adquiridos pelo Fundo, os Direitos de Crédito deverão ser confirmados pelo respectivo Sacado, de modo que o Sacado se comprometerá de forma irrevogável e irretirável com a liquidação dos Direitos de Crédito junto ao Fundo.

6.2. O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que, na data de aquisição e na data de pagamento, atendam cumulativamente: (i) às Condições de Cessão, segundo verificação e validação do Gestor; e (ii) aos Critérios de Elegibilidade, conforme verificação e validação do Administrador.

6.3. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverão atender cumulativamente todos os Critérios de Elegibilidade a seguir descritos, os quais serão verificados pelo Administrador:

- (i) Os Direitos de Crédito devem: (a) ser vincendos; (b) ser devidos por um Sacado cadastrado e aprovado junto ao Fundo, conforme procedimento descrito neste Regulamento; (c) ser cedidos por um Cedente cadastrado e aprovado junto ao Fundo, conforme procedimento descrito neste Regulamento; e (d) ser oriundos de relação de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens;
- (ii) O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Sacado até o limite de 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido, desde que 1 (um) mesmo Cedente não represente mais do que 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo nos primeiros 6 (seis) meses contados do registro de funcionamento do Fundo e, após tal data, desde que 1 (um) mesmo Cedente não represente mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iii) A data de vencimento dos Direitos de Crédito não poderá: (a) ser superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contados da sua data de aquisição pelo Fundo; (b) ocorrer no período de 30 (trinta) dias anteriores à última data de vencimento dentre as datas de vencimento das Séries de Cotas Seniores em circulação, tampouco após este período; e (c) ser inferior a 10 (dez) dias contados da respectiva aquisição; e
- (iv) Somente poderão ser adquiridos quaisquer Direitos de Crédito se, uma vez computada *pro forma* a respectiva aquisição, forem mantidos os limites de composição da carteira de Direitos de Crédito do Fundo e os limites de concentração do Fundo estabelecidos no presente Regulamento e nos respectivos Contratos de Cessão.

6.4. Sem prejuízo dos Critérios de Elegibilidade descritos acima, os Direitos de Crédito deverão observar as seguintes Condições de Cessão, que serão verificadas e validadas pelo Gestor:

- (i) Ter rentabilidade mínima, igual ou superior, a Taxa Mínima de Desconto definida neste Regulamento;
- (ii) O Cedente deve ter sido previamente cadastrado pelo Fundo;
- (iii) Devem ser representados duplicatas, contratos de fornecimento de produtos, contratos de prestação de serviços e notas fiscais/faturas de produtos e/ou serviços ou documento equivalente que garanta ao titular o direito de: (a)

109
MICROFILMADO
SOB N.º
1957287
1.º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL S/P



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

- receber do Sacado o valor do crédito respectivo; e (b) cobrar do Sacado o pagamento do crédito não honrado - observado o disposto no item 6.4.1;
- (iv) O Cedente não ter cedido ao Fundo Direitos de Crédito que estejam inadimplentes ou em atraso com relação ao pagamento pelo respectivo Sacado; e
- (v) Os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos e não pagos na data de sua cessão para o Fundo.

6.4.1. No caso de aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito representados por qualquer outro Documento Comprobatório que não aqueles a seguir informados, o Gestor deverá informar previamente e por escrito para a Agência Classificadora de Risco para que esta manifeste, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, eventual impacto no risco que tal aquisição poderá ocasionar ao Fundo. No caso de não manifestação no prazo acima mencionado, o Gestor realizará a aquisição sem que haja configurado impacto no risco do Fundo. Os Direitos de Crédito representados pelos seguintes Documentos Comprobatórios independem do procedimento acima: duplicatas, contratos de fornecimento de produtos, contratos de prestação de serviços e notas fiscais/faturas de produtos e/ou serviços.

6.5. Na hipótese de os Direitos de Crédito deixarem de observar quaisquer dos Critérios de Elegibilidade ou Condições de Cessão após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra o Administrador, o Gestor ou os Consultores Especializados, salvo na existência de comprovada má-fé ou dolo das partes.

6.6. Nos termos do artigo 295 do Código Civil, os Cedentes responderão pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos de Crédito, bem como pela existência e validade dos Documentos Comprobatórios.

CAPÍTULO VII - CONTAS RESERVA

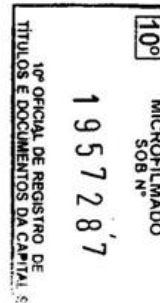
7.1. O Fundo abrirá e manterá, junto a uma instituição financeira a ser indicada pelo Administrador, uma Conta Reserva por Sacado. As Contas Reserva serão de titularidade do Fundo, com controle e movimentação pelo Agente de Monitoramento, exclusivamente em conjunto com o Gestor, nos termos deste Regulamento.

7.1.1. O Agente de Monitoramento fará diariamente um controle gerencial e interno das movimentações por Cedente na Conta Reserva de seus respectivos Sacados.

7.1.2. Os recursos disponíveis nas Contas Reserva serão transferidos para a conta-corrente de titularidade do Fundo movimentada pelo Administrador e para a conta-corrente informada pelo respectivo Cedente, no mesmo dia em que os recursos forem recebidos na respectiva Conta Reserva.

7.1.3. Tendo em vista que os pagamentos a serem realizados pelos Sacados nas Contas Reserva serão feitos mediante boleto bancário, o fluxo atenderá o disposto abaixo:

645142v56



26

**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

- (i) O Sacado realiza o pagamento na Conta Reserva, via boleto bancário, do valor total do Direito de Crédito devido;
- (ii) No primeiro Dia Útil subsequente o valor integral do pagamento realizado pelo Sacado entra na Conta Reserva; e
- (iii) Na mesma data do item (ii) acima, o Agente de Monitoramento destina a parcela do valor devido ao Fundo para outra conta corrente do Fundo indicada pelo Administrador e a parcela devida ao Cedente para a conta corrente indicada pelo Cedente, de modo a não permanecer nenhum valor na Conta Reserva ao final deste dia.

7.2. A Conta Reserva tem por objetivo garantir o Fundo face ao risco de mora ou inadimplência do Sacado referente à parcela dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

7.3. O Fundo somente adquirirá dos Cedentes uma parcela dos Direitos de Crédito, sendo que a parcela que não for adquirida pelo Fundo servirá de garantia ao Fundo pelo pagamento pontual do Sacado dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, ressalvada a hipótese prevista no item 7.6 abaixo.

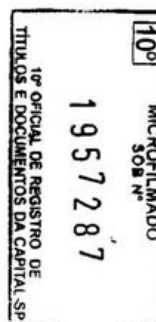
7.3.1. O percentual dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo será definido para cada Sacado no respectivo Acordo Operacional e constará no Contrato de Cessão celebrado com cada Cedente, de modo que mencionado percentual será aplicável a todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo cujo devedor seja o Sacado.

7.4. Tanto a parcela dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo quanto a parcela dos Direitos de Crédito de titularidade dos Cedentes, serão pagas pelos Sacados diretamente na Conta Reserva, de modo que o Sacado efetuará o pagamento integral dos Direitos de Crédito na Conta Reserva.

7.5. No caso de mora do Sacado no pagamento de determinado Direito de Crédito, a cada dia de atraso, a taxa de desconto aplicada quando da aquisição de referido Direito de Crédito pelo Fundo será aplicada sobre o valor do Direito de Crédito efetivamente adquirido pelo Fundo e o valor resultante será descontado do percentual do Direito de Crédito que havia sido mantido sob titularidade do Cedente, de modo que a titularidade do respectivo percentual do Direito de Crédito passará automaticamente ao Fundo.

7.5.1. A fórmula descrita acima será aplicada a cada Dia Útil de atraso do Sacado no pagamento de determinado Direito de Crédito e enquanto perdurar o atraso, limitado ao valor total do percentual do Direito de Crédito que havia sido mantido sob titularidade do Cedente.

7.5.2. Não obstante o disposto neste Capítulo e observadas as demais disposições do presente Regulamento, no caso de mora ou inadimplência do Sacado, o Sacado permanecerá obrigado por eventuais penalidades decorrentes do atraso ou do não pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

7.5.3. O Fundo somente cobrará do Sacado eventuais penalidades decorrentes do atraso ou do não pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo caso o valor total do percentual do Direito de Crédito que havia sido mantido sob titularidade do Cedente na Conta Reserva não seja suficiente para absorver o prejuízo causado pela mora do Sacado, observada a política de cobrança estabelecida neste Regulamento.

7.5.4. No caso de mora pelo Sacado no pagamento de algum Direito de Crédito cedido ao Fundo, o Agente de Monitoramento notificará imediatamente ao Cedente mediante correio eletrônico com aviso de recebimento, devendo constar em referida notificação todas as informações sobre mencionado Direito de Crédito em mora. Após a notificação supra mencionada, o Agente de Monitoramento repassará automaticamente ao Fundo a propriedade de parte do percentual do Direito de Crédito que havia permanecido sob a propriedade do Cedente, na forma do item 7.5 acima.

7.5.5. Não obstante o acima estabelecido, o Agente de Monitoramento informará ao Administrador e ao Gestor, sobre a mora do Sacado quanto ao pagamento de determinado Direito de Crédito, para que o Gestor entre em contato com o Sacado para obter informações sobre o motivo da mora e para que o Sacado providencie o pagamento da totalidade do Direito de Crédito em atraso.

7.6. Na hipótese em que os pagamentos a serem realizados pelo Sacado sofrerem eventual atraso causado por comprovada ocorrência de caso fortuito ou força maior que resulte em impossibilidade no pagamento pontual pelo Sacado dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo dos Cedentes e confirmados pelo Sacado, não incidirá multa ou qualquer outra penalidade para o Sacado, nos termos do artigo 393 do Código Civil.

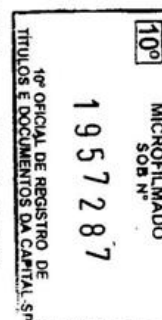
7.6.1. Em nenhuma circunstância, a ocorrência de qualquer dos itens a seguir listados configurará um evento de caso fortuito ou força maior: (i) problemas e/ou dificuldades de ordem econômico-financeira do Sacado; (ii) qualquer ação de qualquer autoridade governamental que o Sacado pudesse ter evitado se tivesse cumprido com a legislação; (iii) insolvência, liquidação, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial do Sacado; e (iv) greve e/ou interrupções trabalhistas ou medidas de efeito semelhante, de empregados e contratados do Sacado e/ou de suas contratadas.

**CAPÍTULO VIII - EMISSÃO, NEGOCIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS
COTAS**

Características de Emissão das Cotas

8.1. As Cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

8.1.1. A qualidade de Cotista do Fundo caracterizar-se-á pela abertura de conta de depósito em nome do Cotista.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

8.2. O patrimônio do Fundo é formado por 02 (duas) classes de Cotas, sendo que as características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração e amortização aplicáveis as classes de Cotas estão descritas neste Regulamento e nos respectivos Suplementos.

8.2.1. As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e somente serão resgatadas em virtude da liquidação do Fundo ou do término do prazo da respectiva Série ou Classe, ou ainda por decisão da Assembleia Geral de Cotistas.

8.2.2. As Cotas serão Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

8.2.3. As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries e as Cotas Subordinadas poderão ser divididas em classes, a critério do Administrador e de acordo com o disposto neste Regulamento e nos respectivos Suplementos.

8.3. As Cotas terão direito de voto, correspondendo cada Cota a um voto nas Assembleias Gerais de Cotistas do Fundo.

8.4. Serão emitidas inicialmente Cotas no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, independentemente da classe. Fica a critério do Administrador a quantidade de Cotas a ser emitida, desde que: (i) seja observada a proporção mínima de 8% (oito por cento) de Cotas Subordinadas sobre o total emitido; e (ii) seja mantida a classificação de risco das Cotas Seniores em circulação, se houver.

8.4.1. A Relação Mínima admitida é de 108,7% (cento e oito inteiros e sete décimos por cento), a qual deverá ser apurada pelo Administrador todo Dia Útil.

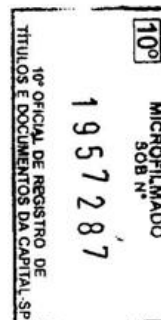
8.4.2. Caso a Relação Mínima seja reduzida abaixo de 108,7% (cento e oito inteiros e sete décimos por cento), o Administrador deverá interromper todo e qualquer pagamento ou amortização às Cotas Subordinadas, bem como interromper qualquer aquisição de Direitos de Crédito, até que a relação seja restabelecida.

8.4.3. Poderão ser emitidas novas Cotas, nos termos do respectivo Suplemento que rege a referida emissão, ou Séries ou classes de Cotas do Fundo, mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas.

8.4.4. Caso haja uma ou mais Séries ou classes de Cotas em curso, a data final de duração da nova Série ou classe de Cotas do Fundo a ser emitida, nos termos do subitem 8.4.3 acima, deverá ser igual ou inferior à data mais longínqua dentre as datas finais de duração das Séries ou classes de Cotas em vigor.

8.4.5. Novas Séries ou classes de Cotas poderão ser emitidas pelo Fundo com qualquer prazo de duração, caso não haja outras Séries ou classes de Cotas em vigor.

8.5. As Cotas serão subscritas e integralizadas a partir da Data de Subscrição Inicial.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

8.5.1. Na integralização de Cotas em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências.

8.6. O Cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (i) assinará o boletim individual de subscrição e receberá o recibo de integralização que será autenticado pelo Administrador, (ii) receberá exemplar deste Regulamento, (iii) declarará sua qualidade de Investidor Qualificado nos termos da Instrução CVM nº 409/04, e (iv) assinará o Termo de Adesão, declarando estar ciente, dentre outras informações: (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à Taxa de Administração e à Taxa de Performance; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento; e (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a Carteira.

8.6.1. Quando da subscrição de Cotas do Fundo, o investidor celebrará com o Administrador um boletim de subscrição, o qual definirá as regras para chamadas de capital, às quais o Cotista estará obrigado, sob as penas expressamente previstas no referido boletim de subscrição, de modo que Cotas do Fundo serão integralizadas de acordo com o estabelecido no respectivo boletim de subscrição.

8.7. A integralização das Cotas do Fundo será efetuada em moeda corrente nacional, por meio de crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador.

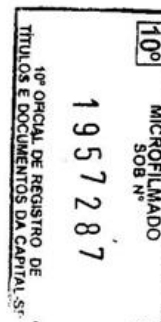
8.7.1. A integralização de Cotas do Fundo pode ser efetuada em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

8.7.2. A confirmação da integralização de Cotas do Fundo está condicionada à efetiva disponibilidade pelos Cotistas dos recursos confiados por eles ao Administrador.

8.8. Observado o disposto no item 8.8.1 abaixo, as Cotas em circulação serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas em periodicidade inferior.

8.8.1. Quando da potencial celebração pelo Fundo de um Acordo Operacional com um potencial sacado, as Cotas em circulação serão avaliadas pela Agência Classificadora de Risco, de modo que caso tal avaliação ocorra menos de 3 (três) meses após a última avaliação, a próxima avaliação das Cotas somente deverá ocorrer contado da mais recente avaliação pela Agência Classificadora de Risco.

8.8.2. A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco atribuída às Cotas deverá ser informada pelo Administrador a cada um dos Cotistas, em até 05 (cinco)



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

Dias Úteis contados da data em que for informado o rebaixamento pela Agência Classificadora de Risco, por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou por meio de correio eletrônico.

8.8.3. Sempre que houver rebaixamento da classificação de risco das Cotas de emissão do Fundo, o Gestor deverá apresentar ao Administrador, em 03 (três) Dias Úteis da data em que ocorrer o rebaixamento, esclarecimentos sobre as razões do referido rebaixamento, bem como discutir eventuais ações que pretendam tomar.

Negociação das Cotas

8.9. As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas poderão ser registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, operacionalizado pela CETIP, e no BOVESPA FIX administrado pela BM&FBOVESPA, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

8.9.1. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Cotas de sua titularidade.

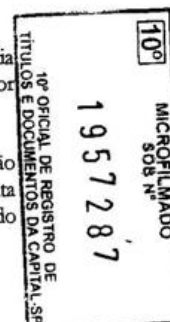
8.10. As Cotas Seniores poderão ser registradas para negociação secundária no Mercado de Balcão Organizado administrado pela BM&FBOVESPA denominado SOMA FIX, no mercado de bolsa de valores administrado pela BM&FBOVESPA denominado BOVESPA FIX e/ou no Módulo de Fundos - SF, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

8.10.1. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Cotas de sua titularidade.

8.11. As Cotas Subordinadas serão objeto de negociação pública, podendo ser registradas para negociação secundária no Mercado de Balcão Organizado administrado pela BM&FBOVESPA denominado SOMA FIX, no mercado de bolsa de valores administrado pela BM&FBOVESPA denominado BOVESPA FIX e/ou no Módulo de Fundos - SF, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

Amortização e Resgate das Cotas

8.12. Decorrido o Período de Carência fixado no respectivo Suplemento, as Cotas Seniores de cada Série serão amortizadas em parcelas periodicamente, pelo Regime de Caixa, nas Datas de Amortização conforme cronograma previsto no respectivo Suplemento. As Cotas serão resgatadas quando do pagamento da última parcela de amortização da respectiva Série ou classe, ou ao final do prazo de duração da respectiva Série ou classe, ou ainda em virtude da liquidação antecipada do Fundo, de



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

acordo com as condições previstas nos respectivos Suplementos, observado o disposto neste Regulamento.

8.12.1. Ressalvado o disposto no item 8.15.2 abaixo, durante o Período de Carência, nenhum valor será acumulado na conta Reserva de Amortização ou será pago aos Cotistas da referida Série de Cotas Seniores ou classe de Cotas Subordinadas, a título de amortização ou resgate.

8.12.2. Durante o Período de Carência, será constituída a Reserva de Pagamento para o pagamento das despesas e encargos do Fundo. Todo o valor remanescente deverá ser utilizado para adquirir Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros, conforme política de investimento do Fundo.

8.12.3. As amortizações de cada Série ou classe de Cotas serão iniciadas na data imediatamente posterior ao término do Período de Carência e encerradas na data em que ocorrer o resgate da respectiva Série ou classe de Cotas, quando ocorrer um Evento de Liquidação.

8.12.4. A amortização periódica pelo Regime de Caixa das Cotas Seniores de cada Série e das classes de Cotas Subordinadas será limitada, em cada Data de Amortização, ao recebimento da taxa de retorno acumulada pelas suas Cotas, até a respectiva Rentabilidade Alvo, conforme aplicável.

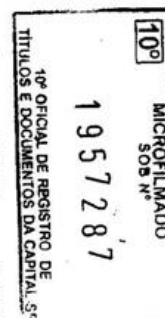
8.12.5. A Rentabilidade Alvo de cada Série de Cotas Seniores corresponderá ao valor descrito em cada Suplemento.

8.12.6. Havendo mais de uma Série de Cotas Seniores emitidas e ainda não resgatadas, o pagamento das amortizações periódicas será feito de forma proporcional à participação de cada série de Cotas Seniores no Patrimônio Líquido, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

8.12.7. Observada a distribuição dos rendimentos da Carteira prevista neste Regulamento, o Administrador deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo aos titulares de Cotas correspondentes à amortização e/ou resgate de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas, conforme o respectivo Suplemento.

8.13. A amortização e o resgate de Cotas Subordinadas ocorrerá de forma *pro rata* quando da amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observada sempre a Relação Mínima definida neste Regulamento.

8.13.1. Sem prejuízo do acima disposto, os detentores de Cotas Subordinadas poderão solicitar a amortização das respectivas Cotas Subordinadas antes da amortização das Cotas Seniores, desde que a Relação Mínima seja mantida e desde que não tenha ocorrido nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

8.14. O Administrador, atuando por conta e ordem do Fundo, efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas, mediante instrução do Gestor.

8.14.1. A amortização e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, sendo certo que os pagamentos serão sempre efetuados em moeda corrente nacional.

8.14.2. Os recursos deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade informados pelo Administrador, nas respectivas datas de pagamento de amortização e/ou resgate.

8.14.3. Quando o dia do pagamento da amortização e/ou resgate das Cotas ocorrer em dia não considerado Dia Útil, o Administrador efetuará o pagamento devido no primeiro Dia Útil subsequente.

8.15. O Gestor deverá constituir uma Reserva de Amortização para amortizações e resgates das Cotas Seniores de cada Série e para as Cotas Subordinadas. Para tanto o Gestor deverá condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma que constará em cada Suplemento de emissão de Série de Cotas Seniores.

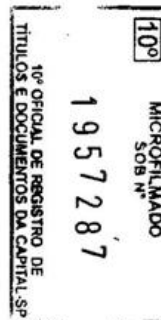
8.15.1. O Gestor calculará os valores que serão devidos aos Cotistas de cada Série ou classe de Cotas, para que posteriormente seja constituída a respectiva Reserva de Amortização.

8.15.2. A Reserva de Amortização será constituída conforme abaixo definido:

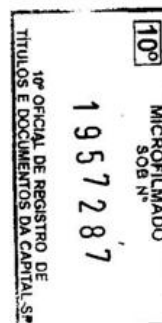
- (i) 50% (cinquenta por cento) do valor devido a título de amortização para determinada Série ou classe de Cotas deverá ser segregado na Reserva de Amortização 60 (sessenta) dias antes da data em que o pagamento deverá ser realizado; e
- (ii) Os 50% (cinquenta por cento) remanescentes do valor devido a título de amortização para determinada Série ou classe de Cotas deverá ser segregado na Reserva de Amortização 30 (trinta) dias antes da data em que o pagamento deverá ser realizado.

8.15.3. Havendo mais de uma Série de Cotas Seniores emitida e ainda não resgatada, os recursos alocados na Reserva de Amortização serão segregados proporcionalmente à participação de cada Série de Cotas Seniores no Patrimônio Líquido, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

8.15.4. O Administrador somente descontinuará os procedimentos descritos no item acima quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos Ativos Financeiros que integram a Reserva de Amortização, for equivalente ao montante a ser distribuído aos Cotistas Seniores na próxima Data de Amortização.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29



8.15.5. Quando da execução dos procedimentos definidos neste item, o Gestor deverá investir os recursos disponíveis na Reserva de Amortização exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a política de investimentos definida neste Regulamento.

8.15.6. Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte do Administrador, do Gestor e dos Consultores Especializados, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Amortização, representando apenas um objetivo a ser perseguido pelo Administrador e pelo Gestor.

8.15.7. Caso os montantes disponíveis na Reserva de Amortização deixem de atender ao disposto nos itens acima, o Administrador deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito, destinar todas as disponibilidades do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização, informando este fato ao Administrador.

8.15.8. Caso, por qualquer motivo, não seja realizado o pagamento da amortização na data programada, este fato não ensejará um Evento de Liquidação, e não será considerado um inadimplemento do Fundo, do Administrador e/ou do Gestor. Desta forma, somente no evento de não pagamento do resgate na data programada, este fato ensejará um Evento de Liquidação.

8.16. Observada a distribuição dos rendimentos da Carteira prevista neste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido do Fundo permita e haja disponibilidade para tanto, a Assembleia Geral de Cotistas poderá determinar alterações nas condições para amortizações e resgate de uma ou mais Séries de Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, em datas e nos valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral de Cotistas.

8.17. Caso este Regulamento preveja a ocorrência de pagamento de rendimentos, amortizações, ou outros eventos aos Cotistas do Fundo, em desacordo com as normas e procedimentos adotados pela CETIP ou pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, conforme aplicável: a) a CETIP ou a CBLC ficará isenta de qualquer responsabilidade; e b) o pagamento de rendimentos e/ou amortizações, ou outros eventos aos Cotistas deverá ocorrer fora do ambiente da CETIP ou da CBLC e será realizado pelo Administrador.

8.17.1. Na hipótese de ocorrer um Evento de Liquidação, durante o período de amortização de determinada(s) Série(s) de Cotas Seniores, os recursos do Fundo deverão ser utilizados para o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas em circulação, nesta ordem.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

CAPÍTULO IX - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Competência

9.1. É da competência da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

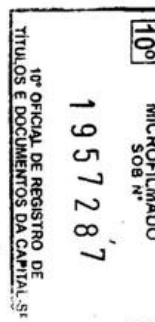
- (i) Examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social do Fundo;
- (ii) Deliberar sobre a substituição do Administrador, do Gestor, dos Consultores Especializados e/ou da Agência Classificadora de Risco;
- (iii) Deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos Cotistas e eventual emissão de novas Cotas com as respectivas características;
- (iv) Deliberar sobre alterações a este Regulamento;
- (v) Deliberar sobre a alteração dos parâmetros de rentabilidade das Cotas;
- (vi) Deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vii) Deliberar sobre a cobrança de outras taxas;
- (viii) Deliberar se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação antecipada do Fundo;
- (ix) Deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão e liquidação do Fundo; e
- (x) Eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Cotistas.

9.2. A Assembleia Geral de Cotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas, nos termos da regulamentação aplicável.

9.2.1. Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas, pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) Ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- (ii) Não exercer cargo ou função no Administrador ou no Gestor, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (iii) Não exercer cargo em Cedentes de Direitos de Crédito integrantes da Carteira.

9.3. Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, mediante ciência aos Cotistas da referida alteração, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do protocolo da referida alteração perante a CVM.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

Convocação

9.4. A convocação de Assembleia Geral de Cotistas será feita pelo Administrador, obrigatoriamente por correio eletrônico e, se for o caso, também por meio de publicação no periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, com 10 (dez) dias corridos de antecedência, no mínimo. A convocação indicará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas e os assuntos a serem tratados.

9.4.1. Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembleia Geral de Cotistas, com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, mediante a expedição ao Cotista de correio eletrônico e, se for o caso, por meio de publicação no periódico. Para efeito do disposto neste item, a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

9.4.2. Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada formalmente regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

9.4.3. Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembleia Geral de Cotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas aos Cotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

9.4.4. Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas poderá reunir-se por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação ao Administrador por titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas, sendo que, nesta hipótese, o Administrador será responsável por convocar a Assembleia Geral de Cotistas solicitada.

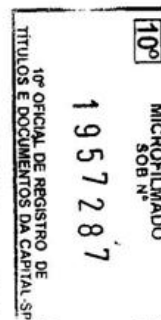
Instalação e Direito de Voto

9.5. As Assembleias Gerais de Cotistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas em circulação, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um Cotista.

9.6. Os titulares de Cotas de todas as classes de Cotas terão direito a voto em todas as matérias indicadas no item acima.

9.6.1. Poderão votar nas Assembleias Gerais de Cotistas os procuradores dos Cotistas legalmente constituídos há menos de 01 (um) ano.

9.6.2. Não terão direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas o Administrador e/ou seus empregados.



36

645142v56

10º
MICROFILMAUO
SOB Nº
1957287
1º OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL, SP

Deliberação

9.8. As deliberações que possam alterar a política de investimento do Fundo, as Condições de Cessão, os Critérios de Elegibilidade e/ou procedimentos a serem observados pelo Gestor e/ou pelo Administrador na prestação de seus serviços ao Fundo, deverão ser submetidos previamente a eles, com antecedência de, no mínimo, 07 (sete) Dias Úteis, para que eles se manifestem sobre a possibilidade de execução.

- (i) Substituição do Gestor e/ou dos Consultores Especializados;
- (ii) Alteração:
 - a. Do Regulamento;
 - b. Da política de investimento;
 - c. Dos Critérios de Elegibilidade;
 - d. Das Condições de Cessão;
 - e. Dos parâmetros de rentabilidade das Cotas e/ou critérios de distribuição dos rendimentos entre as Cotas;
 - f. Do cronograma de amortização das Cotas;
 - g. Das condições de formação e reenquadramento da Reserva de Pagamento;
 - h. Da Taxa de Administração e da Taxa de Performance;
 - i. Do prazo de duração do Fundo; ou
 - j. Da metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe;
- (iii) Cobrança de outras taxas;
- (iv) Resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação antecipada do Fundo; e
- (v) Nomeação de representantes dos Cotistas.

9.11. As modificações no Regulamento aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data de protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- ① lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral de Cotistas;



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

- (ii) cópia da ata da Assembleia Geral de Cotistas;
- (iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- (iv) modificações procedidas no prospecto, quando aplicável.

CAPÍTULO X - PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Administração

10.1. O Fundo é administrado pelo Administrador, o qual realizará também a prestação de serviços de custódia qualificada, controladoria e escrituração de cotas.

10.2. O Administrador indicará o seu diretor responsável pela administração do Fundo perante a CVM, na forma da regulamentação em vigor.

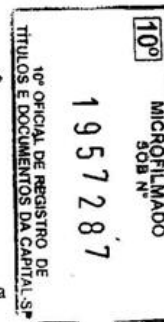
10.3. O Administrador contratará: (i) serviço de gestão de investimentos, cujo prestador de serviços estará obrigado pelas atividades a ele atribuídas no Contrato de Gestão, além das obrigações previstas neste Regulamento; e (ii) serviço de consultoria especializada objetivando a análise e seleção de Direitos de Crédito para integrarem a Carteira.

10.4. O Administrador, o Gestor e os terceiros contratados respondem solidariamente, no exercício de suas respectivas atribuições, pelos prejuízos que causarem aos Cotistas, quando procederem com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e do Regulamento.

10.5. Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e, juntamente com o Gestor, tem poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira e exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

10.6. Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) Manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a. A documentação relativa às operações do Fundo;
 - b. O registro dos Cotistas;
 - c. O livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
 - d. O livro de presença de Cotistas;
 - e. Os demonstrativos trimestrais;
 - f. O registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - g. Os relatórios do Auditor;
- (ii) Receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição custodiante contratada;
- (iii) Entregar aos Cotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los do nome do periódico utilizado para divulgação de



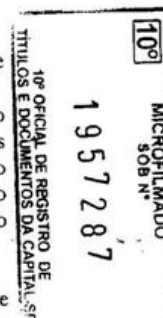
REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

- informações e da Taxa de Administração e da Taxa de Performance praticada;
- (iv) Divulgar, na periodicidade prevista neste Regulamento, no periódico referido no inciso anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas desse Fundo, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco contratadas pelo Fundo;
 - (v) Custear as despesas de propaganda do Fundo;
 - (vi) Fornecer anualmente aos Cotistas, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
 - (vii) Sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas neste Regulamento e na regulamentação vigente, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
 - (viii) Providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da Carteira; e
 - (ix) Enviar a notificação da cessão dos Direitos de Crédito para o Sacado, notificação esta que deverá conter a linha digitável com os dados para pagamento pelo Sacado dos Direitos de Crédito diretamente na Conta Reserva.

10.6.1. A divulgação das informações previstas no inciso (iv) do item 10.6 acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada no periódico determinado para divulgação de informações do Fundo, observada a responsabilidade do Administrador pela regularidade na prestação dessas informações.

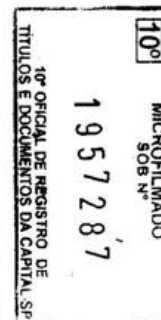
10.6.2. Tendo em vista que o Fundo terá significativa quantidade de Direitos de Créditos cedidos e expressiva diversificação de devedores, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito será realizada pelo Administrador, na qualidade de custodiante, ou por terceiro contratado pelo Administrador, sob sua responsabilidade, trimestralmente, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Administrador deverá considerar a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada.

10.6.2.1 Tendo em vista que o Sacado confirmará a existência, validade e o pagamento da totalidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, será verificado o lastro da totalidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo no determinado período, conforme estabelecido no item 10.6.2.



39

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29



10.6.3. As verificações serão realizadas por meio dos seguintes procedimentos:

- (i) obtenção de arquivo com os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, na data base da revisão;
- (ii) apuração da quantidade de Direitos de Crédito a serem verificados;
- (iii) seleção dos Direitos de Crédito; e
- (iv) conferência física dos Direitos de Crédito com os registros eletrônicos do Administrador.

10.6.4. Para atendimento ao disposto no parágrafo 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, o Administrador considerará as informações que dispuser após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos 3 (três) meses, se houver.

10.6.5. O Administrador contratará, às suas expensas, por meio de contratos de depósito, os Agentes de Depósito, os quais poderão ser os próprios Cedentes para realizar a guarda física dos originais dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios.

10.6.6. O diretor responsável indicado pelo Administrador deverá elaborar demonstrativo trimestral que evidencie, em relação ao trimestre a que se refere as informações abaixo indicadas, observado que mencionados demonstrativos devem ser enviados à CVM no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Cotistas, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente, sendo que o itens (v) a (xvi) somente serão incluídos no demonstrativo trimestral, a partir de 1º de janeiro de 2011:

- (i) Que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- (ii) Que as negociações foram realizadas a taxa de mercado;
- (iii) Os procedimentos de verificação de lastro adotados pelo Administrador, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso;
- (iv) Os resultados da verificação do lastro, realizada pelo Administrador, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados;
- (v) As informações sobre (1) a natureza dos Direitos de Crédito a serem adquiridos e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos do crédito, ou (2) descrição dos mecanismos e procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito, inclusive inadimplentes, coleta e pagamento/rateio destas despesas entre os Cotistas, caso assim seja determinado pelo Regulamento, caso tais informações:
 - a. Não fossem conhecidas pelo Administrador no momento de registro do Fundo; ou
 - b. Tenham sofrido alterações ou aditamentos;



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

1ª OFICINA DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL S.p.

100 MICROFILMADO
SOB Nº

1957287

- (vi) Possíveis efeitos das alterações apontadas no inciso (v) acima sobre a rentabilidade da Carteira;
 - (vii) Em relação aos Cedentes que representem individualmente 10% (dez por cento) ou mais da Carteira no trimestre:
 - a. Eventuais alterações nos critérios para a concessão de crédito adotados por tais Cedentes, caso os critérios adotados já tenham sido descritos no Regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; e
 - b. Critérios para a concessão de crédito adotados pelos Cedentes, caso tais critérios não tenham sido descritos no Regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais;
 - (viii) Eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos;
 - (ix) Forma como se operou a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, incluindo:
 - a. Descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e
 - b. Indicação do caráter definitivo, ou não, da cessão;
 - (x) Impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da Carteira dos eventos de pré-pagamento;
 - (xi) Análise do impacto dos eventos de pré-pagamento descrito no inciso (x) acima;
 - (xii) Condições de alienação, a qualquer título, inclusive por venda ou permuta, de Direitos de Crédito, incluindo:
 - a. Momento da alienação (antes ou depois do vencimento); e
 - b. Motivação da alienação;
 - (xiii) Impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da Carteira de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de Direitos de Crédito realizadas:
 - a. Pelo Cedente;
 - b. Por instituições que, direta ou indiretamente, prestam serviços para o Fundo; ou
 - c. Por pessoas a eles ligadas;
 - (xiv) Análise do impacto da descontinuidade das alienações descrito no inciso (xiii) acima;
 - (xv) Quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar a operação que acarretaram a amortização antecipada dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo; e
 - (xvi) Informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.
- 10.7. É vedado ao Administrador:
- (i) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas em operações realizadas em mercados de derivativos;
 - (ii) Utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

- (iii) Efetuar aporte de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

10.8. As vedações de que tratam os incisos (i) a (iii) do item acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

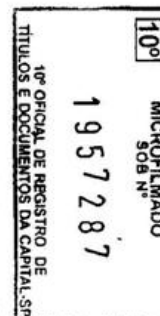
10.9. É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- (i) Emitir quaisquer Séries ou classes de Cotas não expressamente aprovadas neste Regulamento;
- (ii) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (iii) Realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (iv) Aplicar recursos direta ou indiretamente no exterior;
- (v) Adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (vi) Pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão de descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- (vii) Vender Cotas do Fundo a prestação;
- (viii) Prometer rendimento pré-determinado aos Cotistas;
- (ix) Vender Cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil que sejam Cedentes de Direitos de Crédito;
- (x) Fazer, em materiais de propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (xi) Obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- (xii) Delegar poderes de gestão da Carteira, ressalvada delegação dos poderes de gestão do Gestor, nos termos deste Regulamento e do disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM nº 356/01; e
- (xiii) Efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, no todo ou em parte.

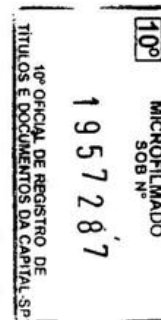
10.10. O Administrador e/ou o Gestor, conforme o caso, será responsável por quaisquer penalidades decorrentes da violação dos termos deste Regulamento ou da regulamentação aplicável.

Gestão

10.11. A Carteira do Fundo será gerida pelo Gestor.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29



10.12. Incluem-se entre as obrigações do Gestor, dentre outras estabelecidas neste Regulamento:

- (i) Participar do Conselho Consultivo de Crédito;
- (ii) Gerir a Carteira;
- (iii) Efetuar todos os procedimentos para a liquidação do Fundo;
- (iv) Gerir os Ativos Financeiros, conforme disposições deste Regulamento;
- (v) Executar as diretrizes apontadas pelo Conselho Consultivo de Crédito sempre que adequado;
- (vi) Verificar e validar se os Direitos de Crédito atendem às Condições da Cessão e aprovar a aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo;
- (vii) Assistir e orientar o Administrador quanto à avaliação e ao registro dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira de acordo com as suas respectivas naturezas;
- (viii) Validar e aprovar a análise de crédito dos Cedentes e os limites de aquisição de Direitos de Crédito dos Cedentes que serão sugeridos pelo Conselho Consultivo de Crédito;
- (ix) Informar para a Agência Classificadora de Risco, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após a ciência pelo Administrador, caso haja o bloqueio judicial de qualquer conta corrente ou conta investimento do Fundo; e
- (x) Praticar todos os demais atos de gestão da Carteira, observadas as atribuições do Administrador, dos Consultores Especializados e do Conselho Consultivo de Crédito.

Consultores Especializados

10.13. Incluem-se entre as obrigações do Consultor Especializado BDMG, dentre outras estabelecidas neste Regulamento:

- (i) Participar do Conselho Consultivo de Crédito;
- (ii) Identificar as empresas estratégicas que poderão ser cadastradas pelo Fundo como Sacados e seus fornecedores e prestadores de serviços que estejam aptos a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- (iii) Orientar e coordenar os Cedentes acerca do credenciamento deles junto ao Fundo e a celebração dos Contratos de Cessão e Termos de Cessão, incluindo a verificação da existência, validade e eficácia das autorizações societárias e poderes de representação dos representantes legais dos Cedentes signatários dos respectivos documentos;
- (iv) Definir, em conjunto com o Gestor, a política de aquisição de Direitos de Crédito a ser adotada pelo Gestor quando da aquisição dos Direitos de Crédito;
- (v) Definir, em conjunto com o Gestor, os limites de concentração a serem adotados e observados pelo Gestor quando da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo;
- (vi) Sugerir ao Gestor e ao Administrador novas emissões de Cotas do Fundo; e



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

- (vii) Receber a documentação de potenciais Cedentes e Sacados, revisando se atende ao solicitado pelo Gestor e/ou pelo Administrador.

10.14. Incluem-se entre as obrigações do Consultor Especializado XP, dentre outras estabelecidas neste Regulamento:

- (i) Participar do Conselho Consultivo de Crédito;
- (ii) Identificar as empresas estratégicas que poderão ser cadastradas pelo Fundo como Sacados e seus fornecedores e prestadores de serviços que estejam aptos a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- (iii) Orientar e coordenar os Cedentes acerca do credenciamento deles junto ao Fundo e a celebração dos Contratos de Cessão e Termos de Cessão, incluindo a verificação da existência, validade e eficácia das autorizações societárias e poderes de representação dos representantes legais dos Cedentes signatários dos respectivos documentos;
- (iv) Definir, em conjunto com o Gestor, a política de aquisição de Direitos de Crédito a ser adotada pelo Gestor quando da aquisição dos Direitos de Crédito;
- (v) Definir, em conjunto com o Gestor, os limites de concentração a serem adotados e observados pelo Gestor quando da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo; e
- (vi) Sugerir ao Gestor e ao Administrador novas emissões de Cotas do Fundo.

10.15. Desde que previamente aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas, os Consultores Especializados poderão ser substituídos ou renunciar, nos termos do disposto para o Administrador no Capítulo XII.

CAPÍTULO XI - REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

11.1. Será devido pelo Fundo a título de Taxa de Administração o percentual anual calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente, sendo que a Taxa de Administração compreende a remuneração do Administrador, do Gestor, dos Consultores Especializados e do Agente de Monitoramento pela prestação de serviços ao Fundo. A Taxa de Administração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de Administração} = \% \text{ PL Fundo} \times \frac{1}{252} \times \text{PL Fundo (D-1)}$$

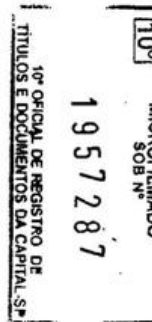
onde:

“% PL Fundo” é o percentual definido neste Regulamento em seu item 11.1; e

“PL Fundo (D-1)” é o Patrimônio Líquido do Fundo no Dia Útil anterior.

11.1.1. Observada a remuneração mínima devida ao Administrador estabelecida no item 11.1.4 e a remuneração adicional devida ao Agente de Monitoramento no primeiro

645142v56



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

ano contado da data do primeiro aporte de recursos no Fundo conforme indicado no item 11.1.9, o percentual da Taxa de Administração variará de acordo com as faixas do Patrimônio Líquido do Fundo e em conformidade com a tabela abaixo:

Faixas do Patrimônio Líquido do Fundo (em milhões de reais)	Taxa de Administração cobrada por faixa
$0 \leq PL < 100$	1,35%
$100 \leq PL < 150$	1,32%
$150 \leq PL < 200$	1,29%
$PL \geq 200$	1,26%

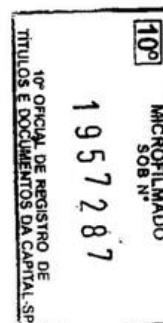
11.1.2. O percentual acima será aplicável de forma escalonada por faixa do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo que para a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que superar cada faixa acima estabelecida será aplicado o percentual aplicável para a respectiva faixa.

11.1.3. Conforme indicado no item 11.1, pela prestação de serviços de administração, custódia, controladoria e escrituração das Cotas, o Administrador fará jus à remuneração calculada de forma escalonada de acordo com a tabela abaixo, observado o disposto no item 11.1.2:

Faixas do Patrimônio Líquido do Fundo (em milhões de reais)	Remuneração do Administrador cobrada por faixa
$0 \leq PL < 100$	0,32%
$100 \leq PL < 150$	0,30%
$150 \leq PL < 200$	0,28%
$PL \geq 200$	0,26%

11.1.4. Não obstante a remuneração do Administrador estabelecida no item acima, será devida uma remuneração mínima mensal ao Administrador de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), somente caso os percentuais indicados acima resultarem em uma remuneração menor que a remuneração mensal mínima. Esta regra não será aplicável no período pré-operacional do Fundo, ou seja, o Fundo não será considerado em sua fase pré-operacional na média para cálculo da remuneração mínima, sendo pré-operacional o período compreendido entre o registro de funcionamento do Fundo pela CVM e a data em que ocorra a primeira integralização de Cotas no Fundo. O valor da remuneração mínima mensal do Administrador será reajustado anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M/FGV no período.

11.1.5. Conforme indicado no item 11.1, pela prestação de serviços de gestão, o Gestor fará jus à remuneração calculada em 0,37% (trinta e sete décimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, a ser descontado da Taxa de Administração.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

11.1.6. Conforme indicado no item 11.1, pela prestação de serviços de consultoria especializada o Consultor Especializado XP fará jus à remuneração calculada em 0,28% (vinte e oito décimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, a ser descontado da Taxa de Administração.

11.1.7. Conforme indicado no item 11.1, pela prestação de serviços de consultoria especializada o Consultor Especializado BDMG fará jus à remuneração calculada em 0,28% (vinte e oito décimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, a ser descontado da Taxa de Administração.

11.1.8. Conforme indicado no item 11.1, pela prestação dos serviços descritos neste Regulamento o Agente de Monitoramento fará jus à remuneração calculada de forma escalonada de acordo com a tabela abaixo, observado o disposto no item 11.1.2:

Faixas do Patrimônio Líquido do Fundo (em milhões de reais)	Remuneração do Agente de Monitoramento cobrada por faixa
$0 \leq PL < 100$	0,10%
$100 \leq PL < 150$	0,09%
$150 \leq PL < 200$	0,08%
$PL \geq 200$	0,07%

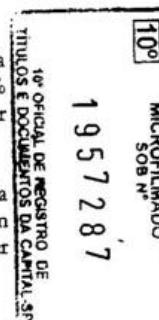
11.1.9. Adicionalmente, exclusivamente no 1º ano contado da data do primeiro aporte de recursos no Fundo, o Agente de Monitoramento fará jus a uma remuneração adicional no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), sendo mencionado valor pago em 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) cada. As parcelas ora mencionadas serão pagas ao Agente de Monitoramento mensalmente na mesma data de pagamento do restante da Taxa de Administração que será paga pelo Fundo para cada um dos prestadores de serviços.

11.1.10. Na eventualidade de o Agente de Monitoramento ser destituído em período inferior a 1 (um) ano contado da data do primeiro aporte de recursos no Fundo, o Fundo deverá efetuar o pagamento das parcelas remanescentes do montante adicional ao qual faz jus o Agente de Monitoramento em até 05 (cinco) dias úteis a contar da formalização de sua destituição.

11.2. A Taxa de Administração será provisionada diariamente, por Dia Útil, e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

11.3. A Taxa de Administração não inclui as despesas e encargos do Fundo previstos neste Regulamento, as quais serão debitadas do Fundo pelo Administrador.

11.4. O Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

11.5. A Taxa de Performance é a remuneração do Gestor e dos Consultores Especializados e está atrelada à valorização das classes de Cotas Subordinadas. A Taxa de Performance será correspondente à 20% (vinte por cento) do valor que exceder à variação de 100% (cem por cento) da Taxa CDI no período de apuração das classes de Cotas Subordinadas, conforme disposto abaixo, a qual deverá ser provisionada a título de Reserva de Pagamento.

11.5.1. O valor devido pelo Fundo a título de Taxa de Performance será repartido entre o Gestor e os Consultores Especializados da seguinte forma:

Prestador de Serviços do Fundo	Percentual da Taxa de Performance
Gestor	30%
Consultor Especializado BDMG	35%
Consultor Especializado XP	35%

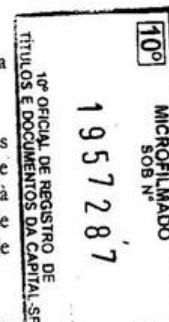
11.5.2. A Taxa de Performance será provisionada diariamente, por Dia Útil, e paga semestralmente a partir da data da primeira integralização das respectivas classes de Cotas Subordinadas, por período vencido, até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao período a que se referir.

11.5.3. O valor de cada classe de Cotas Subordinadas, para efeito do cálculo da Taxa de Performance, será marcado a cada início do período de apuração da Taxa de Performance e será o valor correspondente a: (i) no primeiro período de apuração, o valor da classe de Cotas Subordinadas na data da respectiva primeira integralização; e (ii) nos períodos subsequentes, ao maior valor entre o valor marcado no final do período de apuração imediatamente anterior e o valor da respectiva classe de Cotas Subordinadas no final do período de apuração referido. Caso a valorização das classes de Cotas Subordinadas não ultrapasse a remuneração de 100% (cem por cento) da Taxa CDI calculada sobre o valor de cada classe de Cotas Subordinadas marcado de cada período imediatamente anterior, não haverá remuneração referente à Taxa de Performance para o período em referência.

11.6. Ressalvada a Taxa de Performance a ser paga ao Gestor e aos Consultores Especializados nos termos deste Regulamento, não serão cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso e/ou saída.

CAPÍTULO XII - SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR E DOS CONSULTORES ESPECIALIZADOS

12.1. A Assembleia Geral de Cotistas poderá a qualquer tempo: (i) deliberar pela substituição do Administrador, do Gestor ou de qualquer dos Consultores Especializados; e (ii) indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração da



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

instituição que assumirá, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações respectivamente do Administrador, do Gestor ou de qualquer dos Consultores Especializados a ser substituído, nos termos da legislação aplicável e deste Regulamento.

12.2. Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral de Cotistas da substituição do Administrador, do Gestor e/ou de qualquer dos Consultores Especializados, o Administrador, o Gestor e/ou qualquer dos Consultores Especializados a ser substituído, deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre: (i) 60 (sessenta) dias; ou (ii) até que seja contratado outro administrador, gestor e/ou consultor especializado substituto.

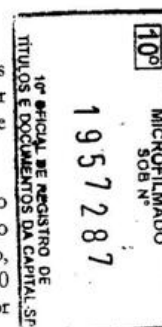
12.3. O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo: (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da realização da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que deliberou pela sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações do Administrador; e (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-lo.

12.4. O Gestor e/ou qualquer dos Consultores Especializado que venham a ser substituídos deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo: (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que deliberou pela sua substituição, toda a documentação que tenha em seu poder que seja relativa ao Fundo, aos Cedentes, aos Sacados ou aos Direitos de Crédito, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações do Gestor e/ou do Consultor Especializado a ser substituído; e (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre suas funções para com o Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-lo.

12.5. A contratação de novo administrador, novo gestor e/ou novo consultor especializado estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas do Fundo pela Agência Classificadora de Risco.

12.6. Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

12.7. O Administrador, por meio de correio eletrônico ou por meio de publicação no periódico indicado para divulgação das informações do Fundo, pode renunciar à administração do Fundo, desde que o Administrador convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

antecipada do Fundo, devendo ser observado o quórum de deliberação estabelecido neste Regulamento.

12.8. O Gestor e/ou qualquer dos Consultores Especializados, por meio de correio eletrônico ou por meio de publicação no periódico indicado para divulgação das informações do Fundo, pode renunciar à gestão ou prestação dos serviços de consultoria especializada do Fundo, desde que informe ao Administrador para que este convoque a Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre referida substituição, devendo ser observado o quórum de deliberação estabelecido neste Regulamento.

12.9. Na hipótese de renúncia do Administrador, do Gestor e/ou de qualquer dos Consultores Especializados, e nomeação de nova instituição que venha a substituir a parte renunciante em Assembleia Geral de Cotistas, o renunciante continuará obrigado a prestar os serviços de sua responsabilidade ao Fundo por prazo a ser definido na referida Assembleia Geral de Cotistas, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias corridos.

12.10. Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos descritos acima, não substitua o Administrador dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data em que se realizar a Assembleia Geral de Cotistas referida no item acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 70º (septuagésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral de Cotistas que nomear a nova instituição administradora.

12.11. Na hipótese do Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de Cotistas referida acima não nomear administrador habilitado para substituir o Administrador, ou não tiver quórum suficiente para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos.

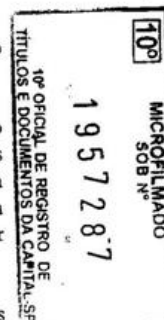
12.12. Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

**CAPÍTULO XIII - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS
ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA**

13.1. O valor do Patrimônio Líquido será apurado de acordo com as disposições deste Capítulo.

13.2. Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização de metodologia de apuração do seu valor de mercado, abaixo referida.

13.3. Os Ativos Financeiros terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de marcação a mercado do Administrador, cujo teor está disponível a qualquer Cotista na sede do Administrador.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

13.4. Os Direitos de Crédito integrantes da Carteira terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, ajustado *pro rata temporis* pela respectiva taxa de desconto aplicada sobre seu valor de face por ocasião de sua aquisição e deduzidas as provisões relativas às despesas e encargos do Fundo e provisões para perdas com a inadimplência dos pagamentos devidos no âmbito dos Direitos de Crédito.

13.5. O Administrador constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos serão suportadas única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos no artigo 6º da Resolução CMN nº 2.682, ou seja, os percentuais de provisão somente serão aplicados após constatado o atraso no pagamento do Direito de Crédito em cada Dia Útil, de acordo com a tabela abaixo:

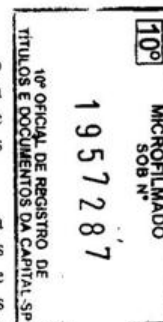
Faixa	Período de Atraso	Percentual de Provisão
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	atraso superior a 180 dias	100%

13.5.1. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

13.5.2. O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Administrador deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

13.5.3. Caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos sejam de alguma forma recuperados após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os referidos créditos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Administrador deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso.

13.6. Caso os valores vencidos e não pagos, acrescidos de multa e juros, relativos aos Direitos de Crédito sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização das perdas referidas acima, tais Direitos de Crédito serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo e: (i) o Administrador deverá reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso; e (ii) o Gestor deverá providenciar a reabilitação do Sacado ou do Cedente junto aos serviços de proteção ao crédito.



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

13.7. Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do Fundo em que ocorra o resgate de Cotas mediante dação de Direitos de Crédito em pagamento, observado que o resgate de Cotas mediante dação de Direitos de Crédito em pagamento somente poderá ocorrer caso nenhum Cotista tenha qualquer restrição legal, regulamentar ou de qualquer outra natureza para realizar este tipo de operação, para fins contábeis e de cálculo do Patrimônio Líquido, todos os Direitos de Crédito inadimplidos terão os respectivos valores contábeis calculados com base neste Capítulo.

13.8. A metodologia de avaliação dos Direitos de Crédito especificada acima é justificada pelos seguintes fatores:

- (i) A inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos de Crédito nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 356/01;
- (ii) A intenção de se manter os Direitos de Crédito na Carteira até suas respectivas datas de vencimento;
- (iii) O fato de o Fundo ser destinado exclusivamente a Investidores Qualificados;
- (iv) O fato de todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordarem que os Direitos de Crédito possam ser mantidos na Carteira até suas datas de vencimento, conforme os respectivos Termos de Adesão.

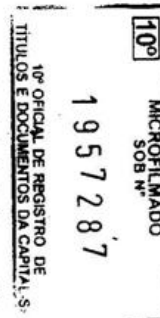
13.9. Independentemente da classe, as Cotas serão valoradas todo Dia Útil, conforme distribuição de rendimentos descrita abaixo. A primeira distribuição ocorrerá no primeiro Dia Útil seguinte a Data de Subscrição Inicial e a última na data de liquidação do Fundo e pagamento dos respectivos resgates.

13.10. Todo Dia Útil, uma parcela da variação positiva (rentabilidade) ou negativa do Patrimônio Líquido, com relação ao Dia Útil imediatamente anterior (ou seja, após o pagamento ou provisionamento das reservas, despesas e encargos do Fundo), será adicionada ou subtraída, conforme a variação seja respectivamente positiva ou negativa, ao valor de cada uma das Cotas, a título de alocação dos resultados do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, limitado aos valores previstos no(s) Suplemento(s) ou neste Regulamento.

13.11. O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- (i) O resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores em circulação, proporcional a participação de cada Série em relação ao Patrimônio Líquido do Dia Útil anterior; ou
- (ii) Percentual de variação da Taxa CDI, definido no respectivo Suplemento da Série, incidente sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores da respectiva Série.

13.12. Após a incorporação do resultado descrito no item acima para as Cotas Seniores e observado o procedimento para o cálculo da Taxa de Performance estabelecido neste Regulamento, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

Subordinadas, a título de distribuição dos resultados da Carteira relativos ao Dia Útil imediatamente anterior incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Subordinadas.

13.13. O presente Capítulo não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios para distribuição de rendimentos entre os Cotistas das diferentes classes de Cotas existentes.

CAPÍTULO XIV – CONSELHO CONSULTIVO DE CRÉDITO

14.1. O Fundo terá um Conselho Consultivo de Crédito, composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes, sendo 2 (dois) membros e respectivos suplentes nomeados por cada um dos Consultores Especializados e 1 (um) membro e respectivo suplente nomeado pelo Gestor.

14.2. Somente serão elegíveis para cargos do Conselho Consultivo de Crédito pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, que exercerão suas funções pelo prazo de duração do Fundo.

14.3. Os membros do Conselho Consultivo de Crédito poderão ser substituídos a qualquer tempo por determinação de quem os indicou.

14.4. Na hipótese de vaga de cargo por renúncia, morte, interdição ou qualquer outra razão, esta será preenchida automaticamente, por seu suplente até nova indicação pela parte responsável pela indicação de um novo membro.

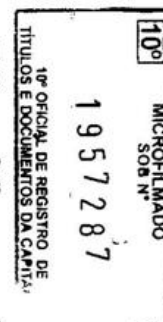
14.5. O Conselho Consultivo de Crédito poderá se reunir sempre que os interesses do Fundo assim o exigirem.

14.6. As convocações deverão ser feitas pelo Gestor ou por qualquer membro do Conselho Consultivo de Crédito, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis, por escrito, via carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico com aviso de recebimento, podendo ser dispensada a convocação quando estiverem presentes todos os membros do Conselho Consultivo de Crédito.

14.6.1. A segunda convocação da reunião do Conselho Consultivo de Crédito será providenciada juntamente com a primeira convocação, sendo desde já estabelecido que a segunda convocação será realizada para o primeiro dia útil subsequente à data da primeira convocação.

14.7. Sempre que necessário, as reuniões do Conselho Consultivo de Crédito poderão ser realizadas por meio de teleconferências ou audioconferências.

14.8. Compete ao Conselho Consultivo de Crédito deliberar sobre:



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

- (i) A aprovação de todos os investimentos a serem realizados pelo Fundo, incluindo a definição das taxas de desconto, limite de concentração, limites de crédito e análises de risco;
- (ii) A aprovação de novos Sacados;
- (iii) A aprovação de novos Cedentes;
- (iv) A adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;
- (v) A emissão de novas Cotas do Fundo;
- (vi) A contratação de serviços especializados de consultoria ou assessoria, quando julgar necessário;
- (vii) Os eventuais desenquadramentos do Fundo;
- (viii) A liquidação ou baixa contábil de um investimento do Fundo quando o Auditor ou o Gestor manifestarem entendimento que tal investimento não gerará mais retorno ao Fundo, com anuência do Administrador; e
- (ix) Todos os demais assuntos relacionados ao Fundo que o Gestor, a seu exclusivo critério, entenda que poderá ser matéria de deliberação pelo Conselho Consultivo de Crédito.

14.9. Os Consultores Especializados poderão encaminhar ao Conselho Consultivo de Crédito sugestões de propostas de investimento e resgate de Ativos Financeiros detidos pelo Fundo.

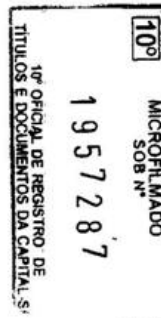
14.10. As reuniões do Conselho Consultivo de Crédito serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da totalidade dos membros do Conselho Consultivo de Crédito e suas deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos membros presentes.

14.10.1. Caso qualquer dos membros do Conselho Consultivo de Crédito não esteja presente na reunião, seja ela presencial, por teleconferências ou por audioconferências, e desde que a convocação tenha ocorrido conforme disposto no item 14.6 e no 14.6.1, será instalada a reunião em segunda convocação no primeiro dia útil subsequente à data da primeira convocação.

14.10.2. As reuniões do Conselho Consultivo de Crédito serão instaladas, em segunda convocação, com a presença de ao menos 1 (um) dos membros do Conselho Consultivo de Crédito e suas deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos membros presentes.

14.11. Na hipótese de impasse quanto à aprovação de quaisquer das matérias propostas ao Conselho Consultivo de Crédito, nos termos deste Regulamento, os membros do Conselho Consultivo de Crédito exercerão seus melhores esforços para buscar, amigavelmente e de boa fé, um consenso para a matéria em questão.

14.11.1. Caso os membros do Conselho Consultivo de Crédito não superem o impasse no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data de realização da reunião do



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

Conselho Consultivo de Crédito em que o impasse tenha ocorrido, o voto do membro eleito pelo Gestor prevalecerá.

14.12. Das reuniões do Conselho Consultivo de Crédito será lavrada ata, a qual deverá ser assinada pelos membros a elas presentes ou, quando realizada via teleconferências ou audioconferências, a ata será enviada via correio eletrônico com aviso de recebimento e cada parte deverá enviar sua concordância sobre a ata por meio de correio eletrônico com aviso de recebimento em até 1 (um) Dia Útil contado do envio da ata via correio eletrônico.

14.13. Para o bom desempenho do Conselho Consultivo de Crédito, os Consultores Especializados enviarão aos membros por eles indicados o material necessário à avaliação da ordem do dia de cada reunião do Conselho Consultivo de Crédito, juntamente com a convocação da referida reunião.

14.14. Previamente à reunião do Conselho Consultivo de Crédito para deliberação sobre qualquer investimento pelo Fundo, os Consultores Especializados deverão encaminhar juntamente com a convocação da reunião do Conselho Consultivo de Crédito, para aprovação todas as informações necessárias para deliberação da matéria objeto da ordem do dia.

14.15. O Conselho Consultivo de Crédito somente poderá deliberar a respeito de oportunidades de investimentos pelo Fundo que tenham sido submetidas pelos Consultores Especializados ou pelo Gestor, e na forma apresentada pelos Consultores Especializados, conforme item 14.13 acima.

14.16. Os investimentos do Fundo somente poderão ser realizados nos exatos termos aprovados pelo Conselho Consultivo de Crédito, sendo certo que qualquer alteração em tais documentos possibilitará a reavaliação da oportunidade de investimento pelo Conselho Consultivo de Crédito.

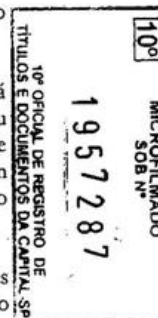
CAPÍTULO XV - ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

15.1. A partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, o Administrador obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da Carteira, na seguinte ordem:

- (i) Para o pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- (ii) Amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observados os termos e condições deste Regulamento;
- (iii) Formação da Reserva de Pagamento e da Reserva de Amortização;
- (iv) Amortização e/ou resgate de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento; e

645142v56

54

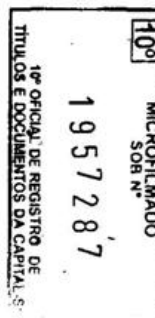


REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

- (v) Pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito, em moeda corrente nacional.

15.2. Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da Carteira serão alocados na seguinte ordem:

- (i) No pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- (ii) Resgate das Cotas Seniores, observados os termos e condições deste Regulamento;
- (iii) Resgate de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.



CAPÍTULO XVI – ÍNDICES DE PERFORMANCE

16.1. Compete ao Gestor calcular mensalmente os seguintes índices: a) índice de atraso; b) índice de perda acumulada; c) índice de pagamento do Cedente ao Fundo; e d) índice de recompra.

16.1.1. O índice de atraso, o índice de perda acumulada, o índice de pagamento do Cedente ao Fundo e o índice de recompra, deverão ser calculados pelo Gestor mensalmente, com base nos parâmetros do Administrador, e a respectiva memória de cálculo destes índices deverá ser guardada pelo Gestor.

16.2. O índice de atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da Carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Atraso_{F,D} = \frac{PNP_{F,D}}{PT_D}$$

PTD: Somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integrantes do Fundo na data referencial de cálculo, sendo Direitos de Crédito a vencer e vencidos e não pagos por até 180 (cento e oitenta) dias, exclui-se o somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito integralmente provisionados, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, integrantes da Carteira do Fundo;

PNP_{F,D}: Somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito de Cedentes, que contenham, na respectiva data referencial de cálculo, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior a D, vencido e não pago conforme a respectiva faixa de atraso F;

D: Data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro Dia Útil de cada mês.



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

- F: Faixa de dias de atraso. As faixas de atraso F variam no seguinte conjunto:
- F30: Faixa de atraso acima de 30 (trinta) dias (segundo a Resolução CMN nº 2.682, somatório dos Direitos de Crédito provisionados nas faixas de atraso C, D, E, F, e G);
- F60: Faixa de atraso acima de 60 (sessenta) dias (segundo a Resolução do CMN nº 2.682, somatório dos Direitos de Crédito provisionados nas faixas de atraso D, E, F e G);
- F90: Faixa de atraso acima de 90 (noventa) dias (segundo a Resolução do CMN nº 2.682, somatório dos Direitos de Crédito provisionados nas faixas de atraso E, F e G);
- F120: Faixa de atraso acima de 120 (cento e vinte) dias (segundo a Resolução do CMN nº 2.682, somatório dos Direitos de Crédito provisionados nas faixas de atraso F e G);

Atraso_{F,D}: índice de atraso calculado para a faixa de atraso F na data D.

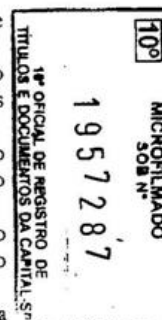
16.2.1. Será considerado Evento de Avaliação caso o Gestor verifique que o índice de atraso:

- (i) referente à faixa de atraso F30 represente percentual superior a 9%;
- (ii) referente à faixa de atraso F60 represente percentual superior a 6,75%;
- (iii) referente à faixa de atraso F90 represente percentual superior a 4,5%; e
- (iv) referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 2,75%.

16.3. O índice de perda acumulada utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da Carteira do Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Perda_D = \frac{PA_D}{P_D}$$

- PD: Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo;
- PAD: Somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito referentes aos Cedentes que contenham, na respectiva data referencial de cálculo, qualquer Direito de Crédito com data de vencimento até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior a D, vencido e não pago por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, incluindo aqueles Direitos de Crédito passíveis de baixa e os Direitos de Crédito cedidos pelo Fundo a um 3º (terceiro), que estavam em atraso acima de 180 (cento e oitenta) dias;
- D: Data referencial de cálculo, correspondente ao 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês; e



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

Perda D: Índice de perda acumulada calculado na data D.

16.3.1. Será considerado Evento de Avaliação caso o Gestor verifique que o índice de perda acumulada represente percentual superior a 4,5%.

16.4. O índice de pagamento do Cedente, representa os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e pagos pelo Sacado em contas que não são de propriedade do Fundo e será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IPGC_D = \frac{PGC_D}{PG_D}$$

- PG_D: Somatório do valor de liquidações dos Direitos de Crédito que tenham sido realizadas no mês anterior a data referencial de cálculo;
PGC_D: Somatório do valor de recursos pagos pelos Cedentes, para liquidações dos Direitos de Crédito que tenham sido realizadas no mês anterior a data referencial de cálculo;
D: Data referencial de cálculo, correspondente ao 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês;
IPGC_D: Índice de pagamentos do cedente ao Fundo calculado na data D.

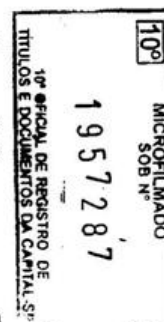
16.4.1. Será considerado Evento de Avaliação caso o Gestor verifique que o índice de pagamentos do Cedente ao Fundo represente percentual superior a 4,5%.

16.5. O índice de recompra, a ser utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da Carteira do Fundo, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$REcompra_D = \frac{CM_D}{P_D}$$

- P_D: Somatório do valor nominal da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo;
CM_D: Somatório do valor nominal dos Direitos de Crédito cedidos a um terceiro, desde o início do Fundo, que no momento da recompra, estavam vencidos e não pagos na faixa de atraso de 1 (um) a 180 (cento e oitenta) dias;
D: Data referencial de cálculo, correspondente a 5 (cinco) Dias Úteis antes da data de verificação;
REcompra_D: Índice de recompra acumulada calculada na data D.

16.5.1. Será considerado Evento de Avaliação caso o Gestor verifique que o índice de recompra represente percentual superior a 4,5%.



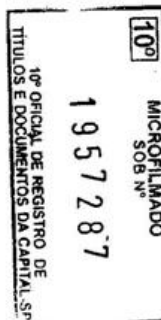
REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

CAPÍTULO XVII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

17.1 O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas neste Regulamento ou sempre que os Cotistas assim deliberarem em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal fim.

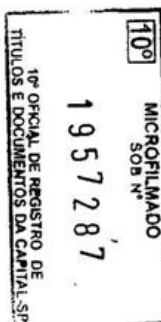
17.2 Será convocada Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre (a) a declaração de um Evento de Liquidação, ou (b) a alteração do presente Regulamento, bem como adoção das demais medidas entendidas necessárias pela Assembleia Geral de Cotistas, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação abaixo listados:

- (i) Renúncia do Administrador à administração do Fundo, nos termos deste Regulamento;
- (ii) Inobservância pelo Administrador de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Gestor ou pelo representante dos Cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, o Administrador não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (iii) Inobservância pelo Agente de Cobrança dos deveres e das obrigações previstos no contrato celebrado com o Fundo com relação à cobrança dos Direitos de Crédito, desde que, se notificado pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Agente de Cobrança não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (iv) Inobservância pelo Agente de Monitoramento dos deveres e das obrigações previstos nos respectivos contratos celebrados com ele, cujo objeto será a Conta Reserva nos termos deste Regulamento, desde que, se notificado pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Agente de Monitoramento não o faça no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (v) Aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com as Condições de Cessão e/ou os Critérios de Elegibilidade descritos neste Regulamento;
- (vi) Não constituição ou desenquadramento dos montantes a serem depositados em Conta Reserva nos termos deste Regulamento;
- (vii) Inobservância da ordem de pagamentos ou aplicação dos recursos do Fundo, conforme estabelecido neste Regulamento;
- (viii) Comprovação de que qualquer Cedente tenha reiterada e/ou dolosamente oferecido ao Fundo, Direitos de Crédito inexistentes, ou que já haviam sido cedidos ou onerados a terceiros;
- (ix) Caso o Sacado que represente mais de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo:
 - a. Inicie qualquer procedimento de falência, insolvência, renegociação ampla de dívidas, dissolução, liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou benefício legal similar, em qualquer jurisdição, a qualquer tempo;
 - b. Tenha qualquer petição ou pedido relacionado aos eventos e circunstâncias descritos na alínea (a) acima ajuizados contra si, ou qualquer dos procedimentos lá descritos tenham sido iniciados;



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

- c. Tenha proposto plano de recuperação extrajudicial ou similar, independente de confirmação do juízo competente;
- d. Por qualquer ato ou omissão, indique seu consentimento, aprovação ou anuência a qualquer cessão, petição, solicitação ou procedimento ou ordem de dispensa ou indicação de liquidante ou administrador judicial para toda ou parte substancial de seus bens ou propriedades;
- e. Tenha cessado ou descontinuado suas operações; ou
- f. Rescinda o Acordo Operacional;
- (x) Não restabelecimento da Relação Mínima no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da verificação do seu desenquadramento;
- (xi) Rebaixamento da classificação de risco de qualquer Série de Cota Sênior em circulação abaixo de “AA-”;
- (xii) Caso o Administrador seja informado pelo Gestor de que o próprio Gestor verificou que os índices de performance definidos no Capítulo XVI deste Regulamento sejam superiores aos limites ali estabelecidos;
- (xiii) Amortização de Cotas em desacordo com o disposto neste Regulamento e no respectivo Suplemento;
- (xiv) Caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas em circulação por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias, se aplicável, observado o disposto no item 8.8.1 deste Regulamento;
- (xv) Caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Pagamento e (a) tal evento não seja sanado em 5 (cinco) Dias Úteis, ou (b) não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos neste Regulamento no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- (xvi) Renúncia, falência ou pedido de recuperação judicial de qualquer dos Consultores Especializados;
- (xvii) Constatação, pelo Administrador ou pelo Gestor, de que algum Cedente cedeu ao Fundo Direitos de Crédito onerados ou gravados, que representem mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (xviii) Caso o Administrador deixe de convocar Assembleia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no presente item;
- (xix) Na ocorrência de quaisquer outros eventos que, a exclusivo critério do Administrador, devam constituir um Evento de Avaliação;
- (xx) Se após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo não tiver 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos de Crédito, a fim de deliberar se há motivos que justifiquem o pleito de prorrogação de mencionado prazo por igual período, para, nesta hipótese, autorizar o Administrador a apresentar a solicitação para apreciação da CVM;
- (xxi) Se durante 3 (três) meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), a fim de deliberar se há motivos que justifiquem o pleito de prorrogação de mencionado prazo por igual período, para, nesta hipótese, autorizar o Administrador a apresentar a solicitação para apreciação da CVM; ou
- (xxii) Se, em qualquer momento após o período de 180 (cento e oitenta) dias mencionado no item 4.4.1, o Fundo mantiver menos de 70% (setenta por



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

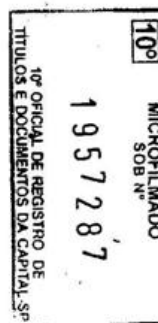
cento) do seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito por um período de 3 (três) meses consecutivos e a Assembleia Geral de Cotistas não delibere pela amortização parcial das Cotas do Fundo, de modo a enquadrar a Carteira em 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, nos termos do item 4.4.2.

17.3. Na hipótese de ocorrência e continuidade de um Evento de Avaliação, e até a eventual decisão de liquidação do Fundo ou de retomada de suas atividades regulares, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador deverá suspender imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e as amortizações programadas de Cotas Seniores.

17.4. Caso a Assembleia Geral de Cotistas decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, o Administrador deverá implementar os procedimentos de liquidação do Fundo previstos no presente Capítulo.

17.5. São considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) Impossibilidade de aquisição de Direitos de Crédito que preencham as Condições da Cessão e os Critérios de Elegibilidade especificados neste Regulamento;
- (ii) Ausência de potenciais Sacados interessados em manter Acordo Operacional com o Fundo;
- (iii) Se for deliberado em Assembleia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- (iv) Na hipótese de inexistência de Direitos de Crédito na Carteira ou na hipótese de inexigibilidade, por qualquer meio judicial, dos Direitos de Crédito porventura existentes, por período superior a 60 (sessenta) dias;
- (v) Intervenção ou liquidação extrajudicial do Administrador ou do Gestor sem a sua efetiva substituição nos termos deste Regulamento;
- (vi) Sempre que assim for decidido pelos Cotistas em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal fim;
- (vii) Se após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo não tiver 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos de Crédito, e for deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas a inexistência de motivos que justifiquem o pedido de prorrogação de tal prazo;
- (viii) Se durante 3 (três) meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e for deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas a inexistência de motivos que justifiquem o pedido de prorrogação de tal prazo;
- (ix) Por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- (x) Caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa CDI e impossibilidade de substituição da Taxa CDI pela taxa SELIC; ou



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

- (xi) Renúncia do Administrador ou do Gestor com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Regulamento.

17.6. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá: (i) interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito; (ii) notificar os Cotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos neste Regulamento.

17.6.1 O Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

17.7. Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil e criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

17.8. Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas, até o limite de rentabilidade correspondente a esta classe de Cotas.

17.9. Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos de Crédito, observado que este tipo de operação somente poderá ocorrer caso nenhum Cotista tenha qualquer restrição legal, regulamentar ou de qualquer outra natureza para realizar este tipo de operação, pelo valor apurado nos termos deste Regulamento, desde que assim deliberado em Assembleia Geral de Cotistas convocada para este fim, observados os procedimentos descritos neste Regulamento.

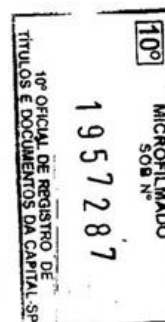
17.10. A cada Cota de determinada classe ou Série será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe ou Série.

17.11. A liquidação do Fundo será gerida pelo Administrador, observando as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral de Cotistas, se for o caso.

CAPÍTULO XVIII - ENCARGOS DO FUNDO

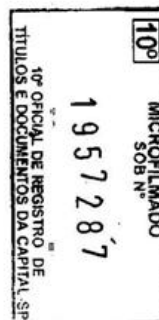
18.1. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance previstas neste Regulamento, as seguintes despesas:

- (i) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

- (ii) Despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) Despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (iv) Honorários e despesas com auditores encarregados do exame das demonstrações financeiras e contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v) Emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo, bem como despesas referentes à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito;
- (vi) Honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) Quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- (viii) Taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- (ix) Contribuição anual devida às bolsas de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- (x) Despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco, se houver; e
- (xi) Despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.



18.2. As despesas decorrentes de serviços de consultoria para a seleção de ativos que comporão a Carteira, aquelas decorrentes da delegação de poderes para a gestão da Carteira, bem como quaisquer outras não previstas neste Regulamento, não serão consideradas como encargos do Fundo e correrão por conta do Administrador, podendo ser deduzidas da parcela da Taxa de Administração, nos termos do Contrato de Gestão e dos Contratos de Consultoria Especializada.

18.3. O pagamento das despesas de que trata o item acima pode ser efetuado diretamente pelo Fundo, por conta e ordem do Administrador, à pessoa contratada, desde que os correspondentes valores sejam computados para efeito da Taxa de Administração.

18.4. O Fundo não cobrará taxa de ingresso ou taxa de saída do Cotista.

18.5. O Administrador deverá manter a Reserva de Pagamento para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do Fundo, onde Ativos Financeiros deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo.

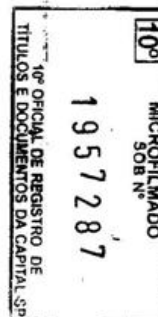
18.5.1. A Reserva de Pagamento destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

18.6. O Administrador, por conta e ordem do Fundo, deverá segregar Ativos Financeiros na Reserva de Pagamento observando que, até o 30º (trigésimo) Dia Útil anterior a data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos referidos Ativos Financeiros segregados na Reserva de Pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pelo Administrador para a referida despesa ou encargo.

18.7. Na hipótese de a Reserva de Pagamento deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item anterior, o Gestor, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e comunicar ao Administrador para que esta destine todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Pagamento. O Administrador somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Ativos Financeiros segregados na Reserva de Pagamento, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pelo Administrador para a referida despesa ou encargo.



CAPÍTULO XIX - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

19.1. O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

19.2. O exercício social do Fundo terá duração de 01 (um) ano, começando em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano, ficando ressalvado que apenas o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de dezembro de 2011.

19.3. O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

19.4. As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 489/11 e do COSIF, quando aplicável, sendo auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CAPÍTULO XX - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

20.1. O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Cotistas quanto à permanência dos Cotistas ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas do Fundo.

20.2. A divulgação de informações de que trata o item 20.1 acima será realizada mediante publicação no jornal Diário Comércio, Indústria & Serviços - DCI, utilizado para veicular as



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

informações relativas ao Fundo, e serão disponibilizadas aos Cotistas nas sedes e agências do Administrador, do Coordenador Líder e das instituições intermediárias que venham a ser contratadas pelo Administrador para participar das distribuições de Cotas do Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Cotistas.

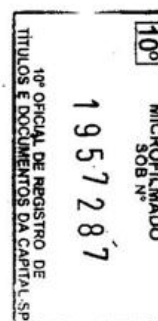
20.3. O Administrador colocará à disposição dos Cotistas, em sua sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

20.4. O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de quaisquer interessados que as solicitarem em sua sede social, observados os seguintes prazos máximos: (i) 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

CAPÍTULO XXI - FATORES DE RISCO E POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCO

21.1. A Carteira e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos fatores de risco, dentre os quais destacamos os abaixo relacionados. Caso algum destes riscos ocorra, o Fundo poderá sofrer prejuízos, inclusive com perda de patrimônio para o Cotista. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente este item. O Administrador, o Gestor, os Consultores Especializados, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, eventual perda do valor de principal de suas aplicações em decorrência dos riscos indicados abaixo e de outros aplicáveis às Cotas, aos Direitos de Crédito e ao Fundo:

21.1.1. Risco decorrente da variação dos valores dos ativos – Os ativos que compõem a Carteira poderão ter seus preços e a sua rentabilidade afetada em razão de diversos fatores, tais como alterações no nível de liquidez e nos procedimentos de concessão de crédito, de conjuntura econômica e fiscal, e também em função de eventuais alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos. Eventuais oscilações nos preços poderão fazer com que parte ou a totalidade dos ativos que compõem a Carteira seja marcada a valores menores aos da emissão ou contabilização inicial, resultando na redução do Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas Seniores e dos Cotistas Subordinados.



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

21.1.2. Risco decorrente do descasamento de taxas – Os Direitos de Crédito são descontados pelo Fundo a taxas prefixadas, enquanto a distribuição dos rendimentos da Carteira para as Cotas tem como parâmetro a Taxa CDI. Na hipótese de um aumento relevante na Taxa CDI e na impossibilidade de se realizar operações de mercado que protejam as posições mantidas pelo Fundo no mercado à vista, pode ocorrer de o Fundo não ter recursos o bastante para arcar com parte ou a totalidade dos rendimentos.

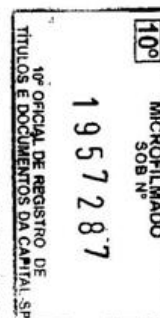
21.1.3. Risco decorrente dos fatores macroeconômicos – O Fundo aplicará seus recursos em Direitos de Crédito devidos por Sacados cadastrados pelo Fundo que atuem, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva do Estado de Minas Gerais. A solvência destes Sacados pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira: (i) taxas de juros, (ii) inflação, (iii) crescimento econômico e etc. Na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência do Fundo, afetando os resultados do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

21.1.4. Risco decorrente da constituição do Fundo e negociação das Cotas – O Fundo está constituído na forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas Seniores somente poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração da respectiva Série, e as Cotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas quando da liquidação do Fundo. Assim, caso o Cotista Sênior ou o Cotista Subordinado, decida alienar suas Cotas, em período inferior ao do referido prazo, terá que realizá-lo via mercado secundário. O mercado secundário no Brasil apresenta baixa liquidez para cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, fator este que pode dificultar a venda de cotas e/ou resultar na obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

21.1.5. Risco decorrente da negociação de Direitos de Crédito – O Fundo aplicará seus recursos principalmente em Direitos de Crédito. De todo modo, este tipo de investimento apresenta particularidades em relação aos ativos da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Por exemplo, nacionalmente não existe um mercado organizado para a compra e venda de Direitos de Crédito. Na eventualidade de necessidade de venda dos Direitos de Crédito da Carteira, inclusive na hipótese de liquidação do Fundo prevista neste Regulamento, existe o risco de ausência de compradores ou o preço de negociação poderá ser consideravelmente baixo, causando perdas ao Fundo e afetando adversamente a rentabilidade das Cotas.

21.1.6. Risco decorrente das oscilações no patrimônio do Fundo – O Gestor possui a prerrogativa de contratar operações de derivativos para evitar o risco de descasamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de o Gestor não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. A realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido do Fundo que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e consequentemente aos seus Cotistas.

21.1.7. Risco decorrente das falhas na cobrança – A cobrança dos Direitos de Crédito depende da atuação diligente do Administrador, quando se tratar de cobrança passiva, e do Agente de Cobrança, quando se tratar de cobrança ativa. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e realizar a conciliação dos valores devidos ao Fundo e aos



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

Cedentes. Assim, qualquer falha de procedimento do Administrador e/ou do Agente de Cobrança poderá acarretar menor recebimento dos recursos pelo Fundo e, em última instância, a perda patrimonial do Fundo e a queda da rentabilidade das Cotas.

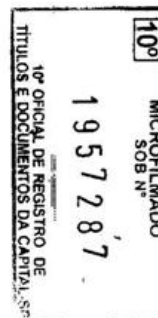
21.1.8. Risco decorrente da verificação do lastro dos Direitos de Crédito – O Administrador fará a verificação trimestral do lastro dos Direitos de Crédito, que estarão sob a guarda do(s) Agente(s) de Depósito. Contudo, até que tal verificação seja realizada, o Fundo poderá ter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, obstando ao Fundo o exercício de seus direitos em relação aos Direitos de Crédito, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas. Ademais, a utilização de cópias autenticadas dos Documentos Comprobatórios para a verificação do lastro dos Direitos de Crédito não confere o mesmo grau de certeza proporcionado pela análise de documentação original, aumentando o risco de ocorrência de erros na verificação do lastro dos Direitos de Crédito. Mesmo que o(s) Agente(s) de Depósito terá(ão) a obrigação de permitir ao Administrador, ou terceiro por ele indicado, o livre acesso à referida documentação, a guarda dos Documentos Comprobatórios por terceiro(s) contratado(s) pelo Administrador pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos de Crédito.

21.1.9. Risco decorrente da liquidação antecipada - A liquidação antecipada pode trazer prejuízos para o Fundo e seus Cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas. Neste caso, o Fundo pode ter de negociar os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em valor inferior a seu valor de mercado, sendo que o preço praticado poderia ocasionar prejuízos aos Cotistas.

21.1.10. Risco decorrente da intervenção ou liquidação do Administrador – O Fundo terá conta corrente no Administrador. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados pelo Fundo, o que afetaria seu Patrimônio Líquido, sua rentabilidade e poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

21.1.11. Risco decorrente do monitoramento e da movimentação de recursos das Contas Reserva pelo Agente de Monitoramento – Os Direitos de Crédito serão pagos pelos Sacados diretamente nas Contas Reserva de titularidade do Fundo, as quais serão monitoradas e movimentadas pelo Agente de Monitoramento, exclusivamente em conjunto com o Gestor, e o Agente de Monitoramento repassará ao Fundo e aos Cedentes, na mesma data de recebimento, observado o disposto neste Regulamento, os recursos provenientes aos Direitos de Crédito pagos pelos Sacados. Na hipótese de os valores pagos pelos Sacados nas Contas Reserva serem recebidos nas Contas Reserva em prazo inferior à 1 (uma) hora de antecedência do horário de fechamento para transferências da instituição financeira na qual a conta será mantida, referido valor poderá ser contabilizado integralmente no Fundo e sua transferência para o Sacado no primeiro Dia Útil subsequente poderá afetar negativamente a rentabilidade do Fundo na data em que os valores forem efetivamente devolvidos aos respectivos Cedentes.

21.1.12. Risco decorrente da redução das Cotas Subordinadas – O Fundo terá Relação Mínima admitida entre o seu Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores de 108,7%



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

(cento e oito inteiros e sete décimos por cento). A diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas que arcarão com as despesas e prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência do Sacado e problemas de pagamento de indenizações ou repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

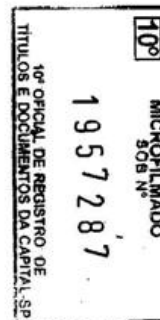
21.1.13. Risco de concentração – Apesar de o Fundo ser um fundo multicedente e multisacado, durante seu período inicial e em alguns casos especiais, poderá haver concentração do Fundo superior a 20% (vinte por cento) e de no máximo 100% (cem por cento) em Direitos de Crédito de um mesmo Sacado. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da Carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, inclusive de Cedentes, maior será a chance de o Fundo comprometer o fluxo de caixa esperado, bem como de sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

21.1.14. Risco decorrente da alteração do Regulamento – O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral de Cotistas. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

21.1.15. Risco decorrente da invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos de Crédito - A cessão de Direitos de Crédito poderá ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o Patrimônio Líquido, caso haja: (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estiver insolvente ou se com ela passar ao estado de insolvência; (ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão o Cedente for sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito pendesse demanda judicial fundada em direito real; e (iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

21.1.16. Risco decorrente do inadimplemento dos contratos - Nos termos do artigo 476 do Código Civil, em contratos que estabeleçam obrigações para ambos os contratantes, nenhuma das partes poderá exigir da outra parte o cumprimento de sua obrigação antes de cumprida a sua própria obrigação. Nesse sentido, o Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito performados mediante o reconhecimento e a confirmação do pagamento pelo Sacado, garantindo, assim, que as obrigações do Cedente contraídas no contrato foram devidamente cumpridas. Não obstante, caso haja qualquer problema nas obrigações do Cedente contraídas no contrato, o Sacado poderá deixar de transferir ao Fundo os recursos destinados ao adimplemento dos Direitos de Crédito, comprometendo o fluxo de caixa esperado do Fundo, prejudicando, assim, a rentabilidade do investimento realizado pelos Cotistas, podendo inclusive resultar em perda de patrimônio para o Cotista.

21.1.17. Risco decorrente do processo de origemação de Cedentes / Sacados – O Fundo possui a prerrogativa de incluir novos Sacados e novos Cedentes, definindo a cada



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29**

caso o processo que considera mais adequado para aquisição dos Direitos de Crédito. O correto julgamento do Gestor e dos Consultores Especializados na seleção dos novos Sacados e novos Cedentes, bem como na definição dos procedimentos adequados garantirá que o Fundo manterá níveis de risco compatíveis àqueles determinados quando da emissão da primeira Série de Cotas e a manutenção de sua classificação de risco mínima em “AA-”. A eventual seleção de Sacados e Cedentes que não condigam com os riscos do Fundo e/ou a definição de processos de aquisição de Direitos de Crédito insuficientes ou falhos poderá representar aumento no risco de crédito do Fundo e, eventualmente, representar um rebaixamento na classificação de risco mínima do Fundo.

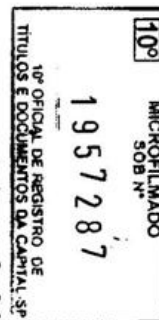
21.1.18. Risco decorrente da insuficiência de originação de Direitos de Crédito - Não há garantias de que o Fundo conseguirá adquirir Direitos de Crédito suficientes para manter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão pelos Cedentes de Direitos de Crédito suficientes para o enquadramento do Fundo na condição acima disposta. O desenquadramento em relação à referida disposição poderá gerar um Evento de Avaliação do Fundo.

21.1.19. Risco decorrente dos sistemas – O Administrador e o Gestor utilizarão sistemas para a realização das operações, rotinas e procedimentos operacionais do Fundo. Na hipótese de ocorrer erros ou falhas nos sistemas utilizados, que possam dar ensejo ao inadimplemento ou determinar a antecipação, liquidação ou amortização dos pagamentos dos Direitos de Crédito ao Fundo ou ao Cedente, tais eventos poderão afetar o modo de operação do Fundo e poderão acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

21.1.20. Risco decorrente da guarda dos Documentos Comprobatórios – A guarda dos Documentos Comprobatórios será realizada pelo(s) Agente(s) de Depósito, na qualidade de fiel(is) depositário(s), podendo representar uma limitação em uma eventual necessidade de o Fundo ter que realizar a cobrança dos Direitos de Crédito, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Sacados.

21.1.21. Risco decorrente da manutenção de Reserva de Pagamento – Nos termos do Regulamento, o Fundo constituirá Reserva de Pagamento, destinada ao pagamento das despesas e encargos do Fundo. Independentemente da devida constituição e manutenção desta Reserva de Pagamento, é possível que o Fundo não disponha, na data de vencimento de suas despesas e encargos, de recursos suficientes para realizar os pagamentos respectivos. Desse modo, a existência de Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das despesas e encargos do Fundo.

21.1.22. Risco decorrente de eventual ausência de registro nos Termos de Cessão - O Gestor, ao seu exclusivo critério, de acordo com o Regulamento, poderá não levar os Termos de Cessão a registro perante o cartório de títulos e documentos. A ausência de registro poderá fazer com que a eficácia da cessão dos Direitos de Crédito seja questionada, podendo ocasionar atraso no pagamento ou não-pagamento dos respectivos Direitos de Crédito ao Fundo e, por sua vez, poderá impactar a rentabilidade das Cotas. Ademais, as obrigações do Cedente ou o eventual início de qualquer procedimento de falência, insolvência, renegociação ampla de dívidas, dissolução, liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou benefício



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

legal similar, em qualquer jurisdição, a qualquer tempo, poderão eventualmente atingir os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo cuja cessão não tenha sido registrada nos cartórios competentes, por não caracterizarem uma cessão perfeita e acabada.

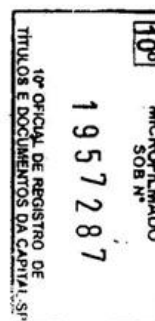
21.1.23. Risco da Possibilidade de os Direitos Creditórios virem a ser Alcançados por Obrigações do Cedente ou de Terceiros - Todos e quaisquer valores relativos ao pagamento de Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, eventualmente recebidos pelos Cedentes ou pelos prestadores de serviços do Fundo (i.e. Agente de Cobrança), podem, enquanto não transferidos ao Fundo, vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de "penhora online" de suas contas-correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Administrador, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos. Caso qualquer Cedente se encontre na posse de valores de titularidade do Fundo quando ou após a ocorrência de sua falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Administrador, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

21.1.24. Risco Decorrente da Possibilidade de Recompra - Tendo em vista a possibilidade de recompra dos Direitos de Crédito do Fundo após sua data de vencimento pelo respectivo Cedente, conforme disposto no Regulamento e neste Prospecto, a recompra pode resultar em distorção no desempenho do patrimônio do Fundo, afetando os resultados do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

21.1.25. Risco de conflitos de interesse - O Administrador executará tanto as atividades de administração do Fundo quanto as atividades de custódia qualificada, controladoria e escrituração de Cotas do Fundo, sendo que há um risco de existência de conflitos de interesse entre os serviços prestados pelo Administrador ao Fundo. Ainda, o Gestor, o Consultor Especializado XP e o Coordenador Líder são instituições pertencentes ao mesmo grupo econômico, mas tratam-se de entidades distintas as quais possuem segregação de atividades entre elas, de modo que cada uma delas desempenha sua prestação de serviços ao Fundo com total independência com relação uma à outra, com políticas de confidencialidade e segurança das informações. Não obstante, mencionada situação entre o Gestor, o Consultor Especializado XP e o Coordenador Líder poderá ensejar conflitos de interesses.

21.2. O Administrador e o Gestor utilizam, no gerenciamento de riscos, análises que levam em consideração os fundamentos econômicos e de mercado com influência no desempenho dos ativos que compõem a Carteira e modelos de gestão de ativos que se traduzem em cuidadosos processos de investimento, apoiados por sistemas informatizados de última geração e de extrema confiabilidade.

21.3. Não obstante a diligência do Administrador e do Gestor em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas



69

~45142v56

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/MF SOB O Nº 12.987.060/0001-29

de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, apesar de o Administrador e o Gestor manterem sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

CAPÍTULO XXII – POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

22.1. O Gestor, por delegação do Administrador, ao representar o Fundo nas assembleias gerais dos fundos de investimento nos quais o Fundo detenha participação, adotará os termos e condições estabelecidos na “Política de Voto” do Gestor, registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – atual denominação da ANBID, e disponível para consulta no endereço eletrônico www.xpgestao.com.br.

22.2. O GESTOR ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, O PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DO GESTOR EM ASSEMBLEIAS DE DETENTORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS QUE CONFIRAM AOS SEUS TITULARES O DIREITO DE VOTO.

22.3. O Gestor exercerá seu poder de voto sempre no melhor interesse do Fundo, buscando sempre a valorização dos ativos que integrem a Carteira, empregando o zelo e diligência exigidos pelas circunstâncias.

CAPÍTULO XXIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor, os Consultores Especializados, os Cedentes e os Cotistas.

23.2. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

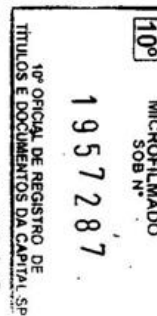
São Paulo, 10 de agosto de 2011.

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Camila Cunha de Paula
CPF: 268.644.298-06

Administrador

Alessandra da Rocha
CPF: 282.557.768-50



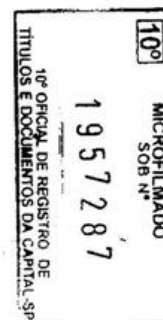
REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

ANEXO I - MODELO DE SUPLEMENTO DE SÉRIE DE COTAS SENIORES

SUPLEMENTO DE SÉRIE DE COTAS SENIORES

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

CNPJ/MF nº 12.987.060/0001-29



Fitch Rating: [●].

Código ISIN: [●].

Emissão de até [●] Cotas Seniores com valor unitário inicial de R\$ [●] ([●] reais),
perfazendo o montante total de até R\$ [●] ([●] reais).

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE
DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES
PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO
EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS SENIORES A SEREM
DISTRIBUÍDAS.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO,
CONSTANTES DO REGULAMENTO E DO PROSPECTO DO FUNDO.

645142v56



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

1. **Emissor:** Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Cadeias Produtivas de Minas Gerais, constituído sob a forma de condomínio fechado e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.987.060/0001-29, com seu Regulamento devidamente registrado sob o nº 1933914 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. **Administrador:** Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.111, 2º andar (parte), CEP 01311-920, Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 1.223, de 08 de janeiro de 1990.

3. **Número deste Suplemento:** ☒.

4. **Número desta Série de Cotas Seniores:** ☒ ☒.

5. **Valor unitário inicial das Cotas Seniores desta Série:** R\$ ☒ ☒ reais).

6. **Limite mínimo de Cotas Seniores a ser emitido:** ☒ ☒.

7. **Limite máximo de Cotas Seniores a ser emitido:** ☒ ☒.

8. **Local de Registro para distribuição no mercado primário e para negociação secundária:** As Cotas serão registradas (i) para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, operacionalizado pela CETIP, [e/ou] no BOVESPA FIX, administrado pela BM&FBOVESPA, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas; e (ii) para negociação secundária no Mercado de Balcão Organizado administrado pela BM&FBOVESPA denominado SOMA FIX, [e/ou] no mercado de bolsa de valores administrado pela BM&FBOVESPA denominado BOVESPA FIX, [e/ou] no Módulo de Fundos - SF, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

9. **Rentabilidade Alvo desta Série:** ☒.

10. **Prazo de duração desta Série:** ☒.

11. **Período de Carência desta Série:** ☒.

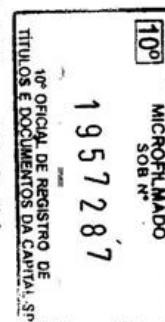
12. **Cronograma de Amortização das Cotas desta Série:** ☒.

13. **Data de Resgate das Cotas desta Série:** ☒.

14. **Forma de distribuição:** ☒.

15. **Forma de colocação:** ☒.

16. O presente documento constitui o Suplemento com o número indicado no item 3 acima referente à Série de Cotas Seniores indicada no item 4 acima, emitida nos termos do Regulamento do Fundo do qual este Suplemento é parte integrante.



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS**

17. Nos termos deste Suplemento e do Regulamento serão emitidas na presente data Cotas Seniores com o valor unitário inicial indicado no item 5 acima.

18. Na subscrição de Cotas Seniores da presente Série em data diversa da data da primeira subscrição de Cotas Seniores da presente Série, será utilizado o valor da cota de mesma Série em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento. A integralização das Cotas Seniores da presente Série deverá ocorrer de acordo com o disposto no boletim de subscrição.

19. A remuneração das Cotas Seniores da presente Série, calculada na forma prevista no Regulamento, havendo recursos suficientes para tanto após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será equivalente à rentabilidade das Cotas Seniores da presente Série, limitada a Rentabilidade Alvo desta Série indicada no item 9 acima aplicada sobre o valor inicial de cada uma das Cotas Seniores da presente Série.

20. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Coordenador Líder ou dos Consultores Especializados acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

21. Findo o Período de Carência desta Série estabelecido no item 11 acima, o pagamento de amortizações do principal e dos juros das Cotas Seniores da presente Série será realizado pelo Regime de Caixa, conforme Cronograma de Amortização das Cotas da presente Série, e limitado, em cada data do Cronograma de Amortização, à respectiva Rentabilidade Alvo.

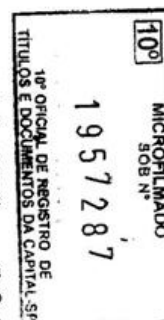
22. As Cotas Seniores da presente Série deverão ser resgatadas na Data de Resgate indicada no item 13 acima, pelo seu respectivo valor contábil.

23. Caso, por qualquer motivo, não seja realizado o pagamento da amortização na data programada, este fato não ensejará um Evento de Liquidação, e não será considerado um inadimplemento do Fundo, do Administrador e/ou do Gestor. Desta forma, somente no evento de não pagamento do resgate na data programada, este fato ensejará um Evento de Liquidação.

24. O prazo de duração da presente Série será aquele indicado no item 10 acima, prazo este contado a partir da presente data.

25. Os termos e condições utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam eles no singular ou no plural), terão o mesmo significado que lhes são atribuídos no Regulamento.

26. O presente Suplemento, uma vez assinado pelo Administrador, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento.



645142v55



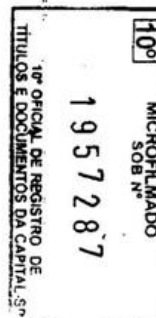
REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

27. As Cotas Seniores da presente Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

28. O presente Suplemento deverá ser averbado junto ao registro do Regulamento no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, [] de [] de 201[].

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Administrador



645142v56

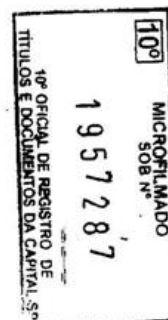


**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS**

ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO DE COTAS SUBORDINADAS

SUPLEMENTO DE COTAS SUBORDINADAS

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS**
CNPJ/MF nº 12.987.060/0001-29



Fitch Rating: [●].

Código ISIN: [●].

Emissão de até [●] Cotas Subordinadas com valor unitário inicial de R\$ [●] ([●] reais), perfazendo o montante total de até R\$ [●] ([●] reais).

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS SUBORDINADAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, CONSTANTES DO REGULAMENTO E DO PROSPECTO DO FUNDO.

645142v56



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

1. **Emissor:** Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Cadeias Produtivas de Minas Gerais, constituído sob a forma de condomínio fechado e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.987.060/0001-29, com seu Regulamento devidamente registrado sob o nº 1933914 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. **Administrador:** Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.111, 2º andar (parte), CEP 01311-920, Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 1.223, de 08 de janeiro de 1990.

3. **Número deste Suplemento:** [●].

4. **Número desta classe de Cotas Subordinadas:** [●] ([●]).

5. **Valor unitário inicial das Cotas Subordinadas desta Classe:** R\$ [●] ([●] reais).

6. **Limite mínimo de Cotas Subordinadas a ser emitido:** [●] ([●]).

7. **Limite máximo de Cotas Subordinadas a ser emitido:** [●] ([●]).

8. **Período de Carência desta classe:** [●].

9. **Cronograma de Amortização das Cotas Subordinadas desta classe:** [●].

10. **Forma de distribuição:** [●].

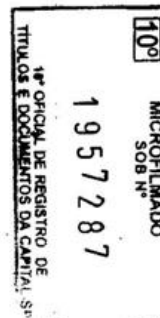
11. **Forma de colocação:** [●].

12. **Local de Registro para distribuição no mercado primário:** As Cotas serão registradas (i) para distribuição no mercado primário no [Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, operacionalizado pela CETIP, [e/ou] no BOVESPA FIX administrado pela BM&FBOVESPA], cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

13. O presente documento constitui o Suplemento com o número indicado no item 3 acima referente à classe de Cotas Subordinadas indicada no item 4 acima, emitida nos termos do Regulamento do Fundo do qual este Suplemento é parte integrante.

14. Nos termos deste Suplemento e do Regulamento serão emitidas na presente data Cotas Subordinadas com o valor unitário inicial indicado no item 5 acima.

15. Na subscrição de Cotas Subordinadas da presente classe em data diversa da data da primeira subscrição de Cotas Subordinadas da presente classe, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento. A integralização das Cotas



645142v56



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS**

Subordinadas da presente classe deverá ocorrer de acordo com o disposto no boletim de subscrição.

16. A remuneração das Cotas Subordinadas da presente classe representará o saldo dos rendimentos do Fundo após o pagamento de todas as despesas e encargos do Fundo e a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, sendo que referido saldo será aplicado sobre o valor inicial de cada uma das Cotas Subordinadas da presente classe.

17. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Coordenador Líder ou dos Consultores Especializados acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

18. O pagamento de amortizações do principal e dos juros das Cotas Subordinadas da presente classe será realizado pelo Regime de Caixa, nas datas constantes do Cronograma de Amortização das Cotas Subordinadas da presente classe, desde que o Patrimônio Líquido permita, em igualdade de condições para todas as Cotas Subordinadas em circulação, observado o disposto no Regulamento.

19. Na hipótese em que a Relação Mínima seja superior àquela estabelecida no Regulamento, poderá haver amortização somente do principal das Cotas Subordinadas, limitada ao restabelecimento da Relação Mínima.

20. As Cotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas após o resgate da totalidade das Cotas Seniores.

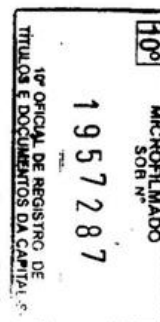
21. Caso, por qualquer motivo, não seja realizado o pagamento da amortização na data programada, este fato não ensejará um Evento de Liquidação, e não será considerado um inadimplemento do Fundo, do Administrador e/ou do Gestor. Desta forma, somente no evento de não pagamento do resgate na data programada, este fato ensejará um Evento de Liquidação.

22. Os termos e condições utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam eles no singular ou no plural), terão o mesmo significado que lhes são atribuídos no Regulamento.

23. O presente Suplemento, uma vez assinado pelo Administrador, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento.

24. As Cotas Subordinadas da presente classe terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas às demais classes de Cotas Subordinadas, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

25. O presente Suplemento deverá ser averbado junto ao registro do Regulamento no 10º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.



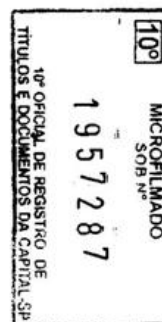
645142v56



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

São Paulo, [] de [] de 201[]

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Administrador



645142v56

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

- Suplemento de Cotas Seniores da 1ª Série

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III – SUPLEMENTO DE COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS
PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

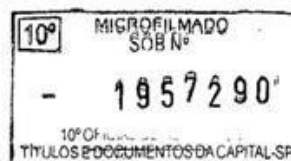
SUPLEMENTO DE SÉRIE DE COTAS SENIORES

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

CNPJ/MF nº 12.987.060/0001-29

Fitch Rating: AA-

Código ISIN: BRCPMNCTF000.



Emissão de até 10.000 (dez mil) Cotas Seniores com valor unitário inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS SENIORES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, CONSTANTES DO REGULAMENTO E DO PROSPECTO DO FUNDO.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS
PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS**

1. **Emissor:** Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Cadeias Produtivas de Minas Gerais, constituído sob a forma de condomínio fechado e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.987.060/0001-29, com seu Regulamento devidamente registrado sob o nº 1933914 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. **Administrador:** Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.111, 2º andar (parte), CEP 01311-920, Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 1.223, de 08 de janeiro de 1990.

3. **Número deste Suplemento:** 1 (um).

4. **Número desta Série de Cotas Seniores:** 1ª (primeira).

5. **Valor unitário inicial das Cotas Seniores desta Série:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

6. **Limite mínimo de Cotas Seniores a ser emitido:** 6.000 (seis mil) cotas.

7. **Limite máximo de Cotas Seniores a ser emitido:** 10.000 (dez mil) cotas. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03, a quantidade total de Cotas Seniores da 1ª Série poderá ser acrescida de um lote suplementar correspondente a até 15% (quinze por cento) das Cotas Seniores da 1ª Série inicialmente ofertadas, ou seja, até 1.500 (mil e quinhentas) Cotas Seniores.

8. **Local de registro para distribuição no mercado primário e para negociação secundária:** As Cotas Seniores da 1ª Série serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores da 1ª Série. Adicionalmente, as Cotas Seniores da 1ª Série poderão ser registradas futuramente para negociação secundária no mercado de bolsa de valores administrado pela BM&FBOVESPA denominado BOVESPA FIX, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores da 1ª Série.

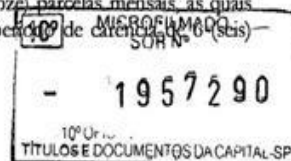
9. **Rentabilidade Alvo desta Série:** Taxa CDI acrescida de 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento).

10. **Prazo de duração desta Série:** 5 (cinco) anos, contados da integralização das Cotas Seniores da 1ª Série.

11. **Período de Carência desta Série:** 48 (quarenta e oito) meses para o principal e 6 (seis) meses para os juros.

12. **Cronograma de Amortização das Cotas desta Série:** A partir do 49º (quadragésimo nono) mês após a integralização das Cotas Seniores da 1ª Série, serão realizadas amortizações constantes do principal em 12 (doze) parcelas mensais, as quais serão pagas no dia 10 (dez) de cada mês. Decorrido o período de carência de 48 (seis) meses, a partir do 49º mês, as parcelas mensais serão pagas no dia 10 (dez) de cada mês.

602768v19



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS
PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS**

meses após a integralização das Cotas Seniores da 1ª Série, conforme disposto no item 11 acima, no dia 10 (dez) do 7º (sétimo) mês será realizada a 1ª (primeira) amortização constante dos juros que excederem o principal desta Série de Cotas, sendo que as demais amortizações constantes dos juros serão realizadas semestralmente, sempre no dia 10 (dez) do mês em que a amortização for devida.

13. Data de Resgate das Cotas desta Série: ao final do prazo de duração desta Série.

14. Forma de distribuição: oferta pública de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

15. Forma de colocação: regime de melhores esforços.

16. O presente documento constitui o Suplemento com o número indicado no item 3 acima referente à Série de Cotas Seniores indicada no item 4 acima, emitida nos termos do Regulamento do Fundo do qual este Suplemento é parte integrante.

17. Nos termos deste Suplemento e do Regulamento serão emitidas na presente data Cotas Seniores da 1ª Série com o valor unitário inicial indicado no item 5 acima.

18. Na subscrição de Cotas Seniores da presente Série em data diversa da data da primeira subscrição de Cotas Seniores da presente Série, será utilizado o valor da cota de mesma Série em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento. A integralização das Cotas Seniores da presente Série deverá ocorrer de acordo com o disposto no boletim de subscrição.

19. A remuneração das Cotas Seniores da presente Série, calculada na forma prevista no Regulamento, havendo recursos suficientes para tanto após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será equivalente à rentabilidade das Cotas Seniores da presente Série, limitada a Rentabilidade Alvo desta Série indicada no item 9 acima aplicada sobre o valor inicial de cada uma das Cotas Seniores da presente Série.

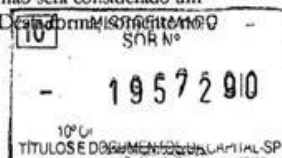
20. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Coordenador Líder ou dos Consultores Especializados acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

21. Findo o Período de Carência desta Série estabelecido no item 11 acima, o pagamento de amortizações do principal e dos juros das Cotas Seniores da presente Série será realizado pelo Regime de Caixa, conforme o Cronograma de Amortização das Cotas da presente Série, e limitado, em cada data do Cronograma de Amortização, à respectiva Rentabilidade Alvo.

22. As Cotas Seniores da presente Série deverão ser resgatadas na Data de Resgate indicada no item 13 acima, pelo seu respectivo valor contábil.

23. Caso, por qualquer motivo, não seja realizado o pagamento da amortização na data programada, este fato não ensejará um Evento de Liquidação, e não será considerado um inadimplemento do Fundo, do Administrador e/ou do Gestor. De acordo com o item 9 do Regulamento do Fundo, o não pagamento da amortização na data programada não constitui inadimplemento do Fundo, do Administrador e/ou do Gestor.

602766v19



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS
PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS**

evento de não pagamento do resgate na data programada, este fato ensejará um Evento de Liquidação.

24. O prazo de duração da presente Série será aquele indicado no item 10 acima, prazo este contado a partir da presente data.

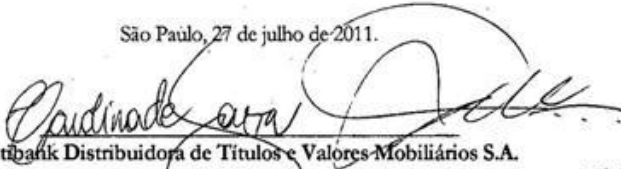
25. Os termos e condições utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam eles no singular ou no plural), terão o mesmo significado que lhes são atribuídos no Regulamento.

26. O presente Suplemento, uma vez assinado pelo Administrador, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento.

27. As Cotas Seniores da presente Série terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas à classe de Cotas Seniores, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

28. O presente Suplemento deverá ser averbado junto ao registro do Regulamento no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 27 de julho de 2011.


Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Administrador

(JOSE WALTER LUCAS)



602766v18

10º Ofício	
10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 67.976.787/0001-40 Rua XV de Novembro, 244 - 6º andar - Centro - CEP: 01013-001 - São Paulo/SP	
Emol.	R\$ 61,85
Estado	R\$ 17,61
Ipsesp	R\$ 13,02
R. Civil	R\$ 3,28
T. Justiça	R\$ 3,28
Total	R\$ 99,04
Selos e taxas Recolhidos p/verba	

Protocolado e prenotado sob o n. **1.957.290** em
11/08/2011 e registrado, hoje, em microfilme
sob o n. **1.957.290**, em títulos e documentos.
Averbado à margem do registro n. **1933914** e
1956538
São Paulo, 11 de agosto de 2011


Eduardo Kullmann Junqueira Franco - Oficial
Envelton de Oliveira Rodrigues - Escrevente Autorizado

ANEXO IV

- Suplemento de Cotas Subordinadas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV – SUPLEMENTO DE COTAS SUBORDINADAS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS
PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

SUPLEMENTO DE COTAS SUBORDINADAS

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS
PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

CNPJ/MF nº 12.987.060/0001-29

Fitch Rating: "BBB".

Código ISIN: BRCPMNCTF018.



Emissão de até 1.000 (mil) Cotas Subordinadas com valor unitário inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO EMISSOR, BEM COMO SOBRE AS COTAS SUBORDINADAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, CONSTANTES DO REGULAMENTO E DO PROSPECTO DO FUNDO.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS
PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS**

1. **Emissor:** Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Cadeias Produtivas de Minas Gerais, constituído sob a forma de condomínio fechado e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.987.060/0001-29, com seu Regulamento devidamente registrado sob o nº 1933914 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. **Administrador:** Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.111, 2º andar (parte), CEP 01311-920, Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 1.223, de 08 de janeiro de 1990.
3. **Número deste Suplemento:** 1 (um).
4. **Número desta classe de Cotas Subordinadas:** classe única.
5. **Valor unitário inicial das Cotas Subordinadas desta Classe:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
6. **Limite mínimo de Cotas Subordinadas a ser emitido:** 600 (seiscentas) cotas.
7. **Limite máximo de Cotas Subordinadas a ser emitido:** 1.000 (mil) cotas. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400/03, a quantidade total de Cotas Subordinadas poderá ser acrescida de um lote suplementar correspondente a até 15% (quinze por cento) das Cotas Subordinadas inicialmente ofertadas, ou seja, até 150 (cento e cinquenta) Cotas Subordinadas.
8. **Período de Carência desta classe:** não há período de carência desta classe de cotas, observado que a amortização, tanto dos juros como do principal, e o resgate de Cotas Subordinadas ocorrerá de forma *pro rata* quando da amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observada sempre a Relação Mínima definida no Regulamento e os itens 9, 18, 19 e 20 deste Suplemento.
9. **Cronograma de Amortização das Cotas Subordinadas desta classe:** variável de acordo com os cronogramas de cada Série de Cotas Seniores emitidas.
10. **Forma de distribuição:** oferta pública de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.
11. **Forma de colocação:** regime de melhores esforços.
12. **Local de registro para distribuição no mercado primário e para negociação secundária:** As Cotas Subordinadas serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Subordinadas. Adicionalmente, as Cotas Subordinadas poderão ser registradas futuramente para negociação secundária no mercado de bolsa de valores administrado pela BM&FBOVESPA denominado BOVESPA FIX, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Subordinadas.

802786v19



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS
PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS**

13. O presente documento constitui o Suplemento com o número indicado no item 3 acima referente à classe de Cotas Subordinadas indicada no item 4 acima, emitida nos termos do Regulamento do Fundo do qual este Suplemento é parte integrante.
14. Nos termos deste Suplemento e do Regulamento serão emitidas na presente data Cotas Subordinadas com o valor unitário inicial indicado no item 5 acima.
15. Na subscrição de Cotas Subordinadas da presente classe em data diversa da data da primeira subscrição de Cotas Subordinadas da presente classe, será utilizado o valor da cota de mesma classe em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento. A integralização das Cotas Subordinadas da presente classe deverá ocorrer de acordo com o disposto no boletim de subscrição.
16. A remuneração das Cotas Subordinadas da presente classe representará o saldo dos rendimentos do Fundo após o pagamento de todas as despesas e encargos do Fundo e a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, sendo que referido saldo será aplicado sobre o valor inicial de cada uma das Cotas Subordinadas da presente classe.
17. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Coordenador Líder ou dos Consultores Especializados acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.
18. O pagamento de amortizações do principal e dos juros das Cotas Subordinadas da presente classe será realizado pelo Regime de Caixa, nas datas constantes do Cronograma de Amortização das Cotas Subordinadas da presente classe, desde que o Patrimônio Líquido permita, em igualdade de condições para todas as Cotas Subordinadas em circulação, observado o disposto no Regulamento.
19. Na hipótese em que a Relação Mínima seja superior àquela estabelecida no Regulamento, poderá haver amortização somente do principal das Cotas Subordinadas, limitada ao restabelecimento da Relação Mínima.
20. As Cotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas após o resgate da totalidade das Cotas Seniores.
21. Caso, por qualquer motivo, não seja realizado o pagamento da amortização na data programada, este fato não ensejará um Evento de Liquidação, e não será considerado um inadimplemento do Fundo, do Administrador e/ou do Gestor. Desta forma, somente no evento de não pagamento do resgate na data programada, este fato ensejará um Evento de Liquidação.
22. Os termos e condições utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam eles no singular ou no plural), terão o mesmo significado que lhes são atribuídos no Regulamento.
23. O presente Suplemento, uma vez assinado pelo Administrador, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento.

602766v19

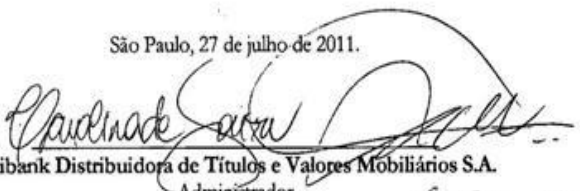


FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS
PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS

24. As Cotas Subordinadas da presente classe terão as mesmas características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas às demais classes de Cotas Subordinadas, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como de remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

25. O presente Suplemento deverá ser averbado junto ao registro do Regulamento no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 27 de julho de 2011.


Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Administrador

(JOSE WALTER LUCAS)

602766v18



ANEXO V

- Modelo de Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS, fundo de investimentos em direitos creditórios constituído em regime de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.987.060/0001-29, doravante denominado “Fundo”, neste ato devidamente representado por seu administrador **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), Bela Vista, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 1.223, expedido em 08.01.1990, neste ato devidamente representada por seus representantes legais infra assinados, doravante denominada “Administrador”; e

[DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA DO CEDENTE], com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na [insérer endereço completo], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], neste ato representada na forma de seu [Contrato Social / Estatuto Social], doravante denominada “Cedente”;

E, na qualidade de intervenientes anuentes:

XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, bloco 7, salas 201 à 208 parte, Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.625.200/0001-89, devidamente autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 8.650, de 03.02.2006, neste ato devidamente representada por seus representantes legais infra assinados, doravante denominada “Gestor”; e

BRL TRUST SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã nº 1.123, 4º andar, conjuntos 44 à 48, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.669.414/0001-57, neste ato representada por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de agente de monitoramento do Fundo, doravante denominada “Agente de Monitoramento”.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) o Fundo foi constituído por meio de ato do Administrador, estando o ato do Administrador e o regulamento do Fundo (“Regulamento”) devidamente averbados no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 1933914, cujas alterações posteriores do Regulamento estão devidamente registradas à margem do registro inicial;
- (ii) o Fundo obteve seu registro de funcionamento perante a CVM em [●].[●].2011, por meio do Ofício [●];
- (iii) o Fundo é regido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.907, de 29.11.2001 e pela Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, conforme alterada (“Instrução CVM nº 356”);
- (iv) é objetivo do Fundo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas, com rendimentos de longo prazo, por meio do investimento dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de direitos de crédito, em estrita observância à política de investimento e aos critérios de seleção, composição e diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento;
- (v) somente poderão compor o patrimônio do Fundo, direitos de crédito performados que atendam cumulativamente aos critérios de elegibilidade e as condições de cessão definidos no Regulamento, bem como aos demais termos e condições dispostos no Regulamento;
- (vi) somente poderão ser cedidos ao Fundo direitos de crédito de Cedentes pessoas jurídicas, titulares de direitos de crédito originados de operações com pagamento a prazo, expressos em moeda corrente nacional,

1

Esta página é parte integrante e indissociável do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre o FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS e a [insérer denominação completa do CEDENTE], em [●] de [●] de 20[●].
716542v25

originados de operações realizadas em quaisquer segmentos da economia, incluindo, mas não se limitando, os segmentos industrial, comercial, agropecuário, financeiro, imobiliário e de prestação de serviços (“Direitos de Crédito”), desde que (a) o devedor da operação, pessoa jurídica, (“Sacado”) ou o Cedente tenham estabelecimento no Estado de Minas Gerais, e (b) o Sacado tenha celebrado Acordo Operacional com o Fundo;

- (vii) o Cedente é fornecedor ou prestador de serviços de um ou mais Sacados que celebrou Acordo Operacional com o Fundo;
- (viii) o Cedente pretende ceder ao Fundo, de tempos em tempos, parte ou a totalidade de Direitos de Crédito, conforme definidos no item “vi” acima, nos termos dos Artigos 295 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, (“Código Civil”), de acordo com as disposições da legislação e regulamentação aplicável, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros, garantias e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo (“Carteira”) definida no Regulamento; e
- (ix) o Fundo adquirirá Direitos de Crédito do Cedente, de acordo com os termos e condições previstos no presente instrumento;

RESOLVEM as partes, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças (“Contrato”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto regular a cessão para o Fundo de parte ou da totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Cedente e que tenham como devedor Sacado que tenha celebrado Acordo Operacional com o Fundo.

1.2. Os Direitos de Crédito devem ser individualmente representados por debêntures, notas promissórias, cédulas de crédito bancário (CCB), contratos de crédito direto ao consumidor, cédulas de produto rural (CPR), certificados de depósito agropecuário ou agrícola (CDA), *namunts, namunts* agropecuários, certificados de direitos creditórios do agronegócio, letras de crédito do agronegócio (LCA), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), letras de câmbio, duplicatas, cédulas de crédito comercial, cédulas de crédito imobiliário (CCI), certificados de recebíveis imobiliários (CRI), letras de crédito imobiliário, contratos de fornecimento de produtos, contratos de prestação de serviços, notas fiscais/faturas de produtos e/ou serviços ou documento equivalente que garanta ao titular do direito de: a) receber do Sacado o valor do crédito respectivo; e b) cobrar do Sacado o pagamento do crédito não honrado - desde que atendam aos requisitos previstos no Regulamento e na regulamentação vigente (“Documentos Comprobatórios”).

1.3. O Cedente, neste ato, promete ceder ao Fundo uma parcela dos Direitos de Crédito que possuir em face de Sacados que tenham celebrado Acordo Operacional com o Fundo, e o Fundo se compromete a adquiri-los, de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato e em seu(s) anexo(s), observado especialmente o item 1.4, 1.4.1 e 1.4.2.

1.3.1. Observado o quanto estabelecido neste Contrato, bem como os procedimentos para a cessão dispostos na Cláusula III abaixo, o Cedente, neste ato, se compromete a ceder e transferir ao Fundo parcela dos Direitos de Crédito, mediante a celebração de termos de cessão, cujo modelo consta do Anexo A a este Contrato (“Termo de Cessão”), e de recibo referente a cessão realizada (“Recibo”) cujo modelo consta do Anexo B.

1.3.2. A parcela dos Direitos de Crédito que será cedida ao Fundo deverá estar livre e desembaraçada de quaisquer ônus, gravames ou restrições, ficando o Fundo automaticamente sub-rogado em todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros, garantias e ações conferidas aos Direitos de Crédito a ele cedidos.

1.4. O Fundo somente efetuará a aquisição de parcela de Direitos de Crédito que forem confirmados pelos respectivos Sacados.

1.4.1. O Fundo somente efetuará a aquisição de parcela de Direitos de Crédito se possuir recursos para mencionada aquisição e desde que a parcela de Direitos de Crédito atenda, cumulativamente, na data de aquisição: (i) a política de investimento, composição e diversificação da Carteira e a política de aquisição de Direitos de Crédito do Fundo, conforme disposto no Regulamento; (ii) aos critérios de elegibilidade definidos no Regulamento; e (iii) as condições de cessão, previstos no Regulamento vigente na data de cada cessão dos Direitos de Crédito.

1.4.2. Observados os procedimentos para a cessão dispostos na Cláusula III abaixo, até que seja efetuado o pagamento pelo Fundo dos Direitos de Crédito constantes em cada Termo de Cessão e confirmados pelo respectivo Sacado, o Fundo poderá, a seu exclusivo critério, recusar quaisquer Direitos de Crédito constante no Termo de Cessão.

1.4.3. Quando do pagamento pelo Fundo dos Direitos de Crédito, o Cedente assinará um Recibo, na forma do item 3.1 (ix) abaixo e do Anexo B, no qual constará a parcela dos Direitos de Crédito que foram efetivamente cedidos ao Fundo.

1.5. Os Direitos de Crédito deverão ser cedidos pelo Cedente ao Fundo definitivamente e sem qualquer coobrigação.

1.6. Antes da data da primeira cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente ao Fundo, o Cedente encaminhará para o endereço do Consultor Especializado BDMG disposto no item 11.2 abaixo, via carta registrada com “aviso de recebimento” ou pessoalmente, o formulário cadastral devidamente preenchido, acompanhado do cartão de assinaturas com firma reconhecida.

1.6.1. O Cedente deverá manter os dados cadastrais e o cartão de assinaturas atualizados e no caso de alteração deverá encaminhar a versão atualizada para o Consultor Especializado BDMG, observado o disposto no item 3.4 deste Contrato e seus subitens.

1.7. Enquanto perdurar a relação entre o Cedente e o Fundo, o Cedente autoriza o Fundo, por meio de seus prestadores de serviços, a consultar, sempre que o Fundo considerar necessário, as informações do Cedente no Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN e no SERASA, a fim de verificar a situação do Cedente.

CLÁUSULA II – DA CONTA RESERVA

2.1. O Fundo abrirá e manterá, junto a uma instituição financeira a ser indicada por seu Administrador, uma Conta Reserva por Sacado. As Contas Reserva serão de titularidade do Fundo, com controle e movimentação pelo Agente de Monitoramento exclusivamente em conjunto com o Gestor, nos termos do Regulamento.

2.2. O Fundo somente adquirirá do Cedente uma parcela dos Direitos de Crédito, sendo que a parcela do Direito de Crédito que não for adquirida pelo Fundo servirá de garantia ao Fundo pelo pagamento pontual do Sacado da parcela dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, ressalvada a hipótese de comprovada ocorrência de caso fortuito ou força maior que resulte em impossibilidade no pagamento pontual pelo Sacado das parcelas dos Direitos de Crédito adquiridas pelo Fundo.

2.2.1. Em nenhuma circunstância, a ocorrência de qualquer dos itens a seguir listados configurará um evento de caso fortuito ou força maior: (i) problemas e/ou dificuldades de ordem econômico-financeira do Sacado; (ii) qualquer ação de qualquer autoridade governamental que o Sacado pudesse ter evitado se tivesse cumprido com a legislação; (iii) insolvência, liquidação, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial do Sacado; e (iv) greve e/ou interrupções trabalhistas ou medidas de efeito semelhante, de empregados e contratados do Sacado e/ou de suas contratadas.

2.2.2. O percentual do Direito de Crédito que deverá ser mantido sob titularidade do Cedente para fins do disposto na presente Cláusula, é de % (por cento).

2.2.3. O percentual mencionado no item acima será aplicável a todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo cujo devedor seja um mesmo Sacado.

2.2.4. O Cedente, pelo presente Contrato de Cessão, se compromete de forma irrevogável e irretroatável, a não alienar ou transferir, em nenhuma hipótese, à quaisquer terceiros, o percentual do Direito de Crédito mantido sob sua titularidade quando da cessão ao Fundo, uma vez que referido percentual será utilizado como garantia ao Fundo pelo pagamento pontual e integral pelo Sacado da parcela dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

2.3. O Agente de Monitoramento fará diariamente um controle gerencial e interno das movimentações por Cedente na Conta Reserva de seus respectivos Sacados.

2.4. Tanto a parcela dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo quanto a parcela dos Direitos de Crédito de titularidade do Cedente, serão pagas pelos Sacados diretamente na Conta Reserva, de modo que o Sacado efetuará o pagamento integral dos Direitos de Crédito na Conta Reserva.

2.5. Os recursos disponíveis nas Contas Reserva serão transferidos para a conta-corrente de titularidade do Fundo movimentada pelo Administrador e para a conta-corrente informada pelo Cedente, no mesmo dia em que os recursos forem recebidos na respectiva Conta Reserva.

2.6. Tendo em vista que os pagamentos a serem realizados pelos Sacados nas Contas Reserva serão feitos mediante boleto bancário, o fluxo atenderá o disposto abaixo:

- (i) O Sacado realiza o pagamento na Conta Reserva, via boleto bancário, do valor total do Direito de Crédito devido;
- (ii) No primeiro Dia Útil subsequente o valor integral do pagamento realizado pelo Sacado entra na Conta Reserva; e
- (iii) Na mesma data do item (ii) acima, o Agente de Monitoramento destina a parcela do valor devido ao Fundo para outra conta corrente do Fundo indicada pelo Administrador e a parcela devida ao Cedente para a conta corrente indicada pelo Cedente, de modo a não permanecer nenhum valor na Conta Reserva ao final deste dia.

2.7. No caso de mora do Sacado no pagamento de determinado Direito de Crédito, a cada dia de atraso, a taxa de desconto aplicada quando da aquisição de referido Direito de Crédito pelo Fundo será aplicada sobre o valor do Direito de Crédito efetivamente adquirido pelo Fundo e o valor resultante será descontado do percentual do Direito de Crédito que havia sido mantido sob titularidade do Cedente, de modo que a titularidade do respectivo percentual do Direito de Crédito passará automaticamente ao Fundo.

2.7.1. A fórmula descrita acima será aplicada a cada Dia Útil de atraso do Sacado no pagamento de determinado Direito de Crédito e enquanto perdurar o atraso, limitado ao valor total do percentual do Direito de Crédito que havia sido mantido sob titularidade do Cedente.

2.8. Não obstante o disposto nesta Cláusula e observadas as demais disposições do Regulamento e do presente Contrato, de acordo com o Acordo Operacional celebrado para cada Sacado, no caso de mora ou inadimplência do Sacado, o respectivo Sacado permanecerá obrigado por eventuais penalidades decorrentes do atraso ou do não pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

2.9. O Fundo somente cobrará do Sacado eventuais penalidades decorrentes do atraso ou do não pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, caso o valor total do percentual do Direito de Crédito que havia sido mantido sob titularidade do Cedente na Conta Reserva não seja suficiente para absorver o prejuízo causado pela mora do Sacado, observada a política de cobrança estabelecida no Regulamento.

2.10. No caso de mora pelo Sacado no pagamento da parcela de algum Direito de Crédito cedido ao Fundo, o Agente de Monitoramento notificará imediatamente ao Cedente mediante correio eletrônico com “aviso de recebimento”, devendo constar em referida notificação todas as informações sobre mencionado Direito de Crédito em mora. Após a notificação supra mencionada, o Agente de Monitoramento repassará automaticamente ao Fundo a propriedade de parte do percentual do Direito de Crédito que havia permanecido sob a propriedade do Cedente, na forma do item 2.6 acima.

2.10.1. Não obstante o acima estabelecido, o Agente de Monitoramento informará ao Administrador e ao Gestor, sobre a mora do Sacado no pagamento de determinado Direito de Crédito, para que o Gestor entre em contato

4

com o Sacado para obter informações sobre o motivo da mora e para que o Sacado providencie o pagamento da totalidade do Direito de Crédito em atraso.

2.10.2. Conforme mencionado no item 2.2 acima e observado o disposto no item 2.2.1, na hipótese de os pagamentos a serem realizados pelo Sacado sofrerem eventual atraso causado por comprovada ocorrência de caso fortuito ou força maior que resulte em impossibilidade no pagamento pontual pelo Sacado dos Direitos de Crédito cujo Fundo tenha adquirido parcela, não incidirá multa ou qualquer outra penalidade para o Sacado, nos termos do artigo 393 do Código Civil.

2.10.3. Somente caso seja verificado que o atraso no pagamento pelo Sacado ocorreu em virtude de comprovada ocorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do item anterior, a parcela dos Direitos de Crédito de titularidade do Cedente que seriam utilizadas como garantia para o Fundo, permanecerão sob a propriedade do Cedente. Após a regularização do caso fortuito ou força maior que gerou o atraso no pagamento pelo Sacado, a garantia poderá ser utilizada se o atraso no pagamento pelo Sacado persistir.

2.11. Não obstante o estabelecido no item 8.3 abaixo, os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderão ser recomprados pelo próprio Cedente do respectivo Direitos de Crédito, somente no caso de a transação ser realizada em dinheiro.

2.11.1. A recompra pelo Cedente de parcela de Direitos de Crédito antes da respectiva data de vencimento será realizada pelo valor de face da parcela do referido Direito de Crédito.

2.11.2. A recompra pelo Cedente de parcela de Direitos de Crédito após a respectiva data de vencimento, ou seja, quando houver a mora de mencionado Direito de Crédito, será realizada pelo valor atualizado da parcela do referido Direito de Crédito, de acordo com a variação da Taxa CDI no período, acrescido de multa não compensatória de 2% (dois por cento), e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados sobre o valor devido, tudo conforme autorizam os artigos 389 ao 392 e 394 ao 396 do Código Civil.

2.11.3. Na hipótese de recompra de Direitos de Crédito pelo Cedente, os valores que forem pagos pelo Sacado na Conta Reserva referente aquele Direitos de Crédito, serão transferidos para a conta corrente indicada pelo Cedente, observado os procedimentos descritos no item 2.6.

CLÁUSULA III – DOS PROCEDIMENTOS DA CESSÃO

3.1. Com a celebração deste Contrato, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito do Cedente, sendo certo que as cessões de Direitos de Crédito observarão os procedimentos descritos abaixo:

- (i) Será disponibilizada ao Cedente uma página (“site”) do Fundo na rede mundial de computadores (“internet”) com acesso restrito. No primeiro acesso do Cedente ao site do Fundo, o Cedente manifestará sua concordância com os termos e condições de uso do site e manifestará sua ciência de que sua senha é pessoal e intransferível, sendo de sua responsabilidade eventual divulgação para terceiros;
- (ii) O Cedente acessará o site do Fundo na internet, o qual conterà a taxa de desconto aplicável naquela data. Neste ambiente o Cedente terá acesso aos dados da potencial cessão, tais como o valor que o Cedente receberá pela cessão de mencionados Direitos de Crédito (“Preço de Aquisição”) e o percentual dos Direitos de Crédito que permanecerão sob a propriedade do Cedente remetidos para a Conta Reserva, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento e neste Contrato. O Cedente selecionará no site do Fundo na internet os Direitos de Crédito que tem interesse em alienar ao Fundo, bem como indicará a conta corrente de sua titularidade para recebimento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito que o Fundo optar por efetivamente adquirir;
- (iii) O Administrador e o Gestor receberão por meio eletrônico as informações dos Direitos de Crédito selecionados pelo Cedente para que sejam cedidos ao Fundo e analisarão, respectivamente, os critérios de elegibilidade e as condições de cessão, de modo a selecionar os Direitos de Crédito que possam ser adquiridos pelo Fundo, nos termos do Regulamento;
- (iv) Uma vez selecionados os Direitos de Crédito que o Cedente pretende ceder ao Fundo, será formalizada a sua cessão, incluindo todos os acessórios do respectivo Direito de Crédito, por meio da celebração do Termo de

5

- Cessão de acordo com o modelo constante no Anexo A. Para tanto, será disponibilizado para o Cedente no site do Fundo na internet o Termo de Cessão para assinatura do Cedente;
- (v) O Cedente assinará o Termo de Cessão e enviará por correio eletrônico cópia digitalizada do Termo de Cessão ao Administrador. Para os Direitos de Crédito selecionados pelo Cedente para cessão ao Fundo até o horário indicado no site do Fundo de determinado Dia Útil com o recebimento pelo Administrador das cópias digitalizadas dos Termos de Cessão até o horário determinado no site do Fundo do mesmo Dia Útil, o pagamento do Preço de Aquisição ocorrerá no primeiro Dia Útil subsequente. Caso a seleção pelo Cedente dos Direitos de Crédito para cessão ao Fundo ocorra até o horário indicado no site do Fundo de determinado Dia Útil e o Administrador não receba as respectivas cópias digitalizadas dos Termos de Cessão até o horário determinado no site do Fundo do mesmo Dia Útil, tal cessão de Direitos de Crédito será automaticamente rejeitada;
 - (vi) O Administrador abonará a assinatura do Cedente no Termo de Cessão de acordo com o cartão de assinaturas do Cedente e, observado o disposto no item 1.4 deste Contrato e seus subitens, conferirá os Direitos de Crédito a serem adquiridos conforme a cópia digitalizada do Termo de Cessão por ele recebido. Após a conferência acima mencionada o Administrador, ou qualquer outro prestador de serviços do Fundo, enviará ao Sacado a linha digitável com os novos dados para pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, os quais deverão ser integralmente pagos pelo Sacado na Conta Reserva indicada pelo Fundo;
 - (vii) O Sacado validará a existência dos Direitos de Crédito ao Fundo, de modo a se comprometer de forma irrevogável e irretroatável com a liquidação dos Direitos de Crédito junto ao Fundo, confirmando a cessão e descartando os dados para pagamento enviados anteriormente pelo Cedente. Desta forma o Sacado dará ciência da cessão e confirmará os valores e prazos dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
 - (viii) Após a confirmação do Sacado, o Administrador confrontará os Direitos de Crédito constantes na cópia digitalizada do Termo de Cessão, com os Direitos de Crédito confirmados pelo Sacado e efetuará o pagamento do Preço de Aquisição ao Cedente dos Direitos de Crédito confirmados pelo Sacado, observado o disposto na Cláusula VII abaixo; e
 - (ix) Quando do efetivo pagamento pelo Fundo referente à aquisição de parcela dos Direitos de Crédito, o Cedente assinará um Recibo que será disponibilizado no site do Fundo, informando quais os Direitos de Crédito e as respectivas parcelas que foram efetivamente cedidos ao Fundo. A via original do Recibo assinada pelo Cedente deverá ser encaminhada para o Agente de Monitoramento, juntamente com o Termo de Cessão original, conforme disposto no item 3.1.6, e caso o Agente de Monitoramento não receba referido Recibo assinado pelo Cedente no prazo estabelecido no item 3.1.6 abaixo, o Cedente não poderá realizar novas cessões ao Fundo.

3.1.1. Independente dos procedimentos eletrônicos acima descritos, o Fundo poderá, a seu exclusivo critério, realizar os procedimentos de aquisição de parcela de Direitos de Crédito do Cedente de forma manual ou por meio de correio eletrônico, devendo, nessa hipótese, o Gestor comunicar imediatamente ao Agente de Monitoramento, sobre a ocorrência.

3.1.2. Não obstante o abono da assinatura do Cedente pelo Administrador disposto no item (vi) acima, o Administrador poderá, a seu exclusivo critério, solicitar que o Cedente obtenha o reconhecimento de sua respectiva assinatura em cartório.

3.1.3. As partes e os intervenientes anuentes acordam que os Termos de Cessão serão celebrados somente entre o Fundo, representado pelo Administrador, e pelo Cedente.

3.1.4. Os Termos de Cessão e os Recibos poderão, quando o sistema for disponibilizado pelo Fundo, ser celebrados por meio eletrônico com o uso de Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, o qual garante a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras, observado que o certificado ICP-Brasil de assinatura digital não possui efeito perante terceiros e

tão somente entre as partes, salvo se tal documento for objeto de digitalização com fé pública ou registrada no cartório de títulos e documentos competente.

3.1.5. Por meio da celebração de cada Termo de Cessão, o Cedente estará obrigado a praticar todos os atos necessários para a efetivação daquela cessão e para que o Fundo possa notificar os Sacados quanto à cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo.

3.1.6. Após os procedimentos definidos no item 3.1 acima, os Termos de Cessão e os Recibos que não utilizarem a prerrogativa estabelecida no item 3.1.4, deverão ser celebrados de acordo com o seguinte fluxo:

- (i) o Cedente assina 2 (duas) vias do Termo de Cessão e 1 (uma) via do respectivo Recibo disponibilizados no site do Fundo e caso solicitado pelo Administrador reconhece as firmas dos representantes legais, e envia no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos após o pagamento pelo Fundo de referida cessão, as vias originais dos 2 (dois) documentos para o Agente de Monitoramento; e
- (ii) quando não houver necessidade do reconhecimento de firma, o Administrador abona as assinaturas do Cedente de acordo com o cartão de assinaturas, arquiva o Recibo, assina todas as vias originais do Termo de Cessão em nome do Fundo e verifica com o Gestor a necessidade de registro do Termo de Cessão e do respectivo Recibo em cartório de títulos e documentos para tomar as medidas necessárias e ao final encaminhar as vias originais do Termo de Cessão devidamente assinadas e, quando aplicável, registradas para o Cedente.

3.1.7. O Cedente aponta como responsáveis pela assinatura de cada Termo de Cessão e do respectivo Recibo objeto do presente Contrato, as pessoas indicadas na ficha cadastral e no cartão de assinatura enviado ao Consultor Especializado BDMG nos termos do presente Contrato.

3.2. Os Direitos de Crédito selecionados deverão ser cedidos pelo Cedente ao Fundo definitivamente e sem qualquer coobrigação.

3.3. O Fundo não adquirirá Direitos de Crédito cujos respectivos pagamentos por parte de seus Sacados possam ser realizados anteriormente às suas respectivas datas de vencimento com abatimento do preço.

3.3.1. O Cedente declarará em cada Termo de Cessão que os Direitos de Crédito objeto da cessão não possuem a prerrogativa de pagamento antecipado pelo Sacado com abatimento do preço.

3.3.2. Caso após a aquisição pelo Fundo seja verificado que algum Direito de Crédito adquirido pelo Fundo do Cedente possa ser pago antecipadamente pelo Sacado com abatimento do preço, o Agente de Monitoramento estará autorizado pelo Cedente a transferir automaticamente para o Fundo o valor da parcela daquele Direito de Crédito que era de propriedade do Cedente que represente a diferença entre (i) o valor total que deveria ser pago pelo Sacado do Direito de Crédito previsto pelo Fundo e (ii) o valor efetivamente pago pelo Sacado antecipadamente com abatimento do preço do Direito de Crédito.

3.3.3. Na hipótese estabelecida no item acima, o Agente de Monitoramento deverá observar o disposto na Cláusula II, especialmente no item 2.7.

3.4. No momento de cada cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, o Cedente declarará que as informações constantes nos documentos cadastrais entregues ao Fundo (cópia autenticada do Estatuto Social ou Contrato Social atualizado do Cedente, conforme o caso, juntamente com cópia autenticada dos documentos que comprovem os poderes de representação do Cedente para celebrar o respectivo Termo de Cessão e Recibo) não foram alteradas sem que tenham sido informadas para o Fundo.

3.4.1. Caso haja qualquer alteração nos documentos cadastrais do Cedente, o Cedente deverá entregar cópia autenticada dos documentos atualizados e os dados cadastrais acompanhados do cartão de assinaturas com firma reconhecida ao Consultor Especializado BDMG no endereço disposto no item 11.2 deste Contrato.

3.4.2. O Cedente deverá manter o Fundo atualizado sobre a documentação probatória de poderes dos seus representantes.

3.4.3. A critério do Fundo outros documentos poderão ser solicitados ao Cedente para a aprovação da cessão de Direitos de Crédito.

3.4.4. O cadastro do Cedente deverá ser atualizado pelo Gestor e pelo Administrador anualmente, ao final de cada exercício social do Fundo. Adicionalmente à atualização anual, o Gestor e o Administrador poderão solicitar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a substituição de quaisquer documentos ou ainda a entrega de documentos adicionais que julguem necessários para a atualização do cadastro do Cedente. Também nestas hipóteses a documentação deverá ser sempre entregue pelo Cedente ao Consultor Especializado BDMG.

3.4.5. Compete ao Gestor verificar o cumprimento dos requisitos aplicáveis ao Cedente para que permaneça credenciado junto ao Fundo, competindo também ao Gestor identificar o não cumprimento de qualquer dos requisitos e descredenciar o Cedente, fato que impedirá que o Cedente realize novas cessões de Direitos de Crédito ao Fundo enquanto perdurarem as irregularidades, devendo o Gestor comunicar imediatamente, por escrito, ao Administrador e ao Agente de Monitoramento sobre o descredenciamento.

3.5. O Termo de Cessão assinado pelo Cedente e pelo Administrador representando o Fundo e o respectivo Recibo assinado pelo Cedente, deverão ser arquivados pelas partes e representarão os documentos comprobatórios da realização das operações, inclusive para fins de fiscalização dos órgãos reguladores do Cedente e do Fundo, bem como para que o Administrador providencie o pagamento ao Cedente.

3.6. Confirmada a cessão nos termos do item acima, o Administrador providenciará, por conta e ordem do Fundo, o pagamento do Preço de Aquisição, conforme disposto na Cláusula VI deste Contrato.

3.7. A cessão será considerada formalizada na data do pagamento pelo Fundo ao Cedente do Preço de Aquisição da parcela dos Direitos de Crédito, definidos em cada Termo de Cessão e ratificado no respectivo Recibo.

3.8. A cessão formalizada na forma desta Cláusula III será irrevogável e irretroatável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo da plena titularidade da parcela dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros, garantias e ações a estes relacionados.

3.9. A cobrança dos Direitos de Crédito observará o previsto no Regulamento, especificamente na política de cobrança do Fundo detalhada no Regulamento.

3.10. Uma vez efetivada a cessão dos Direitos de Crédito pelo Cedente para o Fundo, o Fundo passará a ser o único titular da parcela desses Direitos de Crédito e poderá, portanto, a seu exclusivo critério e de acordo com o seu Regulamento: (i) cobrar e receber do respectivo Sacado, direta ou indiretamente, os valores devidos referentes a parcela de cada Direito de Crédito; e/ou (ii) vender ou ceder a parcela dos Direitos de Crédito para terceiros.

3.11. Formalizada a cessão da parcela dos Direitos de Crédito, o Cedente transfere a titularidade dos seus direitos sobre a parcela dos Direitos de Crédito e sobre todo e qualquer direito deles decorrentes ao Fundo, que passa a ser o seu único e legítimo proprietário.

3.12. O Cedente desde já autoriza expressamente o Fundo, por meio de seus prestadores de serviço, a realizar a comunicação ao Sacado sobre a cessão da parcela dos Direitos de Crédito, sendo tal comunicação considerada válida e suficiente para os fins do artigo 290 do Código Civil.

3.13. Caso algum Direito de Crédito cedido ao Fundo pelo Cedente esteja vencido e inadimplido, o Cedente ficará proibido de realizar novas cessões de Direitos de Crédito ao Fundo, até que os Direitos de Crédito sejam quitados, devendo o Gestor verificar, sempre no momento da cessão, se os Direitos de Crédito cedidos pelo Cedente encontram-se adimplidos.

CLÁUSULA IV – DO EVENTUAL RECEBIMENTO DE VALORES DOS DIREITOS DE CRÉDITO PELO CEDENTE

4.1. Todos e quaisquer valores relativos ao pagamento de Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, eventualmente recebidos pelo Cedente, devem ser imediatamente transferidos ao Fundo na conta corrente de titularidade do Fundo discriminada abaixo:

8

Esta página é parte integrante e indissociável do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre o FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS e a [Inserir denominação completa do CEDENTE], em [] de [] de 20[].
716542v25

Banco	Nº do Banco	Nº da Agência	Conta Corrente

4.1.1. Caso, nos termos do item acima, o Cedente receba quaisquer valores referentes aos Direitos de Crédito ou a parcela dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, o fará na qualidade de fiel depositário, de acordo com o artigo 627 e seguintes do Código Civil, devendo, sem qualquer dedução ou desconto, depositar os valores na conta corrente acima indicada, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado do recebimento de tais valores.

4.1.2. No caso de mora do Cedente com relação ao prazo estabelecido no item acima, o valor devido ao Fundo pelo Cedente será atualizado, de acordo com a variação da taxa diária do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) de 1 (um) dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no período, e será acrescido da penalidade prevista no item 9.2 deste Contrato, podendo o Cedente ser descredenciado pelo Fundo de modo a não poder realizar novas cessões ao Fundo.

4.1.3. Não obstante o acima estabelecido, no caso de mora do Cedente com relação ao prazo disposto no item 4.1.1, poderá o Cedente responder perante o Fundo pelas perdas e danos a que der causa.

4.1.4. O Cedente deverá comunicar ao Administrador, ao Gestor e ao Agente de Monitoramento, a respeito do crédito realizado nos termos desta Cláusula, informando inclusive a que Direito de Crédito se refere.

CLÁUSULA V – DO DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

5.1. O Fundo neste ato contrata o Cedente, na pessoa de seu sócio, o Sr. [●], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador do RG nº [●], inscrito no CPF/MF sob o nº [●] (“Depositário”), para atuar como depositário, para que guarde, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma do depósito voluntário, conforme previsto no artigo 627 do Código Civil, os originais dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito com parcelas de titularidade do Fundo cedidos pelo Cedente, observado o subitem abaixo.

5.1.1. Nos casos em que os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito com parcelas de titularidade do Fundo cedidos pelo Cedente não devam ficar sob a guarda do Cedente na qualidade de Depositário, o Administrador ou o Gestor informará tal fato para o Cedente no momento de cada cessão, para que o Cedente entregue a via original de tais Documentos Comprobatórios para o Administrador ou o Gestor no momento da cessão.

5.1.2. O Depositário aceita a nomeação como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios que ficarão sob sua guarda e custódia, declara conhecer as consequências decorrentes da eventual não restituição, quando exigida, dos Documentos Comprobatórios e assume a responsabilidade por todos os prejuízos comprovados que venha a causar ao Fundo, nos termos do artigo 652 do Código Civil, e assina o presente Contrato, responsabilizando-se por todas as obrigações ora assumidas por ele.

5.1.3. O Depositário obriga-se a prestar os serviços de guarda, custódia física, armazenagem e organização dos Documentos Comprobatórios. A guarda, custódia e armazenagem dos Documentos Comprobatórios serão realizadas pelo Depositário na sede do Cedente. O Depositário se compromete, ainda, a informar ao Administrador ou ao Gestor toda e qualquer alteração no endereço do estabelecimento por meio de correspondência, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da alteração no endereço do estabelecimento.

5.1.4. O Depositário, na condição de fiel depositário, manterá a guarda de todos os Documentos Comprobatórios, a partir da data de assinatura de cada Termo de Cessão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, devidamente formalizados e nas mesmas condições em que foram entregues ao Depositário.

5.1.5. O Administrador, o Gestor ou terceiros por eles contratados terão acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios, podendo, a qualquer tempo, nos horários normais de funcionamento do Depositário, sem nenhum custo adicional, consultar ou retirar os Documentos Comprobatórios e realizar diligências no

estabelecimento, com o objetivo de verificar o cumprimento, pelo Depositário, de suas obrigações, nos termos deste Contrato.

5.2. O Depositário providenciará, às suas próprias expensas, a aquisição e manutenção de todos os meios físicos necessários à guarda, preservação e organização dos Documentos Comprobatórios.

5.3. A perda, o extravio, a inexistência ou a indisponibilidade, por qualquer motivo, dos Documentos Comprobatórios, deverá ser imediatamente comunicada ao Administrador e ao Gestor, responsabilizando-se o Depositário pelos prejuízos a que der causa, bem como pela liquidação dos valores referentes às parcelas dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo referentes a tais Documentos Comprobatórios perdidos, extraviados, inexistentes ou indisponíveis.

5.3.1. A indisponibilidade temporária de qualquer Documento Comprobatório, decorrente de seu trânsito, não ensejará para o Depositário a responsabilidade referida acima, desde que este (i) apresente, por escrito, justificativa ao Administrador e ao Gestor sobre a impossibilidade de disponibilização de qualquer dos Documentos Comprobatórios e (ii) providencie a disponibilização dos Documentos Comprobatórios ao Administrador ou terceiros por eles contratados, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da solicitação do Documento Comprobatórios pelo Administrador ou terceiros por eles contratados.

5.3.2. O Depositário indenizará integralmente o Administrador e/ou o Fundo por quaisquer multas ou penalidades impostas por órgãos fiscalizadores e/ou reguladores, decorrentes do não atendimento de solicitações de informações ou dos Documentos Comprobatórios, em razão do previsto nos itens acima.

5.4. O Depositário, neste ato, assume as seguintes obrigações e responsabilidades perante o Administrador:

- (i) praticar todo e qualquer ato necessário ao bom e fiel cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato;
- (ii) zelar pela boa guarda e conservação dos Documentos Comprobatórios, pelo prazo máximo exigido pela legislação fiscal aplicável;
- (iii) armazenar os Documentos Comprobatórios de forma sistemática, organizada e cronológica;
- (iv) permitir a consulta, o manuseio ou a retirada de Documentos Comprobatórios sob sua guarda e custódia, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da solicitação, sem qualquer custo adicional, somente por pessoa devidamente credenciada/autorizada pelo Administrador, inclusive para fins de realização de procedimentos de auditoria;
- (v) utilizar companhia transportadora idônea para realizar a movimentação e o transporte de Documentos Comprobatórios, caso necessário;
- (vi) atender, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis (ou prazo menor, se assim solicitado pelas autoridades competentes) contado da data da solicitação, sem qualquer custo adicional, todo e qualquer pedido de informação referente aos Documentos Comprobatórios sob sua guarda e custódia, realizado pelo Administrador; e
- (vii) guardar e conservar os Documentos Comprobatórios no estabelecimento dentro de condições adequadas à conservação, adotando todas as medidas necessárias para tanto, sob pena de responder por perdas e danos.

5.5. A contratação do Depositário como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em ingerência e/ou controle, pelo Depositário, dos Direitos de Crédito a ele referentes.

5.6. É assegurado ao Administrador, a seu exclusivo critério, ou terceiros devidamente habilitados por eles, efetuar auditoria, com prévio aviso de 5 (cinco) Dias Úteis, nos horários normais de funcionamento do Depositário, das atividades de depósito e custódia física dos Documentos Comprobatórios, com o fim de verificar o exato cumprimento das disposições deste Contrato, podendo, inclusive, solicitar ao Depositário que efetue os ajustes ou as correções que entenderem necessárias ao bom cumprimento deste Contrato. As avenças contidas neste item permanecerão em vigor mesmo após a rescisão deste Contrato, até a liquidação do Fundo.

5.7. Na hipótese de a auditoria prevista no item acima apontar que a guarda dos Documentos Comprobatórios está em desacordo com o previsto neste Contrato ou no Regulamento, o Administrador deverá tomar as medidas cabíveis a preservar os direitos, interesses e garantias dos titulares de cotas do Fundo.

CLÁUSULA V – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO CEDENTE

6.1. O Cedente, devidamente representado na forma de seus atos constitutivos, declara e assegura ao Fundo, na data de assinatura deste Contrato e na data de cada cessão de Direitos de Crédito:

- (i) Que responde pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que serão cedidos ao Fundo, nos termos do artigo 295 do Código Civil;
- (ii) Que a celebração deste Contrato, dos respectivos Termos de Cessão e dos respectivos Recibos, e a consequente cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo não acarretará o descumprimento total ou parcial de quaisquer obrigações do Cedente com terceiros;
- (iii) Que é vedado o recebimento pelo Cedente de quaisquer quantias que por força da cessão passarão a ser de titularidade do Fundo e que, no caso de eventual recebimento de valores de titularidade do Fundo pelo Cedente, o Cedente receberá tais valores na condição de fiel depositário e deverá informar imediatamente ao Gestor, para que o Gestor possa instruí-lo quanto à transferência dos recursos ao Fundo em até 01 (um) Dia Útil;
- (iv) Ser uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;
- (v) Que a celebração deste Contrato, de cada Termo de Cessão e dos respectivos Recibos, juntamente com a assunção das obrigações deles decorrentes, foram devidamente autorizados nos termos de seus atos constitutivos;
- (vi) Que as pessoas que assinam o presente Contrato e que assinarão cada Termo de Cessão e Recibo têm e terão poderes para assumir, em nome do Cedente, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros, nos termos definidos neste Contrato;
- (vii) A situação econômica, financeira e patrimonial do Cedente, até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não impacta de maneira adversa o cumprimento deste Contrato pelo Cedente;
- (viii) Ter recebido todas as licenças, autorizações e permissões, incluindo, sem limitação, licenças ambientais, autorizações governamentais, e as autorizações de serviço por parte do Sacado, e tais licenças, autorizações e permissões deverão estar em pleno vigor e efeito;
- (ix) Os Direitos de Crédito que, por força de cada Termo de Cessão e Recibo serão cedidos ao Fundo, serão até a efetiva cessão, de legítima e exclusiva titularidade do Cedente, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, inclusive contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, que possam obstar sua cessão e o pleno gozo e uso, pelo Fundo, de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados aos Direitos de Crédito a este cedidos, nos termos deste Contrato;
- (x) Ser legítimo e único titular dos Direitos de Crédito, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (xi) Que o Direito de Crédito, sua cessão ou alienação no âmbito deste Contrato, e este Contrato são válidos e exequíveis e não estão em violação ou desacordo com nenhuma lei, regra ou regulamentação que sejam aplicáveis;
- (xii) Ter conhecimento de que o Fundo somente efetuará a aquisição de parcela de Direitos de Crédito de acordo com o item 1.4.1 acima;
- (xiii) Ter conhecimento de que o Fundo poderá, a seu exclusivo critério, recusar quaisquer Direitos de Crédito constante no Termo de Cessão, sem ter que apresentar qualquer justificativa;
- (xiv) Ter conhecimento de que a cessão dos Direitos de Crédito, nos termos deste Contrato, dependerá da aprovação do Sacado que será emitida por meio eletrônico, manifestando ciência e concordância com a cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente para o Fundo, inclusive para os fins do artigo 290 do Código Civil;

- (xv) Estar ciente e desde já autorizar o Sacado a fornecer informações do Cedente ao Fundo, em especial relativas a potencial cessão de Direitos de Crédito que o Cedente poderá realizar ao Fundo, sendo que tal autorização prevalece sobre qualquer acordo de confidencialidade eventualmente celebrado entre as partes.
- (xvi) Que responde pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade, liquidez e correta formalização dos Direitos de Crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil, bem como pela existência e validade dos Documentos Comprobatórios, de modo que o Fundo terá direito de regresso contra o Cedente;
- (xvii) Que as informações cadastrais prestadas para o Consultor Especializado BDMG não foram alteradas, sendo certo que qualquer alteração das informações acima mencionadas deverá ser informada pelo Cedente ao Fundo no prazo de 1 (um) Dia Útil; e
- (xviii) Não obstante o disposto neste Contrato, o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Agente de Monitoramento e os Consultores Especializados não serão responsáveis pelos resultados obtidos na implementação da política de cobrança ou pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Sacados que estejam inadimplentes com o Fundo.

6.2. Caso o Fundo, representado por qualquer de seus prestadores de serviços, o Gestor ou o Agente de Monitoramento, constatem que qualquer das declarações acima não é verdadeira, o Cedente responderá perante o Fundo pelas perdas e danos a que der causa e poderá ser descredenciado, de modo a não poder realizar novas cessões ao Fundo.

CLÁUSULA VII – DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DO DIREITO DE CRÉDITO E DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Em contrapartida pela aquisição de Direitos de Crédito, o Fundo pagará a cada Cedente o Preço de Aquisição constante na página do Fundo na internet, o qual será obtido por meio da aplicação de Taxa Mínima de Desconto em relação ao valor do Direito de Crédito, nos termos da fórmula abaixo:

$$\text{Preço de Aquisição} = \frac{\text{Valor DC Nominal} \times [1 - (\% \text{ Conta Reserva})]}{(1 + \% \text{ Taxa de Desconto})^{\frac{\text{Dias}}{252}}}$$

onde:

“Preço de Aquisição” é o valor nominal de aquisição do Direito de Crédito que será pago pelo Fundo ao Cedente;

“Valor DC Nominal” é o valor nominal do Direito de Crédito que será alienado ao Fundo, conforme condições acordadas entre o Gestor e o Cedente em cada Termo de Cessão;

“% Conta Reserva” é o percentual da cessão que deverá ser cedido e mantido em Conta Reserva para garantir eventuais atrasos e inadimplência de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo pelo Cedente. Este índice será definido pelo Conselho Consultivo de Crédito do Fundo, de acordo com as características e especificidades de cada Sacado ou carteira de Direitos de Crédito e constará no respectivo Acordo Operacional celebrado com cada Sacado;

“Dias” é o número de Dias Úteis, entre a data de aquisição do Direito de Crédito, exclusive, e sua respectiva data de vencimento, inclusive; e

“Taxa Mínima de Desconto” será composta pela Taxa Mínima de Cessão, a Taxa de Administração e o “Excess Spread”, definidos abaixo, e corresponde a uma taxa de juros pré-fixada a ser aplicada para determinar o valor nominal presente de um Direito de Crédito no vencimento ou de um fluxo futuro, por exemplo, de uma carteira de Direitos de Crédito. A Taxa de Desconto será definida pelo Conselho Consultivo de Crédito do Fundo e será definida em cada Termo de Cessão, de acordo com os termos e condições deste Contrato e obedecerá a fórmula abaixo:

$$\text{Taxa Mínima de Desconto} = \text{Taxa Mínima de Cessão} + \text{Taxa de Administração} + \text{Excess Spread}$$

na qual:

“Taxa Mínima de Cessão” é a rentabilidade alvo do Fundo, conforme definida no Regulamento, de maior valor dentre as séries de cotas seniores emitidas pelo Fundo e em vigor até aquela data;

“Taxa de Administração” é a taxa de administração definida no Regulamento; e

“Excess Spread” é a parcela excedente para mitigar eventuais descasamentos de indexadores e atrasos de forma a incrementar o pacote de garantias do Fundo, bem como remunerar os detentores de cotas subordinadas do Fundo, sendo que seu valor será de no mínimo 15% (quinze por cento) do CDI.

7.2. Para as aquisições de Direitos de Crédito pelo Fundo no mesmo Dia Útil, será aplicada a mesma taxa de desconto para todos os Cedentes de Direitos de Crédito que tenham como devedor o mesmo Sacado.

7.3. A taxa de desconto será disposta nos Termos de Cessão celebrados para cada transação.

7.4. O pagamento do Preço de Aquisição que o Fundo deva efetuar ao Cedente será realizado na data de aquisição dos Direitos de Crédito, mediante crédito na conta corrente indicada pelo Cedente no respectivo Termo de Cessão, de titularidade do Cedente, observado que, de acordo com as regras emitidas pelo Banco Central do Brasil, alguns pagamentos poderão não ocorrer na data programada, mas somente no Dia Útil subsequente à data de sua aquisição.

7.4.1. Quando do cadastro do Cedente junto ao Fundo, o Cedente informará as contas correntes de sua titularidade que pretende pré-cadastrar junto ao Fundo para que seja realizado o pagamento referente ao Preço de Aquisição e a transferência da parcela mantida como garantia para o Fundo. Qualquer alteração, exclusão ou inclusão de contas-correntes de titularidade do Cedente deverão ser informadas ao Gestor e ao Consultor Especializado BDMG, por correio eletrônico, com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência.

7.4.2. O Cedente poderá indicar somente uma conta corrente de sua titularidade por Termo de Cessão para recebimento do Preço de Aquisição.

7.5. A negociação dos Direitos de Crédito constantes do Termo de Cessão operar-se-á com a venda à vista pelo Cedente de seus direitos no mesmo Dia Útil da respectiva cessão, adquiridos pelo Fundo mediante um o Preço de Aquisição certo e ajustado entre as partes, pagável à vista.

7.6. Na hipótese do pagamento do Preço de Aquisição não ocorrer no Dia Útil subsequente ao envio pelo Cedente ao Administrador da cópia digitalizada do Termo de Cessão, conforme disposto no item 3.1 (v), e caso tal atraso seja ocasionado por um caso fortuito ou força maior, o Fundo, o Administrador, o Gestor e/ou o Agente de Monitoramento não incorrerão em qualquer multa ou penalidades judiciais ou extrajudiciais, nos termos do artigo 393 do Código Civil, sendo que, neste caso, o pagamento do Preço de Aquisição deverá ser realizado no primeiro Dia Útil subsequente ao restabelecimento da situação que ensejou o caso fortuito ou força maior.

7.6.1. Para fins do disposto no item acima, considera-se caso fortuito ou força maior as hipóteses a seguir elencadas, além de outras hipóteses que possam ser assim configuradas: (i) problema operacional do site do Fundo, do Administrador e/ou do Agente de Monitoramento; e (ii) falhas na comunicação com o Administrador.

CLÁUSULA VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

8.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, o Cedente expressamente obriga-se a:

- (i) Manter a documentação cadastral atualizada perante o Fundo, observados os prazos estabelecidos neste Contrato;
- (ii) Comunicar ao Fundo, por meio do Consultor Especializado BDMG, sobre eventuais alterações nas informações cadastrais fornecidas no prazo estabelecido neste Contrato;
- (iii) Comunicar ao Fundo e transferir-lhe, no prazo de 1 (um) Dia Útil da verificação do seu recebimento, quaisquer valores que eventualmente venha a receber com relação aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título;
- (iv) Encaminhar ao Fundo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da data do recebimento da citação, cópia de pedido de falência contra si apresentado por terceiros;

13

- (v) Encaminhar ao Fundo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o protocolo da respectiva ata no registro do comércio, cópia de qualquer proposta de pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução e/ou liquidação aprovada por seus órgãos societários;
- (vi) Efetuar, de acordo com as regras contábeis aplicáveis nos termos da lei brasileira, os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão irrevogável e irrevocabível dos Direitos de Crédito ao Fundo, sem qualquer coobrigação; e
- (vii) Indenizar o Fundo em razão do descumprimento, incorreção ou falsidade das declarações e obrigações de que tratam esta Cláusula e este Contrato.

8.2. Não obstante o disposto acima, o Cedente, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, assumirá, em consequência, integral responsabilidade pela existência e validade dos Direitos de Crédito, incluindo, mas não se limitando nas seguintes hipóteses:

- (i) Se os Direitos de Crédito ou a parcela dos Direitos de Crédito alienados ao Fundo forem objeto de outra alienação, ajuste ou oneração, sem consentimento prévio e expresso do Fundo;
- (ii) Se os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo forem objeto de acordo entre o Cedente e o Sacado que possa ensejar arguição ou compensação e/ou outra forma de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem um dos direitos emergentes dos Direitos de Crédito negociados;
- (iii) Se o Sacado do Direito de Crédito refutar, contestar, ou devolver total ou parcialmente os produtos, mercadorias ou prestação de serviços fornecidos ao Cedente, devendo o Cedente comunicar imediatamente tal fato ao Fundo;
- (iv) Se o Cedente receber em pagamento, no todo ou em parte, valores relativos aos Direitos de Crédito negociados com o Fundo, além das cominações legais relativas à formalização da cessão, fica o Cedente, na pessoa de seu sócio, o(a) Sr(a). [●], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do Documento de Identidade [RG/RNE] nº [●], inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [●], residente e domiciliado(a) na Cidade de [●], Estado de [●], na [insérer endereço completo], na condição de Fiel Depositário de tais valores, nos termos do artigo 645 do Código Civil, obrigada a devolvê-los ao Fundo no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil, sob pena de, decorrido esse prazo, ficar caracterizada a apropriação indébita, de acordo com as disposições do artigo 168 do Código Penal;
- (v) Se a falta de pagamento por parte do Sacado do Direito de Crédito resultar de ato de responsabilidade do Cedente;
- (vi) Se for oposta qualquer exceção, defesa ou justificativa pelo Sacado do Direito de Crédito baseada em fato de responsabilidade do Cedente ou contrário aos termos deste Contrato; e
- (vii) Se for oposta qualquer exceção, defesa ou justificativa pelo Sacado baseada na recusa ou aceitação de valores relativos aos Direitos de Crédito negociados com o Fundo ou qualquer forma de inadimplemento do Cedente junto ao mesmo Sacado, ou contraprotesto do Sacado e/ou reclamação judicial deste contra o Cedente.

8.3. Concluída a operação de cessão e sobrevindo as hipóteses elencadas nos item supra, obriga-se o Cedente a recomprar em moeda corrente nacional tais Direitos de Crédito do Fundo, pelo valor atualizado dos títulos negociados, de acordo com a variação da taxa diária do CDI de 1 (um) dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no período, acrescido de multa não compensatória de 2% (dois por cento), e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados sobre o valor devido, tudo conforme autorizam os artigos 389 ao 392 e 394 ao 396 do Código Civil.

8.3.1. O prazo para o Cedente recomprar os Direitos de Crédito será de 48 (quarenta e oito) horas após a ciência pelo Fundo e notificação ao Cedente da ocorrência das hipóteses elencadas no item 8.2 acima.

8.3.2. A recusa pelo Cedente da recompra dos Direitos de Crédito no prazo estipulado acima poderá dar ensejo à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos referidos Direitos de Crédito contra o Cedente, na forma prevista no Regulamento.

8.3.3. No caso de o Fundo, ou terceiro subcontratado pelo Fundo, acionar judicialmente o Sacado do Direito de Crédito em decorrência dos casos previstos nesta Cláusula, obriga-se o Cedente a reembolsar, com todos os acréscimos legais, o valor desembolsado pelo Fundo, incluindo despesas com advogados e custas processuais.

CLÁUSULA IX – DO PRAZO, DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

9.1. O presente Contrato é celebrado por prazo indeterminado e ficará rescindido de pleno direito em caso de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou de requerimento de falência do Cedente, ou ainda por descumprimento de qualquer uma de suas Cláusulas e/ou condições, respeitado em qualquer caso o disposto no subitem abaixo.

9.1.1. Em caso de rescisão do presente Contrato, o Fundo permanece com o direito de receber todos os Direitos de Crédito que lhe houverem sido transferidos pelo Cedente, judicial e/ou extrajudicialmente.

9.2. O inadimplemento, por qualquer das partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da parte inadimplente, com a atualização do valor devido, de acordo com a variação da taxa diária do CDI de 1 (um) dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no período, e a parte inadimplente estará sujeita ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.

CLÁUSULA X – DO REGISTRO

10.1. O presente Contrato e seus aditamentos serão registrados em cartório de títulos e documentos das sedes das partes, conforme procedimento disposto no item 11.1 ((iv)) abaixo.

10.2. O Cedente declara, neste ato, que se e quando solicitado pelo Fundo ou por qualquer dos prestadores de serviços do Fundo, deverá providenciar o registro deste Contrato e seus aditamentos no cartório de títulos e documentos de sua sede.

10.3. Os custos para registro do presente Contrato, seus aditamentos, cada Termo de Cessão e respectivo Recibo, nos termos dos itens supra, correrão por conta do Fundo quando realizado na praça de sua sede, e por conta do Cedente quando a sede do Cedente for diversa da sede do Administrador.

10.4. O Gestor, ao seu exclusivo critério, poderá informar ao Administrador para que providencie o registro de cada Termo de Cessão em cartório de títulos e documentos na praça da sede do Administrador, bem como para que o Administrador providencie o registro no cartório de títulos e documentos na praça da sede do Cedente e envie imediatamente ao Cedente 1 (uma) via original devidamente registrada.

10.4.1. O Administrador poderá utilizar-se de terceiros contratados pelo Fundo para providenciar o registro na praça da sede do Cedente, sendo que as despesas incorridas, exceto os custos de registro, correrão por conta do Fundo.

10.4.2. Os custos para registro de cada Termo de Cessão e respectivo Recibo na praça da sede do Administrador correrão por conta do Fundo e quando o Cedente estiver localizado em outra praça que não a mesma da sede do Administrador, os custos para registro de cada Termo de Cessão e respectivo Recibo na sede do Cedente serão arcados pelo próprio Cedente.

10.4.3. Após o registro de cada Termo de Cessão e respectivo Recibo na sede do Cedente pelo Administrador ou por terceiros contratados pelo Fundo, o Administrador encaminhará ao Cedente, por uma das formas de comunicação previstas no item 11.2 deste Contrato, os comprovantes de pagamento referentes aos custos de registro dos Termos de Cessão e respectivo Recibo no cartório de títulos e documentos na praça da sede do Cedente.

10.4.4. O Cedente deverá reembolsar o Fundo pelos custos de registro dos Termos de Cessão e respectivo Recibo no cartório de títulos e documentos na praça da sede do Cedente, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de recebimento do comprovante de pagamento mencionada no item acima, sob pena de incorrer nas penalidades previstas no item 9.2 deste Contrato, além da possibilidade de ser descredenciado pelo Fundo de modo a não poder realizar novas cessões ao Fundo.

CLÁUSULA XI – DO FLUXO PARA A CELEBRAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO E DAS COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

11.1. As partes celebrarão o Contrato respeitando o fluxo abaixo definido:

- (i) O Cedente assina o Contrato em 4 (quatro) vias e envia ao Gestor;
- (ii) O Gestor assina o Contrato e envia ao Agente de Monitoramento;
- (iii) O Agente de Monitoramento assina o Contrato e envia ao Administrador;
- (iv) O Administrador abona as assinaturas dos representantes legais do Cedente, do Gestor e do Agente de Monitoramento e providencia o registro do Contrato em cartório de títulos e documentos na praça de sua sede, e caso a sede do Cedente não seja na mesma praça da sede do Administrador, o Administrador encaminha o Contrato ao Cedente para que o Cedente providencie o registro no cartório de títulos e documentos na praça de sua sede, mantenha consigo 1 (uma) via original do Contrato e envie imediatamente ao Administrador 3 (três) vias originais do Contrato. Os custos para registro do Contrato na sede do Administrador correrão por conta do Fundo e quando o Cedente estiver localizado em outra localidade que não a mesma localidade da sede do Administrador, os custos para registro de Contrato na sede do Cedente serão arcados pelo próprio Cedente; e
- (v) O Administrador manterá consigo 1 (uma) via original do Contrato e enviará 1 (uma) via original do Contrato para o Gestor e 1 (uma) via original do Contrato para o Agente de Monitoramento.

11.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviadas por qualquer das partes nos termos deste Contrato ou de qualquer dos Termos de Cessão serão consideradas recebidos quando entregues sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo indicados. As comunicações realizadas por fac-símile, por correio eletrônico ou por outro meio de transmissão eletrônica, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de "answer back" (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) e desde que os respectivos originais das comunicações feitas por fac-símile ou por correio eletrônico sejam encaminhados para os endereços abaixo em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do envio da comunicação feita por fac-símile, por correio eletrônico ou por outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins deste item, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, via correio eletrônico ou por outro meio de transmissão eletrônica, ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

(i) Para o Cedente:

Endereço completo: [●]

At.: Sr(a). [●]

Telefone: ([●])([●])[●]

Fac-Símile: ([●])([●])[●]

Correio eletrônico: [●]

- (ii) Para o Fundo e/ou para o Administrador:
Endereço completo: Avenida Paulista, nº 1.111, 6º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01311-920
At: Client Executive - SFS
Telefone: (11) 4009-7389
Fac-Símile: (11)2122-2034
Correio eletrônico: citi.administracao@citi.com
- (iii) Para o Gestor:
Endereço completo: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.179, 8º andar, São Paulo/SP, CEPº01452-000
At: Sr(a). Henrique Loyola
Telefone: (11)3526-1312
Fac-Símile: (11)3526-1350
Correio eletrônico: fidccpmg@xpgestao.com.br
- (iv) Para o Agente de Monitoramento:
Endereço completo: Rua Tabapuã, nº 1123, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04533-014
At: Sr(a). Juliana Aguiar e Carolina Sampaio
Telefone: (11)3133-0350
Fac-Símile: (11) 3133-0360
Correio eletrônico: controle@brltrust.com.br e csampaio@brltrust.com.br
- (v) Para o Consultor Especializado BDMG:
Endereço completo: Rua Bahia, nº 1.600, Belo Horizonte/MG, CEP 30160-907
At: Sr(a). Saulo Marques Cerqueira e Giselle Moraes da Fonseca Diniz
Telefone: (31) 3219-8131 e 3219-8176
Fac-Símile: (31) 3219-8375
Correio eletrônico: mccontrato@bdlmg.mg.gov.br

CLÁUSULA XI – DO MEIO AMBIENTE, TRABALHO ESCRAVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As partes declaram e garantem mutuamente que:

- (i) exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável, e que detêm as aprovações necessárias à celebração deste Contrato e ao cumprimento das obrigações nele previstas;
- (ii) não utilizam de trabalho ilegal, e comprometem-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, e do menor até 18 (dezoito) anos de idade, seja direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos e de serviços, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade;
- (iii) não empregam menor até 18 (dezoito) anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22:00 horas e 5:00 horas;
- (iv) não utilizam práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de: sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico; e
- (v) comprometem-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlatas, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

12.2. As partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias e cabíveis conforme previsto na Circular nº 2.852/98 do Banco Central do Brasil, na Instrução CVM nº 301/99, conforme alterada, com a finalidade de

prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613/98.

12.3. A este Contrato, inclusive no que se refere às suas obrigações acessórias, especialmente as de juros, multa e correção monetária, se confere a condição de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, do Código de Processo Civil, observadas as obrigações de fazer e não fazer da tutela específica constante nos artigos 638, 642 e 645 do Código de Processo Civil.

12.4. Os termos iniciados em letras maiúsculas neste Contrato deverão ter os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento, exceto se de outra forma expressamente estipulado neste Contrato.

12.5. Para fins do presente Contrato considera-se Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito federal no Brasil, e caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Contrato e/ou do Regulamento não forem Dia Útil, conforme esta definição, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente subsequente.

12.6. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas partes.

12.7. Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato não cria e não estabelece qualquer relação comercial, societária ou trabalhista entre o Cedente e o Fundo.

12.8. Os anexos ao presente Contrato bem como o Termo de Cessão e o Recibo são parte integrante e inseparável do Contrato. Em caso de dúvidas entre o Contrato acrescido de seus anexos, do Termo de Cessão e do Recibo, prevalecerão as disposições do Contrato, do Termo de Cessão e do Recibo, dado o caráter complementar daqueles em relação a este Contrato.

12.9. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

12.10. As partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores a qualquer título.

12.11. Se qualquer disposição deste Contrato for considerada inválida e/ou ineficaz, as partes deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos. A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato.

12.12. Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato constituem ônus de responsabilidade do contribuinte, conforme definido na lei tributária brasileira.

12.13. Cada uma das partes obriga-se a manter sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras partes (incluindo, sem limitação, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos.

12.14. Fica acordado pelas partes que o Fundo poderá divulgar os termos e condições do presente Contrato e informações sobre as operações realizadas no âmbito deste Contrato para seus cotistas e prestadores de serviços do Fundo, bem como quando exigido por lei ou pela regulamentação aplicável, por ordem judicial ou administrativa.

12.15. O presente Contrato se rege de acordo com as leis brasileiras, sendo que todas as obrigações assumidas no presente Contrato serão exigidas e cumpridas exclusivamente pelas partes sujeitas às leis do Brasil, incluindo qualquer ato governamental, ordem, decretos e regulamentações.

12.16. Os termos e condições do presente Contrato prevalecerão sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriores entre as partes, expressos ou implícitos, referentes às condições aqui estabelecidas, ficando expressamente revogados todos os instrumentos anteriormente firmados pelas partes tendo como objeto a cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente ao Fundo.

18

12.17. Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é vedada a cessão total ou parcial dos direitos e das obrigações decorrentes deste Contrato, sem prévio consentimento das outras partes, sendo permitida a cessão ou permuta pelo Fundo dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

12.18. O Cedente, na data de assinatura deste Contrato, declara ter lido o Regulamento, declarando estar ciente de seus termos sem nenhuma oposição ao respectivo teor.

12.19. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões relativas ao presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [●] de [●] de 20[●].

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
representado pela Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

[DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA DO CEDENTE]

Intervenientes anuentes:

XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

BRL TRUST SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Fiel depositário valores relativos aos Direitos de Crédito:

Sr. [●]

Testemunhas:

1. _____
Nome:
CPF/MF:

2. _____
Nome:
CPF/MF:

ANEXO A

TERMO DE CESSÃO Nº [REDACTED]

Conforme Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças datado de [REDACTED].

FUNDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Cadeias Produtivas de Minas Gerais	CNPJ/MF: 12.987.060/0001-29
GESTORA: XP Gestão de Recursos Ltda.	CNPJ/MF: 07.625.200/0001-89
CEDENTE: [REDACTED]	CNPJ/ MF: [REDACTED]

Valor DC Nominal Total:	R\$ [REDACTED]
(-) Valor Total Retido (% Conta Reserva):	R\$ [REDACTED]
(=) Valor Total Adquirido:	R\$ [REDACTED]
(-) Descontos (Taxa de Desconto):	R\$ [REDACTED]
(=) Preço de Aquisição:	R\$ [REDACTED]
(-) Despesas de liquidação financeira (TED ou DOC):	R\$ [REDACTED]
(-) Outras Taxas e Custos:	R\$ [REDACTED]
(=) Valor Líquido Para Crédito:	R\$ [REDACTED]

Em conformidade com o Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), o Cedente informa que os pagamentos que o Fundo deva efetuar para ele deverão ser realizados mediante crédito na conta corrente abaixo discriminada, de titularidade do Cedente.

Banco	Nº do Banco	Nº da Agência	Conta Corrente

1. Todas as condições e termos relativos a presente cessão que não estiverem expressamente estabelecidos neste Termo de Cessão encontram-se descritos no Contrato de Cessão celebrado entre as partes.
2. Pelo presente Termo de Cessão, o Cedente cede e transfere ao Fundo, sem qualquer coobrigação do Cedente, a parcela dos Direitos de Crédito descritos na relação de Direitos de Crédito cedidos, pelo Preço de Aquisição/Valor Negociado e Taxa de Desconto acima especificados, mediante crédito na conta corrente autorizada, conforme o caso, pelo que o Cedente outorga ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.
3. O Cedente declara, por este Termo de Cessão, que o Direito de Crédito cedido não está sujeito a disputa, compensação, contestação ou recusa de qualquer caso, exceto pelas compensações a que o Fundo possa ter direito nos termos do Contrato de Cessão.
4. O Cedente declara que não possui nenhuma restrição (inclusive legal, regulatória ou contratual) para a venda, cessão ou alienação do Direito de Crédito em referência.
5. O Cedente declara que não está em atraso ou em mora em suas obrigações para com o Fundo ou para com o Sacado, bem como que não está envolvido em nenhuma disputa judicial ou extrajudicial com o Sacado em relação ao pagamento de mercadorias entregues ou serviços prestados em relação a qualquer Direito de Crédito cedido.
6. O Cedente declara que as informações constantes nos documentos cadastrais entregues para o Fundo estão atualizadas e que todas as alterações realizadas já foram devidamente informadas para o Fundo.
7. As partes declaram estarem cientes do disposto na Lei nº 9.613/98, sobre crimes de "lavagem de dinheiro", e normas complementares editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e de suas responsabilidades em razão destes dispositivos legais.

20

Esta página é parte integrante e indissociável do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre o FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS e a [REDACTED], em [REDACTED] de [REDACTED] de 20[REDACTED].
716542v25

8. O Cedente declara ter conhecimento de que o Fundo somente efetuará a aquisição de parcela de Direitos de Crédito se possuir recursos para mencionada aquisição e desde que a parcela de Direitos de Crédito atenda, cumulativamente, na data de aquisição: (a) a política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo e a política de aquisição de Direitos de Crédito do Fundo, conforme disposto no Regulamento; (b) aos critérios de elegibilidade definidos no Regulamento; e (c) as condições de cessão, previstos no Regulamento vigente na data de cada cessão dos Direitos de Crédito.

9. O Cedente declara ter conhecimento de que o Fundo poderá, a seu exclusivo critério, recusar quaisquer Direitos de Crédito constante neste Termo de Cessão.

10. A presente cessão é realizada em caráter irrevogável e irretratável pelo Cedente, excluída expressamente a cláusula de arrependimento, obrigando o Cedente e seus sucessores a qualquer título.

11. O Cedente declara ter ciência que entre a data de assinatura deste Termo de Cessão pelo Cedente e a assinatura deste Termo de Cessão pelo Fundo, o Sacado será consultado sobre os Direitos de Crédito constantes neste documento e somente serão objeto da cessão os Direitos de Crédito confirmados pelo Sacado.

12. O presente Termo de Cessão será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

13. As partes, pelo presente Termo de Cessão, irrevogavelmente concordam em submeter ao Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, quaisquer divergências que venham a resultar do presente Termo de Cessão, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14. Este Termo de Cessão é parte integrante do Contrato de Cessão.

15. O Cedente por meio deste Termo de Cessão solicita o crédito do Valor Líquido Para Crédito acima informado, em sua conta corrente pré-cadastrada. Cópia deste documento e do comprovante de transferência constitui documento hábil para comprovação da presente cessão.

Relação dos títulos objeto de contrato (borderô):						
Nº Registro Cob. Bancária	CPF/CNPJ	Nome do Sacado	Data de Vencimento	Valor de Face	Valor de Aquisição	Taxa de Desconto (% a.m)

Os termos utilizados neste Termo de Cessão, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Contrato de Cessão. Este Termo de Cessão é parte integrante do Contrato de Cessão para todos os fins e efeitos.

[Local], [●] de [●] de 20[●].

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS
representado pela Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

[DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA DO CEDENTE]

Testemunhas:

1. _____
Nome: _____
CPF/MF: _____

2. _____
Nome: _____
CPF/MF: _____

ANEXO B

RECIBO N° [●]

[DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA DO CEDENTE], com sede na Cidade de [●], Estado de [●], na [inscrir endereço completo], inscrita no CNPJ/MF sob o n° [●], neste ato representada por seus representantes legais (doravante denominada “Cedente”), na qualidade de cedente de Direitos de Crédito para o Fundo Investimento em Direitos Creditórios – Cadeias Produtivas de Minas Gerais, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob o n° 12.987.060/0001-29 (“Fundo”),

DECLARA, para todos os fins de direito, que:

(i) as parcelas dos Direitos de Crédito abaixo discriminadas foram devidamente cedidas e transferidas ao Fundo, definitivamente e sem qualquer coobrigação;

Relação de Direitos de Crédito - N°	Valor Nominal	Preço de Aquisição	Percentual Cedido ao Fundo	Percentual de titularidade do Cedente

(ii) as parcelas dos Direitos de Crédito discriminadas na planilha acima, constavam no Termo de Cessão n° [●], o qual foi devidamente assinado pelos representantes legais do Cedente;

(iii) tem ciência de que as parcelas dos Direitos de Crédito constantes no Termo de Cessão acima mencionado e que não constam na Relação Direitos de Crédito do presente Recibo, não foram cedidas ao Fundo e, por essa razão, permanecem sob a propriedade, titularidade e exclusiva responsabilidade do Cedente;

(iv) a cessão ao Fundo das parcelas dos Direitos de Crédito acima especificadas, foi realizada em caráter irrevogável e irretratável, estando referidas parcelas dos Direitos de Crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, inclusive contestação judicial, extrajudicial ou administrativa; e

(v) recebeu do Fundo a quantia de R\$ [●] ([●] reais) correspondente ao Preço de Aquisição pelo Fundo das parcelas dos Direitos de Crédito cedidos pelo Cedente ao Fundo, conforme acima discriminado.

O Cedente, neste ato, outorga ao Fundo a plena, rasa e geral quitação em relação a quantia paga pela cessão ao Fundo das parcelas dos Direitos de Crédito acima especificadas, nada mais tendo a exigir ou a reclamar em tempo algum em relação as parcelas dos Direitos de Crédito cedidas ao Fundo, sendo que o Fundo, neste ato passa a usar, gozar e dispor de todos os direitos, garantias e prerrogativas relacionados a as parcelas dos Direitos de Crédito adquiridas pelo Fundo.

[Local], [●] de [●] de 20[●].

[DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA DO CEDENTE]

ANEXO VI

- Declarações nos Termos do Art. 56, Instrução CVM nº 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)




DECLARAÇÃO


A CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.111, 2º andar (parte), Bela Vista, CEP 01311-920, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório da CVM nº 1.223, de 08.01.1990, neste ato devidamente representada, na qualidade de instituição prestadora dos serviços de administração, custódia qualificada, controladoria e escrituração das cotas ("Administrador") do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.987.060/0001-29 ("Fundo"), conforme disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400"), vem, por meio desta,

DECLARAR:

- (i) Que o prospecto:
 - a. Contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, das Cotas Seniores da 1ª Série, das Cotas Subordinadas e do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
 - b. foi elaborado de acordo com as normas pertinentes;
- (ii) Que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM nº 400.

São Paulo, 01 de junho de 2011.


CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Karleen Elias
CPF: 278.815.168-90
RG: 28.596.050-7 Administrador


Carolina Cardoso F. de Souza
CPF: 246.669.788-26
RG: 23.333.777-5

DECLARAÇÃO

A **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.434, bloco 7, 2º andar, salas 201 à 207 e 208 (parte), Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.332.886/0001-04, neste ato devidamente representada, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública de Cotas Seniores da 1ª Série e de Cotas Subordinadas (“Coordenador Líder”) do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – CADEIAS PRODUTIVAS DE MINAS GERAIS**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.987.060/0001-29 (“Fundo”), conforme disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003, conforme alterada (“Instrução CVM nº 400”), vem, no âmbito da oferta de Cotas Seniores da 1ª Série e de Cotas Subordinadas do Fundo (“Oferta”),

DECLARAR:

- (i) Que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:
 - a. as informações prestadas a respeito do Fundo no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
 - b. as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) Que o Prospecto:
 - a. contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Cotas Seniores da 1ª Série, das Cotas Subordinadas e do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
 - b. foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 01 de junho de 2011.


XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Coordenador Líder

ANEXO VII

- Súmula e Relatório da Agência Classificadora de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII – SÚMULA E RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

FitchRatings

Finanças Estruturadas

ABS/Recebíveis
Comerciais
Brasil
Relatório de Rating
Preliminar

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cadeias Produtivas de Minas Gerais

Classes Sênior & Subordinada - Emissões 2011-1

Analistas

Finanças Estruturadas

Ely Mizrahi
55 11 4504-2617
ely.mizrahi@fitchratings.com

Jayne Bartling
55 11 4504-2602
jayne.bartling@fitchratings.com

Pesquisa Relacionada

Metodologia

- "Global Rating Criteria for Trade Receivables Securitizations", 01 de outubro de 2010;
- "Global Structured Finance Rating Criteria", 16 de agosto de 2010;

Sumário

Resumo da Transação	1
Estrutura da Transação	3
Análise do Colateral	5
Estrutura Financeira	7
Risco de Contrapartes	9
Monitoramento	9
Apêndice A: Originação e Cobrança	10
Apêndice B: Resumo da Transação	12

Ratings

Classe/Emissão	Montante (BRL MM)	Vencimento Final Legal	Rating Preliminar	Reforço de Crédito	Rating de Severidade de Perda*	Perspectiva
Sênior - 2011-1	100,0	Ago. /2016	AA-(bra)(prel)	8,0%	LS-1	Estável
Subordinada - 2011-1	10,0	Ago. /2016	BBB-(bra)(prel)	--	NA	Estável
Total Emissão	110,0					

*O Rating Preliminar não constitui a opinião de crédito da Fitch Ratings, porém é uma indicação que poderá ser confirmada ou não no momento da atribuição do rating final. O Rating Preliminar está baseado em informações prévias fornecidas pelo emissor e outros participantes da estruturação desta oferta até 4 de julho de 2011. O Rating Preliminar fica condicionado à conferência dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Quaisquer alterações das informações poderão resultar em atribuição de rating final diferente do preliminar. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. Os materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição.

* Detalhes estão no relatório "Criteria for Structured Finance Loss Severity Ratings", de 17 de fevereiro de 2009.

Fonte: Fitch Ratings

Resumo da Transação

A Fitch Ratings atribuiu os Ratings Nacionais Preliminares de Longo Prazo 'AA-(bra)(prel)' (AA menos (bra)(prel)) à primeira série de cotas seniores e 'BBB-(bra)(prel)' à emissão de cotas subordinadas que serão emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cadeias Produtivas de Minas Gerais (FIDC CPMG). Esta operação é um financiamento a fornecedores (cedentes) realizado através da securitização de suas contas a receber relativas a recebíveis comerciais performados, provenientes de operações de venda de insumos ou prestação de serviços. Os direitos creditórios destes fornecedores serão devidos por empresas que possuem avaliação de risco de crédito realizada pela Fitch e uma das partes (fornecedor/cedente ou empresa/sacado) que originou o direito creditório deverá ter sede em Minas Gerais. O primeiro sacado elegível estabelecido na operação será a Fiat Automóveis S.A. (Fiat BR).

O Rating Preliminar atribuído à primeira série de cotas seniores reflete a capacidade de pagamento pontual e integral do principal investido mais a remuneração alvo da Taxa Média dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescido de 2,2% ao ano (a.a.) nas datas programadas de amortização, até seu vencimento final. Já o Rating Preliminar atribuído à emissão de cotas subordinadas reflete a capacidade de pagamento do principal (BRL 10,0 milhões) investido até seu vencimento final.

Principais Fundamentos do Rating

- **Concentração de Sacados** - Os direitos creditórios elegíveis para esta transação serão devidos por sacados que possuem classificação de risco igual ou superior a 'AA- (bra)' (AA menos (bra)). A exposição ao risco de crédito destes sacados não será mitigada pelo reforço de crédito presente na estrutura do fundo. Assim, o rating preliminar atribuído às cotas seniores fica limitado por esta exposição e qualquer deterioração da qualidade de crédito de um sacado presente na operação resultará em rebabamento do rating preliminar da classe sênior do fundo.
- **Risco de Diluição** - Créditos que obtiverem aceite da Fiat BR não estarão expostos a eventos de diluição. Os procedimentos de aceite praticados pela montadora mitigam os riscos de diluição. À medida que novos sacados sejam adicionados à operação, a exposição a eventos de diluição será revisada.

www.fitchratings.com.br

4 de Julho de 2011

- **Segregação do Fluxo de Pagamentos** - A estrutura implementada nesta operação segrega devidamente os recebimentos do fundo aos dos cedentes, mitigando a exposição a risco de fungibilidade ou de mistura do fluxo de caixa. Todo pagamento feito pelos sacados será direcionado a uma conta centralizadora de titularidade do fundo mantida no Banco Citibank S.A.
- **Originação dos Direitos Creditórios** - Os esforços de originação dos direitos creditórios desta operação serão realizados tanto pela XP Finance Desenvolvimento de Negócios Ltda. (XP Finance) quanto pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG). O BDMG possui experiência na originação de créditos a empresas com necessidade de capital em Minas Gerais, mas a XP Finance está iniciando sua plataforma de prospecção de cedentes e sua habilidade em gerar créditos ainda será testada.
- **Descasamento das Taxas de Juros** - As cotas seniores estão indexadas à DI enquanto os créditos são ativos não financeiros. Aumentos na taxa DI devem reduzir o reforço de crédito disponível na operação, já que não há instrumentos de derivativo para proteger a posição. A exposição, no entanto, está limitada ao horizonte de 60 dias, prazo máximo dos créditos elegíveis para aquisição.
- **Reforço de Crédito Disponível** - As cotas seniores contam com reforço de crédito mínimo de 8,0%. As cotas subordinadas contarão com 2,0% de excesso de spread gerado em decorrência do desconto dos direitos creditórios. Tais mecanismos de proteção de crédito mitigam adequadamente o risco de descasamento de taxa de juros.

Sensibilidade dos Ratings

A Fitch realizou uma avaliação completa da Fiat BR para subsidiar esta análise. A deterioração da qualidade de crédito da montadora ou de qualquer outro sacado presente na operação ou a ocorrência de eventos de diluição no pagamento de créditos com aceite cedidos ao fundo poderia trazer um impacto negativo aos Ratings Preliminares atribuídos à Série 2011-1 de cotas seniores e cotas subordinadas. Entretanto, a melhora na qualidade de crédito dos sacados presentes na operação não beneficia o rating atribuído às cotas seniores, já que outros sacados com qualidade de crédito igual a 'AA-(bra)' (AA menos(bra)) poderão figurar entre os devedores dos créditos adquiridos pelo fundo.

Modelagem, Aplicação de Critério e Adequação de Dados

Aplicação de Critério

A Fitch utilizou para esta análise o "Critério Global de Avaliação para Securitizações de Recebíveis Comerciais", publicado em 1 de outubro de 2010, o "Critério para Ratings de Severidade de Perda de Finanças Estruturadas", publicado em 17 de fevereiro de 2009, e o "Critério Global para Rating de Finanças Estruturadas", publicado em 30 de setembro de 2009. Os relatórios estão disponíveis em www.fitchratings.com.br.

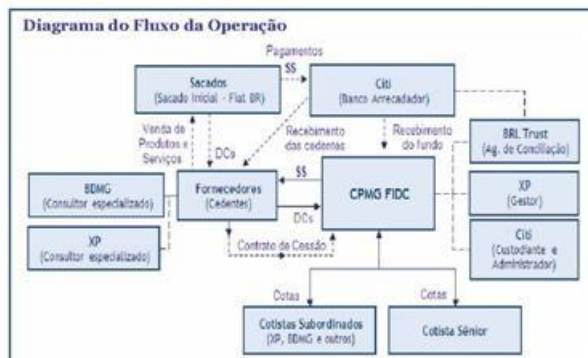
Dados Históricos

A Fitch recebeu informações referentes ao contas a pagar da Fiat BR de janeiro de 2007 a outubro de 2010. Elas incluem o prazo médio de pagamento dos créditos, concentração de fornecedores e o desempenho de pagamentos dos créditos com e sem aceite da companhia. Desta forma, foi possível diferenciar o desempenho das modalidades (com e sem aceite). A Fitch também recebeu informações corporativas da Fiat BR que permitiram à agência avaliar a empresa internamente.

Modelagem

A Fitch utiliza modelos próprios para a modelagem do fluxo de caixa, como parte integrante de seu processo analítico. Este modelo tem como objetivo simular

diversos cenários de estresse sobre a operação para avaliar quanto o reforço de crédito disponível suporta cada classe de cota avaliada. A Fitch customiza o seu modelo para replicar a estrutura de capital presente na operação, além das características da carteira de créditos que será o lastro da transação.



Estrutura da Transação

O FIDC CPMG é um fundo de investimento em direitos creditórios de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. A série 2011-1 de cotas seniores e a 2011-1 de cotas subordinadas têm prazo determinado de cinco anos a partir da primeira subscrição. A série 2011-1 de cotas seniores conta com período de carência de quatro anos para o pagamento de principal, enquanto os juros acumulados serão pagos semestralmente. As cotas subordinadas serão amortizadas em regime *pro rata* em relação às seniores, desde que se mantenha o percentual mínimo de 8,0% do PL do fundo. Ao longo do prazo de cinco anos, em qualquer momento, as cotas subordinadas poderão ser amortizadas extraordinariamente, respeitando-se o mesmo percentual mínimo de subordinação e outras condições de amortização estabelecidas no regulamento da transação.

O montante proposto para a série 2011-1 de cotas seniores é de até R\$100,0 milhões e da série 2011-1 de cotas subordinadas, de até R\$10,0 milhões. Com o montante das emissões, o FIDC CPMG irá adquirir direitos creditórios de empresas, que serão prospectadas pelo BDMG e pela XP Finance, que fornecem produtos ou serviços para sacados elegíveis a operação, neste momento apenas a Fiat BR. Estes sacados estarão vinculados ao fundo através de um acordo operacional, por meio do qual os sacados se comprometem a:

- Autorizar contato do fundo para seus fornecedores;
- Divulgar a operação junto a seu setor de compras, fornecedores e demais prestadores de serviços;
- Auxiliar a abordagem, prospecção e originação de fornecedores que sejam potenciais cedentes;
- Efetuar via sistema o aceite dos créditos cedidos ao fundo.

A custódia e administração do fundo será realizada pelo Citibank DTVM S.A. (Citi). A

conciliação dos recebimentos do fundo será de responsabilidade da BRL Trust e da XP Gestão, sendo esta também responsável pela cobrança dos direitos creditórios inadimplentes.

Desvio ou Mistura do Fluxo de Recebimento (*Commingling*) e *Servicing*

A estrutura implementada nesta operação estabelece que todo pagamento feito pelos sacados, referente aos direitos creditórios cedidos ao fundo, deverá ser direcionado a uma conta centralizadora de titularidade do fundo mantida no Banco Citibank. Assim, quando uma cessão de créditos for realizada, através da integração dos sistemas do fundo com o sistema do contas a pagar do sacado, será modificada a conta para pagamento do respectivo crédito cedido. A XP Gestão, no dia seguinte da aquisição do fundo, irá certificar, em conjunto com uma pessoa do contas a pagar do sacado, se a conta para pagamento do crédito foi corretamente alterada. Esta é uma das razões pelas quais o fundo estabelece que créditos com menos de 10 dias não serão elegíveis, de forma que haverá tempo hábil para todos os procedimentos de formalização da cessão.

Diariamente, a XP Gestão e a BRL Trust irão conciliar todos os pagamentos recebidos pelo fundo e transferir os recursos que couberem ao fundo e aos cedentes. Os créditos vencidos e não pagos serão cobrados pela XP Gestão, conforme estabelecido no regulamento e contrato de gestão. O descumprimento ou o desempenho não satisfatório das funções de conciliação dos pagamentos regulares e cobrança dos créditos inadimplentes comprometerá a performance de pagamento dos direitos creditórios. A deterioração da capacidade operacional da BRL Trust e da XP Gestão poderá impactar o andamento da securitização, já que poderia indicar uma piora em relação ao exercício das funções.

No entender da Fitch, a estrutura do fundo e seus mecanismos de recebimentos mitigam os riscos de desvio e a mistura do fluxo de caixa dos créditos cedidos. A agência entende que a conta de recebimento do fundo não possui exposição ao risco de fungibilidade dos cedentes da operação, uma vez que a conta é de titularidade do fundo.

Estrutura Legal

A Fitch recebeu uma minuta do parecer legal da assessoria jurídica da transação, que abordou a constituição da cessão definitiva, de forma perfeita, quando realizada conforme o contrato de cessão do fundo, que assegura à operação a titularidade sobre os créditos adquiridos; a exposição das contas de recebimento na hipótese de eventual intervenção, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência do cedente; o impacto na cessão quando o cedente realizar recompras voluntárias de créditos cedidos; a exposição dos investidores do fundo quando o registro dos termos de cessão não for devidamente realizado.

A transação prevê a obrigatoriedade de registro de todos os contratos de cessão em cartório tanto na sede do fundo quanto na do cedente. Entretanto, conforme o cedente realize novas cessões, não há obrigação em relação ao registro dos termos de cessão, o que enfraquece a posição do fundo em relação a questionamentos de outros credores do cedente ou de o cedente ceder em duplicidade os recebíveis a outros credores. O fato de a operação contar com pulverização mínima de 5,0% do PL por cedente ajuda a reduzir, mas não a eliminar estas exposições.

Esclarecimento

Em sua análise de crédito, a agência conta com uma opinião legal e/ou fiscal emitida pela assessoria jurídica da transação. A Fitch reforça que não presta aconselhamento legal e/ou fiscal, nem atesta que opiniões legais e/ou fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados à transação ou à sua estrutura sejam suficientes para qualquer propósito. A nota ao final deste relatório esclarece que este documento não constitui consultoria legal, fiscal ou sobre a estruturação da

operação por parte da Fitch, nem deve ser utilizado como tal. Caso os leitores deste relatório necessitem de aconselhamento legal, fiscal e/ou sobre a estruturação, devem procurar profissionais capacitados nas jurisdições competentes.

Análise do Colateral

Os direitos creditórios elegíveis para esta operação são originários de operações de venda de insumos ou prestação de serviços realizadas por diversos fornecedores para a Fiat BR. Novos sacados poderão ser adicionados no decorrer da operação, caso os critérios para tanto sejam atendidos.

Em junho de 2011 a Fiat BR possuía aproximadamente 2.800 fornecedores cadastrados em seu contas a pagar. Destes, os 30 maiores representam aproximadamente 46,85% dos pagamentos.

Segundo informação enviada pela montadora, o prazo de pagamento com seus fornecedores varia conforme acordo estabelecido com cada um, mas dificilmente ultrapassa 45 dias. O prazo médio de pagamento ao longo do período observado ficou em torno de 30 dias, conforme apresentado no gráfico abaixo.



Devido à concessão de férias coletivas em janeiro pela montadora a seus funcionários, o prazo dos pagamentos é puxado para a faixa de um a cinco dias nesse mês. Isto facilita a administração de caixa da empresa na ausência de funcionários.

Crítérios de Elegibilidade

O Citi será responsável por verificar se os créditos ofertados atendem aos critérios de elegibilidade estabelecidos antes da aquisição pelo fundo. São considerados critérios de elegibilidade:

- Prazo de vencimento dos direitos creditórios de 10 a 60 dias;
- Direitos creditórios não poderão ter vencimento final posterior ao trigésimo dia anterior à data de resgate das cotas seniores;
- A soma dos direitos creditórios devidos por um sacado poderá representar até 100% do PL do fundo e, nos primeiros seis meses da operação, a soma dos créditos cedidos por um cedente não poderá representar mais que 20,0% e, após esse período, 5,0% do PL do fundo;
- O crédito deverá ser cedido e devido, respectivamente, por um cedente e sacado cadastrado e aprovado junto ao fundo e ambos devem ser oriundos de relação de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens.

A XP Gestão irá verificar, além dos critérios de elegibilidade, se os direitos creditórios ofertados atendem às seguintes condições de cessão:

- A rentabilidade dos direitos creditórios deverá ser igual ou superior à taxa mínima de cessão estabelecida na operação;
- O cedente deverá estar devidamente cadastrado e os créditos previamente cedidos por ele para o fundo não poderão estar em atraso;
- No momento da cessão os créditos não poderão estar vencidos e não pagos;

Risco de Diluição

O crédito elegível para esta operação é oriundo da relação comercial entre sacados de grande porte e seus fornecedores. Eventos como descontos, abatimentos e cancelamentos podem levar o sacado a pagar menos que o esperado, ou até não efetuar qualquer pagamento.

A análise histórica da performance dos créditos objeto de aquisição da operação foi separada em créditos que já obtiveram aceite da Fiat BR e aqueles sem aceite. Créditos com aceite possuem desempenho diferenciado, de maneira que não há exposição a eventos de diluição quando comparado aos créditos sem aceite.

O FIDC apenas irá adquirir direitos creditórios da Fiat BR que tenham aceite, mitigando, portanto, a exposição a eventos de diluição, conforme observado pelo perfil histórico do colateral elegível. Entretanto, à medida que novos sacados sejam incluídos na operação, a Fitch irá analisar a performance histórica de pagamento para verificar as exposições aos eventos de diluição e, conforme for, irá considerar as novas exposições observadas em sua modelagem a fim de analisar se o reforço de crédito provido tanto para cotas seniores quanto para as subordinadas suporta os cenários de estresse condizentes com as respectivas categorias de ratings.

Concentração por Sacado

Os direitos creditórios elegíveis para esta transação serão devidos por sacados que possuem classificação de risco da Fitch igual ou superior a 'AA-(bra)' (AA menos (bra)). A exposição ao risco de crédito destes sacados não será mitigada pelo reforço de crédito presente na estrutura do fundo. Assim, o Rating Preliminar atribuído às cotas seniores fica limitado por esta exposição.

No primeiro momento do fundo, o único devedor elegível dos direitos creditórios a serem ofertados será a Fiat BR. Entretanto, uma deterioração na qualidade de crédito deste sacado ou de qualquer outro presente na operação que torne sua classificação de risco inferior a 'AA-(bra)' (AA menos (bra)) pode resultar em rebaixamento do rating atribuído às séries de classe sênior.

Todos os sacados presentes na operação deverão firmar o acordo operacional, que estabelece que uma vez que o sacado confirme o direito creditório cedido ao fundo, ele não poderá deixar de realizar o pagamento do valor confirmado, independente de quaisquer motivos gerados pela relação comercial com seu fornecedor. Caso o sacado não realize o pagamento integral do direito creditório, fica caracterizada uma obrigação não cumprida do acordo operacional e uma multa recairá sobre o sacado inadimplente.

Descasamento de Taxa de Juros

A rentabilidade alvo das cotas seniores (passivo da operação) é indexada ao DI. Os créditos objeto de aquisição são não financeiros e, portanto, não possuem componente de juros. Os créditos serão adquiridos a uma taxa de desconto, gerando uma remuneração fixa entre o preço de aquisição e o valor pago pelo sacado. Logo, a operação está exposta ao descasamento de taxa de juros. Quanto maior o prazo do crédito que o fundo adquirir, maior será o horizonte de exposição ao descasamento e por consequência a severidade do descasamento, já que novos créditos são adquiridos por uma taxa de desconto que é função do DI na data de aquisição.

O prazo máximo do crédito elegível é de 60 dias e a cada nova aquisição de direitos creditórios realizada pelo fundo, qualquer variação do DI deverá ser ajustada. O fundo não conta com uma política para utilização de instrumentos de derivativos, o que poderia mitigar o risco de descasamento de taxa de juros. A Fitch incorporou em sua modelagem um cenário de aumento do DI condizente com os ratings atribuídos, tanto para as cotas seniores quanto para as cotas subordinadas, com a finalidade de verificar se a estrutura de capital do fundo é capaz de absorver o risco quando do pagamento das cotas.

Risco de Liquidez

A exposição deste risco está adequadamente mitigada nesta transação, já que será composta uma reserva para o pagamento das amortizações e resgate das cotas seniores. O Citi deverá compor uma reserva de caixa para fazer frente ao pagamento de amortizações e resgate, conforme o caso, de cotas seniores. A reserva deverá ser feita de forma que, com sessenta e trinta dias de antecedência de cada pagamento programado, o fundo tenha, respectivamente, 50,0% e 100% do pagamento projetado em caixa ou investimentos elegíveis de elevada liquidez. A aquisição de novo colateral por parte do fundo deverá ser interrompida caso o Citi verifique que a reserva não foi constituída. O processo de aquisição de novos créditos será retomado tão logo a reserva esteja de acordo com o estabelecido.

Na data de último pagamento para os cotistas seniores, a exposição é eliminada pelo fato de que o prazo de vencimento dos direitos creditórios obrigatoriamente será em até trinta dias antes da respectiva data de pagamento. Desta maneira, naturalmente uma reserva para fazer frente ao futuro pagamento será gerada.

Estrutura Financeira

Reforço de Crédito

O reforço de crédito mínimo para os investidores das cotas seniores será de 8,0% do PL proporcionado pelas cotas subordinadas. Já os investidores das cotas subordinadas contarão com um reforço de 2,0% proveniente do excesso de *spread* gerado em decorrência do desconto dos direitos creditórios, considerando a taxa mínima de aquisição estabelecida na operação. Detalhes sobre a estimativa deste excesso de *spread* está presente na seção "Excesso de *Spread*".

A estrutura da operação prevê uma razão de subordinação para as cotas seniores igual a 8,0% do PL. Este percentual é verificado diariamente pelo Citi e, caso fique abaixo do mínimo estabelecido, a aquisição de novos direitos creditórios, bem como as amortizações de cotas subordinadas, serão automaticamente suspensas. Novas cotas subordinadas poderão ser emitidas para reestabelecer o percentual mínimo estabelecido. Entretanto, caso se verifique que a subordinação mínima não foi restabelecida em até cinco dias da data em que foi verificado o desenquadramento, o Citi deverá convocar uma assembleia geral de cotistas para deliberar se o evento de avaliação constitui um evento de liquidação antecipada da operação.

Os cotistas subordinados poderão se beneficiar de amortizações antes das amortizações das cotas seniores, mas para que isso ocorra o percentual mínimo de subordinação deverá estar acima do mínimo estabelecido; a reserva de pagamento das cotas seniores deverá ser atendida; todos os encargos e despesas vencidas deverão ter sido liquidados; e, em caso de ocorrência de um evento de avaliação, este deve ter sido sanado.

Excesso de *Spread*

A taxa mínima estabelecida na operação para aquisição de direitos creditórios será igual aos juros das cotas seniores acrescido das despesas com administrador e uma taxa adicional que equivalerá a 15,0% do DI. O desconto será mais que suficiente para cobrir a remuneração alvo das cotas seniores e custos operacionais do fundo, gerando excesso de *spread*. O excesso será realizado desde que não haja incremento na taxa DI que eleve a remuneração das cotas seniores, conforme explicado na seção "Descasamento de Taxas de Juros". Em uma situação na qual o

ativo do fundo esteja completamente investido em direitos creditórios, a expectativa é de que seja gerado um excesso de *spread* de 2.0% a.a.

Sobrecolateralização		
Componente	Cálculo	Resultado
Direitos Creditórios	$((1+12\%) \times (1+2,2\%)) - 1 + (1,35\%) + (15\% \times 12\%)$	17,62%
(Cotas seniores)	$((1+12\%) \times (1+2,2\%)) - 1 \times 92,0\%$	(13,31%)
(Custos e Despesas)		(1,40%)
Sobrecolateralização Bruta		2,92%
Taxa de Performance		0,86%
Sobrecolateralização Líquida		2,00%
Elaboração: Fitch Ratings		

Ordem de Prioridade de Pagamentos

No curso normal da operação, o Citi será responsável por alocar recursos recebidos pelo fundo, de acordo com a seguinte prioridade de pagamentos:

- Despesas e encargos da operação;
- Amortização e/ou resgate das cotas seniores;
- Formação de reserva de despesas e reserva para pagamento de amortizações e resgate seniores;
- Amortização e/ou ao resgate das cotas subordinadas;
- Aquisição de novos direitos creditórios.

Caso haja uma liquidação antecipada, o fundo não irá adquirir novos direitos creditórios e as reservas para despesas e pagamento de cotas seniores deixarão de ser constituídas, de forma que todo fluxo de recursos recebido será direcionado para pagamento de despesas e encargos, amortização de cotas seniores até o resgate integral e, após o resgate das cotas seniores, para amortização de cotas subordinadas até seu resgate integral.

Índices de Performance

Esta operação possui índices de performance ligados a eventos de avaliação caso ultrapassem os respectivos limites estabelecidos no regulamento.

Limites dos índices de performance	
Atraso acima de 30 dias	9,0%
Atraso acima de 60 dias	6,75%
Atraso acima de 90 dias	4,5%
Atraso acima de 120 dias	2,75%
Perda	4,5%
Pagamentos feitos pelo cedente	4,5%
Recompra	4,5%
Fonte: XP Gestão - responsável pelo cálculo e verificação	

Performance de créditos em atraso (30, 60, 90 e 120 dias): O numerador dos índices de atraso é igual ao crédito com maior tempo de inadimplência. Entretanto, são excluídos do numerador os créditos com atraso superior a 180 dias. O denominador é o valor nominal da carteira de direitos creditórios do fundo.

Perda: O numerador deste índice é igual ao valor nominal da exposição total de cedentes com créditos em atraso acima de 180 dias, inclusive os créditos que estavam com este atraso e foram cedidos a um terceiro. O denominador deste índice é o valor nominal de todas as aquisições realizadas pelo fundo.

Pagamentos feitos pelo cedente: O numerador deste índice é igual à soma de recursos pagos pelos cedentes que tenham sido realizados no mês anterior ao cálculo. O denominador é a soma do valor de liquidações realizadas dentro do período.

Recompra: O numerador deste índice é igual à soma dos créditos recomprados desde o início da operação, que, no momento da recompra, estavam em atraso de até 180 dias. O denominador será o valor nominal de todas as aquisições realizadas pelo fundo.

Conforme definido nos documentos da operação, a Fitch receberá, todo mês, a memória de cálculo e o resultados dos índices de performance estabelecidos. Tal informação será utilizada como parte do processo de monitoramento do fundo.

Riscos de Contrapartes

Consultores Especializados:

XP Finance

Fundada em 2001, XP tem como principais divisões de negócios: Negociação e Gestão de Ativos, Finanças Corporativas, Seguros e Educação Financeira. A divisão de educação da empresa já treinou mais de 200 mil pessoas através do seu programa de educação financeira e provém o acesso ao mercado para investidores, através de seus 185 escritórios e mais de 1.600 consultores de investimentos.

BDMG

O BDMG foi fundado em 1962 e seu foco principal é oferecer linhas de crédito para empresas localizadas em Minas Gerais de todos setores e, assim, promover o desenvolvimento econômico do estado. O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 totalizou BRL 84,0 milhões, que representam um crescimento de 33,0% sobre os BRL63,0 milhões reportados em 2009. O saldo de crédito da instituição atingiu BRL1,51 milhão em 31 de dezembro de 2010, 33,0% maior do que o saldo de BRL 1,13 milhão de 2009.

Financiamentos concedidos pelo BDMG com fundo gerido (riscos de terceiros) totalizaram BRL2,92 milhões no final de 2010. Desse total, BRL2,8 milhões se referem a operações com recursos do governo estadual e ao financiamento envolvendo fundos privados e/ou os ligados a entidades do governo estadual e federal.

Partes da Transação

Função	Nome	Ratings	Perspectiva
Emissor	FIDC CPMG	NA	--
Cedente	Fornecedores da Fiat BR	NA	--
Gestor	XP Gestão de Recursos Ltda.	NA	--
Administrador e custodiante	CRBbank DTVM S.A.	NA	--
Consultor Especializado	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.	NA	--
Consultor Especializado	XP Finance Desenvolvimento de Negócios Ltda	NA	--
Agente de Conciliação	BRL Trust Serviços Fiduciários e Participações Ltda.	NA	--

NA – Não Avaliada

Fonte: Fitch Ratings

Monitoramento

O desempenho desta operação será acompanhado continuamente pela Fitch até seu vencimento final. Este acompanhamento visa a assegurar que os Ratings Preliminares continuem refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das classes de cotas avaliadas.

A Fitch receberá, todo mês, relatórios sobre o desempenho da carteira de direitos creditórios que lastreia as emissões e sobre a estrutura de capital do fundo. Estas informações, fornecidas pelas partes da transação, serão avaliadas pelos analistas responsáveis.

No decorrer do processo de monitoramento, caso a transação apresente desempenho aquém das expectativas iniciais no momento da atribuição dos ratings, a Fitch conduzirá uma revisão completa e quaisquer elementos e fatores serão apresentados e deliberados em comitê. Se o desempenho da transação permanecer dentro das expectativas, ela passará por uma revisão completa em base anual.

Os detalhes sobre o desempenho desta transação estarão disponíveis na área de monitoramento de Finanças Estruturadas, em www.fitchratings.com.br.

Apêndice A: Processo de Aquisição e Cobrança**Aquisição**

Antes de qualquer aquisição de créditos, tanto o sacado quanto o cedente deverão estar devidamente cadastrados no fundo. No caso do sacado, o procedimento para o cadastramento seguirá os seguintes passos:

- Sede em Minas Gerais ou relevante quantidade de operações no estado;
- Capacidade operacional e tecnológica para participar da operação (sistema compatível com o Citi para envio e recebimento de informações);
- Riscos compatíveis com os definidos na transação, ou seja, sua inclusão não poderá reduzir a classificação de risco das classes ou séries de cotas, assim como, quando houver, dos demais ativos integrantes da carteira, pela Fitch, abaixo de 'AA-(bra)' (AA menos (bra)).

A XP Finance e o BDMG negociarão com os potenciais sacados a celebração do acordo operacional. Após a negociação do acordo operacional e antes da análise do conselho consultivo de crédito do fundo, a Fitch analisará o potencial sacado.

As informações obtidas sobre o potencial sacado, o parecer da agência e os termos indicativos do acordo operacional serão submetidos ao conselho consultivo de crédito do fundo. Caso o conselho aprove o novo sacado, os termos do acordo operacional serão repassados à XP Gestão para que ela providencie a celebração do documento.

Os fornecedores dos sacados aprovados que manifestarem interesse em ceder créditos para a operação deverão apresentar a documentação e as informações que vierem a ser solicitadas pelo BDMG, XP Gestão e /ou Citi, incluindo:

- Formulário cadastral e cartão de assinaturas com firma reconhecida;
- Cópia autenticada do contrato social ou estatuto social consolidado, conforme o caso, devidamente registrado em órgão competente, acompanhado de cópia simples do cartão de inscrição no CNPJ/MF; e
- Indicar as pessoas capazes de representar o titular dos créditos em operações de cessão de créditos e fornecer cópia autenticada dos documentos que comprovem tais poderes, bem como cópia autenticada do documento de identidade e do cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) de cada uma delas;

O BDMG consultará as informações dos potenciais cedentes no Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN e no Serasa. Além da hipótese prevista neste item, a consulta poderá ser realizada a qualquer tempo enquanto perdurar a relação entre o cedente e o fundo.

Os potenciais cedentes deverão entregar a documentação na sede do BDMG, que terá um dia útil para conferir os papéis. Caso haja pendências, o banco deverá comunicá-las ao potencial cedente e acompanhar sua resolução.

Quando a documentação recebida pelo potencial cedente estiver completa, o BDMG irá comunicar o Citi e a XP Gestão e esta convocará uma reunião do conselho consultivo de crédito, que se reunirá para analisar as informações enviadas e avaliar a aprovação do potencial cedente. A ata será enviada à XP Gestão e ao Citi. A XP Gestão informará o BDMG de sua decisão por carta ou correio eletrônico, para que

ele envie a documentação do potencial cedente ao Citi. Assim, a XP Gestão será responsável por providenciar o contrato de cessão.

Procedimentos de Cobrança

A cobrança regular dos créditos considera que no caso de pagamento total pelo sacado referente a determinado crédito, a BRL Trust repassará ao fundo o valor do percentual do crédito efetivamente adquirido e ao cedente o valor do percentual que não foi cedido.

No caso de inadimplência do sacado:

- A XP Gestão ou o BDMG entrará em contato com o sacado para informar sobre o atraso para que seja feito o pagamento;
- A BRL Trust informará ao cedente, repassando automaticamente ao fundo parte do percentual do crédito que havia permanecido sob a propriedade do cedente, sendo que a parcela restante do crédito que permanecer sob titularidade do cedente lhe será devolvida. Para o cálculo do percentual do crédito de titularidade do cedente que será cedido ao fundo, a BRL Trust aplicará a taxa de desconto utilizada quando da aquisição de parcela deste crédito;
- Contados da data de vencimento do crédito, caso o atraso persista após dois dias úteis, a XP Gestão deverá notificar o sacado para que em até cinco dias corridos ocorra o pagamento;
- Caso, após os cinco dias, contados da notificação, o sacado não efetue o pagamento, o Citi deverá convocar uma assembleia geral de cotistas para decidir se a operação deverá protestar o sacado e/ou deverá iniciar os procedimentos de cobrança ativa, conforme o caso. A XP Gestão poderá contratar uma empresa especializada em cobrança caso a assembleia decida pela cobrança ativa do sacado inadimplente;
- A assembleia geral de cotistas deverá deliberar se irá rescindir o acordo operacional celebrado com o sacado inadimplente;
- Caso a assembleia decida pela rescisão do acordo operacional com o sacado inadimplente, BDMG, XP Finance e XP Gestão tomarão os procedimentos legais cabíveis para a rescisão do acordo operacional, devendo, conforme o caso, exigir penalidades pelo não pagamento das obrigações do sacado;
- Os cedentes que tenham direitos creditórios cedidos ao fundo que estejam em atraso não poderão realizar novas cessões para a operação até que os valores devidos sejam quitados, devendo a XP Gestão verificar, sempre no momento da cessão, se os cedentes não se encontram nesta situação.

Apêndice B: Resumo da Transação

FIDC CPMG

Brasil/Recebíveis Comerciais

Estrutura de Capital

Classe/Emissão	Rating Preliminar	Perspectiva	(%)	Montante (BRL MM)	Reforço Crédito (%)	de Taxa (DI + Spread)	Benchmark	Freq. Pqto.	Vencimento Final	ISIN
Sênior Emissão 2011-1	'AA-(bra)/(prel)'	Estável	92,0	100,0	8,0%	DI + 2,2% a.a.	Mensal	Ago./2016	---	---
Subordinada	'BBB-(bra)/(prel)'	Estável	8,0	10,0	---	---	---	Ago./2016	---	---
Total			100,0	110,0						

NA - Não Avaliado.

Informações Relevantes

Detalhes:

Data de Início de Distribuição	---	Partes:	
País / Ativo	Brasil / ABS/Recebíveis Comerciais	Emissor	FIDC CPMG
País da SPE	Brasil	Cedentes	Fornecedores dos sacados elegíveis
Analistas	Ely Altrahai 55 11 4504-2617 Jayme Bartling 55 11 4504-2602	Primeiro Sacado	Fiat Automóveis S.A.
		Custodiante / Administrador	Citibank DTM S.A.
		Consultor Especializado	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
		Consultor Especializado	XP Finance Desenvolvimento de Negócios Ltda.
		Agente de Conciliação	BRL Trust Serviços Fiduciários e Part. Ltda.
Analista de Monitoramento	Kleber Oliveira 55 11 4504-2613	Gestor	XP Gestão de Recursos Ltda.
		Frequência de Amortização	Mensal

Fundamentos do Rating

• **Concentração de Sacados** - Os direitos creditórios elegíveis para esta transação serão devidos por sacados que possuam classificação de risco igual ou superior a 'AA- (bra)' (AA menos (bra)). A exposição ao risco de crédito destes sacados não será mitigada pelo reforço de crédito presente na estrutura do fundo. Assim, o rating preliminar atribuído às cotas seniores fica limitado por esta exposição e qualquer deterioração da qualidade de crédito de um sacado presente na operação resultará em um rebatimento do rating preliminar da classe sênior do fundo.

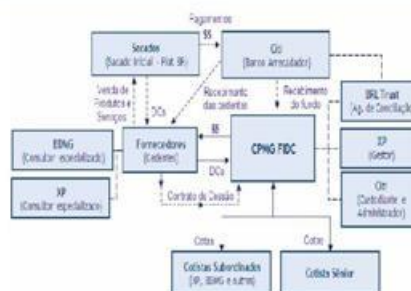
• **Risco de Diluição** - Créditos que obtiverem aceite da Fiat BR não estarão expostos a eventos de diluição. Os procedimentos de aceite praticados pela montadora mitigam riscos de diluição. A medida que novos sacados sejam adicionados à operação, a exposição a eventos de diluição será revisada.

• **Segregação do Fluxo de Pagamentos** - A estrutura implementada nesta operação segregará devidamente os recebimentos do fundo aos dos cedentes, mitigando a exposição a risco de fungibilidade ou mistura do fluxo de caixa. Todo pagamento feito pelos sacados será direcionado a uma conta centralizadora de titularidade do fundo mantida no banco Citibank S.A.

• **Originação dos Direitos Creditórios** - Os esforços de originação dos direitos creditórios desta operação serão realizados tanto pela XP Finance Desenvolvimento de Negócios Ltda. (XP Finance) quanto pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG). Enquanto que o BDMG possui experiência na originação de créditos a empresas com necessidade de capital em Minas Gerais, a XP Finance está iniciando sua plataforma de originação de créditos e sua habilidade em gerar créditos ainda será testada.

• **Descasamento das Taxas de Juros** - As cotas seniores serão indexadas à DI enquanto os créditos são ativos não financeiros. Aumentos na taxa DI deve reduzir o reforço de crédito disponível na operação, já que não há instrumentos de derivativo para proteger a posição. A exposição, no entanto, está limitada ao horizonte de 60 dias, prazo máximo dos créditos elegíveis para aquisição.

• **Reforço de Crédito Disponível** - As cotas seniores contam com reforço de crédito mínimo de 8,0%. As cotas subordinadas contarão com 2,0% de excesso de spread gerado em decorrência do desconto dos direitos creditórios. Tais mecanismos de proteção de crédito mitigam adequadamente o risco de decasamento de taxa de juros.



TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGSCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingscreditratings). AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM WWW.FITCHRATINGS.COM. OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE, SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA". Copyright © 2011 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004. Telefone: 1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (201)212-9080-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter seus ratings, a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e underwriters e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch executa uma pesquisa razoável das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, na medida em que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emissor esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir seus ratings, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e previsões sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado. As informações neste relatório são fornecidas "tal como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião se apoia em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhuma classificação é de responsabilidade exclusiva de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos. O rating não cobre o risco de perda em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxaço sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros cobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguras ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)